



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

HABITAR A PAISAGEM ALENTEJANA - A PARTICULARIDADE DO *MONTE*

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura realizada por Sílvia Teles

Com a orientação do Prof. Dr. Arq.to João Gabriel Candeias Dias Soares

Évora, Setembro de 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

HABITAR A PAISAGEM ALENTEJANA - A PARTICULARIDADE DO *MONTE*

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura realizada por Sílvia Teles

Com a orientação do Prof. Dr. Arq.to João Gabriel Candeias Dias Soares

Évora, Setembro de 2013

AGRADECIMENTOS

Aos proprietários do *monte*, aqui motivo de estudo, pela sua boa vontade e disponibilidade para fornecerem os elementos necessários à realização deste trabalho (depoimentos, fotografias, entre outros).

A todos os habitantes locais, que durante as minhas constantes viagens ao local e às aldeias próximas, forneceram a importante informação e história deste local.

A todos os funcionários e Arquitecta Carmen da Câmara de Moura e Biblioteca Municipal, Biblioteca Nacional de Lisboa, pela ajuda na recolha de toda a informação necessária para a realização deste trabalho.

Um especial e grande obrigado pela ajuda e participação na procura da definição do caso de estudo aqui presente, ao Arq.to Victor Mestre e Professora e Arq.ta Sofia Aleixo e Arqueólogo e professor Santiago Macias.

Ao meu orientador, Professor Dr. Arq.to João Soares, pela atenção e orientação dada, que permitiu a organização e coordenação do trabalho desenvolvido.

À minha família e amigos, pela compreensão da minha ausência, durante todo o tempo dedicado ao trabalho.

E um agradecimento particular à Sofia Nero, Cátia Pereira e Marlene Brás, pelos momentos de constante apoio em algumas temáticas e de compreensão da exigência deste trabalho e consequente ausência, assim como à minha família pelo apoio e ajuda em vários sentidos e em especial à minha irmã, pela companhia e assistência em todas as viagens ao local e ajuda nos levantamentos de campo realizados.

RESUMO

A presente dissertação encontra-se fundamentada no estudo da propriedade rural de herdade latifundiária na região do Alentejo, bem como na análise e identificação dos elementos arquitectónicos habitacionais, produtivos e rede viária, que faziam parte destes territórios.

O caso de estudo, *Monte Branco da Serra*, localiza-se em Moura, na freguesia de Sobral da Adiça. Parte-se de uma análise detalhada dos principais elementos que compõem esta paisagem, numa aproximação de contexto monográfico, relacionado com o estudo já abordado sobre este *monte* no importante *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* (1961).

O objectivo deste estudo é reconhecer, compreender e inventariar as tipologias e as espacialidades geradas e associadas à propriedade, na forma da exploração agrícola e procurando um entendimento desta unidade de paisagem, assim como identificar e entender os elementos arquitectónicos que a constituem.

Palavras-Chave: *monte*, Alentejo, unidade de paisagem, património rural, evolução territorial

ABSTRACT

The presente master investigation is centred on the rural homestead property landlord in the Alentejo region, as well as the analysis and identification of architectural elements housing, productive and roads, which belonged to those territories.

The case study is the *Monte Branco da Serra*, located in Moura, particularly in the village of Sobral of Adiça. It starts with a detailed analysis of the main elements that make up this landscape, a monographic approach to the context, related to the study already touched on this important hill in the *Survey of Popular Portuguese Architecture* (1961).

The aim of this study is to recognize, understand and inventory the types and generated and associated with ownership spatiality, in the form of farm and looking for an understanding of this landscape unit, as well as identify and understand the architectural elements that constitute it.

Keywords: Hill settlements, Alentejo, Landscape Unit, Rural Heritage, Territorial Evolution

ÍNDICE

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Índice	6
Introdução	8

Parte I

1.0 Conceitos de Paisagem e Património	
1.1 A Paisagem	19
1.2 O Património	25
1.3 O Património Vernacular e Rural	29
1.4 A Paisagem como Património	35
2.0 Baixo Alentejo, Contextualização e caracterização do espaço de estudo	
2.1 Do carácter excepcional do Alentejo	
2.1.1 Enquadramento Territorial - Aspectos históricos	42
2.2 Aspectos geográficos e morfológicos	47
2.3 Clima e vegetação - Entre o natural e o cultivado	53
3.0 A propriedade e a exploração: as estruturas produtivas	
3.1 A população: economia e vida agrária	61
3.2 Os modos de vida: a agricultura	65
3.3 A apropriação do território - povoamento	69
3.4 Estrutura fundiária do latifúndio	73
3.5 A particularidade das Reformas Agrárias	77

PARTE II

1.0 A casa popular rural	
1.1 Os estudos sobre arquitectura popular vernácula	83
1.2 O <i>Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa</i>	91
1.2.1 Algumas publicações recentes	99

2.0 Unidade de paisagem - o *monte*

2.1 Evolução do povoamento rural - aspectos agrícolas e arquitectónicos/construtivos	105
--	-----

2.2 Materiais, sistemas e técnicas de construção no Alentejo	113
--	-----

PARTE III

3.0 O caso de estudo - o Monte Branco da Serra	119
--	-----

3.1 Localização e enquadramento territorial - estrutura fundiária	120
---	-----

3.2 Culturas agrícolas	123
------------------------	-----

3.3 Rede viária - elementos de organização	125
--	-----

Rede viária da propriedade	126
----------------------------	-----

3.3.1 O Trilho	127
----------------	-----

3.3.2 O Carreteiro	127
--------------------	-----

3.3.3 O Caminho	127
-----------------	-----

3.4 As arquitecturas singulares e produtivas	130
--	-----

O Silo	132
--------	-----

O Tanque	135
----------	-----

Malhada e casa do guarda	138
--------------------------	-----

Casão e casa da horta	142
-----------------------	-----

Casa da serra	147
---------------	-----

Casa do caseiro	152
-----------------	-----

Armazém agrícola e galinheiro	155
-------------------------------	-----

3.5 O edificado habitacional - o <i>monte</i>	159
---	-----

Século XIX	162
------------	-----

Século XX	166
-----------	-----

Século XXI	170
------------	-----

Considerações finais	178
----------------------	-----

Anexos	184
--------	-----

Glossário	220
-----------	-----

Referências bibliográficas	221
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO

TEMA

A presente dissertação aborda o tema do *monte* alentejano, na sua relação com a propriedade privada sobre a terra, de regime latifundiário.

A relação estabelecida entre a esfera natural e a humana, na medida em que a natureza é compreendida e apropriada pelo Homem, que historicamente se produz enquanto reflexo dessa organização, particulariza o *monte*, como elemento identitário deste meio. Sabendo que a paisagem é uma construção que resulta da compreensão dos factores naturais e da sua expressão nos factores culturais, o *monte*, é considerado um factor cultural e componente de construção vernacular do desenho da paisagem no Alentejo, testemunhando as arquitecturas de tradição, enquadrando parte de um vasto património que chegou “vivo” aos nossos dias.

A dissertação apresenta um caso de estudo abordado no *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* (1961), o *Monte Branco da Serra*, em Moura. Representa valores hereditários, pela identidade que manifesta, assim como, encerra um quadro de manifestações passadas e presentes com uma riqueza específica e uma diversidade de significados estabelecidos com a actividade agrícola.

A formação enquanto estudante de arquitectura, potenciou o interesse pelo tema, apontando uma forma diferente de ver e compreender este tipo de paisagem enquanto elemento identitário e fundador da morfologia actual do restante território. As ferramentas que a arquitectura fornece, pela sua abrangência multidisciplinar, constituem um importante contributo na análise dos vários componentes deste território, que correm o risco de a curto prazo caírem em esquecimento.

OBJECTIVO

Pretende-se inventariar e compreender as lógicas, espacialidades e formas geradas no âmbito do sistema de “herdade” latifundiária, numa aproximação ao estudo do *Monte Branco da Serra*, em Moura. Confrontando os levantamentos realizados à cinquenta anos atrás, no *Inquérito*, com a inventariação e levantamento das tipologias actuais, num estudo comparativo, pretende-se evidenciar as novas espacialidades e transformações ocorridas nos espaços domésticos e agrícolas.

Neste estudo analisaram-se os seguintes elementos de composição da herdade: a rede viária, as arquitecturas singulares e produtivas e o *monte*.

Este trabalho académico pretende contribuir para o conhecimento deste património, assim como, tornar o nosso trabalho operativo também para os proprietários do *monte*, numa acção pró-activa e positivista, de valorização dos sistemas tradicionais e de uma compreensão da evolução e transformação continuadas neste *monte*, que constitui parte da identidade cultural deste território alentejano.

Qual a origem das estruturas fundiárias no Alentejo? Quais as razões que levaram à formação de tão vastos territórios? De que forma se organizaram e como se alteraram ao longo do tempo? Que elementos deles faziam parte e que relações mantinham com o lugar e com a identidade da região? São as questões que se tomam em consideração no presente estudo, percebendo estas unidades de paisagem, pela sua vasta dimensão, que constituíram outrora a génese de grande parte do território do Alentejo, no entendimento do *monte*, enquanto estrutura arquitectónica de organização agrícola.

PERTINÊNCIA DO TEMA

As grandes explorações agrícolas no Alentejo, e outrora fonte substancial do desenvolvimento económico da região, contribuíram para a correspondência a um conjunto de elementos - seja de carácter ambiental e arquitectónico - que caracterizam a paisagem rural da região, definida por estruturas arquitectónicas de pequena escala, de carácter doméstico e associadas à agricultura, que com o declínio desta actividade se tornaram obsoletas.

O *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* (1961), desenvolvido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, na altura promovido pelo Arq. Francisco Keil do Amaral, recolheu a informação de Norte a Sul, acerca das tipologias da arquitectura habitacional popular tradicional na morfologia dos povoados urbanos e rurais, determinando as realidades nacionais.

A presente dissertação não procura apresentar uma resposta de projecto, mas pretende sobretudo entender as dinâmicas que estão associadas à identidade dos territórios, convocando a importância da contextualização histórica e análise dos mesmos. Pretendeu estudar o conjunto do *Monte Branco da Serra*, como estudo monográfico, realizando levantamentos comparativos do estado anterior (50anos atrás) e do actual, recorrendo à dimensão histórica destas paisagens e dos seus elementos arquitectónicos vernaculares, para que seja mais acertada e sustentável a estratégia adoptada de salvaguarda e intervenção sobre os mesmos.

PROBLEMÁTICA

Num país pouco industrializado e tradicionalmente agrícola como Portugal, a terra era o investimento que maior segurança oferecia.¹

O sistema de exploração latifundiário teve origem na época romana, em que a *herdade* alentejana e o *monte* correspondem à *villa rustica*, reflexo de uma organização complexa de lavoura.²

A terra vasta e uniforme, escassamente povoada, assolada pelas guerras da Reconquista, consagraram a ocupação efectiva do solo, em enormes doações, estabelecendo efectivamente o regime de latifúndio, distribuídos à mão de ordens religiosas, mosteiros e ricos homens.³

Com o impacto da Campanha do trigo (1929) beneficiou-se do desbravamento das áreas de charneca da região, favorecendo a desmesurada cultura de cereais.

Até finais dos anos 50 a agricultura ainda era bastante rudimentar no que respeita às formas e meios de exploração. No entanto, nos finais dos anos 60, ocorreram modificações estruturais, pelo impacto da mecanização nos meios produtivos, que provocou o declínio da agricultura familiar, com reflexos sobre a propriedade, assim como, sobre as estruturas edificadas.

A primeira metade da década de 70 foi um período de ruptura. A consequente modernização dos meios de cultivo, associado à crise petrolífera, abalou as economias ocidentais.

Em 1974, o Estado Novo foi derrubado. Na nova situação política e social, os titulares dos grandes domínios fundiários retraíram-se.

¹ ABREU, Alexandre Cancela; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário; (2004); *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, Volume V, Alentejo Central e Algarve*; p.79

² RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, (1991 [1946]), p. 57

³ Idem, *Ibidem*, p. 80

O aumento consequente de desemprego acentuou os confrontos sociais e políticos, dando origem à Reforma Agrária. A ocupação de terras, atribuía a esperança de emprego às classes mais baixas. Mas mais tarde, a contra-Reforma Agrária destituiu as unidades colectivas de produção (UCP) e a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, marcou uma nova fase, com a aplicação da Política Agrícola Comum, que consagrou a distribuição de subsídios desligados do acto de produzir. Contribuiu esta política para que a maior parte da superfície agrícola utilizada (SAU), integrada nos grandes domínios fundiários, tenha passado a ser gerida com o objectivo de maximizar uma renda fundiária e sem qualquer finalidade produtiva.⁴

Os processos de desertificação das paisagens rurais, a par do abandono dos campos e da agricultura, têm sido crescentes nas últimas décadas, constituindo um fenómeno global. Por consequência, a prática agrícola desenquadra-se, na actualidade, das lógicas económicas e comerciais.

Os processos que contribuíram para a descaracterização da paisagem, implicam uma necessidade de identificar modelos e práticas associadas à implantação de elementos arquitectónicos, assim como da paisagem em que estes se inserem, com o objectivo de entender como se poderá actuar nestes lugares assegurando a salvaguarda dos aspectos estruturais e simbólicos do território e da paisagem de forma sustentável e integrada.

O resgate destes elementos arquitectónicos, poderá contribuir como peça fundamental de vínculo ao passado e de encontro a uma identidade territorial, social, cultural e histórica, que crescentemente tem vindo a desaparecer e consequentemente reeducar mentalidades futuras de que “o património histórico constitui uma acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado.”⁵

As questões fundamentais que nos propomos abordar no presente estudo, pretendem “demonstrar” como estas unidades agrícolas, e respectivos *montes* pela sua vasta dimensão, constituíram outrora a génese de grande parte do território do Alentejo, nomeadamente no Baixo Alentejo, em que a questão latifundiária, está intrinsecamente relacionada com o papel dos grupos, ou seja, o antepassado e o descendente e assinalando o presente caso de estudo, *Monte Branco da Serra*.

⁴ Baptista, Fernando Oliveira, (2010), *Alentejo, a questão da terra*; pp.43-61

⁵ CHOAY, Françoise (2006), *Alegoria do Património*, p.11

METODOLOGIA

A aproximação a este caso de estudo, materializou-se num primeiro contacto com o tema do *monte* no Alentejo, através da procura de entidades e arquitectos que já tivessem abordado este assunto.

Para o arranque deste estudo, foi fundamental, a conversa com o arquitecto Victor Mestre, que nos permitiu compreender a complexidade destas edificações vernaculares de índole agrícola no âmbito alentejano.

Desta conversa salientou-se a importância do estudo de um caso que já tivesse sido evocado no *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* (1961), acrescentando a componente de contacto com o(s) proprietário(s), que poderiam relatar e transmitir a percepção de valores e vivências tradicionais, numa reflexão de um plano de estudos da situação actual construtiva.

O passo seguinte e importante seria, a possibilidade de realmente existir o contacto com proprietários dos possíveis casos de estudo mencionados durante a conversa com o arquitecto.

De entre três possíveis casos de estudo já inventariados no *Inquérito*, através dos quais se poderia ter o apoio dos proprietário(s), o contacto foi estabelecido pelo arquitecto Victor Mestre que contactou o historiador Santiago Macias, conhecedor profundo do território alentejano, pelos estudos arqueológicos que desenvolveu neste, o que permitiu chegar ao caso de estudo em Moura, que cumpria a premissa de ser possível ter o apoio dos actuais proprietários, contribuindo para um maior conhecimento das vivências e origens do *monte*.

O estudo deste caso compreende uma abordagem de contexto monográfico, e que por feliz circunstância, um dos dois actuais proprietários é o arquitecto Alfredo da Matta Antunes, participante no *Inquérito* nesta região. O contacto com os actuais proprietários que ali cresceram, funcionários e outros que já o foram outrora, através de depoimentos e conversas sobre estes elementos edificados permitiram um contributo fiel e preciso sobre a sua história e vivência noutros tempos, compreendendo as modificações estabelecidas e o seu porquê.

As várias viagens ao local em estudo, pretenderam numa fase inicial compreender nos limites cadastrais da junta de freguesia que contem o caso de estudo, na sua relação com os *montes* vizinhos, assim como a estrutura viária, reconhecimento dos cursos e linhas de água e a morfologia territorial que marcam esta paisagem e a particularizam.

As constantes deslocações e levantamentos de campo, permitiam sempre um acerto de desenhos de levantamentos realizados em visitas anteriores, num estudo comparativo com o material que já existia do *Inquérito*, num processo faseado, que permitiu desenhar as peças rigorosas actuais, contribuindo para o entendimento dos factores referentes aos elementos da estrutura fundiária, as técnicas construtivas e o dimensionamento destas, compreendendo as modificações estabelecidas actualmente.

ESTADO DA ARTE

Tratando-se de um estudo de aproximação à paisagem rural alentejana, interessou mencionar os estudos que abordaram e analisaram os antepassados destas construções.

O *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* (1961), já mencionado e importante instrumento de desenvolvimento neste estudo, realizou uma investigação extensiva da arquitectura tradicional vernácula de Norte a Sul do País, na compreensão das estruturas edificadas e materiais disponíveis em cada região. Este estudo teve um debate considerável na produção arquitectónica portuguesa da época, facilitando a abertura para o diálogo entre arquitectura vernácula e moderna. O *Inquérito* permitiu, hoje em dia, o reconhecimento e a consciencialização do valor hereditário destas arquitecturas.

O antropólogo e arquitecto Mário Moutinho, com o estudo *A Arquitectura Popular Portuguesa* (1979), acrescentou e analisou outros locais, contribuindo para a divulgação de outros exemplos de arquitectura vernácula num estudo síntese.

A investigação de Ernesto Veiga de Oliveira, com o arquitecto Fernando Galhano, na obra *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992), refere a zona alentejana. Composta por vários apontamentos desenhados permite perceber a importância e distribuição dos alojamentos domésticos e agrícolas. O estudo que aqui se desenvolveu, particularizando o caso do *monte* alentejano, analisa o edificado vernacular compreendendo a sua relação com a estrutura fundiária, isto é, com a propriedade privada sobre a terra, que funciona como suporte dos espaços domésticos e agrícolas.



Vista para o Monte Branco da Serra (primeira fotografia) e vistas do monte para a restante paisagem

⁶ FEIO, Mariano, (1983), *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, p.101

⁷ VASCONCELLOS, J.Leite de,(1936), *Etnografia Portuguesa.Tentame de sistematização*, Vol. II, p.280

⁸ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, pp.94-95

⁹ PICÃO, José da Silva, (1983), *Através dos Campos*, p.27

Singularizando o estudo do povoamento disperso, o *monte*, por 10 Feio constitui a designação de “núcleos edificadas de pequena são, onde se agregavam as habitações de diferentes proprietários e que adquiriu relevância na área sudeste do país transtagano”⁶; José Leite de Vasconcelos afirma que “*monte* quer dizer casa de uma herdade (...) entende-se que da elevação do terreno, onde a casa geralmente se constrói para os donos vigiarem melhor a propriedade, se transferiu a designação para aquela”⁷ e Orlando Ribeiro acrescenta que “a designação de monte cobre, no Alentejo, desde as casas isoladas de foros e courelas, (...), até aos mais complexos assentos de lavoura”⁸, ou José da Silva Picão, lavrador em Elvas, que nos deixou descrita de uma forma detalhada e de tom pitoresco a vida agrícola da sua região, considerava o *monte* como símbolo do “trabalho e da abastança (...) sintetizando em si toda a vida agrícola alentejana”⁹, num todo, de vias de comunicação, que ligam as culturas agrícolas e as estruturas produtivas, formulando o conjunto de estudo.

A tradição da construção de *montes* é estudada pelo arquitecto Jorge Cruz Pinto, que num estudo mais recente denominado de *Arquitectura da Planície: cinco situações de montes no Alentejo*, analisa as casas e aglomerações agrícolas de *montes*, no entendimento das suas cinco possíveis tipologias e vocações de estratégia e preferência por suaves cabeços ou encostas.

Com o estudo de *Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve: forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*, de Miguel Reimão Costa, o *monte* funciona como elemento do âmbito rural que se associa a uma exploração agrícola, como universo de organização de diversas actividades. O *monte* assumia-se como centro de uma área de recursos produtivos, que vinculava a acção e transformação daquela paisagem a diferentes escalas e na relação de proximidade com outros *montes*

O *monte* traduz o modelo de exploração do território, marcando o centro privilegiado na paisagem, que assinala a sua presença como dispositivo utilitário de orientação, assim como, ponto de observação da paisagem em torno deste, considerando a questão visiva que lhe está subentendida.

Conformado como arquitectura do lugar pela forma como se assume, na orografia dos montículos, a sua posição e organização constitui uma síntese desta arquitectura, compreendendo aspectos mais decisivos, quanto à importância da sua caracterização a diferentes escalas, desde a casa, *monte*, até às arquitecturas singulares e produtivas e à relação com outros *montes* no território. Os valores agrários associados a estes locais, hierarquizaram o desenho e forma das estruturas arquitectónicas neste território, como unidades de subsistência, que tiraram partido da terra, assumindo tipologias edificadas específicas para os trabalhos base a cumprir.

No caso de estudo, o *Monte Branco da Serra*, anteriormente centro activo de exploração de uma herdade, “como a maior parte das construções congéneres, está implantado sobre um suave cabeça.”¹⁰

O isolamento em que se encontrava e ainda a proximidade da fronteira, determinou nos seus habitantes um forte sentido de defesa, que se deixa perceber pela sua arquitectura, assim como, a protecção das suas janelas. Salienta-se uma certa influência espanhola, que não lhe é estranha, pois os primeiros habitantes e fundadores desta estrutura eram espanhóis.

A estrutura principal do *monte* estabelece-se num só piso, “dentro de um franco sentido de horizontalidade”, onde as diversas instalações se desenvolvem em torno de um pátio, o que permitia “uma fácil vigilância das suas diferentes dependências”, exprimindo o sentido da vida doméstica e económico-profissional dos seus trabalhadores.¹¹

Para além do *monte*, centro da lavoura e habitação dos proprietários, feitor, pastores e trabalhadores assalariados, estabelece-se uma relação com outros elementos que pontuam a herdade, que denominámos de arquitecturas singulares e produtivas, que se estabelecem numa cota inferior à do *monte*, que assume a sua imponentia. Estas funcionam como estruturas relacionadas com o trabalho produtivo da herdade, quer com a horta, cultura cerealífera, apanha da azeitona ou mesmo a produção de gado suíno e bovino.

Este *monte* é ainda um claro exemplo de um conjunto de traços culturais e sociais muito específicos, estrutura de povoamento isolado na paisagem e de valores patrimoniais singulares.

¹⁰ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.115

¹¹ Idem, *Ibidem*, p.115

ESTRUTURA

A dissertação organiza-se em três partes:

- uma primeira pretende contextualizar uma série de conceitos que serão recorrentes e preponderantes ao longo da dissertação, como uma aproximação ao enquadramento da paisagem alentejana e construções vernaculares, contextualizadas na estrutura fundiária particular sobre a terra;

- a segunda parte, enuncia os estudos desenvolvidos sobre a arquitectura popular e vernácula, no contexto territorial em aproximação, enunciando os exemplos estudados e particularizados deste tipo de arquitecturas com determinação de tipologias, assim como os contributos e circunstâncias da evolução do povoamento rural, particularizando a questão do *monte*;

- a terceira parte corresponde à análise monográfica, mais detalhada do caso de estudo, a Herdade do *Monte* Branco da Serra, numa pesquisa que usa elementos gráficos, como cartografia militar 1:25000, cartas cadastrais 1:5000 (informação gentilmente cedida e consultada nos serviços de Finanças de Moura, assim como a ajuda indispensável para a sua compreensão do Sr. Carvalho, topógrafo na Câmara de Moura, que também nos acompanhou em visitas de campo que se seguiram) e ortofotos, que enquadram e relacionam este caso, com os restantes que se estabeleceram na unidade cadastral da junta de freguesia do mesmo, chegando depois ao estudo dos valores enunciados e analisados dos diferentes elementos constituintes desta paisagem, nomeadamente, vias de comunicação (rede viária) e conexão dos elementos singulares, as arquitecturas produtivas, relacionadas com a propriedade e o edificado arquitectónico habitacional, *monte*, sede de uma grande lavoura.

1.0 CONCEITOS DE PAISAGEM E PATRIMÓNIO

1.1 A Paisagem

1.2 O Património

1.3 O Património Vernacular e Rural

1.4 A Paisagem como Património



1.1 A PAISAGEM

A paisagem, na sua dimensão, surge com a ocupação do planeta, podendo desta forma, ser virtualmente estudada desde a Pré-história, ao longo do tempo e, após várias épocas e civilizações. As primeiras designações de paisagem, surgiram em manuscritos datados da Idade Média, encontrando-se esta palavra, ligada à tradução da palavra latina *regio*, tida por área, território de cariz administrativo, que permitia a identificação da posse.¹

Desde esse momento a noção de paisagem, mesmo que sem uma reflexão conceptual, é já identificada, na medida em que a partir da observação do meio, os primitivos habitantes da Terra, retratavam através da pintura rupestre o seu quotidiano.

No entanto, as suas premissas históricas podem ser verificadas a partir do século XV, no Renascimento, incrementado pelos novos pensamentos humanistas e científicos. Surge uma nova abordagem, antropocêntrica, promovida pela curiosidade do indivíduo pelo meio que o envolve, fazendo com que desde então a paisagem seja valorizada de forma crescente.

Enquanto reflexo de uma ideia de natureza, a paisagem assume no Romantismo a categoria de objecto de fruição estética, cuja representação é reconhecida, com mínima intervenção do homem.

Em ambos os momentos - Renascimento e Romantismo - a ideia de paisagem é construída a partir do olhar, em que no espírito romântico o carácter pictórico da paisagem funde-se com uma série de sentimentos, revelando-se sobretudo uma personificação da paisagem.

A paisagem, tal como a reconhecemos actualmente, encontra-se desdobrada em plurais formas de realidade, sendo objecto de sucessivas mutações e deslocações.

Pode dizer-se que a noção de paisagem é um termo polissémico, que lhe tem implícito a diversidade, flexibilidade e a complexidade com uma maior ambiguidade. Ainda que seja uma palavra utilizada de forma corrente, o seu significado depende da disciplina que lhe serve de enquadramento, sendo o olhar e a abordagem necessariamente diferentes. “A verdade, se quisermos aceitá-la em toda a sua crueza, é que, simplesmente, não é possível descrever uma paisagem com palavras. Ou melhor, ser possível, é, mas não vale a pena.”²

O conceito de paisagem implica sempre a participação directa ou indirecta do indivíduo, resultado da interacção espacial e

“Paisagem (s.f.): Extensão de território que o olhar alcança num lance; vista; panorama. Conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar. Espaço geográfico de um determinado tipo (...)”.

HOUAISS, António, (2005), “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, p. 6022

¹ HENRIQUES, Magda (2005), in *Escrita na Paisagem - Festival de Performance e Artes da Terra*, p.13

² SARAMAGO, José, (2008) in *A Viagem do Elefante*, Editorial Caminho

temporal deste com o território. Na paisagem o homem modela e contempla a natureza. Segundo o olhar do geógrafo, Orlando Ribeiro, a paisagem constitui o produto do passado e o registo da memória colectiva, que traduz a história do povoamento e a forma de aproveitamento dos solos de um determinado espaço geográfico.³

Os modos de vida do mundo moderno, as consequências determinantes do processo de industrialização na Europa, a partir da Revolução Industrial, o crescimento acelerado das cidades, contrapunham, assim, civilização e natureza, em que a paisagem continha os valores simbólicos, que ficam esquecidos perante uma visão materialista e racional do mundo. A própria noção de modernidade é construída como domínio sobre a natureza.

Para se salvaguardar a sustentabilidade de um determinado espaço, cultura e entendimento da paisagem, há que atender à compreensão desta como uma unidade estética, um sistema ecológico complexo e suporte da sociedade. Esta desenvolve-se e transforma-se constantemente, através de processos naturais em simultâneo com a acção humana, constituindo unidades espaciais e sistemas dinâmicos em constante transformação. “A paisagem é uma escrita que se inventa e reinventa sobre um texto anterior a partir do qual se escreve outro texto.”⁴

Caldeira Cabral acrescenta à definição do conceito: “paisagem como uma figuração da biosfera que resulta da acção complexa do homem e, de todos os seres vivos em equilíbrio com os factores do ambiente.”⁵ A acção humana inspira-se na implementação de formas e modelos que procuram a beleza e o desejo de afirmar uma harmonia entre a obra humana e a sua raiz e envolvente natural.

No estudo *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Cancela d’Abreu, explicita que a paisagem é considerada como “um sistema dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter.”⁶

Em resultado das experiências desenvolvidas pela Unesco desde 1992 e das proposições estabelecidas na *Convenção Europeia da Paisagem*, cuja carta foi assinada em Florença no ano

³ RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAUVEAUS, S. (1988), *Geografia de Portugal IV - A Vida Económica e Social*, Sá da Costa, Lisboa, p.990

⁴ CARAPINHA, Aurora (2005), in *Escrita na Paisagem - Festival de Performance e Artes da Terra*, p.9

⁵ CABRAL, Francisco Caldeira (1993), *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa, p.26

⁶ ABREU, Cancela (2002), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Colecção Estudos 10, Lisboa, p.12

de 2000, define a paisagem como “parte do território tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos”⁷ e das suas inter-relações. O tema das paisagens culturais coloca-se na actualidade como uma forma inovadora de conceber a protecção e a gestão do património cultural.

A identidade da paisagem tem por base a existência de traços característicos, que as individualizam e contribuem para o seu reconhecimento. “A palavra paisagem revela-nos uma relação de intimidade, de afectividade enquanto elementos definidores da ideia de paisagem. O termo latino *pagus*, com o termo holandês antigo *landschaft*, que define paisagem, significam mais do que uma mera organização de espaço, expressam relações que os habitantes têm com o lugar, entre as suas obrigações para com a comunidade e com a terra.”⁸

Reconhecendo que a “paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana; (...) contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural.” O conceito de paisagem é então entendido de forma global, conjugando paisagem urbana e rural, dado que se articulam.⁹

O arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles vem acrescentar à definição, a noção de “paisagem global”, que quantifica a paisagem como um todo, em que cada elemento constituinte é influenciado e influencia os restantes, esbatendo-se a diferença entre o espaço urbano e o espaço rural. Existe assim, permanentemente, uma ligação de complementaridade entre estes espaços, sem perderem as suas características próprias e nunca deixando de servir os interesses comuns da sociedade.¹⁰

A paisagem rural, integrada no conceito de “paisagem global”, resultante na sua grande maioria da actividade agrícola exercida pelo homem, tem sofrido ao longo dos tempos fortes transformações, a par de mudanças lentas, seja pelo abandono ou pela substituição das mesmas. Na verdade, desde sempre a agricultura desempenhou um papel importante na dinâmica das paisagens, contribuindo para a “construção” das mesmas, e não é menos verdade que a agricultura é cada vez mais apenas uma actividade do mundo rural.

⁷ Convenção Europeia da Paisagem, Decreto n.º4/2005, Florença, 20 de Outubro de 2000, Capítulo I, Artigo 1.º

⁸ CARAPINHA, Aurora, (2005), in *Escrita na Paisagem - Festival de Performance e Artes da Terra*, p.10

⁹ Concelho da Europa, (2000), *Convention Européenne du Paysage et Rapport*, Florença 20.x2000. T-Land, Estrasburgo

¹⁰ RIBEIRO TELLES, Gonçalo, *Paisagem Global. Um Conceito para o Futuro*. Iniciativa para o Desenvolvimento, a Energia e o Ambiente. Número especial (Abril 1994) pp. 28-33

Ao espaço rural composto por ecossistemas modificados pela acção do homem, através da prática agrícola podemos designar por agroecossistemas. Os sistemas agrícolas, outrora específicos dos espaços rurais caracterizavam-se por um equilíbrio na utilização dos recursos naturais. A paisagem rural em Portugal apresenta grande variedade, o que contribuiu para o acentuar de contrastes no território e a extrema diversidade de mosaicos de cultura.

Impulsionada pela crescente globalização e padronização das sociedades, que conduz a uma perda de identidade do lugar (*genius locci*) e consequentemente da sua história natural e cultural, estabelecer uma conservação da paisagem, torna-se fundamental para a sua correcta leitura.

A humanização da paisagem pode entender-se como a projecção geográfica da evolução cultural do homem, originando paisagens mais estruturadas, pelas intervenções que desencadeia e pela diversidade de elementos que a paisagem introduz. O saber do homem está impresso na paisagem e funde-se na estrutura actual, como uma interpretação da cultura humana.¹¹

No Sul do País - nomeadamente no Alentejo - num período que compreende sobretudo o final da época romana até ao início da Idade Média, a paisagem era formada por reduzidos núcleos populacionais junto dos campos cultivados. O *ager* correspondia aos campos cultivados, sector de produção localizado junto dos núcleos populacionais, a *silva* correspondia às matas sujeitas a exploração, sendo este um sector com carácter de protecção e o *saltus* que desempenhava as funções de pastagem, embora fosse comum a existência de arbustos.¹²

Actualmente, esta paisagem modificou-se de tal forma que as transformações realizadas tornam a paisagem do meio rural vulnerável, que a curto prazo perderá tendencialmente o seu carácter e os valores culturais que a caracterizam.

As paisagens contínuas sem grandes intervenções continuam a persistir, apesar das grandes arroteias realizadas para a obtenção de espaço cultivável.

O reconhecimento da gradual degradação das paisagens, e do seu empobrecimento levou à necessidade de criação de uma legislação específica a nível nacional e internacional.

¹¹ MENDONÇA, N. (1989), *Para uma poética da paisagem*, Dissertação de Doutoramento no ramo das Artes e Técnicas da Paisagem (policiado), Universidade de Évora, Évora

¹² SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008), *Estoi - Paisagem e Património no meio rural*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora

Hoje, sabe-se que a paisagem estabelece, no tempo e no espaço, relações complexas e de transformação, de extensão e matriz, estruturais e sistémicas, específicas e de reacção, que se constituem como objecto para o pensamento e discussão da crítica proposta. O reconhecimento da paisagem enquanto produto cultural específico, evolutivo, geográfico e temporalmente inscrito, de construção e representação de identidade em Portugal, permite a organização e o incentivo à reflexão crítica sobre este tema.



Montalvo . *Monte* em Moura, Freguesia de São Agostinho . (2013) ©Sílvia Teles



1.2 O PATRIMÓNIO

Inicialmente resumido a uma consideração associada à antiguidade, e só mais tardiamente estendido ao conceito de monumento, o conceito de património, estimulado pelos ideais da Revolução Francesa, sofre algumas alterações rompendo com o entendimento da visão anteriormente concebida, passando a uma visão mais abrangente.

Naturalmente, o conceito de património adquiriu novos valores, confundindo-se com um sentimento de posse, associado aos bens materiais.

Por norma, preserva-se e conserva-se aquilo a que é atribuído valor ou a que se reconheça características ou estatuto de “portador de significados inalienáveis, de pertença pessoal, comunitária ou universal”.¹³

Pode-se afirmar que existem vários sentidos para o termo património. Este conceito aparece ligado às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade, enraizada no espaço e no tempo e hoje requalificado por diversos adjectivos como natural, histórico, genético, que fazem dele um conceito “nómada”, sendo empregue quotidianamente para designar um conjunto de bens materiais e ou direitos, acções, posse e tudo o mais que pertença, ou seja, susceptível de apreciação económica e histórica.¹⁴

A dimensão da memória permite ao Homem comunicar através de uma linguagem que reconhece, mede e entende na capacidade de construção de significados. Só a memória nos permite guardar, conservar, preservar lembranças, num processo vincutivo com que se relata a própria História. Esta memória é associada ao conceito de património, como elemento de salvaguarda dos bens culturais e entendidos estes como “reserva da memória”, que deverá acrescer-lhe a dimensão de herança material ou imaterial de valor.

Com o reconhecimento deste conceito, associado à memória, tornou-se comum apontar para a emergência da consciência patrimonial e o reconhecimento do seu valor cultural, enquanto parte integrante da memória social de uma comunidade, durante o período do romantismo, tanto na Europa, como em Portugal, surgindo este como reacção ao impacto da Revolução Industrial.¹⁵

Significado de Património (s.m.): “herança familiar; conjunto de bens familiares; FIG. Grande abundância, riqueza, profusão; bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade que passa (m) por um processo de arrolamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s). JUR. conjunto de bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa. (...)”

HOUAISS, António, (2005), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, TOMO XVI, Temas & Debates, Lisboa, p.6029

¹³ ALVES, João Emílio (2005). *Sobre o património rural: contributos para a clarificação de um conceito*, Cidades, Comunidades e Territórios, p.42

¹⁴ CHOAY, Françoise (2006), *A Alegoria do Património* p.11

¹⁵ BARREIROS, M.^a Helena e CRAVEIRO, M.^a Teresa, (1995), *Património e planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa in Sociedade & Território*, nº 22, p.70

Limitado inicialmente aos bens culturais com algum valor material efectivo, ao conceito de património foram agregados todos os valores patrimoniais que identificam e caracterizam uma comunidade ou civilização.

Ao património produzido pelo homem, foi associado o património natural, no qual estão incluídas paisagens e territórios com valor ecológico, estético, simbólico e material. Ultrapassa-se, assim, o estrito conceito monumentalista de património.

Com este impacto respondeu-se com a necessidade de preservar a memória dos lugares e de um “saber-fazer” humano em risco de desaparecimento, conduzindo por vezes a uma sacralização. Esta tomada de consciência prolongou-se ainda pela “legitimação e reforço da identidade das novas nações europeias, imersas durante grande parte do séc. XIX no processo de consolidação política da sociedade burguesa.”¹⁶

Refere-se este conceito a tudo o que é herdado, tangível ou intangível, quer se trate de monumentos, obras de arte ou áreas de elevado valor natural. Património associa-se a uma ideia do que está acessível e disponível ao conhecimento de todos, um termo com uma vasta abrangência e amplitude de significados, acentuado pela cada vez maior regressão da perspectiva centrada no carácter monumental, e a uma recente valorização do seu carácter pedagógico.

De uma forma geral, considera-se o património como uma construção sociocultural, determinada pela capacidade de representar simbolicamente uma identidade. Na paisagem, essa noção encontra-se claramente na identidade das comunidades que a ocuparam e modelaram ao longo do tempo.

A globalização deste tema, relativo ao lugar e à importância da preservação do legado histórico/patrimonial, adquire significado em 1931, com a *Carta de Atenas*, determinando os principais focos da temática para directrizes de carácter técnico, orientadas essencialmente para problemas de restauro de edifícios considerados monumentos. É sobre a figura do monumento, entendido como objecto singular, que repousa a legislação nacional e internacional deste assunto, justificando a necessidade de controlar as transformações no espaço envolvente ao mesmo, entendido como “(...) uma potencial ameaça à sua integridade, do que como um possível valor em si, muitas vezes indissociável do próprio monumento.”¹⁷

¹⁶ BARREIROS, M.^a Helena e CRAVEIRO, M.^a Teresa, (1995), *Património e planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa in Sociedade & Território*, nº 22, p.71

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p.70

Os primeiros conceitos para a preservação e restauro de património edificado, estabelecidos pelo arquitecto francês Eugène Viollet-le-Duc, no início da década de sessenta e da *Carta de Veneza*, realizada no âmbito da Unesco, em 1964, um século depois, lançou as bases para o reconhecimento e consagrou internacionalmente a noção de sítio urbano ou rural com valor patrimonial.

Muito embora se tenha desencadeado uma maior aproximação a este conceito, este só viria a conhecer um impulso determinante a partir do pós-guerra, altura em que se assiste à emergência de figuras legislativas marcantes, para a consagração dos espaços envolventes aos monumentos, igualmente de reconhecido valor histórico e patrimonial. O conceito de património, está hoje ligado, globalmente ao âmbito cultural, em que “o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais.”¹⁸

Em Portugal, o conceito de património, particularmente o de património cultural construído, conhece uma fase marcante na afirmação da sua importância com a elaboração do primeiro inventário oficial de monumentos considerados dignos de preservação, em 1891. Esta determinação viria a influenciar as legislações subsequentes, quer durante a Primeira República, quer durante o regime ditatorial do Estado Novo. Mais tarde, este conceito integrado nas tendências do ponto de vista conceptual e prático, rentabilizando este enquanto plataforma de desenvolvimento local (contexto urbano e rural), destaca-se nas políticas de planeamento e ordenamento territorial.

Preservar o património passa assim a beneficiar de um entendimento alargado, incorporando a necessidade de reutilizá-lo e devolvê-lo às comunidades de pertença. “O património deixou há muito de estar apenas confinado ao interesse das elites ou ao dever da protecção do Estado, para passar a integrar, de forma diferenciada, é certo, preocupações de mais vastas camadas sociais.”¹⁹

A conservação e salvaguarda do património deve compreender as questões subjacentes ao conceito deste mesmo, como identidade, estrutura e significado, que representam a importância de determinados elementos do passado para o Homem. A conservação deste deve ser efectuada através da preservação dos territórios e assim sendo a compreensão da temática do património, assume um papel fundamental no desenvolvimento das paisagens e das populações.²⁰

A noção de património, estabelecendo uma ligação com o passado e revelando a identidade cultural de um povo, representa um apoio para o desenvolvimento futuro.²¹

¹⁸ CHOAY, Françoise (2006), *A Alegoria do Património* p.12

¹⁹ REIS, Manuela.1999, *Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica* in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº29 p.79

²⁰ CASTELLS, M. (2003), *O Poder da Identidade*, citado por SANTOS, Rui Miguel Terremoto, (2008), *Estoi - Paisagem e Património no meio rural*, p.115

²¹ CASTELLS, M. (2003) *O Poder da Identidade* p.29



1.3 O PATRIMÓNIO VERNACULAR E RURAL

No final do século passado, foram lançadas diversas iniciativas, para o desenvolvimento local em espaço rural e a revitalização e reabilitação dos núcleos populacionais, nos quais era conferido particular destaque à valorização do património construído vernáculo.

Este termo “correspondente a manifestações do engenho humano outrora consideradas menores, ou nem sequer consideradas”, expressão fundamental da cultura de uma comunidade e da sua relação com o meio natural. Entra no vocabulário de todos os que se interessam pela conservação em geral, tornando-se cada vez mais importante com o aumento da globalização e da homogeneidade das culturas, o seu reconhecimento de forma a reverter essa perda.²²

Os sistemas tradicionais de construção e as competências artesanais associadas ao vernáculo “devem ser retidas, registadas e passadas para as novas gerações de artesãos e de construtores, através da educação e da formação.”²³

Enquanto recurso específico (e articulado com outros), este conceito capaz de contribuir para o futuro de territórios - neste caso de territórios rurais - funciona como “âncora” dos processos de desenvolvimento locais integrados, e respectiva valorização sociocultural, simbólica e económica daqueles territórios e das comunidades e populações residentes. Como forma de reconhecimento de património, “quer seja natural ou cultural, paisagístico ou arquitectónico, histórico ou artístico, o rico património dos territórios rurais europeus representa, efectivamente, um recurso a valorizar e a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento”, gerador de uma paisagem humanizada onde território e património formam um conjunto indissociável.²⁴

Para determinados territórios, o património constitui mesmo, por vezes, o recurso em torno do qual se poderão articular a estratégia de (re)desenvolvimento e a intenção de compor uma identidade local.

Esta expressão da relação entre Homem e território tornou possível a criação de práticas culturais singulares e próprias do meio. Simbolizam um património próprio e único, que enquanto se mantém vivo, necessita de mudar e de se adaptar para continuar a responder às necessidades sociais, sob pena de ser abandonado

²² RIBEIRO, Vítor, (2008), *Património Rural origens e âmbito do conceito*, p.14

²³ ICOMOS (1999), *Carta sobre o Património Construído Vernáculo*, ICOMOS 12th, General Assembly, Mexico

²⁴ CHAMPETIER, Yves, (1998), *O Recurso-património*, fonte: LEADER Magazine No.17 - Desenvolvimento das zonas rurais desfavorecidas da União Europeia <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/herit/ante.htm>

pelo seu sentido arcaizante. São “arquitecturas” da paisagem, que marcam costumes e hábitos da vida rural.

Segundo Rudofsky, a arquitectura designada de corrente e dedicada a uma elite do mundo rural, constitui o grosso da produção arquitectónica, correspondendo, em muitos casos, a uma “arquitetura sem arquitectos”, num processo de adaptação, assumindo a essência que reside na sua vulnerabilidade e precaridade.²⁵

Os elementos vernaculares, referem-se a um conjunto de construções destinadas à produção e apoio de determinadas actividades agrícolas (moinhos, azenhas de cereais, lagares de azeite e vinho, pombais, fornos, entre outros) construídos de forma a corresponder ao imediato, e ao carácter funcional e técnico, não sendo construções de grande volumetria como a habitação (*montes*, quintas), são funcionais e de carácter eminentemente agrícola. Devido ao carácter funcional, estas construções são abandonadas por razões de obsolescência, face às novas funcionalidades exigidas pelos novos processos produtivos.

No âmbito particular do conceito de património, e como oportunidade prática e sistemática de investigação, nos domínios do património construído vernáculo, a análise parte, de uma abordagem mais genérica e territorial, a uma mais específica, local e particular, essencial ao suporte da prática de projecto e intervenção nestas áreas e núcleos rurais.²⁶

A arquitectura do meio rural, caracteristicamente popular, parece brotar da paisagem, cujas coordenadas construtivas foram durante muitos anos as condicionantes naturais - o relevo, o clima, as matérias-primas e a tradição. Os processos construtivos, avessos à inovação, regem-se pelo funcionalismo do edifício, vivência doméstica e local, conferindo uma malha própria a cada espaço rural. “A pequena construção de importância e significados locais e, (...) a habitação que em cada agregado humano serve simultaneamente os assalariados rurais, os muito pequenos proprietários e ainda uma população de actividade complementar” estabelecem um apurado sentido de economia e de valorização do espaço útil e adaptado ao meio, com instalações para animais, alfaías, ferramentas e armazenamento de produtos e habitação, divulgando as “premissas exaustivamente procuradas em

²⁵ RUDOFSKY, Bernard, (1981). *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, p.23

²⁶ RIBEIRO, Vítor, AGUIAR, José, COSTA, Miguel Reimão, *Do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa à investigação local aplicada, Património vernacular construído*, A este propósito, cf. o conceito de arquitectura vernacular definido na Carta sobre o Património Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999).

modelos importados e indispensáveis à corporização de toda uma orientação contemporânea em matéria de habitat.” Verificou-se mudanças bruscas na herança do vernáculo agrícola, devido a “descoberta de um mundo novo pelas nossas populações agrárias, descoberta que continua a processar-se com uma aceleração incomportável para mentalidades criadas no decorrer lento e inalterado da vida dos campos.”²⁷

O património em meio rural está agora no cerne de processos de estudo, traduzidos em oportunidades de desenvolvimento tendentes à inversão, ou pelo menos atenuação, dos problemas que ainda, persistem, e que vão configurando o mundo rural, em nome de um modelo de desenvolvimento que há muito se encontra em crise.

O consequente abandono, ditado pelos processos de industrialização, urbanização, êxodo rural e envelhecimento da população, levou a que o património em causa detenha o reconhecimento que há muito lhe era merecido. Num processo de investigação e análise, de uma certa ideia de ruralidade, agora mais simbólica do que efectivamente agrícola, que confirma as raízes identitárias como um factor de valorização endógena construída a partir da “descoberta” do património como recurso a considerar no âmbito da diversificação económica associada às novas dinâmicas emergentes, pretendeu-se estabelecer e promover objectivos e princípios, bem como um conjunto de práticas de intervenção que lhe estejam associadas, para manter ou restabelecer a valorização adequada e a preservação.

A percepção do património no que respeita às actividades produtivas e agrícolas, mudou muito nos últimos anos em Portugal, contribuindo para um importante processo de consciencialização.

Na sequência de movimentos que desencadearam reflexões acerca das transformações nos modos de vida e produção e que estimularam uma alteração acelerada da paisagem, surgiram na segunda metade do século XX, conceitos ligados com a problemática da arquitectura e da paisagem rural. O estudo deste património e a avaliação das condições objectivas de intervenção, deve compreender um estudo da estrutura fundiária e produtiva, os recursos e a transformação da paisagem.

²⁷ LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata, (1960), *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural* - Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, pp.12-13

Em 1977, o Apelo de Granada, sobre a *Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território*, constitui-se no primeiro documento a referir de forma específica, a necessidade de salvaguardar a singularidade do património rural.²⁸

O documento apela a uma conservação e salvaguarda dos valores estéticos mas também ao seu carácter de testemunho de uma sabedoria secular englobando, “todas as construções isoladas ou agrupadas, que estejam ligadas às actividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como à pesca; que apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico e pitoresco; e se integrem na paisagem de um modo coerente”, cuja importância a Declaração de Tlaxcala, em 1882 virá reafirmar.²⁹

Impulsionado pelo alargamento do conceito de cultura ao conjunto dos “traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social”³⁰ e dando destaque ao “Património Imaterial”³¹, surge em 1999, a *Carta do Património Construído Vernáculo*, onde se vê consagrada a singularidade da expressão de uma comunidade e identidade, na relação de um povo com um determinado território, demonstrando a diversidade cultural existente no mundo e a forma como cada comunidade cria o seu habitat, resultado de um processo evolutivo e de adaptação social constante ao ambiente.³²

O conceito de património cultural é assim, inclusivo da “arquitectura da paisagem”, sustentada pela natureza biofísica do território. A forma de analisar e avaliar o património paisagístico deve ser entendida de uma forma ampla, compreendendo todas as componentes da paisagem. Esse tipo de abordagem reduz subjectivamente as falsas leituras que poderão conduzir a conclusões erradas, que podem repercutir-se negativamente em perdas irreparáveis.³³

Hoje em dia pode falar-se de uma consciência patrimonial, baseada no reconhecimento de um “Património de proximidade”³⁴, composto por lugares de memória e antigas estruturas produtivas que se vão perdendo e caindo em esquecimento, às quais é, por vezes, associado o termo de “Património difuso”³⁵, atribuída a

²⁸ Conselho da Europa (1977). *Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território*. In LOPES, F., & CORREIA, M. B. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico*. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais

²⁹ ICOMOS (1982), *Declaração de Tlaxcala* sobre a revitalização das pequenas aglomerações, 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Património Monumental

³⁰ ICOMOS (1985), *Declaração do México*, Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, México

³¹ UNESCO (2003), *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Conferência Geral, 32.ª Sessão, Paris

³² RIBEIRO, Vítor, (2008), *Património Rural* - origens e âmbito do conceito, p.15

³³ BARATA, F. T. e MASCARANHAS, J. M. de (2002), *Preservando a Memória do Território - O Parque Cultural de Tourega / Valverde*, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrâneos, Universidade de Évora

³⁴ SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008), *Estoi Paisagem e Património no meio rural*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, p.33

³⁵ Idem, *Ibidem*, p.33

pequenas edificações de arquitectura vernácula. As estratégias usadas pela arquitectura vernácula, têm vindo a ser valorizadas, pois o seu significado e potencialidade têm permitido definir princípios, sob a perspectiva da sustentabilidade e aplicáveis à arquitectura contemporânea, assim como ao desenvolvimento económico e social, à defesa e preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do património cultural.



1.4 A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO

Reconhece-se, claramente, uma tendência para a patrimonialização largamente associada, à expansão da área do que é entendido como património. No que diz respeito ao património edificado, como a outros valores culturais, significativos e representativos de uma comunidade ou cultura específica, o destaque de temas como, cultura e património, apresentam o entendimento que lhes é subjacente, termos cuja referência é de primordial importância para o desenvolvimento quer do homem, quer das sociedades, onde se destaca.

O uso deste termo tem-se expandido e o seu recente e rápido crescimento de produção patrimonial, sincronizado com a supremacia e homogeneização dos padrões culturais, onde a vertente massificadora e mercantil tem emergido, conjuga-se com a componente da produção material. No início do século XX, a noção de património, surge associada cada vez mais a maiores parcelas de território e paisagem. Este facto deveu-se sobretudo à existência de um paralelismo entre as noções de território e património.

Colocando de parte uma suposta análise científica dos vários conceitos de paisagem, este objecto de estudo corresponde a um espaço com determinada proximidade, ou seja, ao alcance do olhar humano. Pode dizer-se que varia entre algumas dezenas de metros a vários quilómetros, tantos mais quanto mais favorável for o ponto e o momento de observação.³⁶

Segundo o Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, a paisagem é obra do homem, realizada com o permanente apoio da natureza, é o mais importante património cultural de uma região ou comunidade. É na paisagem que se desenvolve a vida de um povo, aliado à complexidade ou diversidade de um território, sendo por isso evidente que o conceito de património cultural contemple além de múltiplos aspectos, a arquitectura da paisagem.³⁷

A paisagem é património a partir do momento em que é singular. Esta singularidade, por si só, introduz uma preocupação social em garantir, a transmissão de conhecimento em anos vindouros. Esta preocupação é tanto maior quanto mais ameaçada estiver aquela paisagem em risco de desaparecimento, passando à categoria de bem raro e assim muitíssimo valorizada.³⁸

³⁶ ALMEIDA, Ant3nio Campar de, *Paisagens: um Patrim3nio e um Recurso*, p. 37

³⁷ TELLES, Gonçalo Ribeiro, (2003), *As Autarquias e a Ordenamento da Paisagem - A "Morte" da Paisagem*, in Al-Uln3, Arquivo Hist3rico de Loul3, n.º9, Loul3

³⁸ PEIXOTO, Paulo (2002), *Os meios rurais e a descoberta do patrim3nio*, p.175

Como resultado de um vasto processo de humanização da paisagem natural, surge, ao longo do tempo, a paisagem cultural. A humanização é verificada por mudanças constantes, resultantes da apropriação da paisagem, adaptando-a às necessidades do homem com valores sociais, culturais, étnicos e económicos diversos, que dão origem a uma mistura mais ou menos diversificada.³⁹

A globalização, provocou consequências na padronização da cultura, assim como possibilitou o consubstanciar do património numa das componentes essenciais e novas formas de consumo.

O assegurar da sua perenidade, estabelecendo vínculos de continuidade com este, torna clara a existência de uma memória colectiva, que tanto pode transparecer na produção de artesanato, na recuperação da arquitectura vernácula, ou no estabelecimento de matrizes importantes de patrimonialização de paisagem, evitando que o objecto de estudo particular e específico se dissipe face aos valores cada vez mais standardizados.

A revitalização de áreas centrais e pequenos aglomerados rurais, constituem uma componente de acção, tendo em conta a potencial rendibilização, quanto à formulação da própria ideia de património. Os traços de modernidade estavam menos presentes, a conservação do que era susceptível de ser entendido por património é de difícil compreensão por parte das populações. À transformação do espaço em património associa-se a transformação do espaço em paisagem.⁴⁰

Os ideais de harmonia da natureza “pura”, no exemplo do período do Romantismo e Naturalismo, conduziram a acções pontuais de protecção da paisagem de alto valor estético, em que prevaleceu, a noção de dádiva, entendida como legado ou oferta, sendo transmitida às gerações seguintes com o significado de herança a preservar. As associações naturalistas, que emergiram no início do séc. XX, reuniram esforços para a criação de reservas que evitassem a extinção de espécies em risco, estando estas directivas presentes na base do 1.º Congresso Internacional para a Protecção da Natureza, realizado em 1923, em Paris.⁴¹

No pós-guerra, avultavam as cartas e convenções produzidas a partir de iniciativas da UNESCO e do Conselho da Europa.

³⁹ CARVALHO, M. A. Cruz de (1994), *Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação - o caso do vale da Ribeira de Seda Rola*, p.78

⁴⁰ SILVANO, F. (2003), *Patrimonialização do Espaço e Afirmação Identitária - construção cultural de paisagens na Área Metropolitana de Lisboa*, in Al-Madan, Centro de Arqueologia de Almada, 11 Série, n.º. 12, p.29

⁴¹ I Congresso Internacional para a Protecção da Natureza, (1923), Paris http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342002000400002&script=sci_arttext

Em 1954, esta última instituição assina, em Paris, a Convenção Cultural Europeia para o estudo mútuo entre países através da língua, da história e da civilização, enquanto a UNESCO promove a Convenção de Haia para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado.

Na Carta de Veneza, de 1964, o tema é a conservação e o restauro de monumentos e sítios, numa perspectiva de preservação da envolvente, representando a noção de monumento histórico que compreende a criação arquitectónica isolada bem como o local urbano ou rural, que é testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.⁴²

A uma escala mais ampla, a mundial, o património paisagístico, surge como uma referência mais simples, já que decorre de um processo de classificação pela UNESCO, com base no que foi consignado em Paris, (como anteriormente já foi referido), na Convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural, em 1972.⁴³

Ainda que, a paisagem rural dos nossos dias não possa nem deva ser lida apenas como resultante das modificações operadas nas últimas décadas, dado que também foram importantes as que anteriormente ocorreram, no séc. XVI e sobretudo no séc. XIX, parece evidente que estas nunca anteriormente tinham sido ao mesmo tempo tão rápidas, porque praticamente se fizeram no decurso de uma geração, nem tão profundas, a ponto de serem os conjuntos paisagísticos anteriores às políticas produtivistas do pós-guerra, alegadamente designados como *tradicionais*.

Seguiram-se, no âmbito do Conselho da Europa, convenções sobre o Património Arqueológico (Londres, 1969 e La Valeta, 1992), Património Arquitectónico (Amesterdão, 1975; Granada, 1985) ou Arquitectura Rural (Granada, 1976), enquanto sob a protecção da UNESCO foram realizados encontros para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (Paris, 1972), ou salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais (Nairobi, 1976). O Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), uma ONG, promoveu os temas do Turismo Cultural (Bruxelas, 1976), dos Jardins Históricos (Florença, 1981) ou das Cidades Históricas (1987).

⁴² A Carta de Veneza foi aprovada no decurso de II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964

⁴³ Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão

De uma forma geral, a evolução destes documentos, reflecte um aumento da abrangência e evitando ignorar algum componente do património, numa preocupação em introduzir um carácter dinâmico e relacional do património com as áreas envolventes. Simultaneamente, adquirem maior destaque a importância da gestão de inventários e da constituição de zonas protegidas, como o termo mais abrangente, paisagem.

Em Portugal, a Lei n.º 11/87 de 7 de Abril (Lei de Bases do Ambiente), define alguns instrumentos de gestão de paisagens, como ilustra o artigo 19º: “a protecção e valorização das paisagens, caracterizadas pelas actividades seculares do Homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sócio-cultural que criaram, revelam-se importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural.”

No caso em estudo, os *montes*, o conceito de paisagem como património assume diversas valências relacionadas essencialmente com factores de produção. A vasta dimensão das paisagens em que se inserem os mesmos, fazem destas unidades territoriais compostas, resultado de uma organização agrícola, económica e social própria destes. Destacam-se, quer pelas suas características geográficas como históricas, motivadoras da sua identidade e caracterizada pelos seus factores geográficos determinantes, como a sua morfologia própria; os endemismos vegetais e animais, o clima, as actividades socioeconómicas particulares.

A associação mais objectiva do concelho de paisagem como património, após algumas referências em encontros internacionais e monografias, surge no ano 2000, a Convenção Europeia da Paisagem. A convenção além de considerar que a paisagem integra o património natural e cultural europeu, e contribui para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia, alerta para o acelerado processo de transformação das paisagens europeias, ficando os países assinantes do acordo comprometidos a reconhecer a paisagem como expressão da diversidade de um património comum, tanto cultural como natural, logo parte importante da sua identidade.⁴⁴

⁴⁴ SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008), *Estoi - Paisagem e Património no meio rural*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, p.31

Hoje, de uma forma geral, as paisagens em Portugal, são resultado do trabalho de diversas gerações, em que além do valor cultural que encerram são o reflexo de um profundo conhecimento dos sistemas ecológicos de um determinado território e das formas de exploração que melhor tiram partido das condições ecológicas em benefício do homem, “(...)á medida que vai focando um espaço concreto vai usando outro tipo de “marcas” que podemos identificar: aqui uma igreja, ali uma mina, acolá um *monte*. Vistas assim, estas “marcas” são uma espécie de pauta em que se pode “ler”, perceber, alguma coerência e articulação na ocupação do território.”⁴⁵

⁴⁵ AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto de Alqueva*, p.73



2.0 O BAIXO ALENTEJO, CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ESTUDO

2.1 DO CARÁCTER EXCEPCIONAL DO ALENTEJO

2.1.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL - ASPECTOS HISTÓRICOS

2.3 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E MORFOLÓGICOS

2.4 CLIMA E VEGETAÇÃO - Entre o natural e o cultivado

2.1 DO CARÁCTER EXCEPCIONAL DO ALENTEJO

2.1.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL - ASPECTOS HISTÓRICOS

O enquadramento geográfico de Portugal, encontra-se bem definido numa dualidade específica, que se resume numa breve fórmula exacta: "Portugal é mediterrâneo por natureza, atlântico por posição."⁴⁶

Portugal, é portanto uma terra de contrastes, pela complexidade e diversidade de elementos que o caracterizam. Observa-se a paisagem atlântica a Norte do País, verdejante e húmida; a Sul, uma paisagem mediterrânea, com longos estios e escassamente povoada; Litoral e Interior, onde a vegetação espessa predomina, e a costa é banhada pelo Atlântico, até à aridez das terras além de Marão e os monótonos descampados alentejanos. Uma vez caracterizada por terras altas, outras vezes por terras baixas, serra e ribeira, campo e *monte*, montanha e vale, terra alta e terra chã, assim se afirma uma paisagem de complexidades e oposições, bem evidentes na economia e no povoamento.⁴⁷ Resultado de uma combinação de território e civilizações, Portugal é um país singularmente rico em aspectos e ensinamentos.

A respectiva análise das regiões geográficas pertencentes a Portugal e o estudo do território do Alentejo, que se caracteriza pela presença humana, já documentada desde o Período Paleolítico; a época do apogeu da cultura megalítica, situa-se entre os IV e III milénios a.C., encontram-se inventariadas várias centenas de monumentos em toda a região, como antas, cromeleques e menires. É exemplar, como se forjou uma aliança milenar, entre a paisagem e o património aqui presente.

No final do período Neolítico, a Sul, a influência dos povos mediterrâneos (romanos, fenícios, gregos, cartaginenses e a civilização indígena dos tartessos), deixaram importantes influências.

O tempo foi revelando as diferenças e as ligações, as continuidades e as descontinuidades. Desde a civilização romana, que deixou marcas ainda hoje presentes, como caminhos, estradas e a tradicional habitação, cuja tipologia serviu de base a um dos exemplos de habitação tradicional portuguesa, foi estudada pelo arqueólogo Cláudio Torres, o historiador Santiago Macias, o arquitecto Víctor Mestre, entre outros, que remeteram estas origens, como referência ao *monte* no Alentejo.

⁴⁶ Pequito Rebelo, *A Terra Portuguesa*, Lisboa, 1929, p.55, citado in Orlando Ribeiro, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 39

⁴⁷ RIBEIRO, Orlando; (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1986, p. 47

Os vestígios de economia pré-romana, para além de outras influências bem marcadas, como a vegetação subespontânea, constituição de paisagens primitivas, demonstraram uma oposição muito mais marcada entre estas duas metades do nosso País. Assim, segundo Orlando Ribeiro, podem entender-se duas correntes antigas de acção e formação do actual território e que influenciaram e caracterizaram a região em estudo. Numa primeira abordagem e mais antiga, compreendida do Sul para o Norte, “(...) os romanos levaram a gente dos redutos castrejos a praticar uma agricultura regular, com base na produção de cereais”, como aconteceu e se constituiu a economia agrícola no território alentejano, pela presença de longos plainos, que permitiam o cultivo de áreas maiores de cereais.⁴⁸

Numa segunda abordagem, disposta de Norte para Sul, mais moderna, e com maior importância, porque além dos produtos da terra, afectou os homens que nela viviam e trabalhavam, com a formação do núcleo portugalense e a própria formação política do País e a Reconquista, desencadearam um movimento no sentido oposto e interior, funcionando como um fluxo de colonização interna e continuidade de procura de trabalho e melhores condições de vida, sucedendo assim, as migrações.⁴⁹

No Sul, almorávidas e almoás dominavam o Magrebe e o Al-Andaluz, até ao nosso Al-Gharb (o Ocidente) com pouca actividade agrícola e largos descampados, apesar das inovações de influência árabe nos vinhedos, olivais, pomares e hortas regadas.

Foram os contrastes naturais que determinam ainda a deslocação de populações. As ceifas no Alentejo; a tirada da cortiça, que obrigaram a que houvesse movimentos internos, sazonais de pessoas.

Ao Ribatejo e ao Alentejo chegam os minhotos e *pica-milhos*, os beirões e os *ratinhos*. Foi este entrecruzar de influências que reforçou, a identidade portuguesa complexa e diversa.

A tentativa de limite de cada região, baseada na possível divisão pelas unidades hidrográficas, muitas das vezes reconhecidas como obstáculos e limites, levou a um ponderado agrupamento das unidades regionais portuguesas, que no

⁴⁸ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 165

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 165

entanto, não poderá reportar-se à tríplice divisão do País pelos rios Douro e Tejo, pois numa bacia fluvial, as características comuns de uma região, estão patentes igualmente em ambas as margens.⁵⁰

As transições são graduais e, de novo, o Mediterrâneo e o Atlântico marcam os dilemas de definição. “A Estremadura recorda a Ática e o Lácio, o Alentejo os planaltos cerealíferos da Sicília, mas apenas o Algarve constitui uma fímbria marítima comparável à Fenícia ou ao Levante Espanhol.”⁵¹

No Sul, o Alentejo, singulariza-se pelas terras meridionais complexas e heterogéneas. Começando pela zona de transição do sopé da Cordilheira Central, a sul do Fundão, na Portela de Alpedrinha, onde a cova da Beira anuncia as planuras de além Tejo. Para leste, estão o Ribatejo, a lezíria, Santarém e o vale celebrado por Garrett em *As Viagens na Minha Terra*, que abre para sul na “imensidão de terra lisa ou apenas quebrada em frouxas ondulações (...)”.⁵²

Até ao fim do século XIX, esta “(...) região era uma charneca entrecortada de tractos de seara com pousios de muitos anos.”⁵³ Com o arroteamento das terras, limpeza e afastamento das árvores de montado, que brotaram em matagais de estevas, plantaram-se olivais, parcelaram-se as herdades em foros, multiplicaram-se as courelas, e em conjunto com a policultura, evidenciou-se a dispersão. A despeito destas transformações, a lavoura extensiva predomina. O domínio do poder regio nesta região, e as normas segundo se organizavam, contribuíram para o reconhecimento do território desta zona, como actualmente o observamos.

Nesta unidade de paisagem, reconhecem-se importantes centros, como Évora, repositório vivo da história portuguesa. Vem depois o Baixo Alentejo, com Beja como centro, e os dois Algarves (a serra e a orla marítima, lugar de fascínio e amenidades). “Nenhuma outra região portuguesa possui uma rede urbana tão antiga, tão densa e tão importante”, com uma perspicaz organização romana e muçulmana, tendo esta passado quase intacta ao domínio português.⁵⁴

⁵⁰ GIRÃO, Amorim; 1933; *Esboço de Uma Carta Regional de Portugal*; p.29 citado in RIBEIRO, Orlando; (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 140

⁵¹ RIBEIRO, Orlando; (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1986, p. 142

⁵² Idem, *Ibidem*, p. 157

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 157

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 163



Alentejo no Outono . (2012) ©Manuel Carvalho



2.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E MORFOLÓGICOS*

Situado no sul de Portugal, o Alentejo surge entre o rio Tejo e o Algarve. A Leste faz fronteira com Espanha e a Oeste é banhado pelo oceano Atlântico. Nesta divisão, encontra-se a mais vasta unidade natural do território português, ocupando cerca de um terço do território nacional, de domínio meridional, sendo no seu conjunto, mais complexa do que qualquer outra região.

Essencialmente rural e escassamente povoado, é constituído por extensas planícies e caracterizado por apresentar pouco relevo orográfico. “Pertence a zona a um gigantesco anfiteatro de face voltada para o atlântico, até onde desce em largos plainos, num jogo subtil, de vastas e suaves ondulações, que lhe dá horizontes recuados. Não lhe falta, aqui e ali, a cortina brusca, mas sempre modesta, de alguma serra que acrescenta à sua beleza própria a nota de imprevisto e à sensação da planura o instrumento de contraste.”⁵⁵

Apontando os seus elementos geográficos fundamentais, que evidenciam a sua forte e grande influência da natureza mediterrânea, como uma base de assentamento nesses caracteres, opõe-se aos aspectos que provêm da posição marítima, que não apresenta critérios tão homogéneos como o Mediterrâneo. Desta forma, “sobre a constituição geológica, a hipsometria regional de peneplanície, o clima de grande oscilação térmica, a vegetação predominante, vêm as tonalidades vastas da paisagem onde se criou a mais rica zona agrícola do país, (...) com um regime de propriedade latifundiária servido por populações que nos quadros antropogeográficos são por seus costumes e qualidades das mais notáveis da demografia nacional.”⁵⁶

Até ao final do século XIX, esta era uma região dominada pela charneca entrecortada de tractos de seara com pousios de muitos anos. Com o arroteamento de terras boas e más, limpam-se e espaçaram-se as árvores do montado, que viviam afogadas no matagal de estevas, plantaram-se oliveiras, parcelaram-se as herdades em foros, multiplicaram-se as courelas, e juntamente, culminaram a policultura e a dispersão. A despeito destas transformações, a lavoura extensiva predomina.”⁵⁷

*Este capítulo é composto maioritariamente por citações de autores estudiosos da paisagem e dos factores geográficos inerentes ao território em estudo. Desta forma, foi possível construir um texto mais correcto e seguro sobre os factores geográficos da região alentejana.

⁵⁵ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, zona 6: Algarve), p.3

⁵⁶ AMARAL, Monteiro do, (1941), *O Alentejo na sua vida e na sua História*, p.34

⁵⁷ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, pp. 157-158

A utilidade da multiplicação das experiências de parcelamento, nesta região foi sempre colocada em perspectiva, mas no entanto, “(...) predominaram as grandes unidades agrárias, os *montes* distantes e as aldeias raras e pletóricas de gente, envolvidas na rede dos latifúndios.”⁵⁸

A economia agrária de latifúndio (exploração extensiva de grande propriedade), colocou à margem as grandes elevações, como uma vaga reserva de arbustos e pastagem, onde se ia colher lenha ou roçar mato para a cama dos gados e estrume para o curral, constituindo a questão agrária, primazia de consolidação nos terrenos planos, enquanto as pequenas elevações, cabeços, funcionaram como ponto referencial de implantação das habitações, funcionando como conjuntura de vigia das herdades cultivadas.”⁵⁹

Os horizontes típicos da região, repartem-se por pequenos fundos de vale, minúsculas bacias e retalhos de planície junto de escarpas e ladeiras, tomando a altura nas serras de S. Mamede (1205m), Serra d'Ossa (649m) e Portel (421m), mostrando o impetuoso “altaneiro de antigo embasamento rochoso.”⁶⁰

Nesta paisagem, e sobretudo devido à fertilidade desigual dos solos a que o homem teve de se adaptar, assim como as suas actividades, “cerca de sete décimos do solo português pertencem ao maciço antigo ibérico (Maciço Hispérico), que forma o núcleo da “arquitectura” da Península: à volta dele dispõem-se bacias deprimidas ou orlas de terras modernas elevadas, onde o calcário forma tractos importantes e o miolo de quase todos os relevos.”⁶¹, como na região de Borba aparecem com maior dominância solos derivados directa ou indirectamente de calcários cristalinos e na região de Moura, solos calcários pardos, contrastando com as terras de xisto abandonadas à esterilidade das estevas ou plantadas de pinhal e a ocupação agrícola mais densa dos plainos mais bem conservados das terras graníticas.

O sistema hidrográfico, desta região, é constituído fundamentalmente pelas bacias do Guadiana e do Sado. Destacam-se também a influência dos rios Caia, Xévor, Degebe e Ardila (próximo de Moura), afluentes do rio Guadiana e Xarrama e Almansor, afluentes do rio Sado, junto aos quais existem associadas algumas barragens de dimensões variáveis que

⁵⁸ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 158

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 132

⁶⁰ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, zona 6: Algarve), p.3

⁶¹ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 43

influenciaram as condições edafo-climáticas das zonas agrícolas. No caso do rio Guadiana, encontra-se a barragem do Alqueva.

No entanto, o investimento do Alqueva, tornou-se (o investimento que criou a intenção de uma resolução do problema, o que não aconteceu), pelo que nenhuma modificação fundiária e humana se notou, no acompanhamento das obras de rega.

A pobreza do solo, pedregoso, onde a água escasseia e a vegetação esparsa e original deste local, provoca a dispersão do povoamento e das culturas. No entanto, apesar de no Alentejo, se encontrarem, os campos nus e secos, no final do Verão, estes são propícios à cultura cerealífera, que neles se explora com vantagem e em larga escala. “E porque eles dão trigo e cevada em abundância, entende-se com justo critério que não vale a pena arborizá-los ou utilizá-los com outra cultura mais dispendiosa e menos lucrativa.”⁶²

A compreensão desta região, passa por um entendimento das suas divisões dentro desta mesma. A partir do século XVII, as comarcas passaram a ser subdivisões das províncias, passando estas a ser meras divisões estatísticas e militares. Com limites, que foram sofrendo algumas alterações ao longo dos tempos, o Alentejo, anteriormente conhecido por Entre-Tejo-e-Guadiana, assumia já a sua actual denominação.

A carta ecológica de Manique e Albuquerque apresentava, pelo contrário, uma divisão pormenorizada em 28 zonas edafo-climáticas, expondo informação excessiva para o estudo que aqui interessa desenvolver.

A divisão proposta em 1878, por Barros Gomes, apresenta as províncias do Alto e Baixo Alentejo, que se distribuiriam em quatro grandes regiões naturais: Baixas do Sorraia, Baixo Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixas do Sorraia.

Interessa aqui particularizar a região Baixa do Guadiana, actualmente conhecida por Baixo Alentejo, também caracterizada por chãs (plano, liso, sem altos nem baixos) e colinas, denominação esta recebida pelo domínio da bacia hidrográfica do sistema do rio Guadiana, aproximando-se muito do Alto Alentejo, embora se observem temperaturas mais acentuadas, estando normalmente compreendidas entre os valores 32 e 48 do índice de eficácia de precipitação.



Carta Ecológica de Portugal de Pina Manique e Albuquerque (1954), com zonação fitoclimática.

⁶² PICÃO, José da Silva, (1983), *Através dos Campos Usos e costumes agrícola-alentejanos*; p.14

Nesta planície, individualizando-a, existe grande ocorrência de zonas de rochas básicas e de solos particularmente aptos para a cultura de trigo.

A presença, por diferentes razões, de materiais originários mais ou menos calcários, deu origem a grandes aglomerados de zambujeiro (espécie de oliveira brava), como espécie característica desta região do País, e como já em 1878, Barros Gomes, colocava a oliveira também como uma das árvores dominantes desta paisagem lenhosa.

O Estado Novo adoptou, desde o início, uma política de regionalização do país. Essa regionalização foi prevista na Constituição de 1933, através da divisão de Portugal Continental em autarquias regionais que seriam denominadas "províncias". As províncias acabaram por ser efetivamente criadas em 1936. A divisão provincial adoptada baseou-se nos estudos do geógrafo Amorim Girão, publicados entre 1927 e 1930, que dividiam o continente de Portugal em 13 "regiões naturais". Acabaram por ser criadas 11 províncias. Nesta altura, o Alentejo conheceu a sua divisão em duas subdivisões, denominadas de Alto e Baixo Alentejo.⁶³

Só mais tarde, e segundo os planos descritivos e concretizados de Barros Gomes, as regiões se subdividem em sub-regiões estatísticas sem qualquer significado administrativo, cujo único objectivo é o de servirem para agrupar municípios contíguos, com problemas e desafios semelhantes. Destinados principalmente ao planeamento económico, segundo a denominação de Nuts II, a divisão do Alentejo, actualmente em cinco unidades, (mais uma do que a abordagem de Barros Gomes), designadas por Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo, organiza-se segundo as condições naturais específicas, mas possuindo uma problemática sócio-económica comum (factores ligados à organização social e política).

Note-se que esta divisão não coincide com a antiga região tradicional do Alentejo (que era constituída por duas das antigas províncias: o Alto e Baixo Alentejo).

⁶³ GIRÃO, Amorim; 1933; *Esboço de Uma Carta Regional de Portugal*; p.31 citado in RIBEIRO, Orlando; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1986, p. 141

A sua agricultura caracteriza-se particularmente pelas culturas arvenses e a dos montados de azinho, onde o regadio quase não existe; a dependência do condicionalismo climático é muito maior do que na região das Baixas do Sorraia ou a do Baixo Alentejo Litoral. Nas manchas de solos mais profundos, onde antes dominava a cultura da vinha, encontra-se agora a oliveira, tornando-se uma base mais rentável, com pequenas zonas de cereais, caracterizadora da vida agrária regional, afinal mais arbóreo do que arvense.



2.3 CLIMA E VEGETAÇÃO - Entre o natural e o cultivado*

A influência do clima no ambiente físico do território em estudo, assume um papel de relevância ao desencadear diversos processos erosivos que vão interferir directamente na modelação do relevo, nas características dos solos, na vegetação e nos cursos de água.

O Alentejo situa-se na faixa Ibero-Mediterrânea, com características climáticas mediterrâneas aliadas a uma acentuada continentalidade. O clima da região é caracterizado por Primaveras e Verões excessivamente quentes e secos. Com uma precipitação geralmente fraca, a média anual é de 550-650 mm à excepção das regiões de Borba (750-850 mm) e Portalegre (900-1000 mm), onde os valores são ligeiramente superiores, concentrando-se sobretudo nos meses de Inverno. Contudo, esta encontra-se também condicionada, em zonas semiáridas, como na parte sul do concelho de Mértola, numa zona entre Moura e S. Aleixo (Guadiana), na zona de Fortes e perto da foz do Sado.⁶⁴

O relevo (altitude e exposição deste), torna-se elemento base e complementar da caracterização climática, onde uma faixa dos anticiclones subtropicais, centro de divergência do ar, se dilata mais tempo no Sul e se estendem a toda a Península durante o Verão, tornando as chuvas muito escassas.

“No Verão, o clima mediterrâneo reina por toda a parte, no litoral e no interior, na terra chã e nas serranias, mas a duração dele é menor na costa ocidental, nas serras e no Norte, máxima no Sul.”⁶⁵

Iniciado o mês de Outono, as chuvas são fugazes, acompanhadas de trovoadas e de aguaceiros, sobre as planuras ainda quentes. São estas chuvas que organizam, depois do Verão, o início dos trabalhos agrícolas das sementeiras. Embora, estes períodos de chuva, sejam curtos, provocando pequenas perturbações, o característico tempo quente e luminoso de Verão, ainda se prolonga. Só mais tarde, o típico Outono, frio e húmido, dá entrada à estação das chuvas. “O Verão de São Martinho pode entrar por novembro adiante.”⁶⁶

Os seus recursos hídricos, durante as épocas de Verão, ficam com “um caudal (...) muito reduzido no Sul, que às vezes permite passar a pé os rios mais importantes e seca por completo os

*Este capítulo é composto maioritariamente por citações de autores estudiosos desta paisagem e dos factores e variações climáticas inerentes a esta.

⁶⁴ DAVEAU, Suzanne, (2005), *Portugal Geográfico*, p. 47

⁶⁵ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 41

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 42

menores e afluentes, opõem-se no Inverno e na Primavera cheias que podem alcançar (...) 25m no Guadiana (...)."⁶⁷

Reconhecendo as estações do ano, como o Outono, o Inverno e a Primavera, meses caracteristicamente frios, conhece-se o tempo perturbado chuvoso e variável. "O mês de mais chuva é geralmente Dezembro, mas em muitas estações Março apresenta um máximo secundário."⁶⁸

Estabelecendo uma relação com as influências climáticas presentes no território, as características fundamentais da distribuição da vegetação e particularmente nesta zona, entrecruzam-se com uma mistura de plantas comuns à Europa Ocidental e Média e ao mundo Mediterrâneo. As espécies de flora totalmente portuguesa, correspondem cerca de dois terços, sendo que o outro restante terço, é constituído por espécies comuns à Península e à África do Norte, própria da Península, comuns às Ilhas do Atlântico (Açores, Madeira, Canárias), endémicas ou introduzidas pelo homem.⁶⁹

Assim, as plantas caracteristicamente mediterrâneas de importância na vegetação, constituem em primeiro lugar, algumas árvores e arbustos de folhas sempre verdes, as denominadas *quercis* de folha perene (sobreiro, azinheira, carrasco), o pinheiro manso, o medronheiro, a urze branca, o loureiro, a cana (usada na cobertura das construções) e a esteva.

A repartição de certas espécies, estabeleceu-se por muitas delas mais exigentes em calor e secura. Estas espécies evitam a perda de água durante os enormes calores e secura estival. Assim, as espécies mediterrâneas são sobretudo abundantes nesta região e nas afastadas do litoral.

Juntam-se também às influências climáticas, as características do solo, onde em terrenos calcários de entre o Mondego e o rio Tejo, as espécies mediterrâneas alcançam 56%, e nos solos siliciosos apenas 36%.⁷⁰

Na paisagem, evidenciou-se o *maquis* (charneca alta, mato, matagal, brenha, se bem que esta última palavra seja a mais comum e conhecida), que substituiu as florestas primitivas.

⁶⁷ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1986, p. 52

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 42

⁶⁹ DAVEAU, Suzanne, (2005), *Portugal Geográfico*, pp.30-31

⁷⁰ J. Daveau, *Géographie botanique du Portugal*, *Boletim da Sociedade Broteriana*, 1897, 1902 e 1904-05, citado por Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 48

Contou-se também, com as associações de urzes, giestas e principalmente medronheiros e estevas. Uma vez estabelecido este tipo de ocupação, “é provável que o homem e os rebanhos tenham contribuído para esta escolha, no caso da esteva feita por eliminação das plantas que o gado come”, e “derrotada periodicamente pela cultura, reaparece nos pousios.”⁷¹

Para além destas espécies associadas, as árvores esparsas no campo e arbustos, fixaram-se aqui também pelas suas particularidades territoriais, assim como as culturas de sequeiro. A água era escassa e uma preocupação, contudo espécies como o trigo e cevada, oriundas de regiões estépicas como as montanhas da Etiópia, tornaram-se nas culturas mais antigas e que melhor suportam a secura desta região. Com a introdução da oliveira (olivicultura), que permitiu o fabrico do azeite, tão conhecido e parte integrante da dieta mediterrânica, e em menor escala a viticultura, são “três produtos que têm constituído a base da economia rural da região e eram já de consumo corrente na Antiguidade.”⁷²

Na produção silvícola, onde a cortiça ocupa lugar de realce, de que Portugal é o principal produtor mundial, contribui para a região com cerca de 60% da produção nacional. O girassol tornou-se mais tarde, uma cultura de relevância neste contexto.

Demonstrando e constituindo a maior categoria predominante no território alentejano, “a dominância dos montados de sobro e azinho marca no revestimento arbóreo.”⁷³ Estas árvores, constituem núcleos de tufos esparsos, nas terras de cultura ou matagal. A frequência com que *quercus* exigem irrigação, onde “o povo dá o nome de mestos à de sobreiros e azinheiras”, embora estas espécies se associem muito, à sua repartição pelo território de desigual forma, sendo que o sobreiro requer alguma humidade, e por essa razão se encontra no Alto Alentejo e ocidental, enquanto que a azinheira se acomoda a uma secura estreme e é exclusiva do Baixo Alentejo e mais “interior”, onde desce muito, durante o Verão, a humidade do ar e das encostas voltadas a Leste.

O aproveitamento dos produtos florestais na alimentação é comum na região, como a bolota doce da azinheira,

⁷¹ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 49

⁷² Idem, *ibidem*, p. 8

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 51

que tem vários usos alimentares e, nos anos maus, era ainda de consumo geral entre gente pobre dos campos, no século XVIII, sabendo que este facto, concorria com a produção e consumo de pão em tempos de escassez e crise.

Os terrenos calcários do Baixo Alentejo, como o caso de Moura, caso particular de estudo, a variedade brava da oliveira ou zambujeiro, adaptou-se, não sendo indiferente a outros tipos de clima, no entanto, estabelecendo-se aqui com maior firmeza. Esta cultura difundiu-se pelo Alentejo, porque requer Invernos moderados, chuvas abundantes na estação fria, temperatura não inferior a 18° durante a floração e Verão quente, seco e prolongado. Constitui o melhor índice do clima mediterrâneo, apesar da sua aparição na montanha, pois o seu limite de altitude baseia-se entre os 600 e 800 m. Apesar de já conhecida, no Ocidente da Ibéria, antes da conquista romana, “a oliveira conta-se entre as poucas plantas cultivadas de origem mediterrânea e a sua difusão é muito antiga.”⁷⁴

Particularmente no Monte Branco da Serra, encontra-se esta espécie, organizada com um extenso e alinhado olival, na Serra Alta.

Reconhecida como cultura de rendimento, esta cultura assistiu mais tarde, ao declínio. A exigência de mão-de-obra, para podas, limpeza do chão e apanha da azeitona, começou a escassear, devido a acessos difíceis em terras declivosas, e não se podendo mecanizar, mais do que a lavoura do chão regular.

A estrutura actual das explorações agrícolas conserva ainda muitas das características que sempre definiram a agricultura extensiva de latifúndio praticada no Alentejo, dado que, a pobreza dos solos e as condições climatológicas não ofereceram outras alternativas aos agricultores desta região.

Esta região, escassamente povoada, tem em si moldados os elementos de contraste, que o revestimento vegetal sublinha e aos quais o homem tantas vezes se moldou.

Perante a combinação de elementos meridionais, junta-se a variedade de composição geológica dos terrenos, a que a vegetação e as culturas são sensíveis. Desta forma, os calcários secundários, constituem charnecas abandonadas ao mato e

⁷⁴ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 69

pasto, os calcários terciários cobrem-se de olivedo e as baixas argilosas de hortas regadas. Sensível ao rebordo do Maciço Antigo do Alentejo, dominam e “(...)avantajam-se as searas de trigo, o montado de sobro, os campos arborizados de feijão já alentejana, as aldeias grandes e os montes distantes.”⁷⁵

75 RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 157

3.0 A PROPRIEDADE E A EXPLORAÇÃO: AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS

- 3.1 A POPULAÇÃO: ECONOMIA E VIDA AGRÁRIA
- 3.2 OS MODOS DE VIDA: A AGRICULTURA
- 3.3 A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO - POVOAMENTO
- 3.4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO LATIFÚNDIO
- 3.5 A PARTICULARIDADE DAS REFORMAS AGRÁRIAS



3.1 A POPULAÇÃO: ECONOMIA E VIDA AGRÁRIA

Os costumes, hábitos e tradições de quem trabalha e se dedica à lavoura e às suas atribuições correspondentes, torna-se parte integrante do estudo.

Nas pequenas vilas e grandes aldeias, residiam uma boa parte dos trabalhadores rurais, que nasciam já com o destino de dedicar a sua vida às ligações tradicionais de trabalhar a terra. Cada chefe de família, ocupava o seu lar em conjunto com a mulher e os filhos. Este só permanecia mais tempo em casa, quando folgava, estava doente ou desempregado. As moradias onde residiam ou eram adquiridas por herança, compra ou construção. Outros, habitavam em casa arrendada aos semestres ou por ano, com vencimento no fim de Junho ou de Dezembro, ou nos montes. “Uma das principais aspirações do criado de lavoura é adquirir de propriedade uma casita na aldeia que o poupe a mudanças e a exigências e caprichos dos senhorios. Ter uns burraquinhos onde se possa alojar é o seu maior empenho.”⁷⁶

Entre estes trabalhadores, que formavam maior contingente, existiam também os *ratinhos* (ceifeiros vindos das Beiras), que entre “(...)poucos mais indivíduos, de encargos igualmente transitórios, os serviços das lavouras alentejanas nascem e residem nas povoações próximas das zonas onde trabalham.”⁷⁷

“Pastor transumante ou móvel, (...) o homem mediterrânico foi sobretudo um rude trabalhador da terra. Deve-se-lhe uma agricultura variada, onde o granjeio extensivo de cereais, de baixo rendimento, combinado com a criação de gado miúdo e manadio nos pousios e restolhos, se opõe à exploração intensiva e rica das terras irrigadas.”⁷⁸

A agricultura encontrou um desenvolvimento profundo, agregado às planícies soalheiras no Inverno e associada à grande secura durante o Verão. Neste contexto, “as boas terras das planícies atingiram cedo alto valor cultural e fortes densidades de população.”⁷⁹

Os traços essenciais da agricultura portuguesa, têm o cunho do Mediterrâneo. Factores particulares como o predomínio dos cereais (entre estes o trigo e o milho, apesar de ter sido o trigo, que mais se difundiu na região em estudo), as culturas arbóreas, que representaram uma importância nesta economia agrária

⁷⁶ PICÃO, José da Silva, (1983), *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, pp.151-152

⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p.151

⁷⁸ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 37

⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 10

(com a oliveira e a vinha, assim como outros recursos, a cortiça do sobreiro) e a preponderância do gado miúdo, que coexistem e se estabeleceram pelas análogas influências naturais.

O desenvolvimento do sector agrícola na região passava pelo regime de latifúndio, em grandes herdades, onde os *montes* desempenhavam o papel de casa de residência dos grandes senhores. Ali o senhorio (o grande latifundiário) empregava o lavrador, que era o pilar insubstituível da economia da região.

Os grandes latifundiários, constituíam “o grupo mais reduzido e mais próspero, sobressaindo do resto da população, sobretudo pelos bens que possuem. Além da terra que têm na freguesia, são donos de outras terras, cuja área, em alguns casos, chega a ser de milhares de hectares.”⁸⁰ Os esforços dos latifundiários com vista a aumentarem a distância entre si próprios e o resto da população “têm a sua origem na necessidade que sentem de justificar a posse da terra e a proeminência da sua posição.”⁸¹

Para além do latifundiário, o proprietário constitui “o grupo dos habitantes (...) Que se mantêm exclusivamente com os rendimentos das terras que possuem”. Aos proprietários mais prósperos dá-se o nome de *lavradores*, designação habitualmente reservada aos latifundiários.

Comparativamente com o maior número de trabalhadores que eram empregados pelo latifundiário, os proprietários “viam-se obrigados a pagar jornas mais elevadas se queriam garantir o curso dos trabalhadores, particularmente nos períodos de trabalho mais intenso.”⁸²

Ainda assim, o grupo que mais se destacava, eram os trabalhadores rurais. Incluíam-se neste caso os trabalhadores assalariados, correspondendo à necessidade de mão-de-obra para a colheita da azeitona e dos cereais.

Iniciando a tarefa como assalariado, o trabalhador poderia tornar-se *feitor*, e ou *concertado*, que se encontrava “ao serviço de uma herdade durante o ano inteiro.”⁸³

Nos anos quarenta e cinquenta do século passado, “a motomecanização não tinha expressão significativa e predominavam o trabalho manual e a tracção animal. Os pequenos seareiros disputavam, nas piores terras dos latifúndios,

⁸⁰ CUTILEIRO, José, (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, p. 57

⁸¹ *Idem, Ibidem*, p. 63

⁸² *Idem, Ibidem*, pp. 66-67

⁸³ *Idem, Ibidem*, p. 83

parcelas de terra para fazerem trigo em parceria.”⁸⁴

Com a extensão de searas e olivais, pecuária, o traçado de comunicações essenciais ao tráfego e à troca com o resto do País, e acessos naturais aos grandes portos do Sul, o Alentejo, possui o que deve ser reservado para constituir uma região de abastecimento comercial, adequadas à sua natureza agrícola.

A vasta tradição cerealífera, confirma outras realizações, que enriqueceram o valor regionalista desta província, assim como um condicionalismo económico da sua cultura.

O regime de propriedade desenvolvido, tem dado aso a muitas e diferentes leituras. Este regime foi muitas vezes propenso a divisão extrema da propriedade, outras vezes, este sistema foi confundido com regimes de largos pousios, combatendo a divisão da propriedade, dentro dos limites convenientes, de forma a tornar progressiva a cultura dos mesmos tratos de terra, que se mostravam retrógrados, face ao que se tem passado em países, quase improdutivos, até à data das suas reformas agrárias.

As práticas agrícolas transformaram o terreno, num bem produtivo, sendo hoje, a densidade da sua população bem diferente daquela que existia, a quando do parcelamento feito pelo agricultor.

Os sistemas de abastecimento de água, chegaram mesmo a abundar, no processo de abertura de nascentes, onde a água aparecia quase sempre.

A existência da pequena cultura, constituída por hortas, pomares, prados, entre outras, particularizavam a existência de pequenas parcelas, provenientes da divisão das herdades.

A propriedade rústica, constituída, na sua maior parte, pelas grandes propriedades, chegaram a formar grupos pela anexação de seis e mais antigas herdades, atingindo alguns milhares de hectares.

Neste contexto e consubstanciando as relações geográficas e da história, que formaram esta região do País, com uma trama marcadamente espessa e indissolúvel, é preciso considerar a persistência das condições naturais (grandes zonas aplanadas) e a continuidade do esforço em trabalhá-las, para compreender as gentes e as tradições desta região.

⁸⁴ BAPTISTA, Fernando Oliveira, (2010), *Alentejo a questão da terra*, p.13



3.2 OS MODOS DE VIDA: A AGRICULTURA

Estabelecendo uma aproximação e compreensão dos modos de vida e do contexto rural em que foram formuladas as tradições agrícolas, Orlando Ribeiro afirma que “a variedade de solos, a riqueza da flora, o carácter intermédio do clima, que permite o desenvolvimento e a mistura de plantas de variada proveniência, a sucessiva introdução, pelo homem, de muitas espécies agrárias, tudo favorece o modo de vida dominante nas regiões mediterrâneas.”⁸⁵

A agricultura no Alentejo, conheceu uma grandeza, que não aconteceu em outro local de Portugal. Característica pelas suas paisagens de regime latifundiário e pelo trabalho árduo nos seus campos, estabeleceu uma “alimentação simples e sóbria”, que “reflecte a pobreza da terra e a amenidade do clima, pois o homem com pouco se aquece e se contenta.”⁸⁶

A implantação de construções (habitação e espaços agropastoris), tornou os *montes*, elementos particulares e de grande importância na agricultura alentejana, como sede de exploração de herdades.

O tipo de cultura, particular deste território, com períodos de produção intercalados de pousios mais ou menos largos, enquanto a terra se refaz de outra cultura, estabeleceu a estrutura base de cultivo.

A prática e desenvolvimento da agricultura, peculiarmente de regime extensivo, necessitou de mão-de-obra. Pela diversidade e o localismo, é legítimo falar de uma civilização agrária mediterrânea, que uniformizou e tornou comum práticas agrícolas de adaptação à exploração, através da insistência de caracteres no espaço e no tempo.

Todas as influências levaram a que se aplica-se usos e instrumentos de uma extrema simplicidade e arcaísmo, mas muito engenhosos. A força do homem associada ao uso do animal, era a forma de se trabalhar a terra. Assim, “a maquinaria agrícola penetrou tardiamente na região, sobretudo onde o regime de propriedade, média ou grande, permite investir na exploração capitais que o pequeno empresário não possui.”⁸⁷

⁸⁵ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 9

⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 11

⁸⁷ RIBEIRO, Orlando; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1986, p. 17

O avanço da máquina acabou por ser restrito, dado também ao parcelamento das leiras, os pendores exagerados, os campos arborizados ou pedregosos. Persistiram os velhos costumes e usos, assim como, o trabalhador rústico.

A terra obedecia a um critério de divisão dos campos em folhas ou parcelas, que eram cultivadas alternadamente. Com um solo pobre, a terra mal adubada necessitava de descansar. A técnica de rotação das culturas nos campos, conheceu outras origens, como é exemplo das planícies da Europa média, onde se utilizou o mesmo sistema, no entanto, faziam-se entrar neste sistema de rotação duas culturas (afolhamento trienal: cereal de Inverno, cereal de primavera, pousio), no caso Mediterrâneo, como não podem cultivar-se cereais de Primavera, de maturação tardia, utiliza-se a característica alternância da cultura e do pousio (o afolhamento bienal), onde apenas metade da área em exploração é cultivada.

Apesar do cultivo de cereais (sobretudo o trigo, cevada e outros), com a terra sujeita a largos pousios, aproveita-se o que é dado dos arvoredos, caso os haja e coloca-se gado a pastar nas folhas devolutas dos campos.

A presença de um clima bem marcado, imprime aos trabalhos agrícolas o seu próprio ritmo. Com as primeiras chuvas de Outono, lançam-se as sementes à terra, pouco depois ou antes desta altura vindima-se. A apanha da azeitona realiza-se já por tempo fresco, a que se segue o Inverno e depois a Primavera, época do ano em que as plantas já germinaram e cresceram. Com o começo do Verão, as ceifas, debulhas e recolha de cereais, marcam o arranque de outro começo de tarefas agrícolas. Já nas eiras dos *montes*, os cereais seriam tratados e depois armazenados. É neste regime de exploração, que se baseiam as fainas agrícolas, adaptadas ao calendário climatérico da região.

A produção de azeite e de vinho, estava associada ao lagar, espaço contíguo às construções agrícolas, que conservam ainda, alguns deles a sua simplicidade arcaica. Todos os utensílios e construções, revelam os propósitos e costumes agrícolas, que apenas recuaram diante da generalização da mecanização.

O consumo de cereais e legumes, faziam parte do maior

consumo alimentar do meio rural, assim, o rebanho foi uma reserva que sempre se tocou o menos possível. Era deste que provinha o leite e o queijo.

As frutas e hortaliças, ocupam áreas com alguma dimensão, exigindo outros cuidados.

O domínio da rega, apesar da sua grande importância económica, estava naturalmente limitada. A irrigação das planícies e dos fundos aluviais, com aparelhos tradicionais, como a cegonha ou picota (afigurada na Assíria e no Egipto do Império Novo), não conseguiram implementar-se neste contexto com o êxito desejado, dado que bastava a ausência de água no território ou os evidentes metros de alguma elevação, para tornar impossível o uso destes processos. No entanto, a existência de tanques e chafarizes, permitia sempre ter a presença de água por perto. O recurso às técnicas modernas de captação, com a construção de grandes barragens-reservatórios, poderia transformar completamente a fisionomia desta região árida, e ainda "(...)há que contar com as grandes diferenças de caudal e com a evaporação muito elevada durante os meses de estiagem."⁸⁸

Todas as fainas agrícolas, padeceram de uma forte disciplina colectiva de entre-ajuda, existindo uma estratificação base da sociedade e dos postos de trabalho presentes, essencialmente nas herdades sediadas por um *monte*. Esta hierarquia, permitiu que as fainas agrícolas fossem cumpridas e convertidas em rotineiras no contexto alentejano, para além do clima, que mais reforçava a isso. A agricultura, como sublinha René Dumont, é "a artificialização pelo homem do meio natural."⁸⁹

A colonização interna da região, limpa de sezões e o consequente melhoramento dos rendimentos agrícolas, trouxeram uma dinâmica diferente a esta área ao longo dos tempos. O declínio que acompanhou as convulsões da civilização que aqui se formou, pelas influências de outras civilizações, habituadas a um nível baixo de vida, e capazes de extrair do solo, todo o tipo de produtos necessários à satisfação das "parcas necessidades da vida quotidiana", mostram a comunidade aqui formada e de raízes tradicionais profundas.

⁸⁸ RIBEIRO, Orlando, (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 16

⁸⁹ DUMONT, René (1954), "Économie agricole dans le Monde", Paris, p.5 citado in BARROS, Afonso de; (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.153



3.3 A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO - POVOAMENTO

A forma como um determinado território é povoado, representa seguramente a expressão e o indicador da forma como a vida se organiza e se reproduz na paisagem.

O povoamento constitui um produto histórico dos condicionamentos naturais e sobretudo sociais a que obedece a organização dos homens no espaço. Como é sublinhado por Orlando Ribeiro, “os progressos decisivos na interpretação do povoamento não foram alcançados confrontando-o apenas com as condições naturais, mas procurando estabelecer com a estrutura agrária correlações verificadas em ambientes e em circunstâncias históricas diversas.”⁹⁰

A organização de uma comunidade, que se estabeleceu desde a pré-história até aos dias de hoje, através da sedentarização, é objecto de análise metódica de como o território se encontra habitado, a forma como as construções se relacionam com os campos e de como o estabelecimento destas, reflecte e influencia a rede de relações sociais.

A antiga dicotomia entre o nomadismo e o sedentarismo, que conferiu a passagem de um pastoreio sem raízes a local algum, ao sedentarismo, que fixou a comunidade ao solo e ao desenvolvimento de costumes agrícolas, que demonstram a forma de apropriação do território, numa organização agrária particular do seu direito fundiário.

Na morfologia do povoamento alentejano, destacam-se duas formas de povoamento: salienta-se a importância da aldeia, que agrega a maioria da população, estabelecendo o “povoamento concentrado” de maior ou menor dimensão e a “construção isolada”, o *monte*, de tipo e dimensão variável, onde se distribuía a restante fracção de habitantes. Enquanto que no primeiro caso, domina o habitar de cariz e instalação habitacional, no segundo domina a função agrícola.⁹¹

Na análise deste tipo de estrutura, existe contudo na região alentejana uma diversidade de aldeias rodeadas por uma “cintura de hortas, árvores de fruto e culturas permanentes (ferragiais)”, consistindo culturas de subsistência, com o importante papel de abastecimento alimentar local.⁹² A fragmentação à volta da aldeia, reproduz a concentração predial como regra no resto do território.

⁹⁰ RIBEIRO, Orlando, (1968), *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, pp.170-171

⁹¹ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, Volume III, (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), pp.31 e 58

⁹² RIBEIRO, Orlando (1971), “Povoamento” em Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, Adenda, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p.88

Compreende-se que “isoladamente a casa de habitação integrada no aglomerado na maior parte dos casos só vale como elemento dum todo, fazendo parte dum maior ou menor conjunto, (...)” e quando “isolada desses conjuntos ruas e praças só o tratamento da superfície exterior, a distribuição dos vãos em relação aos cheios, com predominância destes, a colocação da chaminé quando acusada, pode valer como composição parcelar.”⁹³

Em referência à “construção isolada” e aqui objecto primordial de estudo, que surge como outra forma de povoamento, Leite de Vasconcelos, no capítulo sobre o *Povoamento da Etnografia Portuguesa*, refere-se à questão de *monte*, afirmando que “quer dizer casa de uma herdade” Desta forma, “porque em volta de um *monte*, como principal, se construíram outros (...) o nome veio a aplicar-se depois a qualquer povoação não grande.”⁹⁴

Para além das definições abordadas por Leite de Vasconcelos, esta designação estende-se, em linguagem local, a qualquer habitação isolada, seja esta de uma herdade, de um pequeno agricultor ou outro edifício ou conjunto de edifícios que sirvam de assento a uma lavoura, independentemente de estarem ou não habitados.

Tradicionalmente, “os montes de herdade eram a residência dos trabalhadores permanentes e dos elementos com mais elevada posição na hierarquia da organização do trabalho (feitor, chaveiro, maiores-mestres, etc.) e a aldeia o espaço predominantemente habitado pelos trabalhadores eventuais.”⁹⁵

Parte considerável de *montes* encontram-se como elementos que pontificam os grandes conjuntos fundiários e absorvidos no quadro de explorações agrícolas de elevada dimensão, configurando o fenómeno resultante de um processo de concentração fundiária ocorrida durante a época da Reconquista.

Adquiriram grande dimensão e compunham uma grande exploração agrícola, entre outros de dimensão mais reduzida que integravam o sistema latifundiário local, onde o cultivo das terras se estendia até à imediata proximidade da aldeia ou casas mais próximas, comprovando-se as palavras de Gerardo Pery que afirmava que estas se encontravam “apertadas no círculo de ferro das grandes herdades.”⁹⁶

⁹³ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.58

⁹⁴ VASCONCELLOS, J. Leite de, (1936), *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, Vol. II, p.281

⁹⁵ BARROS, Afonso de, (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária O Caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.158

⁹⁶ PERY, Gerardo Augusto (1984), *Estatística agrícola do distrito de Beja. Parte II, Concelho de Cuba*, p.13

Dentro do tipo de povoamento que tem por base a concentração, Moura, cidade próxima do *monte* em estudo ou a freguesia pertencente a esta, Sobral da Adiça, partilham da “especificidade alentejana, extensiva a toda a zona latifundiária da Península Ibérica, que se traduz na presença do *monte* e na maior dimensão e forma mais cerrada da aldeia.”⁹⁷

O *monte* como elemento unitário de uma exploração agrícola, conheceu grande prosperidade e reconhecimento durante outros tempos, porque com a tendência cada vez maior para a concentração da população nas aldeias mais próximas, esta distinção atenuou-se, mas de forma alguma se anulou por completo. No caso de estudo, o *Monte Branco da Serra*, constata-se numa conversa com trabalhadores/ocupantes actuais, que antigamente, a quase totalidade dos assalariados que habitavam este *monte* eram permanentes e dentro destes, cerca de 2/3 eram pastores ou tratadores de gado e hoje em dia, ainda permanecem algumas das actividades agrícolas e pecuárias.

Das referências e observações até aqui realizadas, deduz-se com facilidade a natureza substancialmente concentrada da propriedade da terra nesta região, o sistema latifundiário aqui presente.

⁹⁷ RIBEIRO, Orlando (1971), “Povoamento” em Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, p.66



3.4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO LATIFÚNDIO

A morfologia agrária, de que falamos em Portugal caracteriza-se pela discrepância existente na dimensão das parcelas agrícolas entre o Norte e o Sul. No caso de estudo, no Alentejo, dominam os grandes latifúndios em campos abertos (parcelas de várias dezenas de hectares). No resto do País, destacam-se as parcelas minifundiárias de pequenas dimensões e muitas vezes fechadas por muros ou sebes (exemplo de Entre Douro e Minho).

Neste contexto, são conhecidas várias razões que estão na base deste modelo de ocupação do espaço rural alentejano, que seria interessante referir.

Os aspectos geográficos e morfológicos, assim como o clima, ajudaram a moldar o meio. Por um lado, o solo delgado e a sua baixa fertilidade, a escassez de água e a aridez, provocada por um clima estival rigoroso, não favoreceram a pequena cultura e a exploração familiar, contribuindo, sem dúvida alguma, para a sua natureza extensiva e por isso a manutenção da estrutura do latifúndio. O sistema extensivo caracteriza-se pela rotação de culturas e utilização de pousio, onde a excessiva exploração do solo poderia reduzir a sua aptidão agrícola.

O sistema de montado apresentou-se como o melhor rendimento dos terrenos periodicamente incultos, deixando devoluta temporariamente parte das grandes áreas das herdades, o que proporcionou o desenvolvimento do pastoreio.

O sistema de afolhamento, explica a estrutura da paisagem agrária na região. No Alentejo, semeia-se no alqueive, sucedendo-se ao cultivo do trigo, um cereal menos exigente (cevada, aveia) e suprimindo-se ou encurtando-se o pousio com culturas de leguminosas de sequeiro.

Com a mecanização da agricultura, instalaram-se modificações acentuadas e o montado foi sendo substituído, “sacrificando-se a árvore em proveito do cereal. Transformações importantes no aspecto do rendimento agrícola.”⁹⁸

O regime de estrutura fundiária adjacente à região alentejana, tem sido alvo de críticas como obstáculo ao desenvolvimento agrícola, no entanto esta região, tornou-se num dos grandes produtores de cereais.

⁹⁸ RIBEIRO, Orlando , (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 66

Os sistemas de culturas associados a esta estrutura fundiária, caracterizam-se pelo modo de produção das plantas numa parcela agrícola, nomeadamente quanto ao tipo de técnicas utilizadas no seu cultivo e forma como se associam na exploração. São caracterizados em função da variedade de culturas: monocultura ou policultura; em função da necessidade de água: regadio e sequeiro; e em função do aproveitamento do solo: intensivo ou extensivo. No Alentejo, a monocultura (trigo, azeite) associou-se a sistemas de sequeiro e produções extensivas, onde se inclui o pousio.

Desde cedo que, a propriedade é a causa da organização social e objecto de fixação da população em torno da mesma. É “(...)incontroverso que nas sociedades classistas a propriedade configura o fundamento central da sua organização e funcionamento.” ⁹⁹

A causa geral e de análise, neste contexto, não é a propriedade em geral, mas sim a propriedade da terra. Atendendo ao caso, de uma sociedade tipicamente agrária, onde a terra constitui a principal fonte de rendimento e, como tal, de poder, com a relevância de conservar a condição da produção alimentar, como factor chave do funcionamento do sistema, a propriedade no Alentejo estabeleceu um índice de observação importante, que ajuda a entender a fixação de uma comunidade a esta, assim como as construções e particularidades desta de adaptação ao meio.

Este sistema colocou o trabalhador agrícola na dependência do seu empregador e dono do monopólio latifundiário, com prestígio e o poder político sobre a terra. É a partir desta detenção de poder, que os latifundiários asseguram o domínio global sobre a comunidade e garantiam uma das condições fundamentais da reprodução do sistema.

A terra representa o factor preponderante e decisivo da actividade agrícola e esta constitui, por sua vez, a principal actividade social neste contexto profundamente rural.

Com o desenvolvimento do capitalismo, que impulsionou o crescimento das forças produtivas, nomeadamente o equipamento mecânico, que se torna o elemento essencial, a

⁹⁹ BARROS, Afonso de, (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.20

terra é relegada para um lugar acessório. Assim, a actividade agrícola tende a assumir uma natureza empresarial na exploração rural, onde a combinação da economia doméstica e da empresa passam a tornar-se elementos base da estrutura fundiária estabelecida.

Paralelamente a este acontecimento, acentuam-se os laços entre o que pertence ao campo/mundo rural e que de certa forma se subordinará ao mundo urbano/industrial, pela interligação da agricultura com os sectores económicos, que tem como consequência a instituição de outros factores de estruturação económica e social, assim como formas de extracção dos excedentes, circulação de mercadorias e do capitalismo destas transacções. Segundo Afonso de Barros, que cita Theodor Bergman (1978), “a propriedade fundiária constitui o factor essencial da repartição dos poderes no seio da sociedade, influenciando sobre o poder económico, a situação social, os poderes e a acções políticas e militares.”¹⁰⁰

A estrutura fundiária associa-se à estrutura agrária, constituindo “a cristalização e a materialização no espaço de um sistema de relações de força”, um sistema que tem a finalidade de ter em si incorporado as relações sociais, o trabalho e apropriação do espaço agrícola.¹⁰¹

Segundo Eduardo Sevilla, “entendemos por latifundismo, a estrutura socioeconómica gerada pela acção estruturante da propriedade da terra sobre as comunidades rurais, em que se verificava o predomínio de explorações agrárias de grande extensão, que formando ecologicamente parte de determinada comunidade, criam sobre esta um sistema local de dominação de classe, exercido pelo grupo dos latifundiários que monopoliza os meios de produção agrária, através de específicas relações sociais de dependência, de um sector da comunidade composto pelas classes locais de serviço.”¹⁰²

Este sistema com origem e fundo de poder político e não apenas económico, definiu uma comunidade rural, representando a unidade viva fundamental da sociedade rural e deste espaço de importância e referência de intervenção da comunidade alentejana.

¹⁰⁰ Theodor Bergman, (1978), p.3, citado in Afonso de Barros, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.33

¹⁰¹ BARROS, Afonso, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.36

¹⁰² SEVILLA-Guzmán, Eduardo (1980), *Reflexiones teóricas sobre el concepto sociológico de latifundio*, pp.31-32, citado em BARROS, Afonso, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.139



AVANTE
COM A
REFORMA-AGRÁRIA

Capitão-tenente da Polícia
Miguel Ângelo de Fátima
Miguel Ângelo de Fátima
Miguel Ângelo de Fátima
Miguel Ângelo de Fátima

EXCURSÃO VERDEJANTE

3.5 A PARTICULARIDADE DAS REFORMAS AGRÁRIAS

O desemprego sazonal era recorrente nos campos do Sul e, nos maus anos agrícolas, a crise agravava-se. Com a falta de outras oportunidades de emprego a nível local, e até aos anos 60, a dificuldade de encontrar outras hipóteses de emprego fora da região, permitia assegurar aos donos das terras a disponibilidade de uma reserva de mão-de-obra barata. Era contrastante a desigualdade na distribuição da riqueza, que acabava por alimentar o conflito entre ricos e pobres. A organização de muitas lutas dos camponeses contra os grandes proprietários latifundiários, levou a que obtivessem alguns direitos e melhores condições de vida ainda durante a ditadura.

Na obra *Ricos e Pobres no Alentejo*, de José Cutileiro, este partilha que “(...) uma característica geral desta sociedade e não apenas do grupo dos trabalhadores rurais consiste na extrema dificuldade com que se desenvolvem as associações de qualquer espécie.”¹⁰³ Por outro lado, a expressão “o Alentejo é vermelho”, expressão adoptada pelos vários sectores da esquerda portuguesa, sugeria a rebelião dos trabalhadores agrícolas alentejanos e demonstrava claramente a posição que ocupavam na sociedade da altura e que comprovava a capacidade organizativa desta comunidade. O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e o final do Verão Quente de 1975, marcado pelo contragolpe de 25 de Novembro de 1975, por todo o país fez sentir a ambição de mudança e da procura de melhores condições de vida e estabilidade de trabalho nos campos Alentejanos.¹⁰⁴

Perante esta conjuntura, vários trabalhadores agrícolas do Sul de Portugal, formaram um colectivo de importância considerável e sólido, que procedeu à ocupação de terras e explorações colectivas, revelando o potencial destes trabalhadores agrícolas alentejanos, para promoção de movimentos organizados em torno de objectivos bem definidos. Nestes tempos o Alentejo viu cumprida a sua vocação revolucionária.

A terra mobilizou sempre as classes sociais subsidentes, com o objectivo de alargarem a sua influência, para daí retirarem os seus rendimentos, quer pela produção, quer pela sua exploração comercial.

¹⁰³ CUTILEIRO, José; (1983); *Ricos e Pobres no Alentejo*, p.390

¹⁰⁴ BARRETO, António, (1975), *Anatomia de uma revolução: A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, pp.18-19

Nos campos a Sul de Portugal, esta dinâmica foi marcada pelo avanço da conquista do País aos mouros, com a entrega real de vastas extensões de terras a nobres, Ordens religiosas ou militares, que aí se mantiveram por vários séculos. Nasceu assim, o regime de latifúndio, propriedade agrícola com várias centenas de hectares pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração insuficiente dos seus recursos.¹⁰⁵

Sempre protegido pelo poder político, mesmo quando a terra passou para as mãos de novas classes ascendentes, nomeadamente da burguesia, os processos que pagavam novos apoios e respondiam às movimentações populares que reclamavam trabalho e pão, mantiveram e acentuaram a concentração levando a que, no início do século XX, uma vasta região estivesse nas mãos de meia dúzia de grandes proprietários. Fosse porque os anos agrícolas fossem maus, ou porque os latifundiários decidissem não lançar sementes à terra, era recorrente a carência de alimentos e a consequente fome, o que levava muitos dos seus melhores trabalhadores a migrarem em busca do sustento que ali não conseguiam. O latifúndio foi e é, conhecido pelos baixos rendimentos unitários, uso da terra abaixo do nível de exploração máxima, baixa capitalização, baixo nível tecnológico, mão-de-obra empregada em condições precárias e, consequentemente, com baixa qualidade de vida.¹⁰⁶

Com a revolução republicana de 1910, a luta pela terra ganhou novas perspectivas e contornos. A República recém-instaurada, em cujo governo pontuaram grandes latifundiários, não resolveu a mais preocupante questão dos campos do Alentejo e Ribatejo, mantendo a mesma situação de centenas de milhares de trabalhadores sem terra.¹⁰⁷

A dinâmica das lutas esteve inteiramente ligada ao Partido Comunista Português. Particularmente a partir da reorganização do PCP em 1940, desencadeou-se o processo de lutas, que culminaria com a conquista das 8 horas de trabalho diário em 1962, durante a tomada de posse de Álvaro Cunhal. Esta conquista, no seguimento das lutas do 1.º de Maio de 1962, representou uma vitória, provando que com a luta organizada dos

¹⁰⁵ BARROS, Afonso de, (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.58

¹⁰⁶ BARRETO, António, (1975), *Anatomia de uma revolução: A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, pp.61-62

¹⁰⁷ BARROS, Afonso de, (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, p.54

trabalhadores, foi possível não só resistir, mas avançar, mesmo perante a situação da altura de repressão fascista, levada a cabo pela PVDE e posteriormente pela PIDE, bem como pela GNR.

A agricultura mantinha grande relevância na sociedade e na economia portuguesa. Havia que tornar as terras mais produtivas.

Portugal chegou ao 25 de Abril de 1974, com uma situação de agudo conflito de classes sociais nos campos, particularmente no Alentejo e Ribatejo. Contando com décadas de luta e de resistência, o proletariado agrícola activo do Alentejo e Ribatejo, na altura foi a grande força revolucionária, com forte combatividade e experiência de luta.

No final do ano de 1974 (precisamente em Dezembro), após a revolução, muitos dos trabalhadores agrícolas desempregados, avançaram para a ocupação e respectivo cultivo das terras de latifúndio, com a consciência de que só poderiam lavrar e semear a terra, se a tornassem sua. Instituíram-se as UCP's (Unidades Colectivas de Produção) que obtiveram produtividades e rendimentos análogos e por vezes superiores à média estabelecida no país.¹⁰⁸

A Reforma Agrária foi de longe a forma mais concentrada na passagem da propriedade e dos meios de produção dos exploradores para os explorados, e nas relações sociais de produção. As directivas defendidas pela Reforma Agrária, só se estabeleceram com relativa estabilidade durante um ano. Nos anos que se seguiram, estas unidades foram sistematicamente atacadas, sendo lhes retiradas as melhores terras de herdades, gados, máquinas e *montes*. Esta reforma sucumbiu às dificuldades e impossibilidades de continuar o seu trabalho, devido aos ataques que enfrentou da tomada de posse do novo governo, num processo de contra-reforma agrária.

Houve um retorno ao latifúndio, que ainda subsiste e da mesma forma, a adopção dos sistemas extensivos de produção, das terras abandonadas ou sub-aproveitadas, entregues ao gado de pastoreio.

Apesar das suas potencialidades, o Alentejo, é hoje uma das zonas menosprezadas do país, onde muitos *montes* se encontram em ruína.

Zona de Intervenção da Reforma Agrária: produção de cereais (em milhares de toneladas)						
	Média 1960-1963	Média 1970-1973	1974	1975	1976	1977
Trigo	359	458	432	494	578	175
Arroz	131	136	99	98	67	78
Aveia	64	69	78	97	103	46
Cevada	38	45	57	69	99	29

Cf. Anuários do Instituto Nacional de Estatística e M.J. Costa Macedo, estudo presente in BARRETO, António, (1975), *Anatomia de uma revolução: A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, p.237

¹⁰⁸ BARRETO, António, (1975), *Anatomia de uma revolução: A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, p.237

II PARTE

1.0 A CASA POPULAR RURAL

1.1 OS ESTUDOS SOBRE ARQUITECTURA POPULAR VERNÁCULA

1.2 O INQUÉRITO À ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA

1.2.1 ALGUMAS PUBLICAÇÕES RECENTES

2.0 A UNIDADE DE PAISAGEM - O MONTE

2.1 EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO RURAL - ASPECTOS AGRÍCOLAS
E ARQUITECTÓNICO/CONSTRUTIVOS

2.2 MATERIAIS, SISTEMAS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO NO
ALENTEJO



1.0 A CASA POPULAR RURAL

1.1 OS ESTUDOS SOBRE ARQUITECTURA POPULAR VERNÁCULA

Ao longo do século XX foram vários os estudos realizados que abordaram e registaram o tema da arquitectura vernácula alentejana.

Foram realizados preciosos estudos de arquitectos, etnólogos, antropólogos e geógrafos. A investigação do tema avultou-se com o trabalho do etnólogo José Leite de Vasconcelos; de Ernesto Veiga de Oliveira com o arquitecto Fernando Galhano, igualmente de conteúdo etnográfico; e do geógrafo Orlando Ribeiro. Estes nomes destacaram-se no estudo da arquitectura vernacular e a sua contribuição é reconhecida ainda hoje para estudos como este que desenvolvemos.

“A abordagem à arquitectura popular, também chamada “vernácula” ou “regional”, estabelece as relações essenciais entre as necessidades humanas e o espaço, ou “meio”, onde elas se processam.”¹

Na passagem dos anos de 1950 para 1960, foi organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*. No ano de 1961, é editada a importante obra sobre este tipo de arquitectura. À sua frente encontravam-se nomes sonantes da arquitectura portuguesa da época, como Keil do Amaral, Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira.

Estes e outros arquitectos, organizados em seis equipas repartidas por diferentes áreas do País, percorreram-no e procederam a um estudo exaustivo da arquitectura popular, no decurso do qual viajaram “cerca de 50.000 quilómetros (...)”, fizeram cerca de 10.000 fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas.”²

Era proposta uma “radiografia” da arquitectura popular portuguesa, interessada entre outros objectivos, em sublinhar a sua diversidade regional do Norte ao Sul do País.

Este *Inquérito* estava interessado em questionar a unidade que era reclama na obra de Raul Lino, em “A Casa Portuguesa”, sendo que esta viria a ser “substituída” por uma referência mais genérica, de Portugal como território de que se queria justamente afirmar a diversidade.

¹ FERNANDES, José Manuel; 1991; *A Arquitectura - Sínteses da Cultura Portuguesa*; p. 76

² Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1980 (1961), pág. XXIII

Com o *Inquérito*, “aperfeiçoaram-se os conhecimentos sobre as sub-regiões da arquitectura popular em Portugal, que até então se tinham confinado a uma visão romântica, desde o fim de século apegada à ideia da existência de uma “Casa Portuguesa” com vocação unitária (como defendia Raul Lino).³

Esta obra, teve um impacto considerável na produção arquitectónica portuguesa da época, facilitando a abertura para novas formas de diálogo entre arquitectura moderna e arquitectura vernácula.

De José Leite de Vasconcelos, na sua obra *Etnografia Portuguesa*, encontra-se talvez a primeira tentativa de elaboração sistemática dos principais tipos de casa alentejana.

No capítulo sobre o *Povoamento da Etnografia Portuguesa*, refere-se à questão de *monte* constatando que “entende-se que da elevação do terreno, onde a casa geralmente se constrói para os donos vigiarem melhor a propriedade, se transferiu a designação para aquela.”⁴ Esclarece seguidamente que “também monte quer dizer (...) grupo de casas” visto que “um monte, numa herdade de certo tamanho consta de muitas casas: para o dono ou para o rendeiro, para os serviços, para se guardarem aprestos de lavoura,(...), ao que se adicionam cortes e currais.”⁵

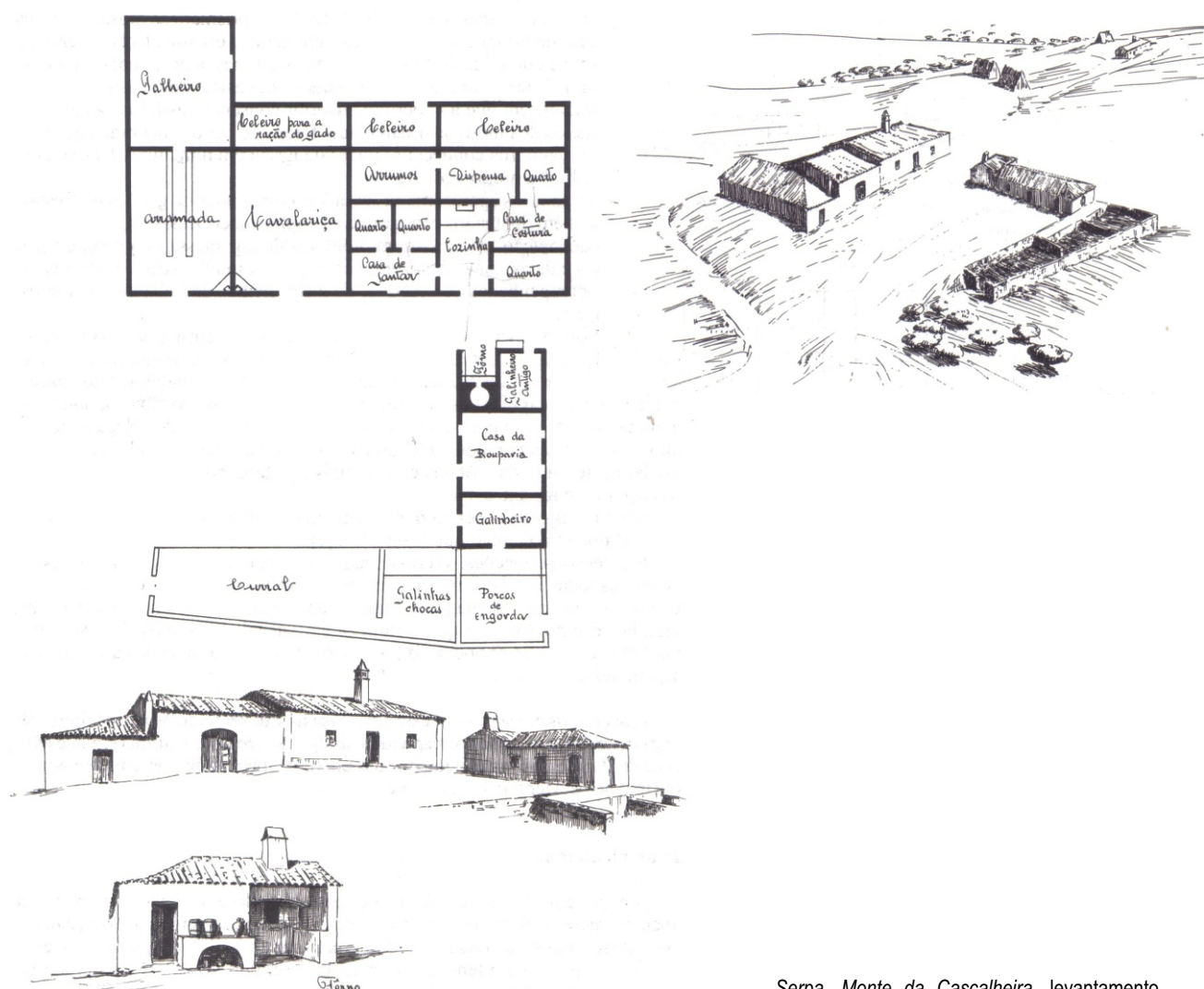
Na obra *Arte Popular em Portugal*, (s/d [1959]) de Ernesto Veiga de Oliveira com o arquitecto Fernando Galhano, no capítulo dedicado à arquitectura popular portuguesa, trabalho que foi posteriormente revisto e ampliado e do qual resultou a obra *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992), encontra-se um espólio de importante informação das tipologias estabelecidas na área geográfica do Alentejo.

No que se refere à Zona Alentejana, encontramos um trabalho orientado, sobretudo, para a recolha nas áreas rurais desta zona geográfica, composta por vários apontamentos desenhados que ilustram o texto, bem como plantas e perspectivas que permitem entender o funcionamento da habitação. Nesta obra, caracterizam-se os elementos considerados mais representativos da arquitectura alentejana.

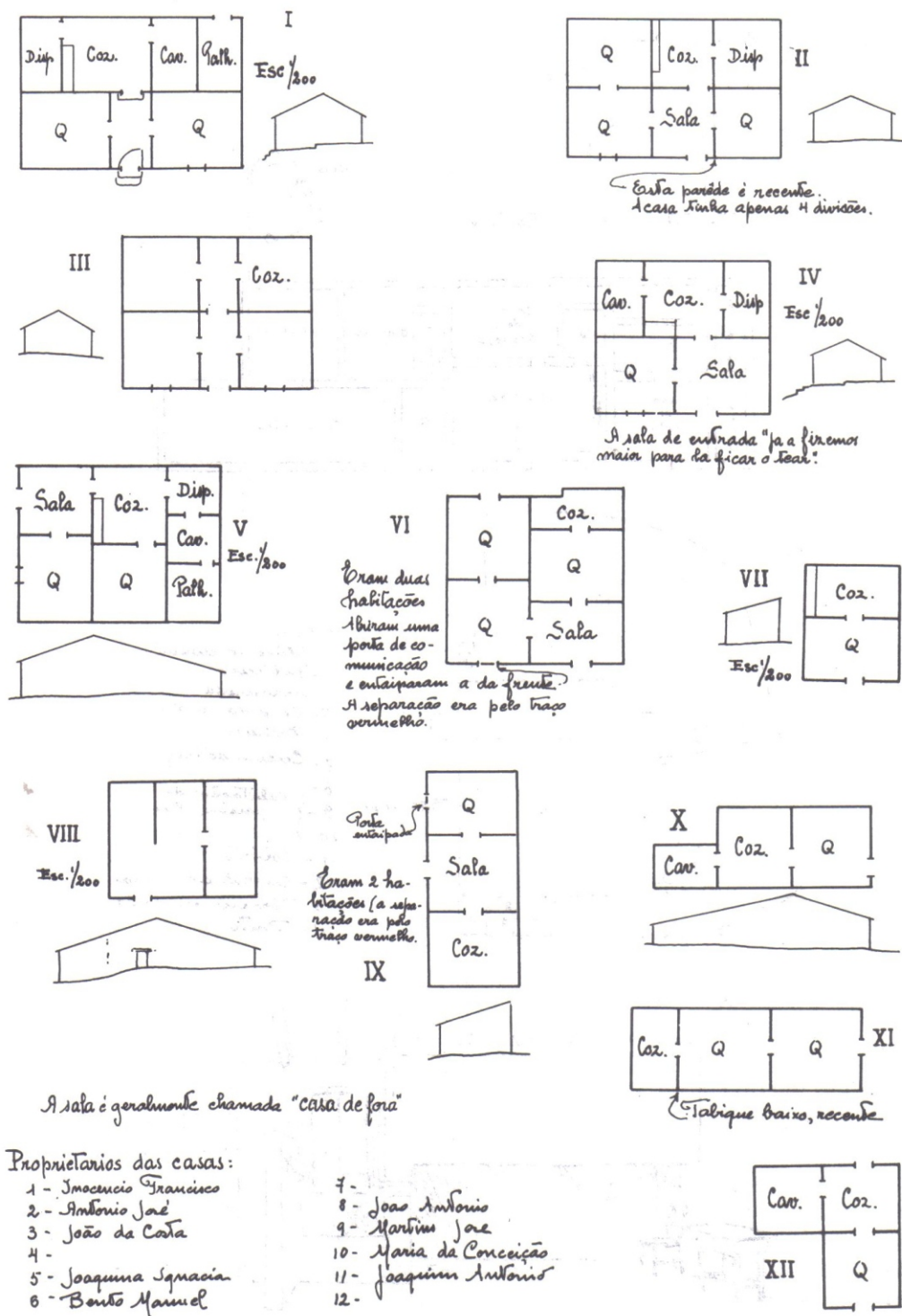
³ FERNANDES, José Manuel, (1991), *A Arquitectura - Sínteses da Cultura Portuguesa*; p. 78

⁴ VASCONCELLOS, J. Leite de (1936), *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, Vol. II, p.280

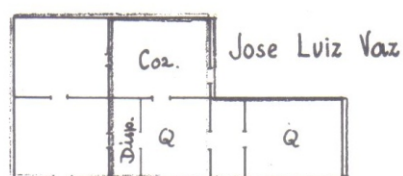
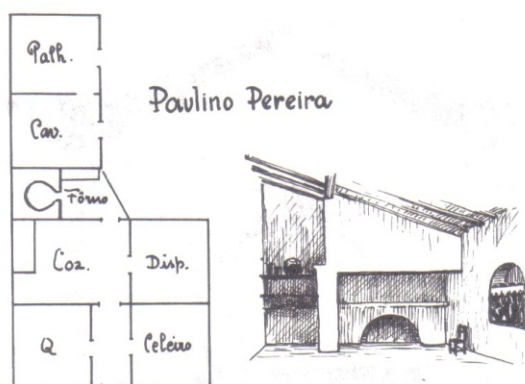
⁵ Idem, *Ibidem*, p.281



Serpa, Monte da Cascalheira, levantamento publicado in *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

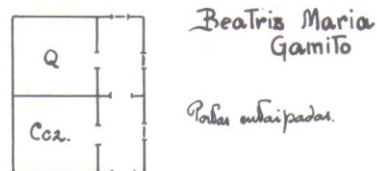
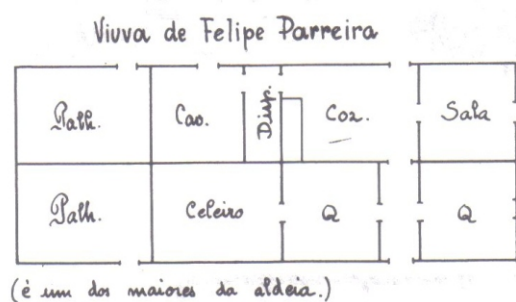


Des. 98

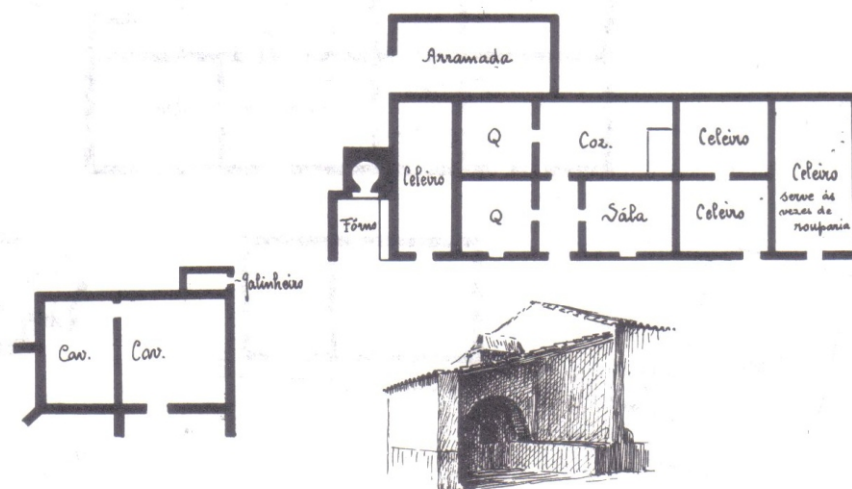


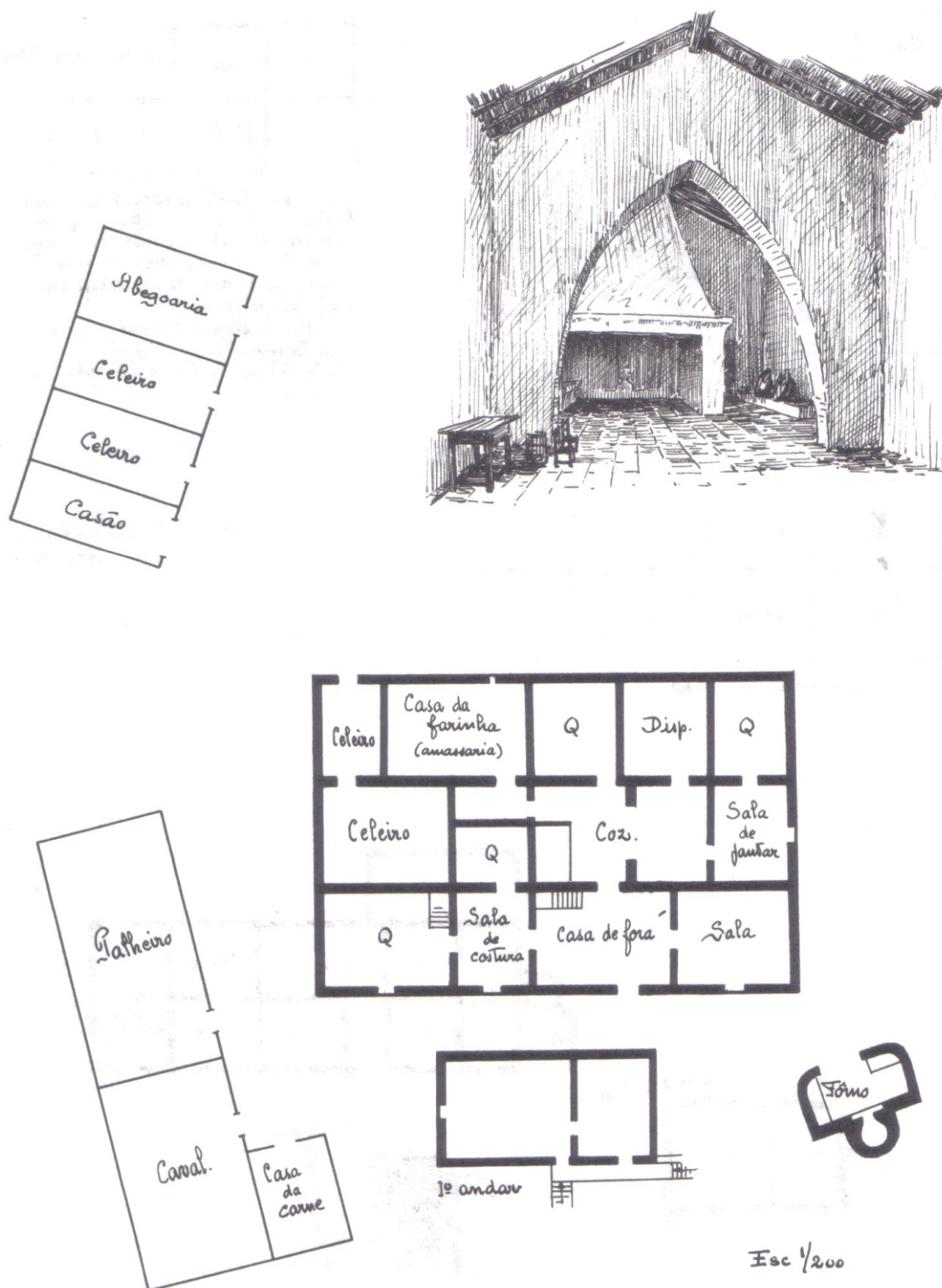
A antiga habitação (delimitada a azul) tinha quatro divisões. Estas, foram duas vendidas a Jose Luiz Vaz, que construiu o corredor e quarto, realizou duas portas, e não acabou a parte da rectaguarda por falta de "fôrças".

A divisão entre a dispousa e o quarto é um tabique baixo e recente. Esta habitação é a delimitada a vermelho.



Des. 92





Levantamento publicado *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (desenhos representativos do Monte da Quintã, Mértola o forno encontra-se fora de estrutura do Monte, mas mantendo uma relação próxima)

Orlando Ribeiro apoiado na sua formação histórico-geográfica, clarificou na globalidade os modelos de ocupação do espaço português. Na questão do Alentejo, falava de uma “civilização do barro” própria das áreas meridionais planálticas, a sul do Tejo, com uma prática ligada ao uso de materiais “macios”, tratados a fogo e revestidos a cal, em função de uma vida mais aberta ao exterior, mais assente na terra, mais organizada em espaços de povoamento concentrado e interligado (Alentejo).”⁶

O trabalho de Orlando Ribeiro, acentuou as relações de contexto cultural e funcional, do “sector a sul do Tejo com a vertente andaluza e da Estremadura espanhola.”⁷

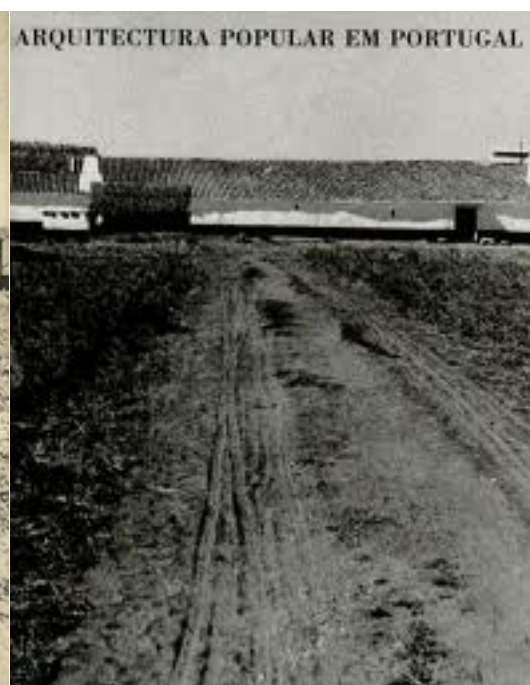
José Cutileiro, com a sua obra *Ricos e pobres no Alentejo*, apresentou um estudo baseado na investigação antropológica, que constituía uma análise da estrutura social no contexto da região em estudo. A importância da tradicional posse de terra e a sua repartição, em geral, assinalavam as posições que os indivíduos ocupam na estrutura social alentejana. Distinguiu vários grupos sociais constituídos a partir do poder que mantinham sobre a terra: os lavradores, os proprietários, os seareiros e os trabalhadores, numa altura em que os factores de mecanização ainda eram relativamente ténues e circunscritos.⁸

No âmbito deste tema e perante a abordagem de estudos desenvolvidos e aqui referidos, a arquitectura vernácula em Portugal enquadra-se nas do conjunto dos países meridionais (em função da área geo-cultural mediterrânea). Predomina secularmente a construção com materiais tirados da terra (pedra, barro), construção baixa, com coberturas de pouca inclinação.

⁶ RIBEIRO, Orlando, citado in FERNANDES, José Manuel; 1991; *A Arquitectura - Sínteses da Cultura Portuguesa*; p. 77-78

⁷ Idem, *ibidem*, p. 78

⁸ CUTILEIRO, José; 1983; *Ricos e Pobres no Alentejo*, pp. 66-67



1.2 O INQUÉRITO À ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA

A obra mais importante produzida no século XX sobre a arquitectura vernacular portuguesa foi a *Arquitectura Popular em Portugal* (1961), desenvolvida entre 1955 a 1960.

Resultou do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, sugerido pela primeira vez em 1949, ideia que foi acolhida e posta em prática pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, na altura sobre a presidência do Arq. Francisco Keil do Amaral.

Trata-se de um extenso trabalho de investigação e de trabalho de campo, acerca das tipologias da arquitectura habitacional popular tradicional, bem como da morfologia dos povoados, urbanos e rurais, do qual resultaram vários levantamentos desenhados e fotográficos.

De um modo geral tratou-se de uma aproximação à realidade da arquitectura popular, numa visão mais disciplinar, do que antropológica (os modos de vida do povo).

As diversas equipas de arquitectos, procuraram na arquitectura popular sobretudo o que ela tem de racional e mesmo de funcional, e por isso, as suas relações com a arquitectura moderna - que então estes arquitectos praticavam ou pretendiam praticar - e nem por isso o *Inquérito* deixou de servir para colocar aos arquitectos a necessidade da aproximação às realidades nacionais, e chamar a atenção para métodos e estudos, que implicavam outras disciplinas como a história, a economia, a geografia, a psicologia e a antropologia.

Este trabalho procurou "evidenciar a importância das relações entre o homem e o seu meio social, económico e geográfico na formulação das arquitecturas como sequência de processos de construir longamente depurados que tem a ver com situações concretas bem definidas".⁹

Mais de cinquenta anos passados, a leitura da *Arquitectura Popular em Portugal*, dá-nos um extraordinário retrato do País rural da segunda metade dos anos cinquenta e como o viam os jovens arquitectos da geração do pós-guerra.

A área do Alentejo insere-se na Zona 5 do *Inquérito*, tendo os levantamentos ficado a cargo dos arquitectos Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes.

⁹ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, zona 6: Algarve), p. X

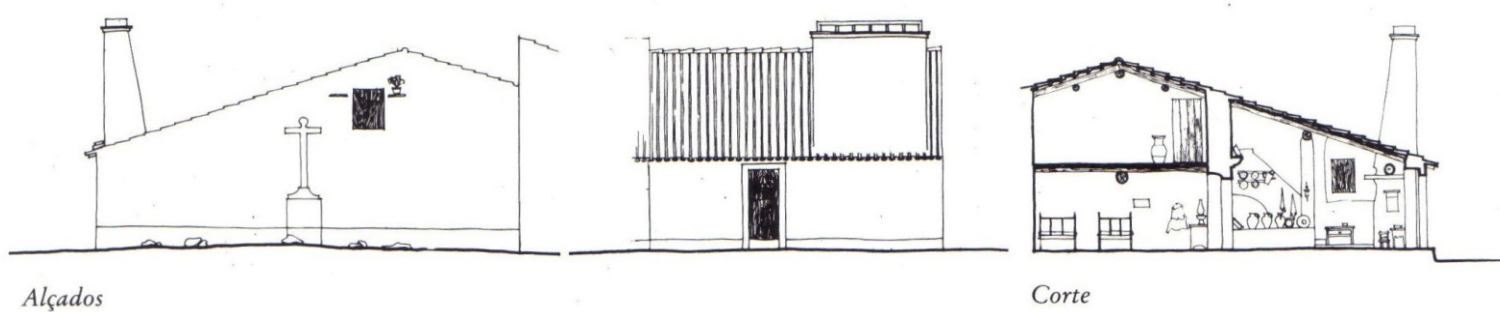
Desta forma, a equipa dividiu a Zona 5, em sub-regiões, utilizando uma Carta do professor Aristides Amorim Girão (1895-1960) e explorou a arquitectura de cada uma destas Sub-Zonas: Areias, Barros, Serra de Borba, Plataforma de Évora, Barros de Beja, e Além Guadiana.

Segundo José Manuel Fernandes, esta zona adquire a denominação de “sector”, onde descreve a “(...) casa do “monte”, descendente da “villa” romana, ou a casa de aldeia, térrea, caiada, com grande chaminé na fachada, vãos reduzidos, beiral trabalhado e moldura de cor com pigmento terroso; forno anexo à habitação ou isolado no espaço vizinho; abrigos dos animais separados.”¹³

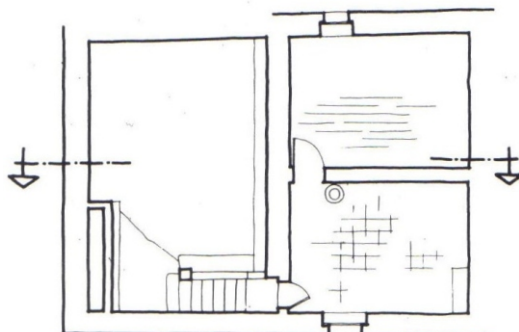


“O Sr. Presidente do Concelho apreciando os trabalhos realizados” no âmbito do Inquérito.

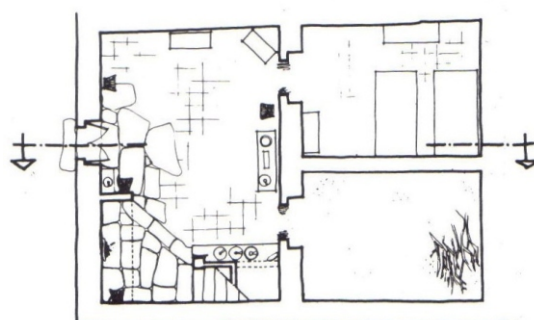
¹³ FERNANDES, José Manuel, (1991), *A Arquitectura - Sínteses da Cultura Portuguesa*, p. 78

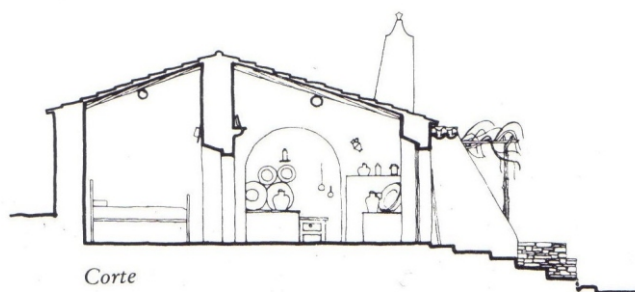


Planta do 2.º piso

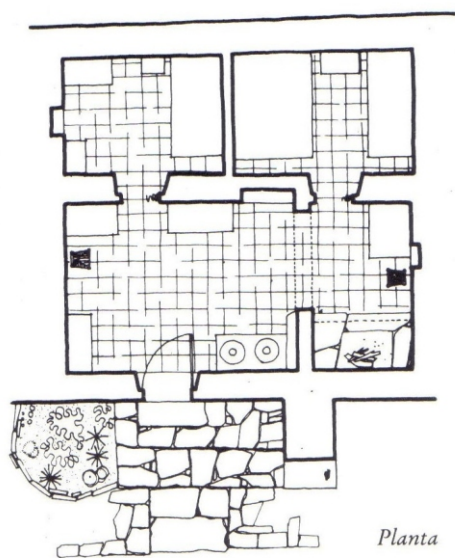


Planta do 1.º piso

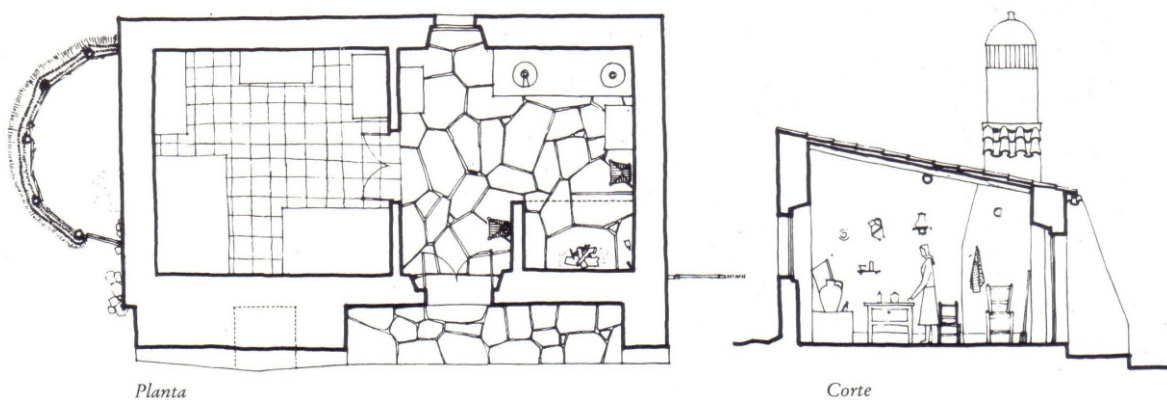




Corte

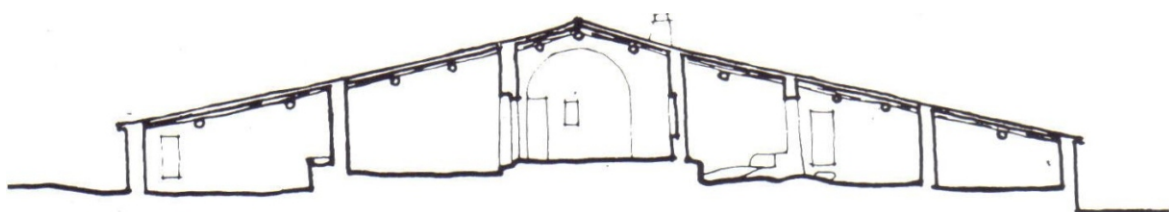
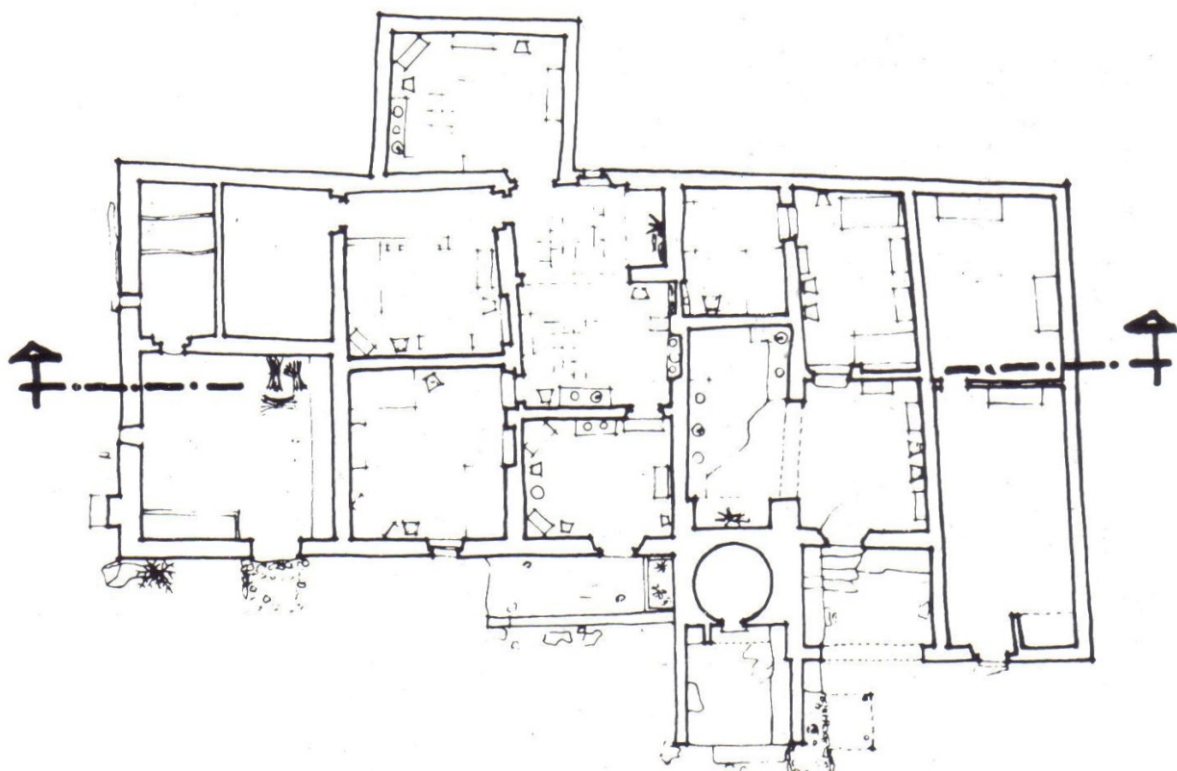


Planta

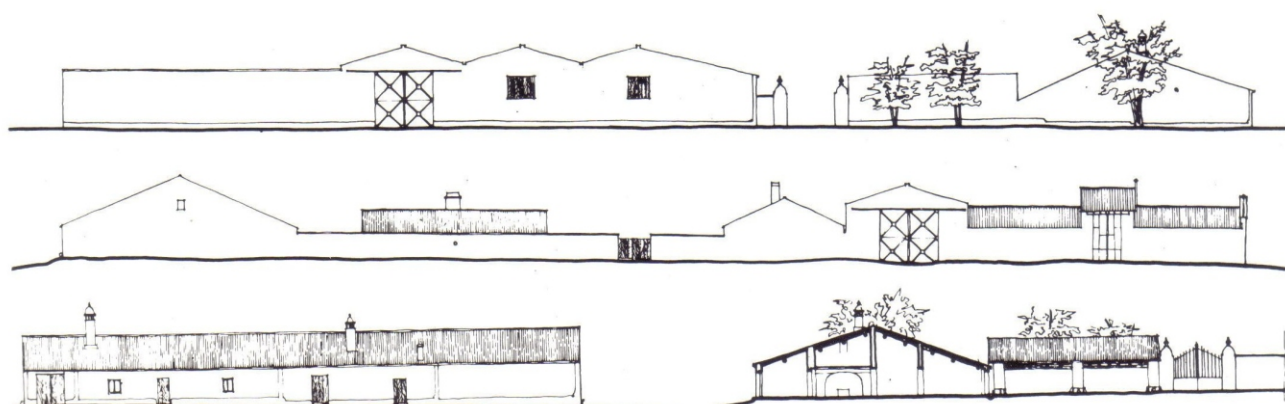


Planta

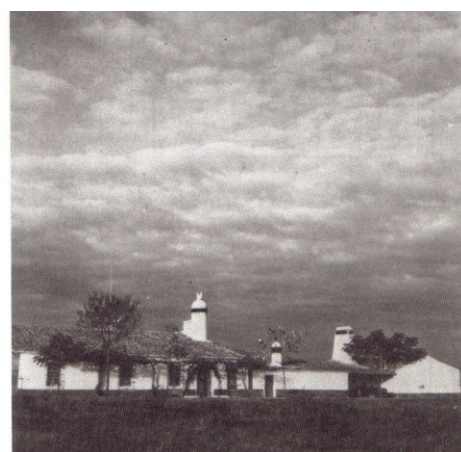
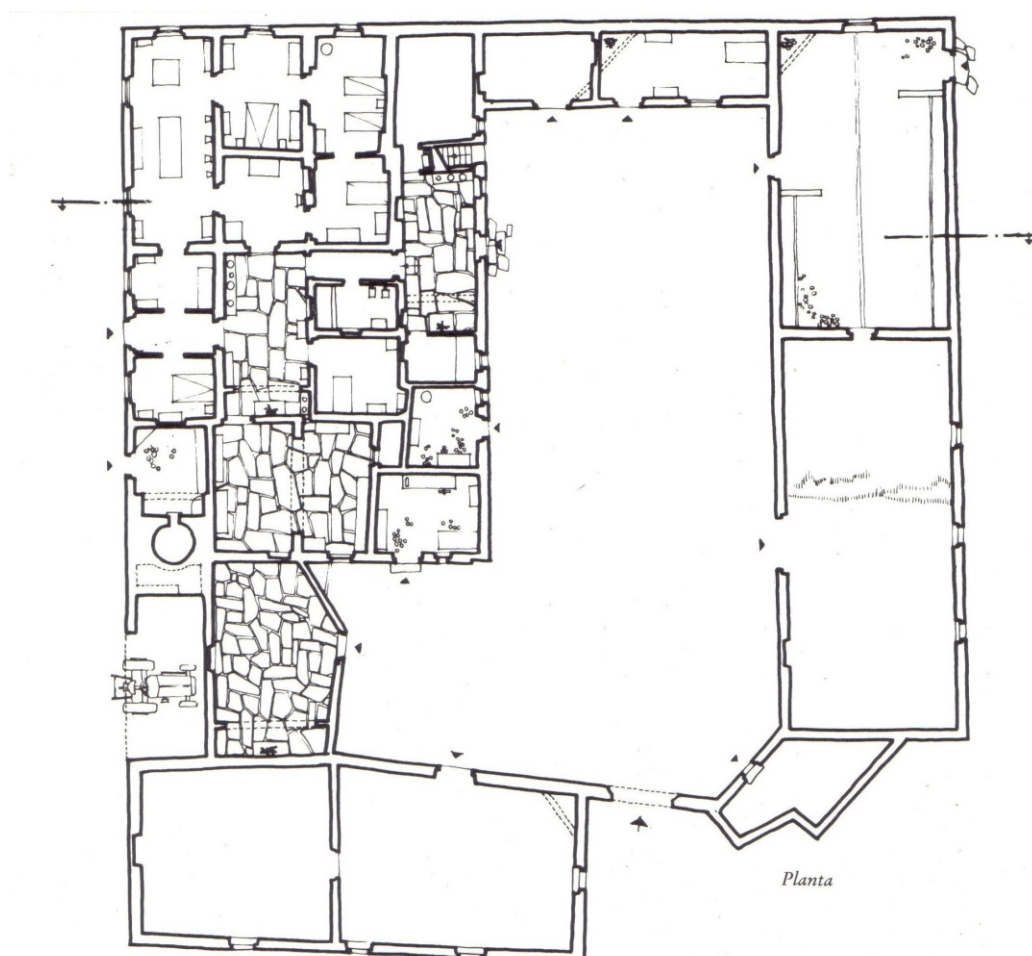
Corte

*Corte*

Monte da Abaneja . Évora
(Levantamento **Zona da Plataforma de Évora**)



Monte da Diabrória Beja
(Levantamento **Zona Barros de Beja**)



Monte Branco da Serra Moura, Freguesia Sobral da Adiça, caso particular de estudo da dissertação.
(Levantamento **Zona Além Guadiana**)

1.2.1 ALGUMAS PUBLICAÇÕES RECENTES

Nos últimos anos, o programa, Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) em organização com a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, desenvolveu o estudo da *Casa Tradicional Alentejana* (2000). A publicação estuda e divulga o património arquitectónico vernacular do Alentejo, desde uma primeira síntese histórico-geográfica, que condiciona e determina o tipo de construção baseada em materiais locais disponíveis na região, assim como os aspectos técnicos de composição destes.

A edição do livro *A Taipa no Alentejo* (2007), da arquitecta Mariana Correia, constituiu um novo ponto de vista para a valorização da tradição intrínseca nas arquitecturas de terra, nesta região do País. O conhecimento deste património, (referido na Parte I deste trabalho, capítulo 1.2 e 1.3), tem nesta edição, uma abordagem mais profunda da aplicação de metodologias ligadas às tipologias do edificado, pelo estudo dos materiais, das técnicas e dos modos de implementação. “Porque a arquitectura é também uma produção “artesanal” e “industrial”. Porque este habitat em taipa do Alentejo, como os de outros cantos do mundo, que nos deixam mais frequentemente um sentimento de admiração e encantamento, são também uma forma bem conseguida “de arquitectura sem arquitectos”, que se deveria contudo reconhecer como tais, para além dos academismos.”¹⁴

De carácter mais específico do conteúdo de métodos e técnicas construtivas em taipa e adobe, o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e obras públicas do Sul (CENFIC) associada ao IEFP, com a Coordenação Nacional do Programa Euroqualification (1995), editaram um conjunto de pequenas publicações que focam desde a abordagem de construção de abóbada e abobadilha alentejana, focando os materiais disponíveis na região e as técnicas de construção deste elementos de cobertura.

O registo das tradições de construção, que existem nesta região, incutem a um entendimento e registo da história, da função e análise das plantas e fachadas destas edificações, os *montes*.

¹⁴ RUDOFSKI, Bernard,(1981), *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, citado in CORREIA, Mariana, *Taipa no Alentejo*,(2007), p.11

O arquitecto Jorge Cruz Pinto, deu o seu contributo com o estudo *Arquitectura da Planície: cinco situações de montes no Alentejo*. A descrição fenomenológica de cinco situações de *montes*, correspondentes a aglomerações agrícolas, no espaço geográfico circunscrito a um raio de cerca de 20km da Vidigueira, identifica em termos formais, os princípios ordenadores de implantação, topológicos e a relação com o meio.

Os exemplos estudados referem-se a situações arquitectónicas diferenciadas:

- construção simples de carácter nuclear;
- isolada no contexto natural;
- situações de fileiras (ou em correnteza);
- articulações aditivas;
- e aglomerado de formação mais complexa, de carácter quase urbano.

De facto as construções dos *montes* buscam uma implantação estratégica na sua preferência por suaves cabeços ou encostas, compreendendo a vocação do lugar.¹⁵

O enquadramento destas edificações é também, mencionada por Miguel Reimão Costa, sob o tema *Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*, que considera a área meridional do país e particulariza as características comuns do património construído em âmbito rural, procurando privilegiar, a caracterização da arquitectura vernacular associada aos pequenos aglomerados rurais, acrescentando que este tipo de povoamento se associa a uma só exploração, e “traduz, de algum modo, o desígnio de uma ordem global (por exemplo a nível da organização no espaço das diversas actividades) perceptível para lá das sucessivas transformações a que poderá ter sido sujeito ao longo da história.”¹⁶

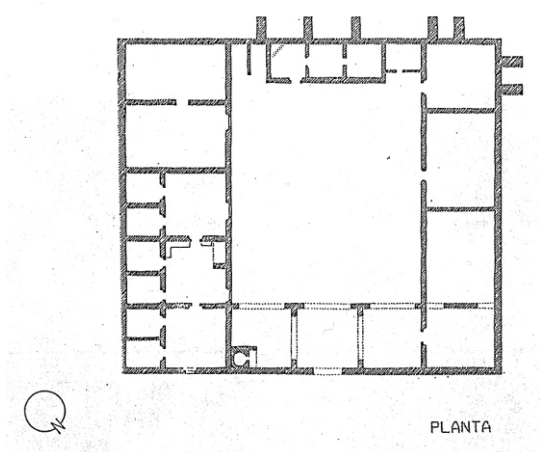
Conformada como arquitectura do lugar pela forma como se assume, na orografia dos montículos, o *monte* traduz, através da sua posição e organização, o próprio modelo de exploração do território, marcando geralmente um centro privilegiado na paisagem.

¹⁵ PINTO, Jorge Cruz; (2007); *Arquitectura da Planície, cinco situações de montes no Alentejo*; p.11

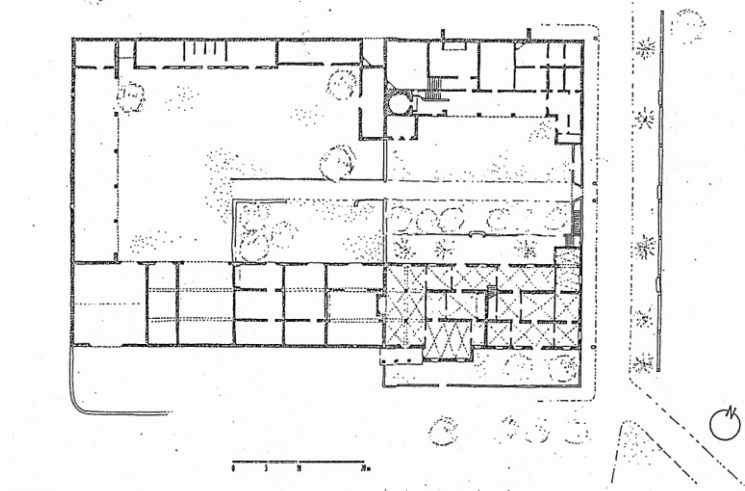
¹⁶ COSTA, Miguel Reimão Lopes da; 2009; *Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*, p.8

As cinco situações estudadas e referenciadas pelo Arq.º Jorge Cruz Pinto:

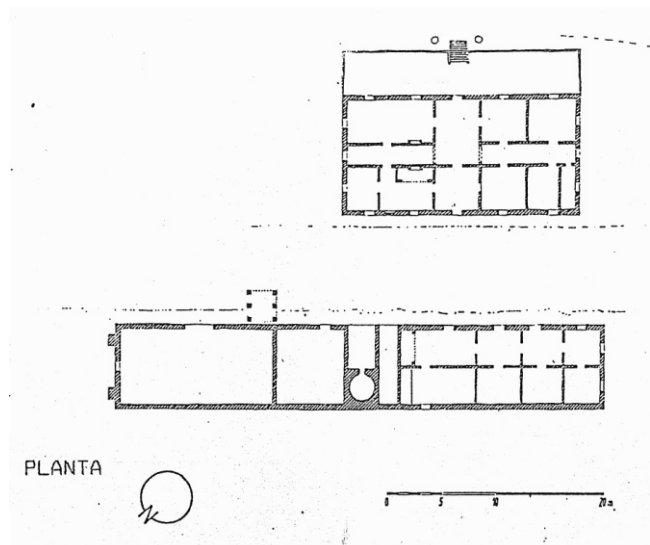
//101



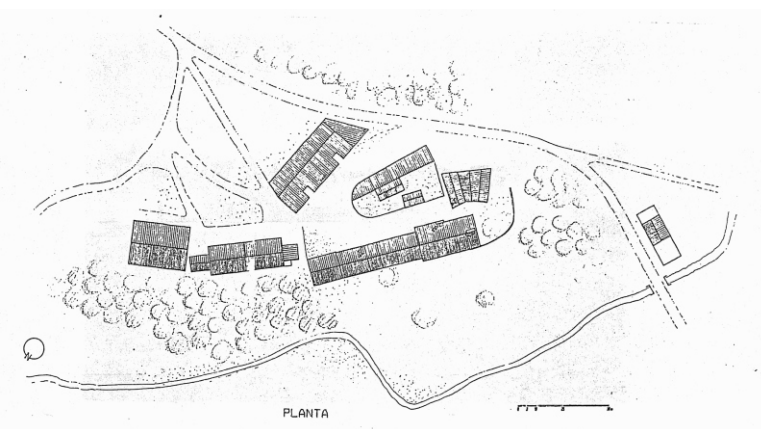
Construção simples de carácter nuclear, Monte da Quintinha, Vidigueira



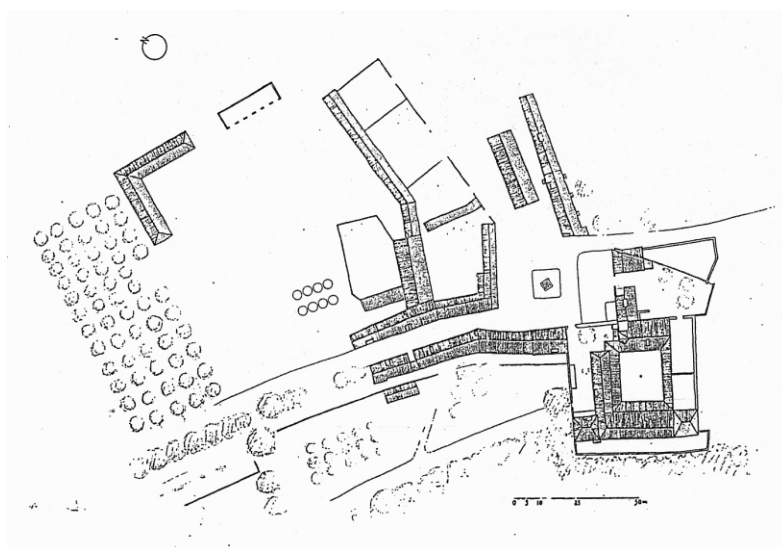
Construção isolada no contexto natural, Monte das Aldeias, Vidigueira



Construção em fileiras (ou em correnteza), Monte da Herdade Grande, Vidigueira



Construção de articulações aditivas, Monte das Cortes, Vidigueira



Construção em aglomerado de formação mais complexa, de carácter quase urbano, Monte da Água de Peixes, Vidigueira

O próprio local de assentamento poderá constituir, uma síntese desta arquitectura, compreendendo aspectos mais decisivos, quanto à importância da sua caracterização a diferentes escalas, desde a casa, ao *monte* e à relação de *montes* no território.”¹⁷

Numa primeira escala, compreende-se o núcleo edificado. Numa segunda, num circuito mais alargado, mas que influencia a organização do conjunto edificado, o *monte* constitui-se como centro de uma pequena área de recursos, sendo através da preponderância das actividades agrícolas e de criação de animais que se produzia a vinculação ao território, experienciando sucessivamente a acção de transformação da paisagem, compreendendo a área produtiva concernente. Por último e numa terceira escala, o *monte* integra uma estrutura formada pela relação de vários *montes* próximos, cuja importância antropológica é significativa.¹⁸

O arquitecto João Alberto Correia, contribuiu com o estudo, *Montes e Povoados no Sudeste Alentejano*, em que o autor analisa a problemática da arquitectura vernacular em relação aos *montes* e povoados na região de Monsaraz. Partindo do estudo dos conjuntos populacionais que formulam os povoados, entende-se o “povoamento concentrado” (aldeias), e “povoamento disperso”, que se caracteriza pelos alvos *montes*. “O monte e o povoado alentejanos assentam fundamentalmente na construção vernacular baseada numa sociedade agro-pastoril que predominou durante séculos e porque além de esta ser uma zona pobre, é uma zona que recorre aos seus próprios materiais (autosuficiência).”¹⁹ Constata que “(...) numa primeira fase, o que constituía a área principal do *monte* era a área de serviços diurnos, a cozinha, onde as actividades da vida diária se desenvolviam. A zona de dormir, quartos, por vezes alcovas ligava directamente à cozinha, mostrando dimensões reduzidas. Nos *montes*, os quartos atingiam no máximo um número de três, sendo por norma um ou dois. Tal facto tem como base a habitação secundária para ganhões, mourais ou tarefeiros, situando-se a sua casa principal na aldeia de origem.”²⁰

¹⁷ COSTA, Miguel Reimão Lopes da; 2009; *Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*, p.12

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p.324

¹⁹ CORREIA, João Alberto;1996; *Montes e Povoados no Sudeste Alentejano, Monsaraz*, , p.13

²⁰ CORREIA, João Alberto;1996; *Montes e Povoados no Sudeste Alentejano, Monsaraz*, , p.15

Fundamentou, desta forma, o estudo das sedes de lavoura de herdades no concelho de Monsaraz, segundo o estudo do significado da chaminé.

Este elemento destaca-se não só pela sua envergadura, mas também pelo local onde se encontra, na edificação, nomeadamente na cozinha junto à porta principal, funcionando como elo de ligação nas quatro tipologias que definiu:

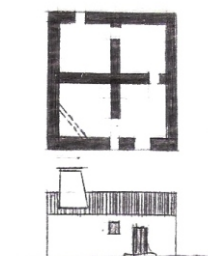
Tipologia 1 - Chaminé fronteira e um único ou mais compartimentos (em linha ou em quadrícula);

Tipologia 2 - Chaminé fronteira, com diferentes compartimentos comunicando entre si, a cozinha ainda é a porta principal. Esta tipologia apresenta uma estrutura mais complexa, com maior número de quartos. Neste caso surge adjacente à construção habitacional, numa zona de armazém para material agrícola.

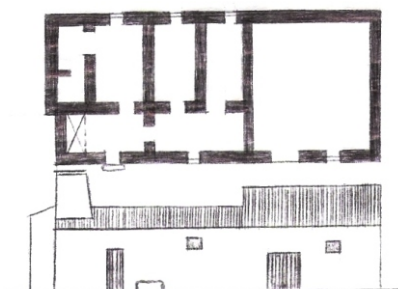
Tipologia 3 - Chaminé fronteira, com anexos acoplados. As pessoas não entram directamente para a cozinha, mas sim por um corredor. Há uma distribuição de aposentos, um anexo e um forno exterior.

Tipologia 4 - Chaminés interiores com corredor comunicando com os compartimentos. Este *monte* será bastante complexo, apresentando várias divisões como casas perto umas das outras. Outra característica será a adição de mais um piso.²¹

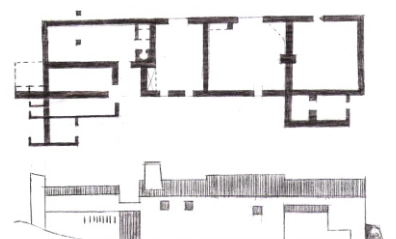
A historiadora Maria da Conceição Reis e a ligação da sua família a estas estruturas agrícolas, precipitou o interesse no estudou, *O Monte Alentejano e a transformação no século XX*. Pela realidade social e cultura da história local, mas também segundo um conjunto de traços culturais, numa análise assente em dois eixos, investigou as estruturas culturais do presente, numa perspectiva sincrónica e por outro lado o recuo ao passado numa perspectiva diacrónica. O contacto com esta realidade suscita a recordação de tempos passados e de uma profunda transformação, que agora se observa, clarificando que o *monte* não é apenas um edifício ou um local, “mas um conjunto de traços culturais e sociais muito específicos desta região” que, impregnam, desde há séculos, toda a estrutura do povoamento e da economia rural do Alentejo. Enquanto estrutura complexa e diversificada, o monte motivou ao longo do século anterior, motivo de interesse” e estabelece a definição base da presente investigação.²²



Tipologia 1



Tipologia 2



Tipologia 3



Tipologia 4

Tipologias de habitação, segundo João Alberto Correia (tipologia 1 a 4)

²¹ CORREIA, João Alberto; 1996; *Montes e Povoados no Sudeste Alentejano*, Monsaraz, , p.41-48

²² REIS, Maria da Conceição; (2000); *O Monte Alentejano a transformação no século XX*, p. 21



2.0 A UNIDADE DE PAISAGEM - O MONTE

2.1 Evolução do povoamento rural - aspectos agrícolas e arquitectónico/construtivos

Enquanto resultado da interacção Homem-natureza, a paisagem surge hoje como um verdadeiro repositório de existências e vivências que se desenrolaram ao longo de milhares de anos.

O Alentejo constitui-se como uma região extensa e diversa nas suas paisagens, apesar de transmitir uma ideia de paisagem una. Essa heterogeneidade ajudou a definir uma rede de povoamento que apresenta variações, desde as áreas plenamente inseridas na estrutura viária e que parecem preservar uma identidade específica.

A acção do Homem sobre o Meio, constitui, desde o neolítico, até à consagração da época industrial, o elemento estruturante da sociedade humana de características eminentemente agrícolas e pecuárias.

A diferença entre Sul e Norte, foi durante muito tempo, acentuada, mas de forma favorável para o primeiro: “o Sul era outro mundo, há muito aberto a todos os ventos da civilização.”²³

O interesse e a ocupação desta vasta região rural, despertou a curiosidade das comunidades que aqui se radicaram, constituindo os primórdios de uma Era, tendo claramente as suas raízes em comportamentos ancestrais, contemporâneos das construções que hoje chegam até nós.

As influências da “cultura coeva dos alvares da época histórica, uma cultura romana, visigótica, muçulmana e da reconquista cristã”, revelaram e deixaram testemunhos visíveis e característicos.²⁴ “Pelo que respeita à habitação do Alentejo, tal como nos aparece agora, estamos em crer que o seu tipo de construção é o resultado de uma longa evolução, que os séculos foram modelando, cheia de contradições e anacronismos.”²⁵

O processo de humanização da paisagem é visível nas marcas das “casas-pátio”, por exemplo, que se vieram a encontrar, como pode ser comprovado, no campo arqueológico de Mértola. As operações dirigidas por Cláudio Torres, foram pioneiras na área de investigação da “arquitectura de terra” e também, no estudo e divulgação das tecnologias da construção tradicional.²⁶

²³ RIBEIRO, Orlando, (1977), *Introduções geográficas à História de Portugal*, p.330

²⁴ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 22

²⁵ Idem, *Ibidem*, p.22

²⁶ MESTRE, Victor; *Campo Arqueológico de Mértola - A Investigação Arqueológica como sustentáculo do conhecimento e preservação da Arquitectura de Terra*; 2001; artigo disponível em: <http://www.vmsa-arquitectos.com>

Uma parte significativa do assentamento destas casas sobrepôs-se a outras realidades físicas preexistentes, assimilando-as ou apenas ocupando os locais após a sua destruição. Apesar de se conhecer o processo de sedimentação de culturas, que se estabeleceram por épocas, no que toca ao “aspecto mais cuidado, menos rústico, dos edifícios do Sul, nos dispositivos mais perfeitos e complexos da habitação, lê-se a influência de civilizações superiores, romana, muçulmana.”²⁷

A influência romana manifestou-se, em todo o território português através de uma profunda transformação das paisagens e modos de viver. “Ao povoamento das colinas da época castreja sucedem as *villae rusticas*.”²⁸

Ao estabelecer-se na região, terá incutido uma nova organização social, cujas regras, determinadas no seu regime, em Roma, tinham o intuito de assegurar a unidade dos territórios absorvidos pelo grande Império. “Esta realidade está presente nas pequenas e grandes urbes que se vão formando, como também se reflecte na organização física das grandes casas de lavoura que um pouco por todo o país, e em especial no Alentejo, pela sua extensão.”²⁹

Gradualmente, e à medida que a romanização avança, atraíram-se as populações à planície, que vão abandonando a propriedade comunitária e adoptando um regime de ocupação individualista da terra.

Segundo Orlando Ribeiro, seria esta a origem das *villae* romanas, onde ainda hoje é possível filiar o “monte alentejano”. Com efeito, a estrutura agrária e social das *villae* é, em tudo, semelhante à das herdades alentejanas: no centro destas situava-se a habitação do *dominus* ou *possessor*, perto encontravam-se os celeiros, as arrecadações, os estábulos, as acomodações dos trabalhadores escravos (*servi*) que eram dirigidos por um feitor (*villicus* ou *factor*). Em redor, distribuíam-se as casas (*casae* ou *casalae*) onde habitavam homens livres (*casarii*) que cultivavam algumas parcelas individualmente, mediante o pagamento de uma renda.³⁰

A maioria destas ocupações, se não grande parte delas, tiveram a sua fundação pela intensidade na valorização de

²⁷ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p.95

²⁸ Idem, *Ibidem*, p.55

²⁹ MESTRE, Víctor, *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, p.86

³⁰ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p.57

determinados lugares ritualizados, “primeiro enquanto “valores” naturais depois artificializados, porque desde sempre exerceram fascínio ou propiciaram reacções de medo e superstição aos homens que procuraram no intangível a resposta aos mistérios da sua incompreensão e da sua esperança.”³¹

Os modos de sociabilidade baseavam-se em redes familiares de conhecimentos pessoais e de interdependência, onde os saberes e as tradições eram passados de geração em geração.

“Dos factores contribuintes para a distribuição, tem o seu lugar preponderante o tipo de agricultura e a economia da região.” (...) “o solo, o subsolo, o clima e o manto vegetal espontâneo, ou resultante da acção do homem o concomitantemente da sua economia, determinam o modo como ele se agrupa.”³²

Segundo a equipa de arquitectos responsável pela Zona 5 - Alentejo, podem observar-se duas categorias e formas de povoamento típicas desta região: o “povoamento concentrado”, caracterizado por “aldeias envolvidas pelo latifúndio,(...), contidas pelo sentimento colectivo de defesa, servindo de assento de quantos trabalhavam nas herdades”; e a “construção isolada” na paisagem, instituindo “um fundo de disseminação rara” denominando-se de “monte”, estabelecendo as “pequenas unidades de exploração agrícola”, caso particular de estudo. “Constitui (...) o “monte” um tipo de aglomerado populacional.”³³

Esta última categoria é constituída, por “uma edificação ou um conjunto de edificações, associadas à uma mesma exploração agrícola.” O “monte alentejano” é resultado de uma sucessão de intervenções que marcaram a ocupação do mesmo lugar ao longo de várias gerações.³⁴

Apresentando uma realidade bem mais complexa do que, à partida, seria de supor, a expressão *monte*, aplica-se neste território, como “praticamente todas as formas de “habitat” não concentrado, isto é, a todo o “habitat” estranho aos aglomerados urbanos, sejam eles as cidades, as vilas ou as aldeias.”³⁵

Alguns estudiosos desta realidade avançaram com propostas de tipologias que se encaixassem nas várias situações em que o termo *monte* é usado.

³¹ MESTRE, Víctor, *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, p.86

³² AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 31

³³ Idem, *Ibidem*, p.31 e 58

³⁴ RIBEIRO, Vitor (coord. geral), *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg), 2008, pp.24-25

³⁵ SILVA, António Carlos; *O monte alentejano - alguns contributos para uma perspectiva arqueológica*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, p.58

Poderia estabelecer-se em três categorias principais: o “monte” enquanto “cabeça de herdade”; o “pequeno monte isolado (ou “montareco”) inserido no termo da herdade”; e “os pequenos “montes” dispersos, associados normalmente a pequenas propriedades e preferencialmente localizados na envolvente próxima dos aglomerados urbanos”.³⁶

A sua reconhecida adaptabilidade a realidades rurais muito diversas, desde a “modesta habitação rural” até à “sede de grandes herdades”, edificações mais complexas, quer nos aspectos arquitectónicos, quer sociais e económicos com a sua “casa senhorial, capela, equipamentos agro-pecuários e habitações indiferenciadas”, acabam por justificar que o conceito de “monte alentejano” representa a suposta realidade latifundiária romana do mundo rural do Sul, assim como um conjunto de significados que reflectem o seu uso corrente e se tornam úteis para compreender esta realidade rural.³⁷

A dissolução do império romano determina as matrizes físicas e dá lugar a uma nova Era de ocupação deste território misturando conhecimentos e reaproveitando estruturas.

Com a chegada dos muçulmanos, as estruturas de povoamento ganharam novas especificidades na sua funcionalidade, tecnologia e expressão. Um tempo de “tolerância” permitiu a convivência de vários credos, religiões e com estas, naturalmente, diferente organização social, no entanto, terão emergido algumas das diferenças adormecidas, mas não totalmente apagadas de séculos de “norma romana”.³⁸

A recuperação das tipologias e a sua “reocupação”, com profundas alterações, durante o período muçulmano, terão ocorrido em séculos posteriores, já diante de uma outra organização político-social e económica muito diferente.

É introduzida a cobertura plana conjugada com as águas inclinadas, o recurso à telha cerâmica simples (telha canudo) sobre esteira de cana, apoiada em espessas paredes de taipa. Contudo, nesta época muçulmana, as alterações estruturais são pouco expressivas. A reocupação cristã, no entanto, terá sido mais profunda, pois introduz uma diferente organização político-social e económica, baseada nas explorações agrícolas em grande extensão.

³⁶ SILVA, António Carlos; *O monte alentejano - alguns contributos para uma perspectiva arqueológica*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, p.59

³⁷ Idem, *Ibidem*, pp.62 e 63

³⁸ MESTRE, Víctor, *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, p.87

A nova estrutura política e económica, conheceu diferentes etapas: o início da institucionalização administrativa do território; a ocupação individualista da terra - constituindo a grande propriedade - em que a divisão se baseou na criação de “coutos reais”, morgadios e fundamentalmente terras oferecidas pela Casa Real às ordens religiosas; a dinamização da economia agrícola e do comércio; e a aglomeração das populações em núcleos habitacionais que passaram a constituir sem alterações relevantes a malha urbana da actual região do Alentejo.

À reconquista cristã suceder-se-ia a distribuição de terras que correspondia simultaneamente a uma função de retribuição pelo auxílio militar prestado e a uma necessidade de afirmação e efectivação da posse de terra. Daí advém a estrutura fundiária que poderá ter marcado a evolução da propriedade no Alentejo.

Para além da extensão das doações realizadas, os poderosos senhorios, protegidos pela nobreza, continuaram a ampliação dos seus domínios. Nesta época a “terra enobrece o seu senhorio fidalgo e protector da plebe”, onde para além da estrutura habitacional ser premente na paisagem, surge uma ocupação estratégica, onde a “paisagem militarizada” é defendida por pequenos castelos e atalaias. “As novas urbes chegaram com a sua bandeira civilizadora, impondo submissão política e religiosa, impondo o domínio do Homem sobre o Homem” e “os tempos da formação do *monte* alentejano, enquanto conjunto arquitectónico isolado, parecem alicerçados numa longa caminhada, onde vários ciclos históricos e económicos terão contribuído para a base de sua actual identidade.” ³⁹

O tempo de D. João I, terá sido marcante na valorização em termos de unidade arquitectónica, dos Paços Reais, contudo no tempo de D. João II, D. Manuel I e posteriormente D. João III, formaram-se novas linhagens de mestres canteiros, com técnicas e materiais que se vulgarizaram nos conhecimentos da arquitectura vernacular, adaptada ao ambiente regional alentejano, na área da arquitectura doméstica, assim como a inovação das abóbadas e abobadilhas de tijoleira, cujas raízes estarão fundadas num período longínquo. No caso particular de estudo, este tipo de cobertura teve grande incidência no Baixo Alentejo. ⁴⁰

³⁹ MESTRE, Víctor, *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, pp.88 e 89

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pp.88 e 91

A predominância de montado de sobro e azinho, madeira que nunca foi propícia à construção, e a falta de grandes florestas e carvalhos de porte elevado, a sul do Tejo, assim como a inexistente rede de estradas significativas que permitisse o transporte facilitado de bens e pessoas e a existência de calmos cursos de água, permitiu a proliferação de abóbadas de tijoleira nesta região, numa adaptação aos recursos ali existentes. A elevada existência de barreiros e de mato arbustivo, para a queima em fornos, proporcionou o incremento desta tecnologia, praticamente até aos nossos dias.⁴¹

Logo após o primeiro quartel do século XVI, os alicerces de uma “arquitetura nacional”, permaneceram, mantendo uma certa expressão unificadora da habitação tradicional. A ocupação filipina, terá comprometido de alguma forma os ícones arquitectónicos deste tempo, e introduzido novos códigos segundo uma influência italiana. Da mesma forma, se assistiu ao enfraquecimento das classes dominantes em termos económicos.⁴²

A restauração da independência e novas campanhas de obras, terão beneficiado alguns *montes*, não só enquanto renovação da imagem, mas também na reconstrução integral de muitos deles que se encontravam “numa profunda decadência e consequente ruína.”⁴³

Uns foram simplesmente ampliados ou redesenhados, mantendo ainda memórias anteriores, revelando na sua tipologia adições consecutivas, como no caso estudado na dissertação, do *Monte Branco da Serra*, situado na junta de freguesia de Sobral da Adiça, uma das juntas do concelho de Moura.

Neste mesmo período (século XVIII e XIX), construíram-se a maioria das capelas integradas em *montes*,⁴⁴ normalmente viradas para o exterior, por norma, sem comunicação interior com a habitação, como é o caso da Capela do *Monte da Coroada*, existente na mesma freguesia que o *Monte Branco*.

Depois das invasões francesas, o País atravessa novamente uma profunda crise devido ao confronto entre Liberais e Absolutistas. Com a vitória do liberalismo e consequente extinção das ordens religiosas (1834) dá-se uma significativa mudança no campo político e económico. Até à implantação da República, “reorganiza-se” em parte a propriedade que subsiste até hoje.

⁴¹ MESTRE, Victor, *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, p.92

⁴² Idem, *Ibidem*, p.92

⁴³ Idem, *Ibidem*, p.92

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p.93

A expressiva mudança de titularidade na posse da terra e a mecanização da área cultivada, a introdução de novas técnicas e tecnologias na produção agrícola, assim como o aumento na produção de trigo, sintetizaram, os moldes em que se processou o percurso do Alentejo durante o século XIX.

Na década de 30 do século XX, o Estado Novo e as políticas implementadas marcam significativamente a vida rural alentejana. A desflorestação da região, está associada à construção do caminho-de-ferro e ao consumo de lenha e a campanha de trigo (1929), que tinha como objectivo cultivar um dos principais cereais que Portugal importava, a fim de garantir o auto-abastecimento e levantar a economia da Nação.⁴⁵

Uma nova crise económica instala-se nos anos 60 e 70. Com o 25 de Abril existe um sentimento de mudança e esperança que culmina com o clima de confronto de ocupações das herdades e *montes*, e a formação das Unidades Colectivas de Produção (UCP's) que, com algumas excepções, se torna irreversível.

As épocas de formação do *monte* alentejano, fundamentaram-se numa longa caminhada, onde vários acontecimentos históricos e económicos terão contribuído como base na sua actual identidade. No entanto, as estruturas edificadas de índole agrícola sobreviveram e chegaram até nós. Muitas delas em ruína, mas contribuindo com o seu cunho histórico. “Cada Monte constituía uma expressão integral de domínio, e se, como já afirmámos, ele estava para a amplidão dos montados como o lavrador para o povo rural.”⁴⁶

No caso de estudo da dissertação, encontramos alterações, interiores que se revelam no exterior, no entanto, e nas várias visitas de campo realizadas, este é dos poucos *montes* da zona, que cumpre ainda algumas das suas funções ancestrais, como a criação de gado *vacum* e produção de azeite, assim como exploração total da antiga horta, com mais de 200 Ha.

Das formas de povoamento típicas da região, constata-se que “a casa foi sempre no Alentejo palavra mágica, porque a casa de pobres e ricos, o lar, a sepultura da vida, estava no alto da colina, a dominar a planície imensa.”⁴⁷

⁴⁵ Federação Nacional dos Produtores de Trigo, *Revisão do Plano de Silos*, (1972), Lisboa

⁴⁶ J.A. Capela e Silva, *Memórias Alentejanas*, (1950), citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, p.28

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.31



2.3 MATERIAIS, SISTEMAS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO NO ALENTEJO

Ao longo dos anos, as técnicas construtivas e as soluções arquitectónicas foram-se desenvolvendo e aperfeiçoando por meio de processos de tentativa e erro, com os recursos naturais que o meio permitia e transmitidos de geração em geração. As soluções construtivas responderam ao meio e ao clima onde se inseriam, quando não existiam ainda, sistemas mecânicos de climatização e iluminação. No estudo do *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*, encontramos uma imensa variedade de soluções e técnicas construtivas, em que os materiais dominantes da zona eram: a cal, o tijolo e a taipa. Outros materiais menos relevantes eram o adobe, a pedra de calcário, granito, xisto, mármore e a madeira com menor evidência.

Nos terrenos arenosos e argilosos do Sul, o uso da pedra não se evidenciou como material de construção, pela sua carência e por isso “aparecem então os muros e paredes de taipa (terra e pedriça amassadas e batidas numa caixa de madeira), de tijolo e de adobe (barro amassado com palha e seco ao Sol). Apenas na planura alentejana, e não só onde faltam bons afloramentos de rocha, a taipa se usa de maneira sistemática. A casa rural aparece assim em estreita dependência dos materiais de construção locais.”⁴⁸

A importância da cal, na construção alentejana, associada à construção em taipa, é intensa, como revestimento e como elemento activo na construção de argamassas. O “pote de cal” e o “pencil”, que mais parece uma vassoura, são objectos que fazem parte integrante das técnicas que definem a casa alentejana, no seu reduzido apetrechamento, e por mais modesta que seja.

O tijolo, tem o seu papel, não menos importante na região e o seu fabrico em regime artesanal varia bastante de qualidade, sendo de modo geral bastante poroso. A taipa é o material comum em todo o Alentejo, predominando, porém, na sua zona meridional.⁴⁹

As habitações construídas com este material requeriam a construção de uma fundação em pedra de xisto, argamassa de cal e areia, barro e pedra seca, que evitavam a humidade ascendente. Devido à insuficiente resistência da taipa aos impulsos laterais, os construtores tradicionais, adoçavam, às paredes deste material, massas de alvenaria, a que chamavam gigantes.

⁴⁸ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* p.92

⁴⁹ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.33

Para construção de paredes em taipa, “os taipais são moldes constituídos por espessas pranchas desmontáveis, com as dimensões de aproximadamente 2m por 0,50x0,45x0,50 úteis, onde a massa é batida com “malhos”, (...) que dispõe “novo troço, ficando disposto em fiadas horizontais. As espessuras de parede variam entre as dimensões de 0,45 a 0,70.”⁵⁰

Na construção com paredes de tijolo designadas por “lambaz”, destaca-se uma solução, em que os construtores tradicionais colocavam o tijolo, alternando a sua posição, para que, por vezes, ficassem visíveis os furos deste material. Este tipo de construção não era rebocada e a caição aplicada directamente, passando a repetição dos furos do tijolo a funcionar como ornamento nas superfícies.

Os arquitectos constataram que a pedra foi pouco utilizada na construção de habitações, no entanto, quando aplicada realçaram a utilização do xisto e do granito.

Foi destacado no *Inquérito*, as coberturas feitas por abóbadas e abobadilhas, construídas com tijolo maciço e levantadas sem auxílio de cimbres. “Os locais onde se encontram belos exemplos de tal tipo de construção (...) São nas sub-regiões da Plataforma de Évora, Serra de Borba, e na sub-região de Além-Guadiana, em Serpa e Moura.”⁵¹

A abobadilha consiste em abóbadas de muito pequena flecha, onde o tijolo era colocado deitado. Os arquitectos destacaram um tipo de abobadilhas, denominadas de “caixotões”, onde se aplicava um sistema misto de tijolo e ferro. Este sistema era colocado aproximadamente por metro e vencia o vão principal e os pequenos vãos entre eles eram preenchidos por abóbadas de tijolo.

Nas coberturas em abóbada, os arquitectos verificaram que as mais comuns eram a abóbada de berço e a abóbada de engra. Destacaram as intersecções das abóbadas cruzadas denominadas de “aranhas”, que eram construídas não só por motivos estéticos, mas sobretudo como resposta técnica.

A grande “revolução” terá sido desencadeada a partir da inovação das abóbadas e abobadilhas. Apesar de serem técnicas

⁵⁰ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.34

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p.43

de origem longínqua, a sua reafirmação enquanto estrutura deveu-se aos grandes estaleiros que se formaram com D. João II, D. Manuel I e posteriormente D. João III, que introduz uma renovada linguagem arquitectónica, como já se referiu anteriormente.⁵²

A preocupação cristã e a formação de novas linhagens de artesãos - construtores como os mestres canteiros, taapeiros, abobadeiros e carpinteiros surgiu a partir de iniciativas criadas pela Casa Real no âmbito de programas de renovações ou edificações de estruturas.

Devido à grande quantidade de obras a decorrer na altura, as povoações de grandes e médias dimensões tinham muitas vezes estaleiros que trabalhavam em permanência, o que seria importante na massificação do conhecimento destas técnicas e dos materiais utilizados. Assim, com o decorrer do tempo esta informação foi vulgarizada reaproveitando-se estruturas e entrando definitivamente numa nova cadeia de conhecimentos da arquitectura vernacular, sempre adaptada às realidades regionais.

Aliada à popularização dos conhecimentos adquiridos, a inexistência de madeiras apropriadas para a construção na paisagem alentejana, e a elevada existência de barreiros e mato arbustivo para a queima em fornos, contribuíram em conjunto para a proliferação das abóbadas de tijoleira. Estas situações tiveram uma especial incidência nos programas habitacionais.

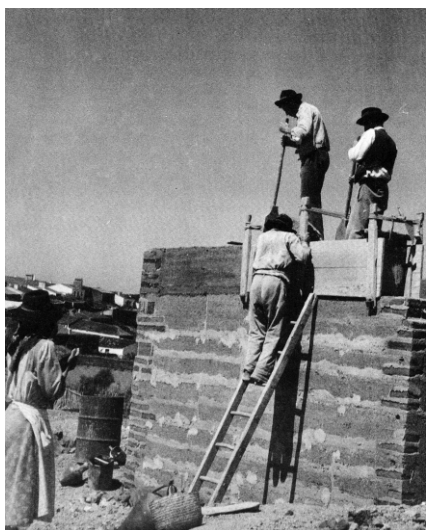
Os pavimentos eram feitos geralmente de “ladrilho” ou tijoleiro e por vezes de pedra.

Para o guarnecimento de vãos, os construtores tradicionais, usavam ocasionalmente pedra, valorizada pela proximidade do reboco caiado.

Nos travejamentos de telhados, guarnições de vãos, guarnições de pavimentos, e em sítios de maior humidade, era utilizada a madeira. Por vezes este material também utilizado em vergas de vãos, substituindo o arco de ressalva em tijolo e na construção de varandas.

Nas cabanas rústicas, instalações de apoio a pastores e gados, os arquitectos observaram a aplicação de piorno e outros matos para a resolução das coberturas.

⁵² MESTRE, Víctor, *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*, citado in AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*, pp.88



*Elevação de paredes com taipal, imagem presente in AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.35*



*Paramentos de tijolo não rebocados, imagem presente in AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.42*

A cal foi o símbolo construtivo eleito da região. As suas aplicações sucessivas nas superfícies criavam texturas inesperadas, definindo volumes e acentuando o recorte dos vãos.

De uma forma geral a casa é simples e são mais complexos e os dispositivos destinados a assegurar a função exclusiva de habitação. “O exterior mostra as paredes rebocadas e caiadas, às vezes ornadas de barras de cores vivas; aberturas frequentes também nas traseiras, embora falem nas fachadas laterais; um poial de pedra, à entrada da porta, convida ao descanso pela fresca da tarde. Nem em construções secundárias se usa outra cobertura que não seja a telha. (...) Nos edifícios de taipa, as paredes são às vezes reforçadas por contrafortes salientes de pedra. Dentro, a cal branqueia também paredes e tabiques iluminados pela claridade que as vidraças deixam passar; o chão é de terra batida ou, mais geralmente, de ladrilho, de sobrado, calcetado com pedrinhas ou coberto de lajes. Um ripado de madeira, esteiras ou até um tecto de pranchas, isolam interiormente o telhado. A chaminé esco o fumo, que já se não derrama pela casa, enegrecendo-a: nas noites frias de Inverno a família junta-se e come à lareira, em cadeiras baixas graciosamente ornamentadas de cores vivas. Este pormenor arquitectónico, implantado sobre a fachada principal, carrega-se, ao longo do Alentejo, de intenção decorativa, (...)”⁵³



*Moura. A cana, imagem presente in AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.53*

⁵³ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* p.94

SÍNTESE DOS MATERIAIS, TÉCNICAS E SISTEMAS
CONSTRUTIVOS - (referidos na Zona 5 - Alentejo - do *Inquérito à
Arquitectura Popular Portuguesa*⁵⁴

MATERIAIS, SISTEMAS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO
TRADICIONAL

PAREDES E MUROS

Taipa

Paredes de Adobe

Paredes de Tijolo Cozido

Paredes de Taipa

Paredes de Tijolo cozido alternando a sua posição

Alvenaria ordinária de Xisto

COBERTURAS

Telha de canudo

Telha de marselha

Abobadilhas de tijolo

Abobadas de tijolo

Encançado de cana

Dormentes

Colmo

PAVIMENTOS

Xisto

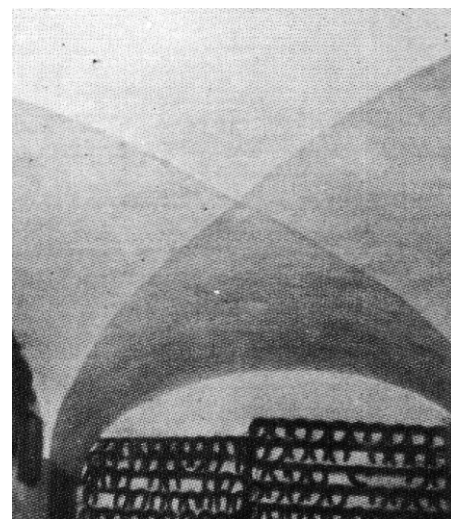
Ladrilho ou Tijoleira

REVESTIMENTOS

Cal



Fecho da abobadilha, imagem presente in AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.45



Emprego de gesso na abobadilha, Moura, imagem presente in AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.45

⁵⁴ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), pp.33-57



0 1 2km



III PARTE

3.0 O CASO DE ESTUDO - O MONTE BRANCO DA SERRA, EM MOURA

3.1 LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO TERRITORIAL - Estrutura Fundiária

3.2 CULTURAS AGRÍCOLAS

3.3 REDE VIÁRIA - Elementos de organização

Rede viária da propriedade

- O Trilho
- O Carreteiro
- O Caminho

3.4 AS ARQUITECTURAS SINGULARES E PRODUTIVAS

- O Silo
- O Tanque
- Malhada e casa do guarda
- Casão e casa da horta
- Casa da serra
- Casa do caseiro
- Armazens agrícolas e galinheiro

3.5 O EDIFICADO HABITACIONAL - O MONTE

Historiografia do *monte*:

Século XIX

Século XX

Século XXI

3.1 LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO TERRITORIAL - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O *Monte Branco* da Serra localiza-se a cerca de 20km para sudeste do concelho de Moura e a 11km da freguesia de Sobral da Adiça, que ficam situadas na margem esquerda do rio Guadiana. A proximidade com a fronteira espanhola, sempre destacou neste território, que nos seus arredores se edificassem postos de vigia ou atalaias, colocados em pontos elevados e estratégicos, assim como os *montes* isolados.

Salientando a questão defensiva, salvaguardando-o de roubos ou assaltos, este *monte* implanta-se estrategicamente num suave cabeço, que permite observar a propriedade, assim como os *montes* vizinhos.

De construção iniciada por uma família espanhola e mais tarde apropriado pela família portuguesa Mata Antunes, e dividido actualmente entre dois proprietários, o *monte* insere-se numa área agrícola, no século XIX, com cerca de 713,6550ha, (embora a área actual seja de 568,4875ha, porque uma parte da herdade junto ao barranco da Carrasca, foi vendida). A propriedade encontrava-se ajustada à cultura de sequeiro, composta pelo cultivo de cereais como: o trigo, que compunha maioritariamente a paisagem de produção agrícola, mas também a cevada, a aveia e o centeio, embora em número menor. Actualmente, estas culturas já não são praticadas, mas outras se mantiveram.

As áreas de montado de azinho e alguns sobreiros, a Sul junto ao olival e a Norte da propriedade, junto à Ribeira de Toutalga, fazem parte do ecossistema e da paisagem agrícola da herdade, onde se associava a actividade pecuária de criação de gado suíno em regime extensivo, ovelhas e gado bovino. Hoje, apenas se mantém a produção de gado bovino.

O extenso olival, com cerca de 3200 pés de plantação, número apontado pelo caseiro do monte, o sr. Francisco, e que ainda hoje se mantêm, ocupa toda a Serra Alta, que faz parte da área de herdade. A apanha da azeitona era feita manualmente, embora na altura o número de pés não fosse o número apontado anteriormente. A produção era realizada em sistema de sequeiro, embora, tenha sido reconvertido nos últimos anos, em sistema intensivo de regadio e onde a máquina desempenha o papel preponderante.

A horta, localizada mais perto do *monte*, permitia e garantia alimentos para toda a família, durante todo o ano, constituindo uma agricultura de subsistência. Actualmente, os 200ha de horta ainda são cultivados, maioritariamente com melão e outras espécies de leguminosas.

O levantamento executado, com apoio das Cartas Cadastrais (Esc. 1.5000) das herdades pertencentes à sede de freguesia de Sobral da Adiça, a que pertence o *monte*, e atendendo à situação do Alentejo, onde predomina a grande propriedade latifundiária, a herdade em estudo corresponde a uma propriedade de média dimensão, no contexto cadastral das herdades da mesma sede de freguesia.¹

A herdade do *Monte Branco da Serra*, mantém-se hoje ainda em funcionamento, apesar de algumas das culturas já não se praticarem, que consequentemente corresponde ao desactivar de algumas das suas arquitecturas singulares e produtivas. No entanto, a área de herdade é dedicada ainda à cultura intensiva de regadio do olival, a criação de gado bovino de raça Limousine, assim como a continuação da horta, mantendo-se a existência do *monte* como núcleo edificado, sede de grande lavoura, (agora cumprindo a função de segunda residência para fins-de-semana, para os actuais proprietários).

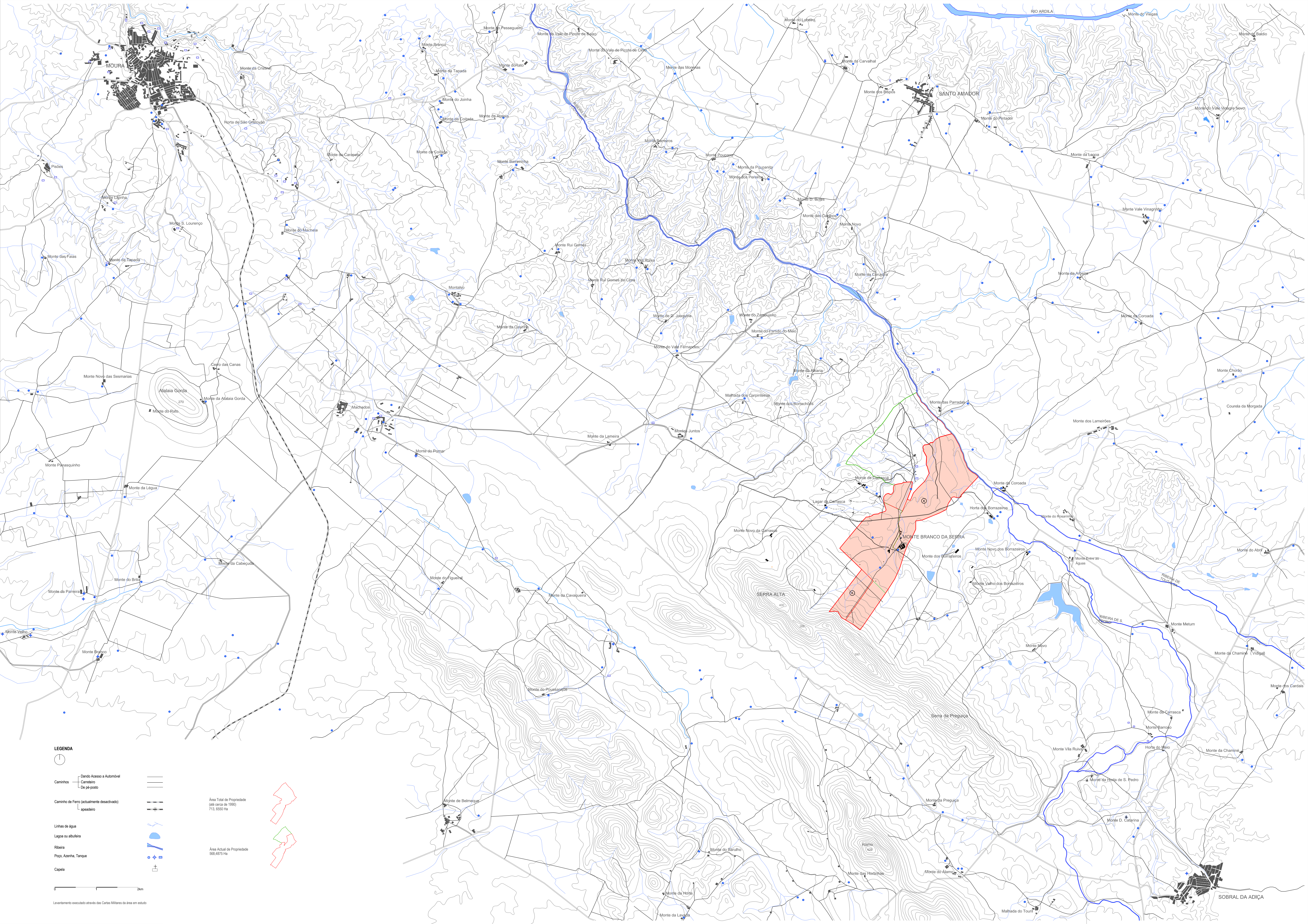
¹ O levantamento e consulta das cartas e de um topógrafo, que em tempos fez muitos dos levantamentos da zona, o Sr. Carvalho, confere os tamanhos de herdades desta zona, entre a menor com cerca de 300ha e a maior com valor acima de 1000ha).



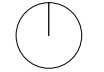
Imagem dos limites originais da Herdade do *Monte Branco* da Serra

Levantamentos desenhados:

- Levantamento realizado através das Cartas Militares da área em estudo (Carta reproduzida integralmente 513, e parcialmente Cartas 501 | 502 | 512 e 513)
- Levantamento realizado através das Cartas Cadastrais da área em estudo - Sobral da Adiça



LEGENDA



Caminhos

— Dando Acesso a Automóvel
— Caminho
— De pé-posto

Limite de Herdade em Estudo
Limite de Herdades

Ribeira

Popo, Tanque

Forno de Cal

Paio de Pólvora

Eira

Capeia

Levantamento executado através das Cartas Cadastrais da área em estudo

Olivai

Montado de Azinho

Hortejo (H)

CA.....Cultura Arvense de Sequeiro

CAR.....Cultura Arvense de Regadio

Mt.....Mato

Mta.....Mata Mista

P.....Pastagem

PVN.....Prado Natural

V.....Vinha

Área de Propriedade:
(HERDADE DO MONTE BRANCO DA SERRA)

Área Total de Propriedade
(até cerca de 1950)
713,6550 Ha

Área Actual de Propriedade
568,4875 Ha

(A) Propriedade do
Arq. Alfredo da Mata Antunes

(B) Propriedade do
Médico António da Mata Antunes

Área de Propriedade:
(Herdades Pertencentes a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça)

Herdade da Carrasca - 470,4500 Ha

Herdade da Coroadá - 585,8625 Ha

Herdade dos Borrazeiros - 697,4500 Ha

Herdade dos Borrazeiros Velhos - 537,6751 Ha

Herdade dos Lamerões - 322,3500 Ha

Herdade da Chaminé - 389,9250 Ha

Herdade do Monte Novo - 454,9125 Ha

Herdade do Barroso e Vila Ruiva - 556,6125 Ha

Herdade do Álamo - 436,8250 Ha

Herdade do Touril - 423,7591 Ha

Olivai

Montado de Azinho

Hortejo (H)

CA.....Cultura Arvense de Sequeiro

CAR.....Cultura Arvense de Regadio

Mt.....Mato

Mta.....Mata Mista

P.....Pastagem

PVN.....Prado Natural

V.....Vinha

Área de Propriedade:
(HERDADE DO MONTE BRANCO DA SERRA)

Área Total de Propriedade
(até cerca de 1950)
713,6550 Ha

Área Actual de Propriedade
568,4875 Ha

(A) Propriedade do
Arq. Alfredo da Mata Antunes

(B) Propriedade do
Médico António da Mata Antunes

Área de Propriedade:
(Herdades Pertencentes a Junta de Freguesia de Sobral da Adiça)

Herdade da Carrasca - 470,4500 Ha

Herdade da Coroadá - 585,8625 Ha

Herdade dos Borrazeiros - 697,4500 Ha

Herdade dos Borrazeiros Velhos - 537,6751 Ha

Herdade dos Lamerões - 322,3500 Ha

Herdade da Chaminé - 389,9250 Ha

Herdade do Monte Novo - 454,9125 Ha

Herdade do Barroso e Vila Ruiva - 556,6125 Ha

Herdade do Álamo - 436,8250 Ha

Herdade do Touril - 423,7591 Ha

3.2 CULTURAS AGRÍCOLAS

A maior parte da propriedade do *Monte Branco da Serra* foi dedicada à cultura arvense de sequeiro, que era composta pelo cultivo de cereais como o trigo. A cevada, a aveia e o centeio, embora em menor número, também fizeram parte do cultivo. Estas culturas encontravam-se numa cota inferior à da localização do *monte*, sendo observável a partir deste. Em tempos esta foi a actividade mais rentável da propriedade e a que dava mais empregabilidade aos que ali trabalhavam. Actualmente, estes campos estão em fase rápida de substituição sobretudo por forragens e pastagens e a sua componente agrícola de cereais integrados em rotações é inexistente, reflectindo as condições de degradação e abandono da actividade agrícola.

A partir do levantamento das espécies arbóreas dos campos de sequeiro, encontramos o montado de azinho, junto ao olival e junto ao encaixe da ribeira de Toutalga (sendo o coberto vegetal mais denso e diversificado, e o montado de azinho mais disperso, comparativamente com as áreas que os envolvem) onde a componente pecuária nos sistemas de produção era continuada, com criação de gado suíno, ovino e gado bovino. Hoje é continuada a produção pecuária com gado bovino de raça Limousine, que destaca esta herdade, como uma das mais reconhecidas produtoras da zona.

Encontra-se sobretudo a azinheira como espécie arbórea nestes campos, por ser a espécie que melhor se adapta à secura que ali se sente.

A relativa homogeneidade física na herdade, consiste sobretudo num relevo pouco acidentado em que dominam vastas zonas aplanadas, no entanto, o extenso e alinhado olival concentrado encontra-se na Serra Alta, no limite mais a Sul da propriedade, num declive bastante acentuado. O solo mediterrâneo vermelho de materiais calcários (ou solos calcários vermelhos), apresenta na serra, uma particular textura, que se nota ser resultante de plantações com diferentes idades de instalação.²

Em relação à distribuição e implantação das árvores, as azinheiras são as que têm implantação mais irregular, facto associado à forma espontânea de nascimento que contribui para tal.

² CANCELA d'Abreu, A. et al. (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, p.101

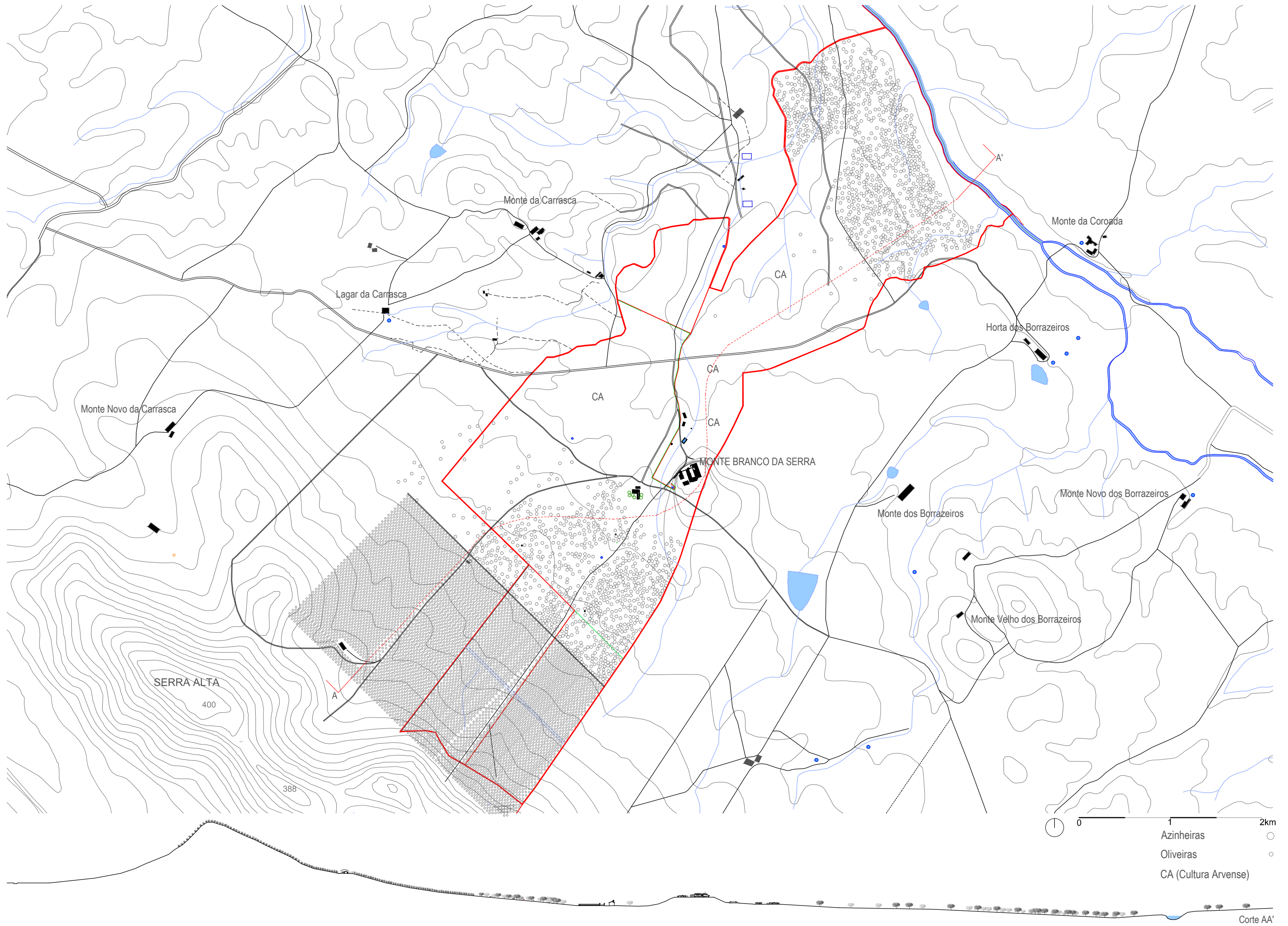
O olival, pelo contrário, apresenta maior disciplina e regularidade na implantação. “Na envolvente de Moura (...) é importante destacar a presença de extensos e alinhados olivais.”³

Apresenta actualmente um compasso de 7m, se bem que anteriormente, o compasso fôra de 14m. Um dos actuais proprietários, o médico António da Mata Antunes, adensou o antigo olival, anteriormente de sequeiro, e adaptou-o para cultura de regadio, sendo hoje em dia, constituído por cerca de 3200 pés.⁴ A este padrão de uso do solo, não corresponde uma sensação de monotonia, uma vez que as diferentes idades e compassos de plantação do olival são bem distintos. O processo de apanha da azeitona é agora mecanizado. Actualmente, esta é a cultura de maior rendimento da herdade, dado que o interesse pela promoção do azeite de Moura, tem vindo a aumentar, reforçando a identidade da herdade.

Na área de produção hortícola, próxima do *monte*, encontra-se cerca de 200ha onde ainda hoje, se cultivam batatas, tomates, couves, feijão, alfaces, alhos, cebolas, salsa, coentros, mas principalmente melão.

³ CANCELA d'Abreu, A. et al. (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, p.101

⁴ Dados transmitidos pelo actual caseiro, o Sr. Francisco, mais conhecido como Chico, da parte do *monte* do médico António da Mata Antunes.





Azinheiras na herdade e o gado bovino Limousine

Nome vulgar

Nome botânico

Distribuição

Localização

Associação

Características

AZINHEIRA

Quercus rotundifolia

Todo o país com excepção das zonas alpinas.

Nas encostas e nos cumes, dominando nas zonas mais secas.

Carvalhal da zona continental, seca e quente.

Extraordinária adaptação à secura. Planta indispensável como base de revestimento florestal do sul do país.

Madeira muito densa, muito dura, com alto poder calorífero. Fruto comestível. Árvore de folha persistente semelhante ao sobreiro.



Olival - como se pode notar, as oliveiras mais recentes têm um tronco mais fino.

Nome vulgar

Nome botânico

Distribuição

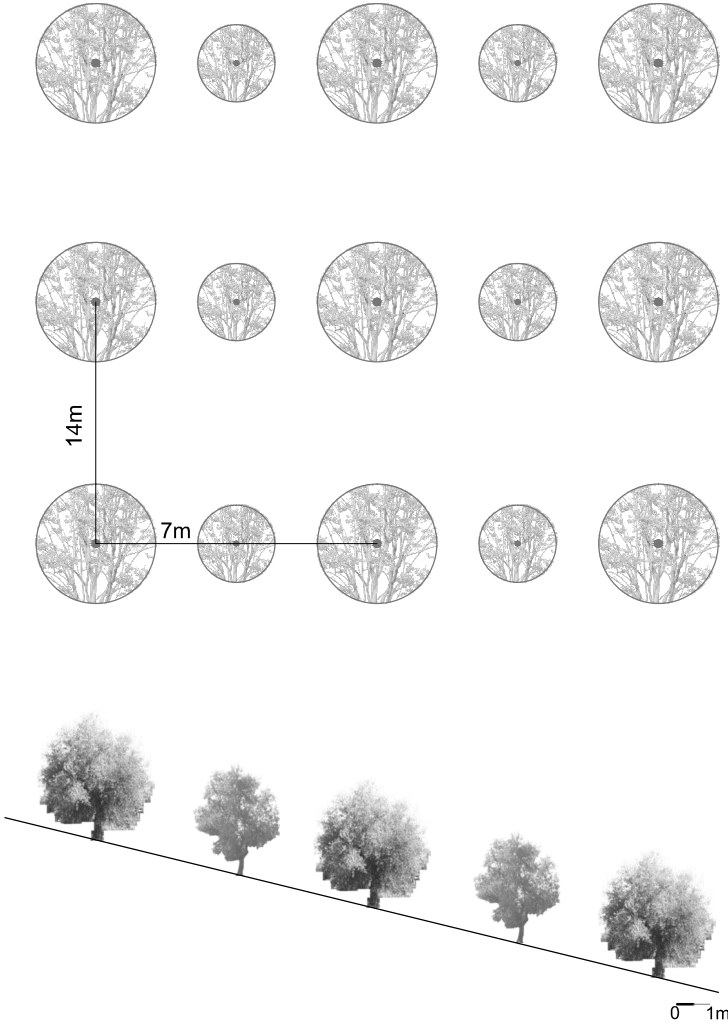
Características

OLIVEIRA

Olea europaea var. europaea.

Todo o país com excepção das zonas alpinas.

Árvore de folha persistente, resistente à secura e ao calcário.



3.3 REDE VIÁRIA - Elementos de organização

Pelo Alentejo, ao longo de mais de 5000 anos, que as particularidades da região, como o clima, a riqueza mineralífera e a rede hidrográfica, favoreceram a sedentarização de vários povos, com hábitos e características diferentes, que cedo lhe deram uma diversidade cultural marcante.

Os povos “emigrantes” desde logo estabeleceram contactos e comunicações, fundando uma profunda humanização da paisagem. Assim, as vias de comunicação são elementos particulares e importantes de estudo, que fazem parte de um todo. A rede viária, assumiu importância na ligação entre os povoados concentrados e os dispersos, os *montes*.

O transporte de mercadorias e pessoas realizava-se em muares ou jumentos, que puxavam carroça, ou serviam estes mesmo de transporte próprio. Pelos caminhos, a faixa destinada ao trânsito e circulação de carros de tracção animal, permitia a comunicação entre as aldeias mais próximas e os alvos *montes*. Dentro deste último, os caminhos assumem um destaque particular.

A rede viária no Alentejo, antes do uso de veículos motorizados, parece ser constituída por duas tipologias principais: o caminho e uma outra tipologia mais efémera, o trilho.

Os caminhos são geralmente definidos por um tipo de limite, baseado em estacas de madeira e arame. Este tipo de limite é o mais usado, se bem que predomina o limite estabelecido pelas culturas.

Caracterizado por campos abertos, normalmente sem vedações, em oposição aos campos fechados por muros e sebes no Norte do País, , que se ligavam a complexas e múltiplas causas naturais e sociais, expressão de uma economia individualista ou mesmo familiar, nesta região o hábito de recolher ou definir o que era de um e outro “(...)era de tapar terrenos de pasto mimoso, de nabal, linhar e horta (...)”⁵

“Acresce que a terra se diferencia de outras condições naturais da produção e da existência, como o ar, pelo facto de que, sendo fisicamente limitada (não extensível e não reprodutível) e fisicamente limitável, é objecto de relações sociais de apropriação, ou seja, de relações em que um indivíduo ou um grupo social delimitam uma determinada parte (superfície) deste bem e interditam aos outros o acesso à mesma.”⁶

⁵ RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 66

⁶ Gutelman, 1974, pp.12 e 33-35), citado in BARROS, Afonso, *Do Latifundismo à Reforma Agrária*, p.32

São estes limites que nos permitiam determinar as suas dimensões e definir cada tipologia. Já os trilhos, como veremos, não são necessariamente definidos por limites. Na perspectiva de complementar esta informação, procurou-se igualmente saber as formas de transporte que cada uma destas tipologias comportava.

REDE VIÁRIA DA PROPRIEDADE

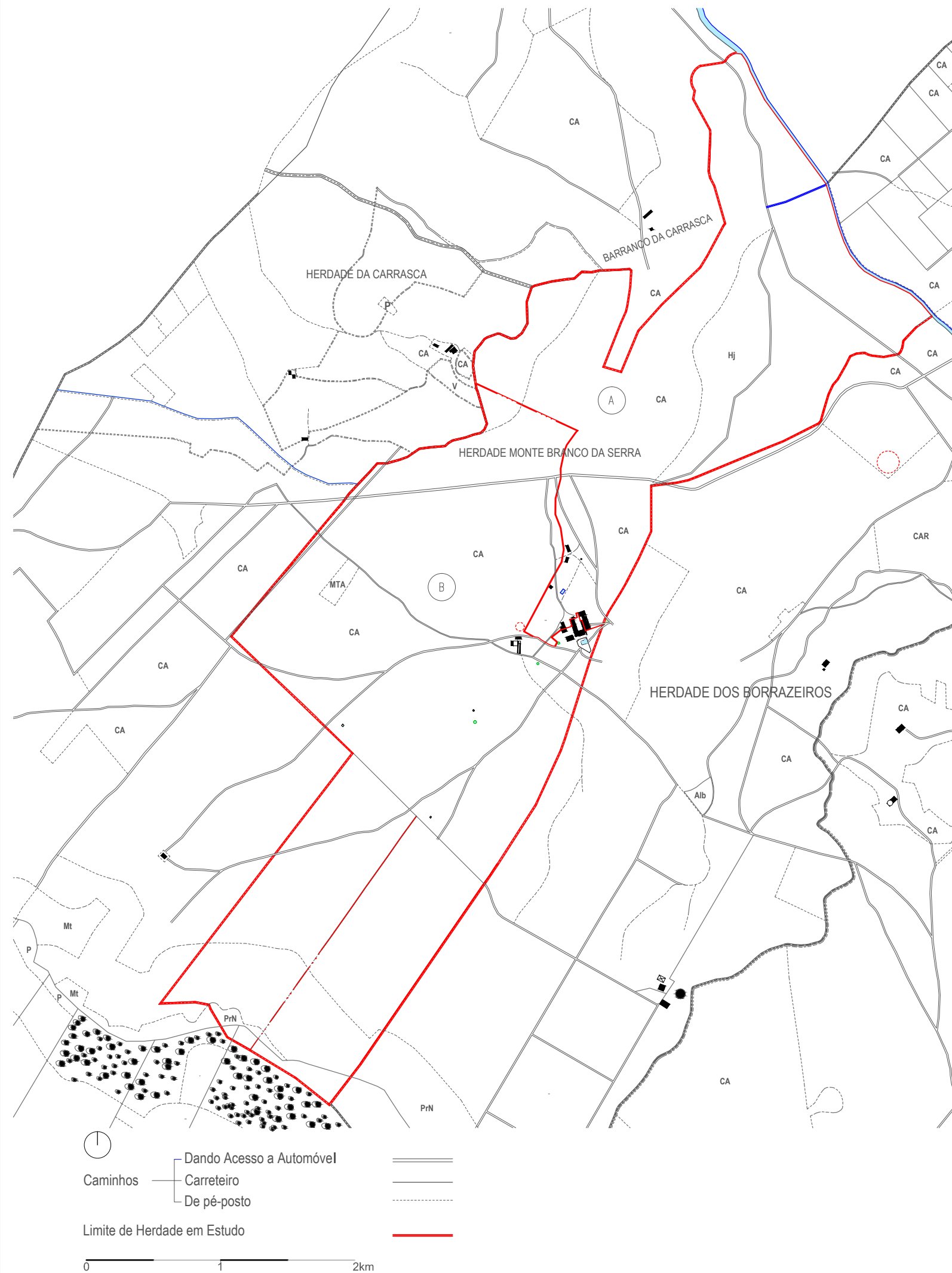
A rede viária da propriedade é constituída por três tipologias: o caminho, o carreteiro e o trilho.

O caminho dá acesso à propriedade, ligando o *monte* ao caminho de distribuição comum entre as várias propriedades, e este liga também as várias propriedades aos povoados mais próximos - Moura, Safara, Santo Amador e Sobral da Adiça.

Já o trilho desenha-se segundo as intenções de ligação com as necessidades de circulação pedestre, encurtando as distâncias e desenhando-se com menos constrangimentos relativamente ao caminho. Cria ligação com a horta, as culturas cerealíferas, a eira e outros percurso de ligação com as malhadas e casa do guarda.

Em relação ao caminho de acesso à propriedade, assinala-se um percurso que é definido pela estacaria em madeira, completada pelo enlace em arame farpado, que cria limite de caminho, ou numa chegada mais próxima do *monte*, o limite apenas com a vegetação das culturas de cereais ou elementos arbóreos existentes. Estes caminhos, parecem ter sido utilizados preferencialmente para a circulação de veículos de tracção animal (carroça), tendo de largura de plataforma cerca de 2,50 a 3m.

Estes troços ainda existem parcialmente, como se pode constatar pelo levantamento executado através das Cartas Cadastrais da zona, dos anos 50, e fundindo essa informação com ortofotomapa actual.



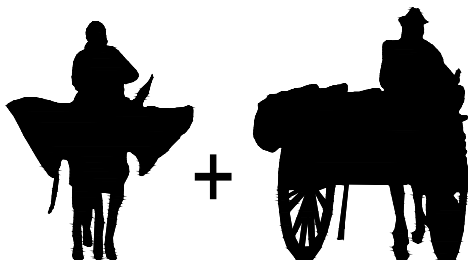
Trilho . 0,40 a 0,60 m



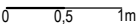
Carreteiro . 1,50 a 2,00 m



Caminho . 2,50 a 3,00 m



Quadro síntese - tipologias da rede viária.



3.3.1 O TRILHO

O trilho, ou caminho de pé posto, é um carreiro estreito marcado pela repetida circulação pedestre.

Ao contrário do caminho, o trilho raramente se encontra definido por limites ou renques de árvores, é informal e desenhado de forma espontânea e natural pela necessidade do utilizador, podendo atravessar propriedades. A sua largura é dada pela passagem sucessiva dos transeuntes, situando-se em cerca de 0,40 a 0,60 m.

3.3.2 O CARRETEIRO

O carreiro, por sua vez, pode ser entendido como um caminho estreito fora da estrada comum, sendo mais restrito. Considerando o caminho como uma faixa de terreno destinada ao trânsito entre dois lugares, o carreiro, por sua vez, servirá para encurtar a distância entre estes mesmos.⁷

Os carreiros têm de largura de plataforma entre 1,50 e 2m e comportavam, principalmente, a circulação pedestre e transporte de tracção animal ou só animal.

3.3.3 O CAMINHO

“O caminho é uma faixa de terreno destinada ao trânsito entre dois lugares, localidades ou regiões”⁸ que permitia a circulação de veículos de tracção animal e já veículos motorizados.

Dentro dos caminhos distinguem-se dois tipos: num primeiro encontram-se os caminhos de 2,50 a 3m, que parecem ser de circulação mais restrita, fazendo a aproximação às propriedades e casas; num segundo estão os caminhos de 3,50 a 4m, que parecem constituir a rede de circulação comum. O primeiro permitia a circulação de uma carroça, enquanto o segundo, já mais largo, permitia a passagem de duas simultaneamente.

⁷ Cf. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2001, p.3729

⁸ *Idem, Ibidem*, p.650

3.4 AS ARQUITECTURAS SINGULARES E PRODUTIVAS

Denominadas nesta dissertação de “arquitecturas produtivas”, estas são sobretudo elementos singulares que, por se inscreverem no domínio do vernáculo, abrangem não apenas a forma física de estruturas e espaços, mas a forma também como foram utilizados e compreendidos ao longo de gerações, assim como as tradições e as associações intangíveis que lhes estão associadas.

Devido à homogeneização da cultura e da transformação socioeconómica global, o património construído vernáculo, onde se inscrevem alguns dos elementos singulares que compõem a paisagem da herdade no Alentejo, apresentam-se muitas das vezes vulneráveis, enfrentando sérios problemas de desequilíbrio e dificuldades de integração devido à sua obsolescência.

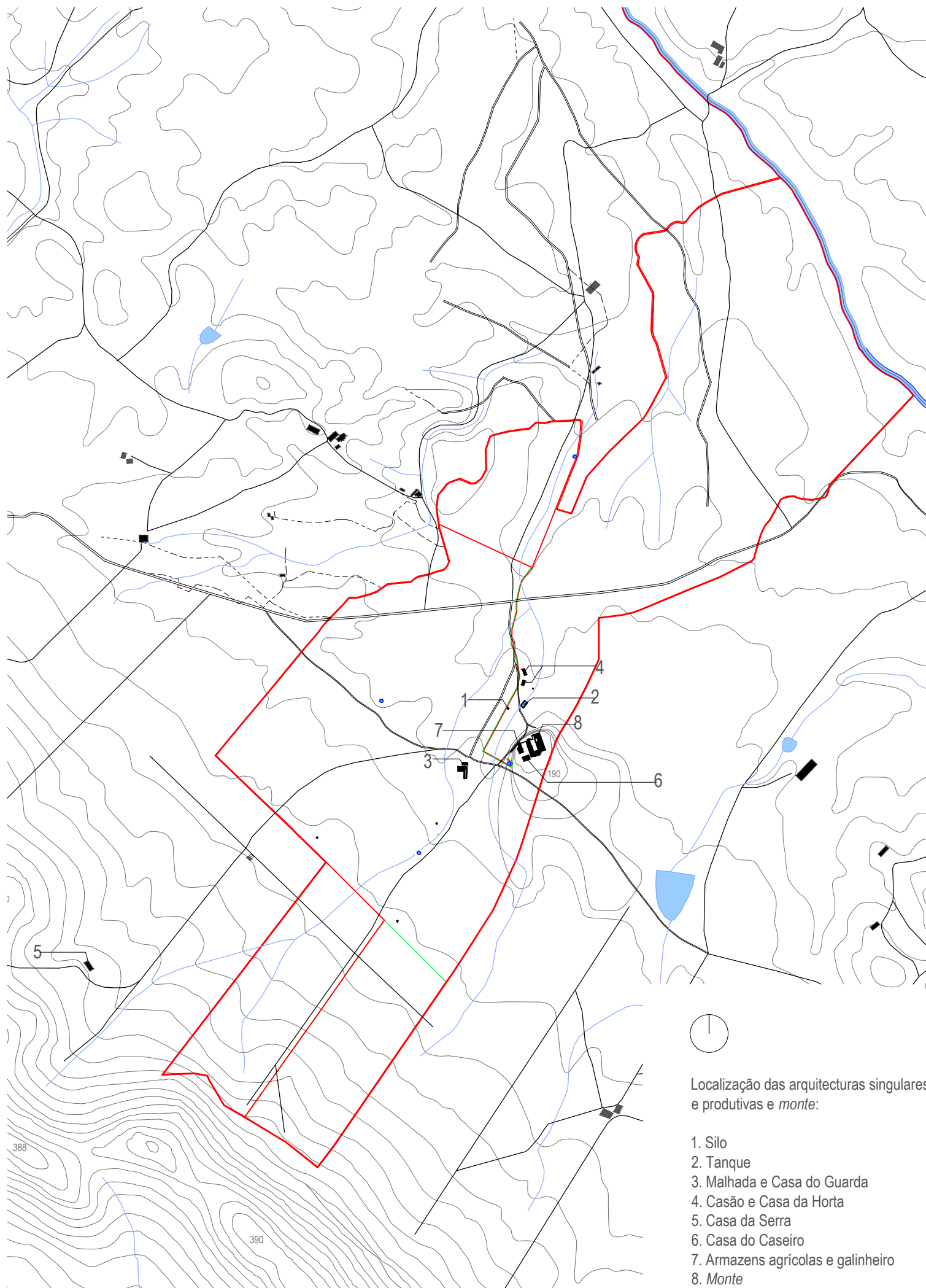
As estruturas edificadas que se inscrevem no âmbito do sistema produtivo, transformação e actividade agrícola, são elementos que funcionam em harmonia com o território, integrando outrora funções essenciais à sobrevivência do Homem, mas sobretudo, representam, do que ainda se conserva, uma cultura e uma identidade.

“Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construído, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações.”⁹ Um silo, uma malhada, são construções e não habitações, no entanto, e neste caso, entrelaçam-se no âmbito do habitar.

Apresenta-se nesta terceira parte, um inventário completo das estruturas arquitectónicas, que além do seu valor próprio - qualidade formal e técnica associada - são o vestígio de um conjunto vital e orgânico de sistemas e redes. São estruturas emergentes, que denunciam um sistema amplo e complexo.

Reconhece-se aqui, que estes elementos fazem parte de um sistema sustentável, que denuncia um profundo conhecimento do território, que passou de geração em geração e cujo funcionamento poderia hoje, se fossem activadas muitas das suas funções, constatar um conjunto de perfeito enquadramento e funcionamento na paisagem.

⁹ HEIDEGGER (1951), *Construir, Habitar, Pensar*, p.2



Localização das arquitecturas singulares e produtivas e monte:

- 1. Silo
- 2. Tanque
- 3. Malhada e Casa do Guarda
- 4. Casão e Casa da Horta
- 5. Casa da Serra
- 6. Casa do Caseiro
- 7. Armazens agrícolas e galinheiro
- 8. Monte

0 1 2km

O Silo

Estes elementos destinam-se à *ensilagem*, por outras palavras, ao "processo de conservar as forragens, mantendo-as verdes, suculentas e com sabor agradável para o gado, por meio de uma fermentação adequada e permitindo o seu melhor aproveitamento."¹⁰

O silo é o reservatório onde se encerra ou armazena a forragem a conservar por este método. A *silagem* é o nome que se dá à forragem depois de sofrer no silo a referida fermentação.

Este tipo de estrutura, já era conhecida "dos egípcios e dos gregos, na antiguidade, sendo depois os romanos quem os difundiu mais largamente."¹¹

Em regiões, como o Alentejo, o silo é considerado uma das construções mais importantes de que se pode dispor na exploração agrícola. Esta estrutura permitia assim, manter durante meses, no estado verde a forragem, utilizando numerosas plantas cultivadas ou espontâneas, entre as quais, algumas que o gado costuma rejeitar e ou aproveitar.

¹⁰ MACEDO, Mário Botelho de, (1945), *A casa rural: o silo*, volume 35 de Campanha da Produção Agrícola - Série B, p.12

¹¹ Idem, *Ibidem*, p.12



O silo visto a partir do *monte* . (2013)

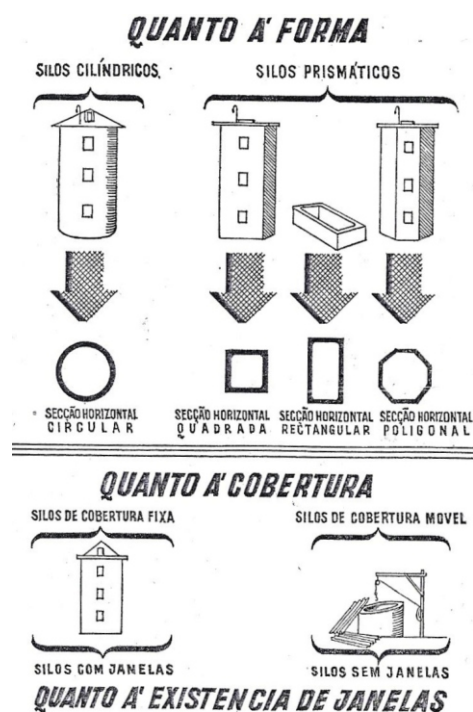
O silo permite, manter o maior número de cabeças de gado na exploração agrícola e assim, dispor de mais carne, pele e estrume, facultando colheitas mais abundantes.

Os principais tipos de silo são: **silo subterrâneo** (situados abaixo do nível do solo); **silo aéreo** (os que se elevam acima do nível do terreno); **silo misto** (os que têm parte subterrânea e parte aérea) e **silo de encosta** (os que, edificados junto a um desnível, têm as fundações assentes na parte mais baixa do terreno e a zona superior do silo um pouco acima do nível mais elevado do solo).¹²

No caso em estudo, este silo corresponde à tipologia de silo misto, localizando-se junto ao caminho principal que nos leva à sede de lavoura.

A sua planta é quadrada e na fachada principal observam-se aberturas (denominadas de janelas) e a sua cobertura é de duas águas. É uma estrutura simples e surge na mesma altura que o monte surgiu.

Foi uma estrutura muito utilizada em tempos anteriores, no entanto agora, pertence ao conjunto de elementos particulares de produção que permanecem na paisagem, sem cumprir nenhum tipo de função.



Os silos - forma, cobertura e janelas (in Macedo Botelho, (1945), *O Silo*)

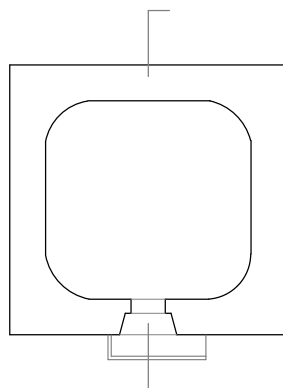
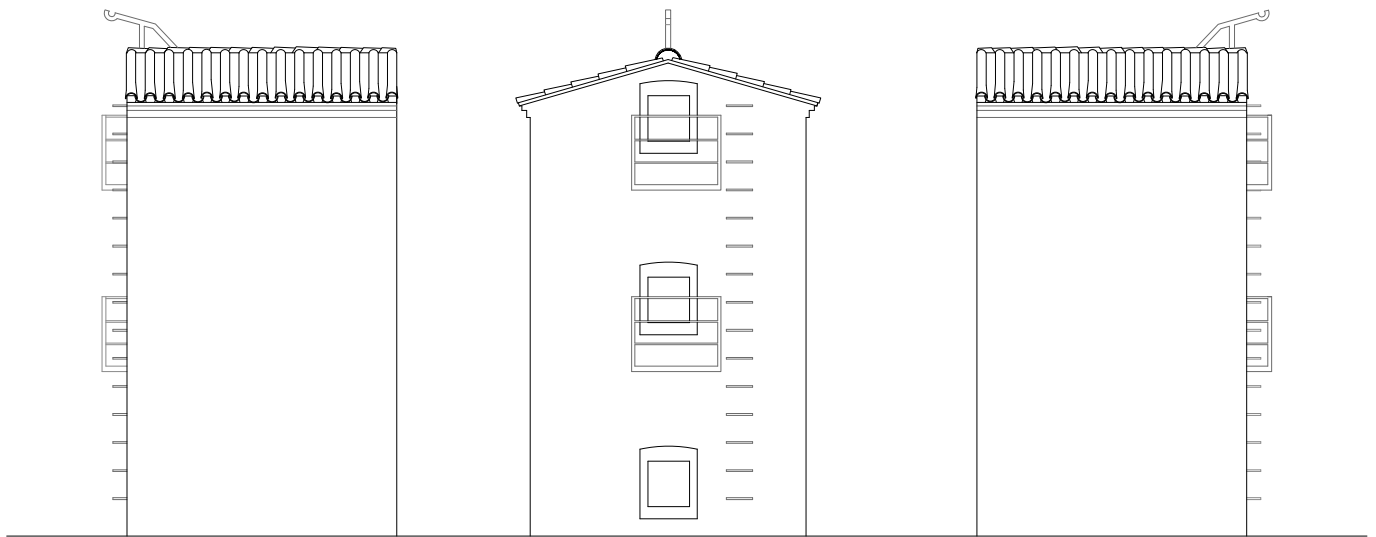
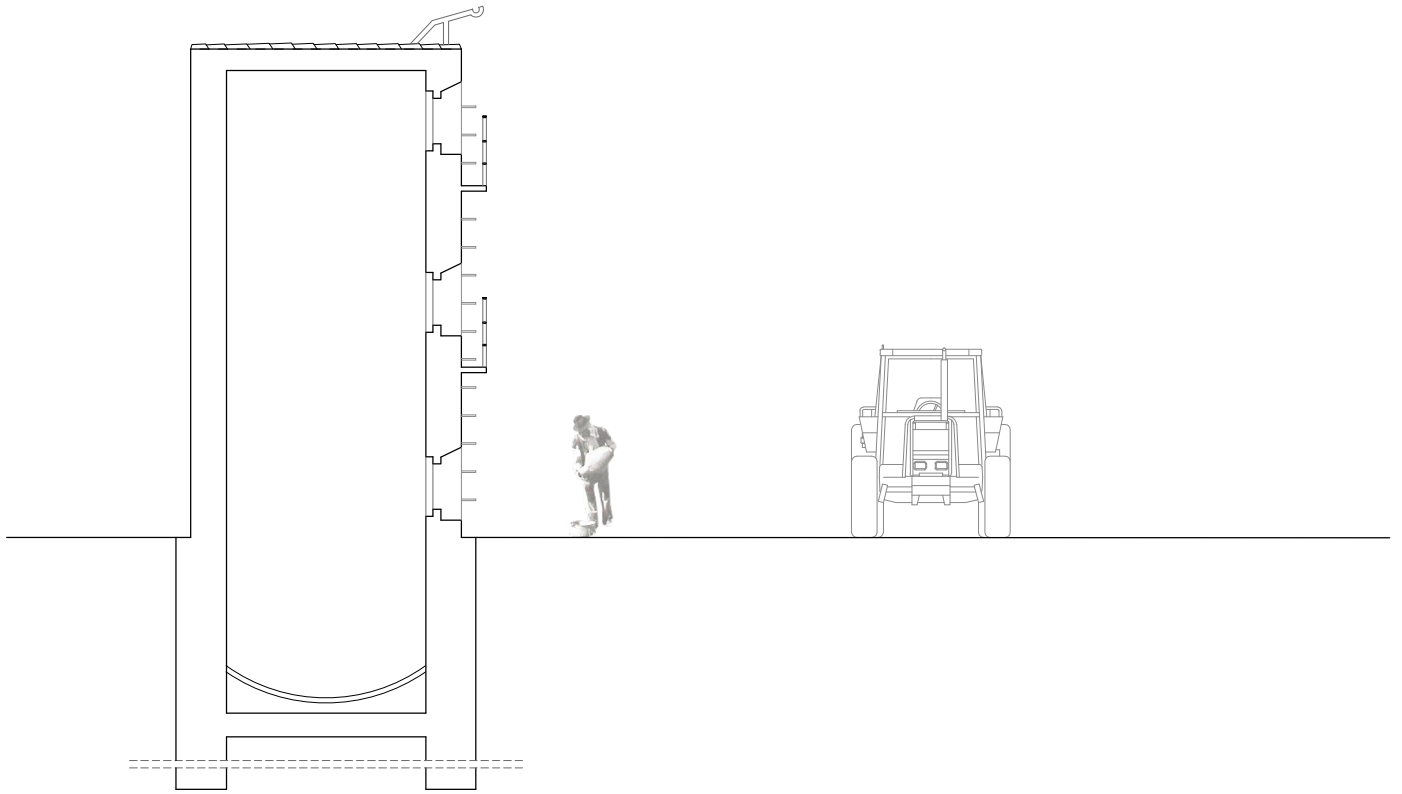
¹² MACEDO, Mário Botelho de, (1945), *A casa rural: o silo*, volume 35 de Campanha da Produção Agrícola - Série B, pp.14-15



Silo visto a partir do monte



Caminho de chegada ao monte, destacando-se o silo
(2013) ©Silvia Teles



O Tanque

A relação com a água, numa região de fracos recursos hídricos, era estreita. Como não havia água canalizada, “ia-se às fontes busca-la, em vasilhas ou cântaros de barro. No Verão, durante a jorna, tirava-se água de barris que eram transportados em carroças para os campos. Para não se perder tempo a ir buscá-la, porque o patrão não deixava.”¹³

Este tanque é tão antigo, como a estrutura do *monte* ao qual pertence. “A água para consumo e lavagem da roupa vinha das fontes, poços e tanques.”¹⁴

Funcionando como reservatório de água, tem-lhe associada uma fonte que “satisfaz as necessidades de consumo da sua população e mantém uma pequena horta.”¹⁵

Esta fonte ainda existe, e fôra muito utilizada, quando as mulheres iam buscar água. No entanto, o uso que lhe é atribuído actualmente é diferente. Colocadas canalizações, as transformações consequentes dos tempos modernos, foram mudando a sua função.

¹³ LIMA, José Fragoso de, (2003) *Elementos históricos do Concelho de Moura*, p.25

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p.28

¹⁵ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p.115



Tanque actualmente

Estes elementos singulares que se associavam ao funcionamento da estrutura fundiária da herdade, permitiram a recolha de água e armazenamento desta, para as funções e tarefas do *monte*, como a preparação e lavagem de alimentos, a lavagem de roupa e rega das culturas, que pela sua proximidade, poderiam tornar as tarefas um pouco mais facilitadas.

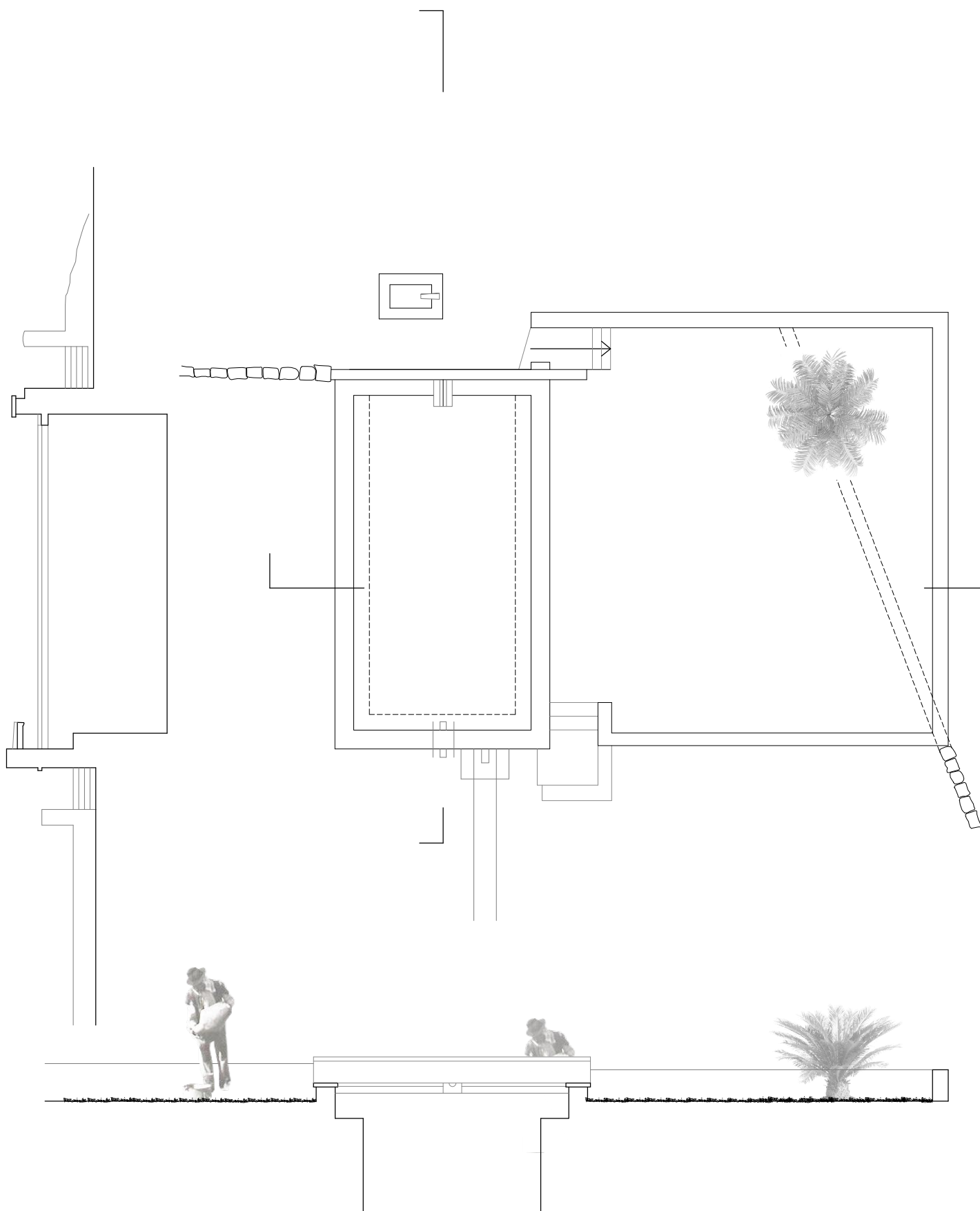
São locais associados à frescura e neste caso este tanque foi implementado mais abaixo do suave cabeço onde se localiza o *monte*, perto das estruturas agrícolas, percebendo-se uma forte relação deste com a principal estrutura de sede de lavoura e a proximidade com a horta.

Actualmente este tanque continua a ser utilizado para rega da horta e também como espaço lúdico durante o Verão, em que os actuais proprietários (arquitecto) costumam usar para se refrescarem nesta altura do ano. O carácter utilitário de rega prevalece, mas no entanto, enaltece-se agora outro carácter a esta estrutura, o carácter lúdico.



Fotografias antigas, década de 60/70, século XX (fotografias gentilmente cedidas por Carmen Marçal da Mata Antunes, sobrinha dos proprietários)

Pormenor tanque
(2013) ©Silvia Teles



Malhada e Casa do Guarda

Falamos aqui destes espaços, sem dissuadir um do outro, porque fazem parte de uma estrutura unida.

“Em cada herdade de vulto, (...) existem as edificações próprias e indispensáveis à exploração da lavoura. (...) encontram-se: o “monte” e suas dependências, a eira ou eiras para debulha dos cereais, o bardo das cabras e as malhadas dos porcos em número de duas ou mais, cada qual em folha diferente.”¹⁶

Correspondendo a acomodações pecuárias, as malhadas são um tipo de construção que não se instala em divisórias interiores da habitação, mas sim na sua proximidade, constituindo “edificações isoladas, alojos de portas afora.”¹⁷

São das estruturas mais antigas da herdade, incluindo o silo e o tanque anteriormente já mencionados.

¹⁶ PICÃO, José da Silva, (1983), *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, p.16

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p.30



Casa do Guarda em primeiro plano e malhada

A malhada tem o intuito de criação de suínos, que numa relação de proximidade com a casa, mantem o propósito específico de cuidado pelo guarda e esposa que ali moravam, verificando-se também a função de guardar e zelar pelos bens (herdade e culturas).

“O guarda” entre outros funcionários “(...) são sempre anuais, de pensão”, contando-se entre a “criadagem permanente.”¹⁸

A esposa, figura feminina, também se ocuparia de funções de cuidado e alimentação dos porcos, assim como a limpeza e caiação da “sua” casa. (conversa com Dr. António, um dos proprietários)

A malhada é uma estrutura de “moderna construção aperfeiçoada”, divergindo muito do sistema comum na altura. A sua construção foi executada em alvenaria de pedra e o pavimento é em baldosas. O pátio central organiza as duas fileiras de estruturas que funcionam como abrigo do gado suíno. A cobertura é de duas águas: não em telha, mas sim numa espécie de argamassa argilosa, que foi aplicada e demonstrando uma superfície lisa e de protecção das “habitações” dos suínos. Associado a esta estrutura existe ainda um outro pátio, que contem uma outra construção, que corresponde a arrumos.

Em oposição e separada por um curto espaço de passagem, estabeleceu-se a casa do guarda. A sua estrutura é em taipa, como a do *monte*, não beneficiando de muitas aberturas. O seu antigo pavimento era em baldosas, que actualmente é em pavimento cerâmico comum. A cobertura beneficia ainda do sistema de telha sobre caniço tradicional.

Esta habitação é muito simples, prescindindo apenas dos espaços básicos à vivência e habitabilidade dos seus moradores, que ali se encontram empregados.

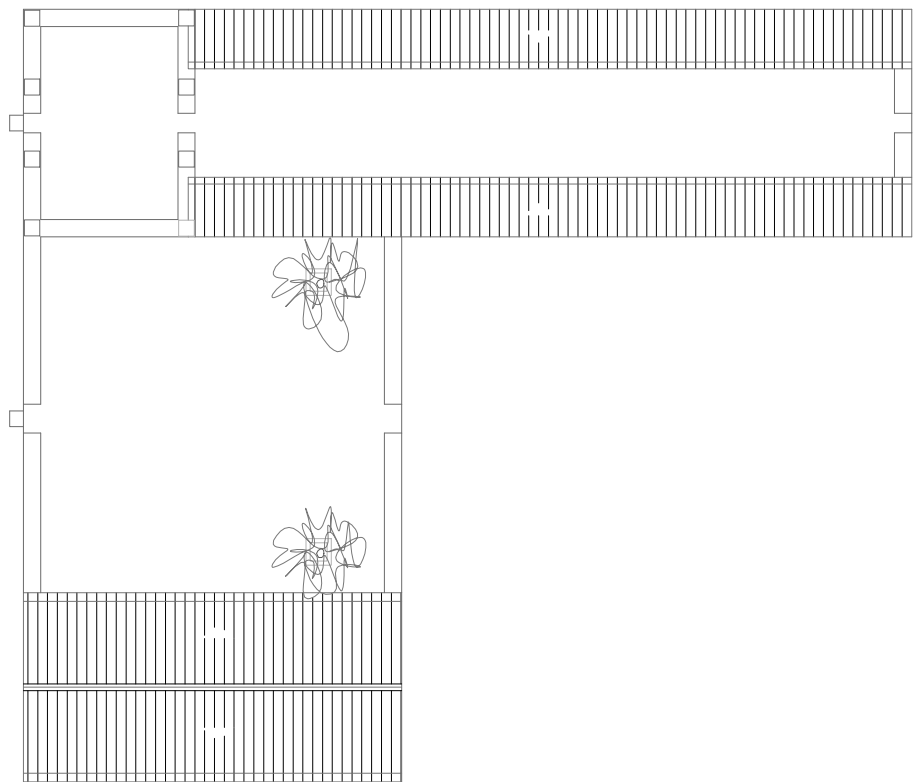
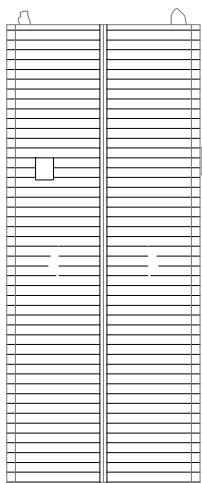
¹⁸ PICÃO, José da Silva, *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, (1983), pp.74-75

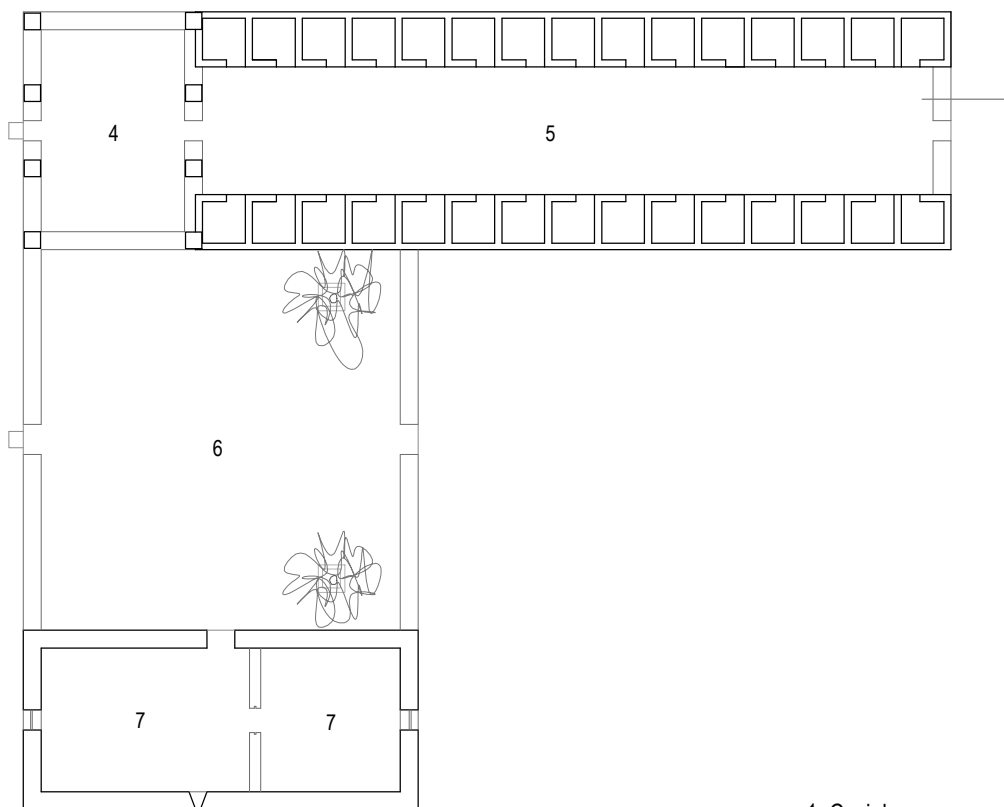
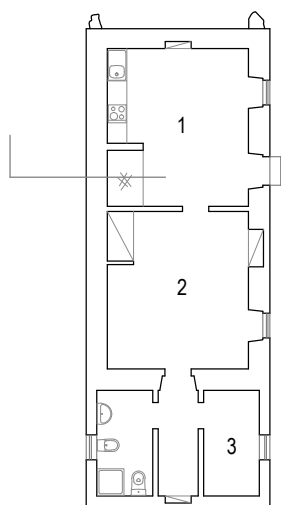
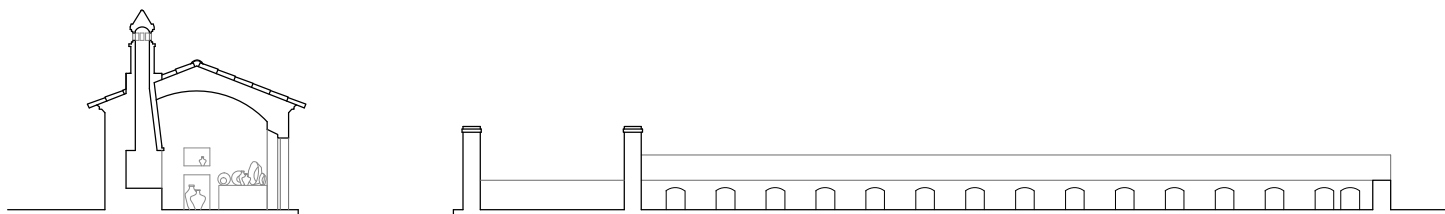


Entrada na malhada
(2013) © Sílvia Teles



Fotografia antiga (1986) de uma brincadeira com vacas no pátio ao lado da malhada





1. Cozinha
2. Quarto
3. Despensa
4. Pátio Malhada
5. Malhada
6. Pátio
7. Arrumos

0 1m 2m

Casão e Casa da Horta

Estas casas localizam-se entre o caminho que leva ao *monte* e à horta, numa parte mais baixa antes de se chegar ao cabeço onde se situa a sede de lavoura. Como a própria denominação indica eram espaços dedicados ao cuidado da horta.

O casão de construção mais recente e a casa da horta de construção tão antiga quanto a origem do *monte*, são construções com princípios e funções diferentes. Existe ainda a casa da bomba, associada a um furo que ali existe, propício á rega.

O casão cumpre a função de um espaço de armazém, com uma planta muito simples. Esta construção surgiu, pela necessidade de um espaço onde se guarde os utensílios e pequenas máquinas agrícolas.

A sua construção é de tijolo e cimento, o que denota uma construção mais recente, no entanto para a cobertura foi usado o sistema tradicional de telha sobre caniço. Beneficia apenas de três pequenas janelas, como aberturas e uma porta de maior dimensão, para passagem das pequenas máquinas agrícolas e outros



Casão da horta em primeiro plano e casa da horta ao fundo

utensílios. Este edifício é ainda hoje utilizado pelo Sr. Rainha, trabalhador do *monte*, à ordem do proprietário e Arquitecto Alfredo da Mata Antunes.

Agregado ao casão existe ainda a antiga casa da horta, que forma com este o complexo construído associado ao trabalho e cuidado da horta. Assim, os habitantes desta casa eram o hortelão, “encarregado dos serviços da horta, (...) anexa à lavoura. Igualmente se incumbe de ir aos mercados diários das povoações próximas vender a hortaliça e frutas que sobejam dos gastos da casa”¹⁹, como principal trabalhador, e a esposa que cuidava da casa e a filha de ambos, que costumava ajudar nas lidas do campo. “Por muitos anos ficaram aqui prestando serviço.”²⁰

De construção caracteristicamente baixa, a casa da horta, foi construída em alvenaria de pedra, como é comprovado por certos pedaços e parede que já caíram e o comprovam. Encontra-se em avançado estado de ruína.

O alpendre, espaço semi-exterior, tinha como função a pernoita de animais que eram usados no trabalho e desbravamento dos terrenos da horta. A sua cobertura é em telha sobre pranchas de madeira se secção fina (cobertura muito usada em território espanhol). Este espaço mantinha uma sincera relação com a paisagem que o circunda. O quarto e a cozinha, mantêm uma ligação e passagem de um para outro. Na cozinha ainda existe o característico poial, com bacias em barro encastradas, que serviam de asseio de loiças e outros e uma chaminé de canto, que se destaca no exterior. A sua cobertura é em telha sobre caniço que constitui ainda hoje o forro. A cobertura do quarto já ruiu, e pode-se observar ainda uma pequena janela, que iluminava este espaço. A cozinha era iluminada apenas pela porta de entrada.

¹⁹ PICÃO, José da Silva, *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, (1983), p. 103

²⁰ Dados transmitidos através de depoimento e conversa com Dr. António da Mata Antunes



Interior da casa da horta
(2013) © Sílvia Teles



Interior do único quarto, cuja cobertura colapsou.

Os arrumos surgem como espaço adjacente, para guardar os utensílios agrícolas, também de cobertura igual à utilizada na cozinha e quarto. Apesar do pé-direito baixo, a habitação destaca-se neste conjunto.

O espaço de pocilga, associado aqui também a um espaço habitacional, como acontecia na malhada junto da casa do guarda, permite entender que estes espaços necessitam de mão humana para cuidar da engorda dos porcos que ali eram colocados, sendo um dos bens que promovia mantimentos à população dos *montes*. Assim, o hortelão tinha também como função a preocupação de "engordar a pouco e pouco com os sobejos das comidas, sementes avariadas, bagaço, frutas. Um mealheiro aproveitador de desperdícios."²¹

Na sua estrutura original, tem menor pé-direito que a habitação e compreende uma cobertura, com a tradicional cobertura de telha, mas neste caso sem a atenção de utilização do caniço, usando-se simples pranchas de madeira (cobertura espanhola), que faziam o "resguardo das inclemências do tempo."²² Numa parte descoberta, que agora aparece reconstruída no típico tijolo e cimento, vêem-se ainda as pias, "onde comem e bebem os porcos, anafados bichos que devem considerar-se felizes pela abundância, sossego e repouso que ali disfrutam."²³

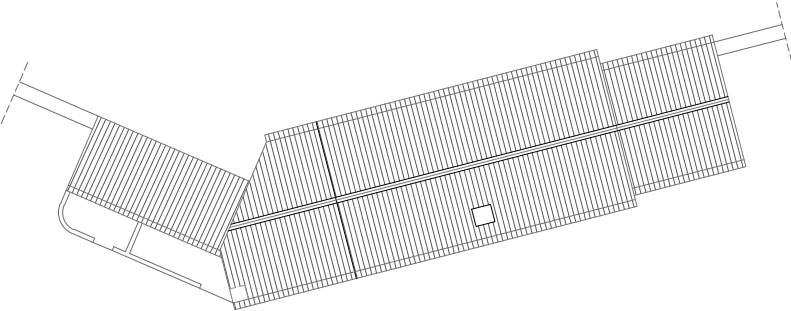
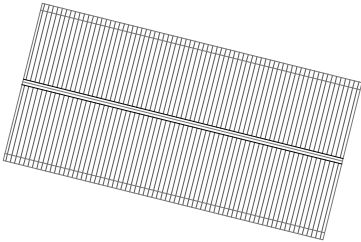
Atribuíam-se assim funcionalidades agrícolas, pecuárias e habitacionais a este edifício.

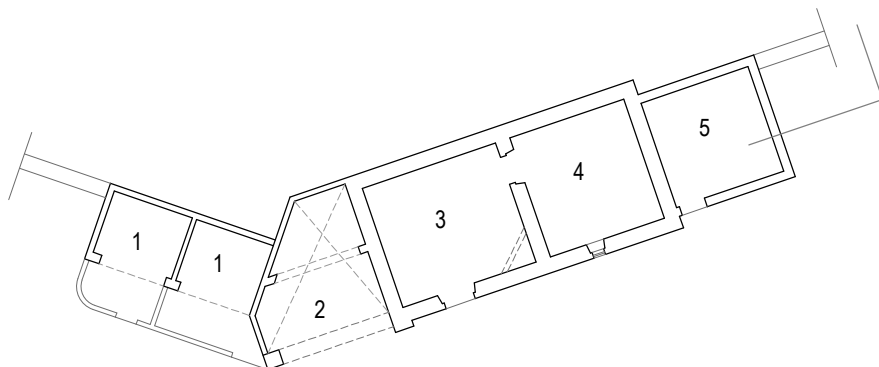
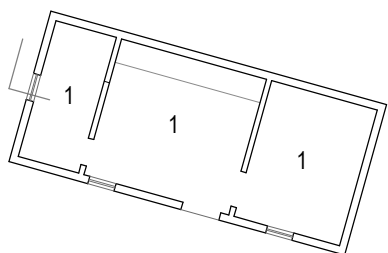
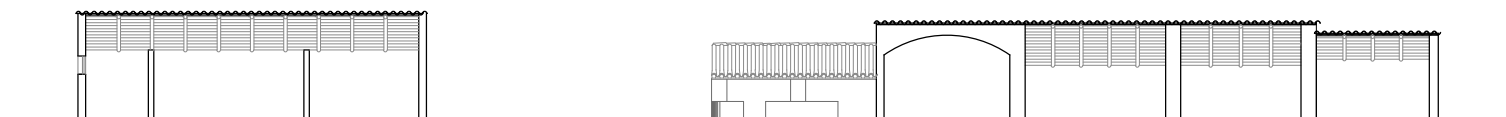
Actualmente a casa da horta, já não cumpre as suas funções, encontrando-se desactivada e em ruína, sendo apenas utilizado o casão.

²¹ PICÃO, José da Silva, *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, (1983), p. 36

²² *Idem, Ibidem*, p. 36

²³ *Idem, Ibidem*, p. 36





Casão da Horta

1. Armazém

Casa da Horta

1. Póilga

2. Alpendre

3. Cozinha

4. Quarto

5. Arrumos

0 1m 2m

Casa da Serra

Este edifício foi construído na mesma altura que o *monte* (séc. XIX), com o propósito de se situar na área de olival, muito perto do cume da Serra Alta, daí o seu nome de casa da serra.

Localizando-se a Serra Alta, junto à Serra da Preguiça, têm a sua origem ligada a uma elevação tectónica antiga que, por erosão diferencial, conservou o bloco mais resistente.

As características geomorfológicas, aqui com grande importância, individualizam-na pelos solos de materiais originários mais ou menos calcários, que deu origem a grandes povoamentos de oliveira, que caracteriza uma das grandes actividades praticadas na herdade.²⁴

O acentuado declive da serra e o ciclo de tarefas que se agendavam, só poderia ser cumprido, se nela existisse, uma edificação em que os trabalhadores que se deslocavam para a prática da apanha da azeitona, por lá pernoitassem.

²⁴ Facto de ser a única região natural do País, a sul do Tejo, onde Barros Gomes, já em 1878, colocava a oliveira como uma das árvores dominantes da paisagem.



Esta actividade era executada em solo declivoso, sabendo que a apanha se iniciava no cume da serra, até ao termino do acentuado declive, onde depois a azeitona era deixada e carregada em carroças até ao lagar de Moura.

Esta casa construiu-se estrategicamente neste local, pela necessidade de regar e facilitar os trabalhos de apanha da azeitona de Novembro a Fevereiro.

Teve como função base, ser residência e dormitório, depois das fainas dos trabalhadores, “ganhões” ou moços e moças da lavoura”, que já trabalhavam no campo desde novos.²⁵

Foi-nos possível saber mais sobre esta edificação, pelo contacto mantido com uma das trabalhadoras. Na altura com 13 anos, Helena Romana, já muito nova tinha começado a sua vida de trabalho no campo, pois o pai era pastor (e também o foi no *Monte Branco da Serra*) e a mãe trabalhava na grande Herdade dos Machados (herdade vizinha desta, mas pertencente à Freguesia de Santo Agostinho). “Ali dormíamos à noite, poucas horas. O trabalho começava cedo e terminava tarde. Normalmente eu e cada rapariga, levávamos um cabaz de verga e os sacos de linhagem, feitos de pano-cru, comprado na feira. Eram estendidos no chão para onde iriam cair as azeitonas depois de varejadas, pelos homens. No final do dia, regressávamos à casa da serra”²⁶

Entrava-se directamente para a cozinha, onde se organizavam as refeições e à noite juntavam-se junto à chaminé para ouvirem “colóquios estupendos e cenas engraçadas que definem perfeitamente os instintos e sentimentos das pessoas que ali pernoitam.”²⁷

²⁵ PICÃO, José da Silva, (1983), *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, p. 32

²⁶ conversa a 5 de Julho de 2013, com Helena Romana, actual presidente de Junta de Freguesia de Santo Amador e que fora trabalhadora do *Monte Branco da Serra*.

²⁷ PICÃO, José da Silva, *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, (1983), p. 32



Interior da “casa” do gado (2013) ©Sílvia Teles



. Casa da serra, vista posterior e novo anexo



Helena Romana e outras trabalhadoras na serra (Fotografia gentilmente cedida pela própria)

Existiam dois quartos ou “zonas de dormir” de alguma dimensão, porque nelas dormiam os cerca de 20 a 23 trabalhadores que ali pernoitavam. Nestes espaços não existiam camas, mas sim as tradicionais tarimbas que se “erguem em redor das paredes. Formadas por leitos de carros velhos, portas inutilizadas, tábuas, revestidas com rama de piorno, giesta e palha.”²⁸ Eram espaços onde cada um se organizava para dormir, “juntos uns aos outros.”²⁹

O único espaço integrado na estrutura desta edificação, mas que não tem ligação ou passagem para com os espaços anteriores descritos, é a “casa” do gado. A entrada para este espaço encontra-se numa das laterais da casa, servindo de saída e entrada dos animais. Aqui ficava o gado bovino que era utilizado para arranjar e trabalhar o terreno entre cada faixa de oliveiras.

Esta edificação assume os traços construtivos tradicionais da região. As suas paredes são em taipa, com poucas aberturas, apenas uma janela em cada espaço dos quartos e cozinha. O pavimento é em tijoleira e a cobertura é em telha pousada sobre pranchas de madeira de secção fina, apoiados no sistema de vigas. Este tipo de cobertura é muito utilizada em território espanhol, mais particularmente em Olivença, o que comprova a origem da primeira família que construiu estes elementos singulares associados às culturas, que organizam as actividades de lavoura.³⁰ Exterior e interiormente as paredes são caiadas de branco.

Actualmente, o edifício conheceu uma alteração, pela adição de um armazém junto às suas imediações. Este armazém serve para guardar os tractores e outros utensílios agrícolas que são necessários à manutenção do olival.

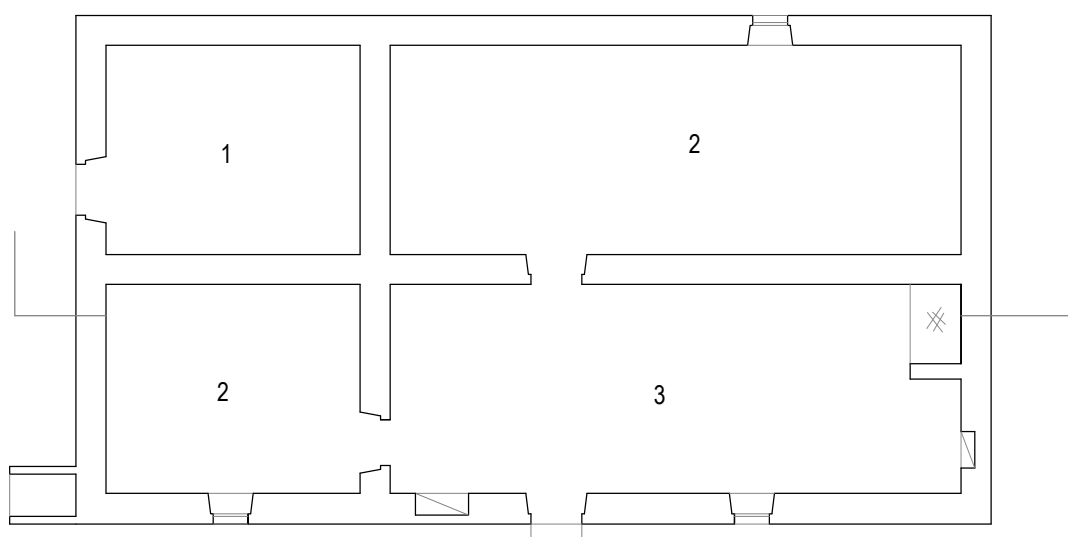
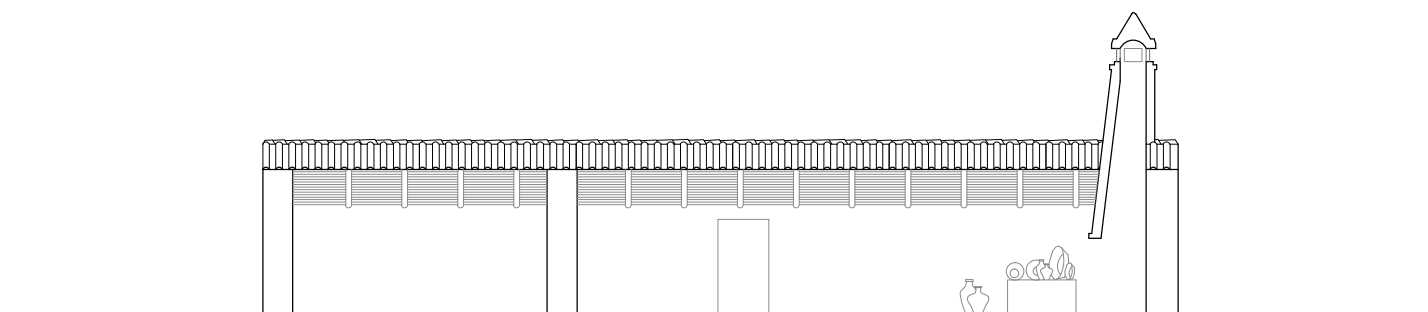
Com a introdução de maquinaria no trabalho de campo, muita mão-de-obra foi dispensada e esta antiga casa, deixou de cumprir o seu anterior propósito. O seu estado de conservação é notável, mas no entanto, o único trabalhador que continua a utilizar estas imediações é o caseiro/guarda Sr. João, que se ocupa de trabalhar e organizar o trabalho no olival, entre outros homens que durante a época de apanha, vão para lá trabalhar com a maquinaria.

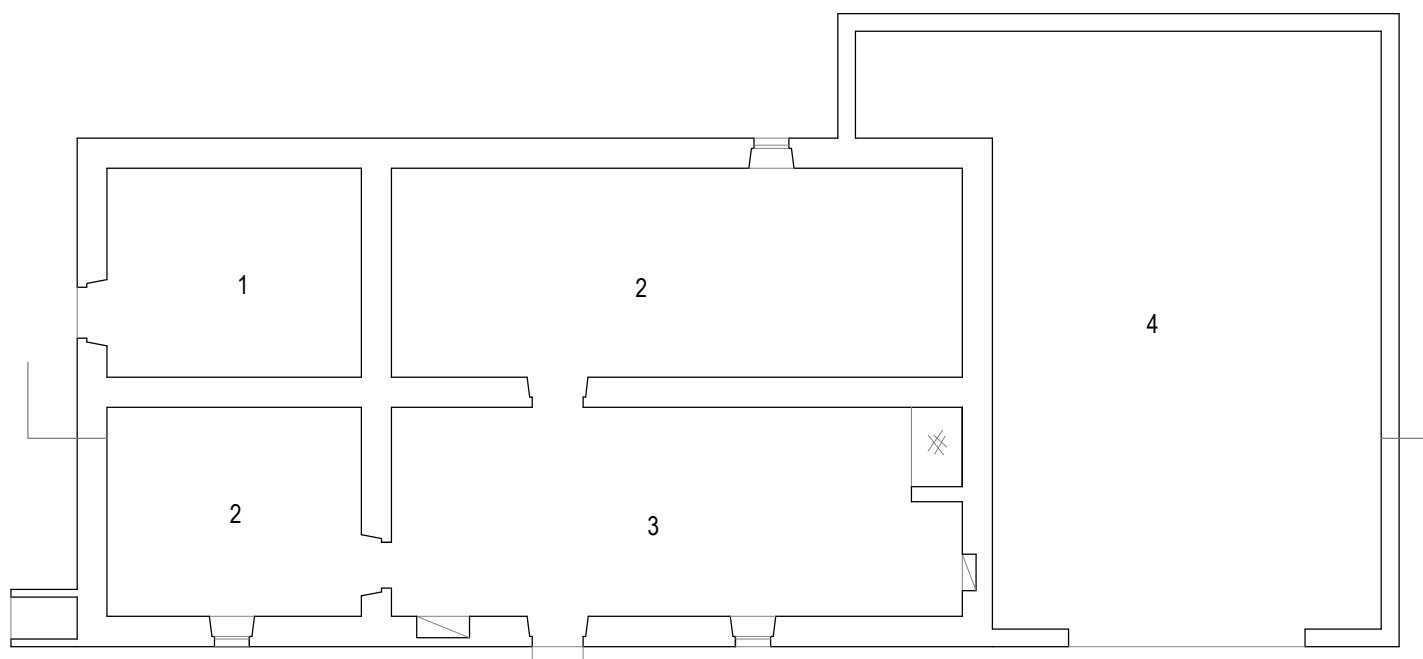
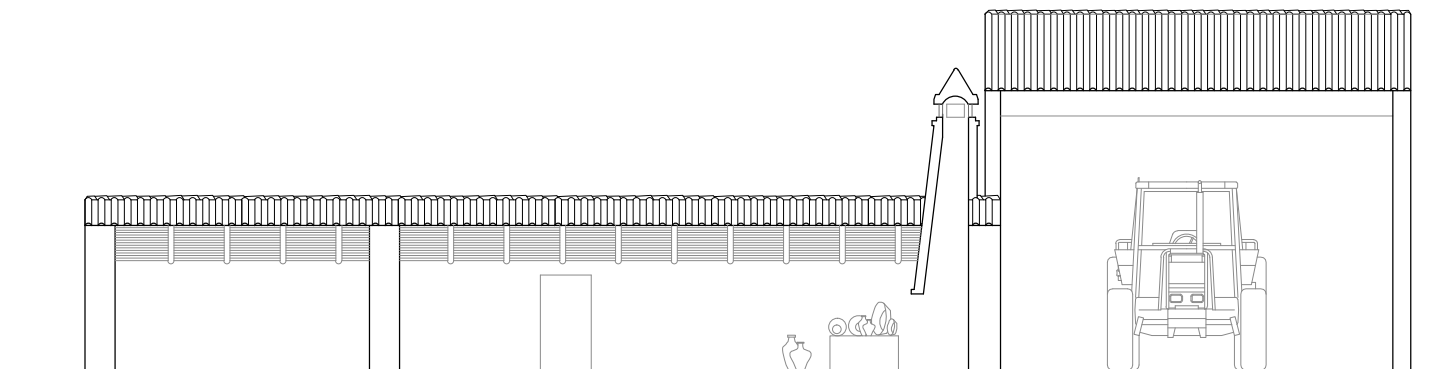
Esta actividade garantia azeite para o ano inteiro e venda deste a outras entidades. É actualmente uma das actividades que ainda se continua, estabelecendo anos propícios à produção de azeite, digna de registo em Moura.

²⁸ PICÃO, José da Silva, *Através dos campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, (1983), p. 33

²⁹ conversa a 5 de Julho de 2013, com Helena Romana

³⁰ AA.VV. (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, p.43





- 1. "casa" do gado
- 2. Quarto
- 3. Cozinha
- 4. Armazém

Casa do Caseiro

Esta casa ocupa actualmente o espaço de um antigo galinheiro que existia junto ao *monte*.

De construção recente, surge no final do século XX, a quando do começo de modificações que iriam surgir, mediante a divisão do *monte* entre as duas famílias de irmãos descendentes (família do Arq.º Alfredo da Mata Antunes e família do Dr. António Mata Antunes).

Pertencendo esta parte do *monte*, depois das partilhas ao Dr. António Mata Antunes e a necessidade deste ter um caseiro e agricultor (o Sr. Francisco), que se responsabiliza-se por olhar e trabalhar as terras, edificou esta habitação, pela proximidade que confere ao seu lado do *monte*.

A construção cumpre o antigo perímetro do galinheiro, mas não obedece a todas as premissas de construção tradicional alentejana. A sua estrutura é em tijolo e cimento, muito utilizado hoje em dia, o pavimento em azulejo cerâmico mais comum e apenas a cobertura, neste caso de uma água, assegura a utilização de telha sobre o tradicional caniço.



De planta muito simples, a entrada faz-se directamente para a cozinha, como habitualmente de fazia, particularizando esta parte da casa e tem uma pequena lareira num dos cantos.

Esta é a maior zona da casa, e através da qual se organizam as restantes, de um lado os quartos e do outro a despensa e instalação sanitária. Um pequeno espaço adossa-se ao exterior da casa, denominado de “casa de tratamento da água”, através da qual é possível tratar a água, que agora é canalizada, retirando o excesso de calcário que existe muito na sua localização.³¹

Assegurando a privacidade na entrada para a casa, existe uma latada que assegura a existência de uma parreira que também cria sombra.

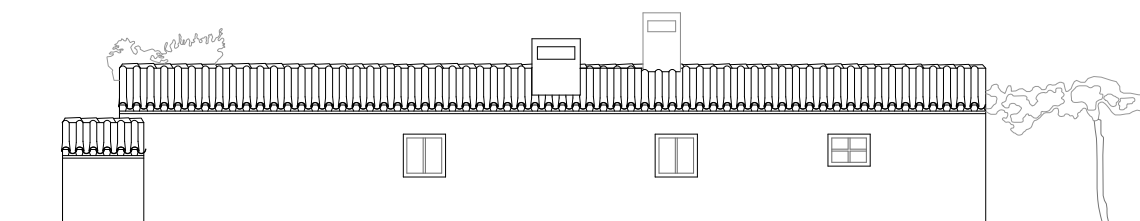
³¹ conversa com o Dr. António Mata Antunes



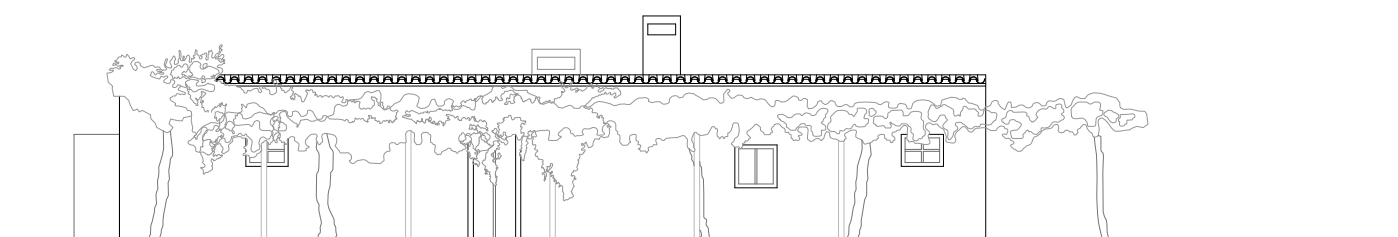
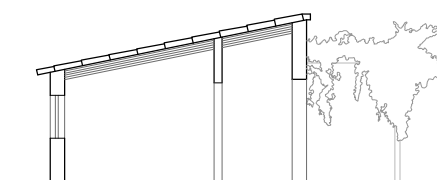
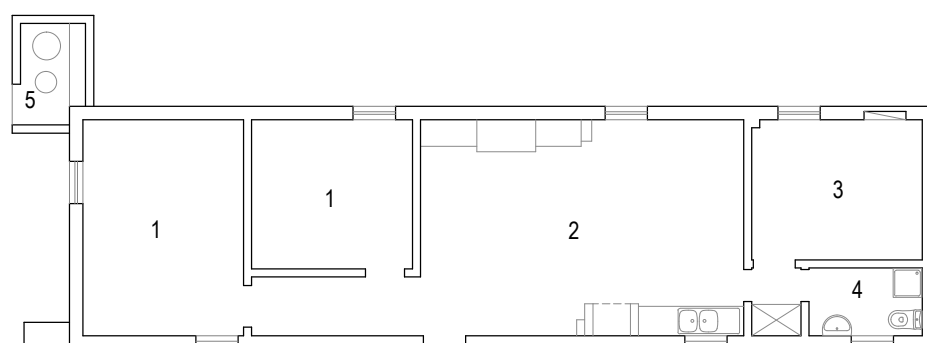
Alçado posterior da casa
(2013) ©Sílvia Teles



Alçado Lateral, observando-se a imponente latada com videira



Alçado posterior



Alçado frontal e entrada na habitação

- 1. Quarto
- 2. Cozinha
- 3. Despensa
- 4. I.S.
- 5. Casa tratamento de água

Século XXI (anteriormente fora um galinheiro)

0 1m 2m

Armazens Agrícolas e Galinheiro

Este conjunto de armazéns surge pelas mudanças que existiram nas fainas agrícolas. A mão do Homem foi substituída pela máquina, que passa a executar todas as tarefas.

Pelo aumento do número de tractores que o *monte* foi “recrutando”, existiu a necessidade de construção de uma estrutura que os pudesse guardar, assim como a outros utensílios.

A estrutura em betão, confere uma igualdade de espaço para um e outro proprietário, dado que é partilhada pelos dois, desta forma, cada um fica com três espaços. Com uma cobertura pré-fabricada e colocada como protecção da estrutura, esta define as divisões asseguradas a cada proprietário.

Adossado a esta estrutura existe um galinheiro, também partilhado por ambos os proprietários, observando-se que o espaço maior pertence ao Dr. António da Mata Antunes, porque tem maior número de galináceos.

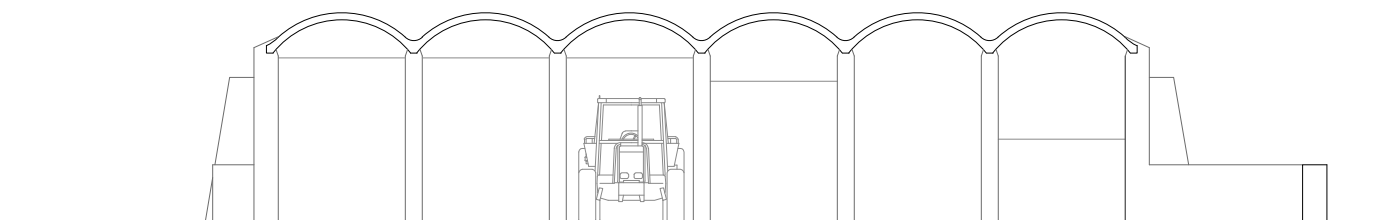
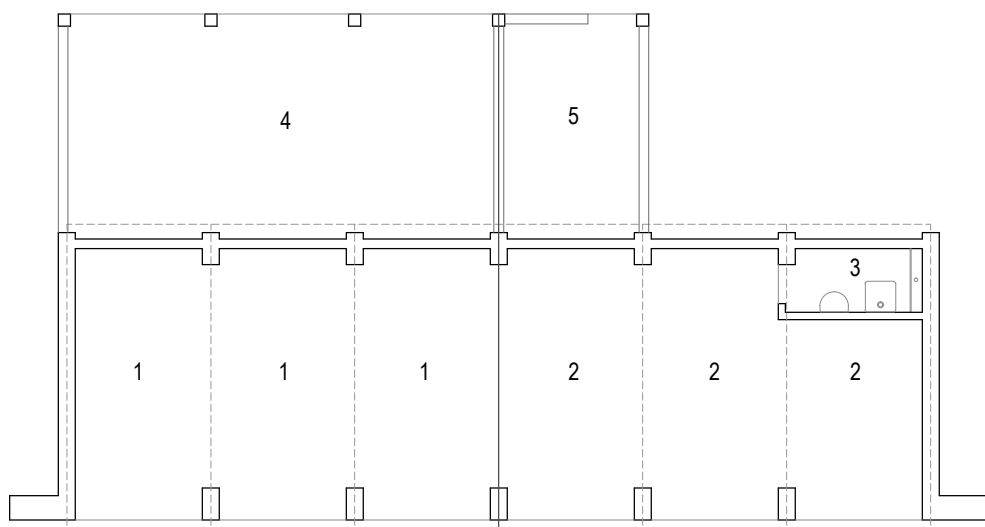
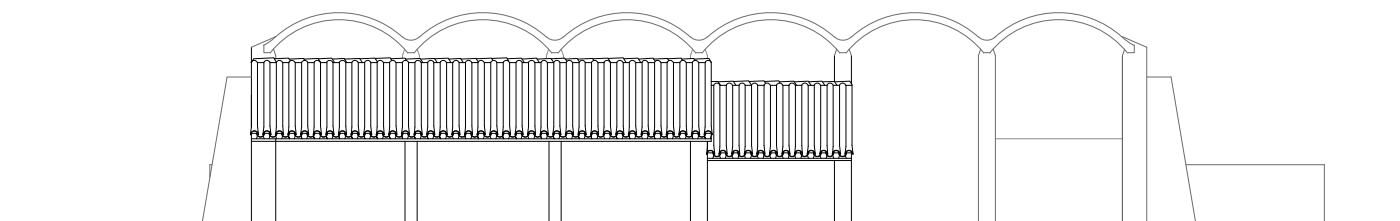




Alçado Frontal dos armazéns agrícolas
(2013) © Sílvia Teles



Galinheiro



- 1. Armazém Agrícola (Dr. António da Matta Antunes)
- 2. Armazém Agrícola (Arq. Alfredo da Matta Antunes)
- 3. I.S.
- 4. Galinheiro (Dr. António da Matta Antunes)
- 5. Galinheiro (Arq. Alfredo da Matta Antunes)

0 1m 2m



3.5 O EDIFICADO HABITACIONAL - O MONTE

Historiografia do *Monte*

O *Monte* Branco da Serra, estabeleceu-se no território em estudo, através de intenções de uma família espanhola, pela criação de uma exploração familiar, que criou raízes com o local onde se implanta, pelas construções que hoje chegam até nós.

Ao longo do estudo, foram mantidas conversas com os actuais proprietários e trabalhadores, assim como se procurou nas aldeias próximas o entendimento de memórias sobre este *monte* e documentos que comprovassem a sua existência.

Pretende-se esclarecer a história sobre as famílias que o construíram e ali se estabeleceram.

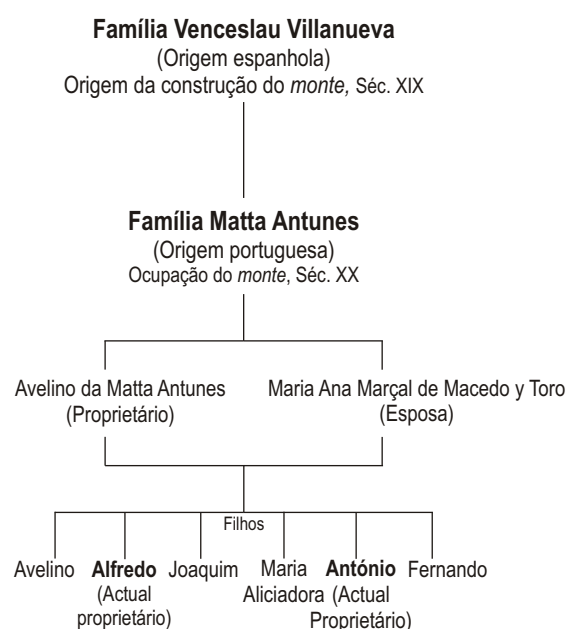
Numa combinação entre as actividades agrícolas e pastoris e com experiência já neste tipo de economia, a família Venceslau Villanueva, de origem espanhola, mais particularmente Olivença estabeleceu-se aqui. O *monte* foi construído por estes proprietários espanhóis.³²

A sua construção implementou-se num suave cabeça, que permitia a observação dos campos em torno deste, assim como um sentido de defesa, incutido pelo consequente isolamento e a proximidade da fronteira, que se deixa perceber pela sua arquitectura. “À protecção das suas janelas, por meio de grades salientes, não é alheia uma certa influência espanhola.”³³

Estes pequenos aspectos do *monte*, assim como outros elementos construtivos das edificações singulares adjacentes às culturas agrícolas, permitiram perceber a influência espanhola inculcida na sua construção, confirmada depois por uma de outras conversas com um dos actuais proprietários.

Esta família estabeleceu os trabalhos agrícolas e pecuários, que viriam a dar vida a esta propriedade e estabelecer uma sede de lavoura.

Mais tarde, século XX (cerca de 1940), por intermédio do conhecimento e amizade entre a família Venceslau Villanueva e a família Mata Antunes, Avelino da Matta Antunes compra a propriedade à família espanhola. A propriedade passa para poder de família portuguesa, que antes viviam em Elvas.³⁴



Árvore genealógica familiar da origem e estabelecimento do *monte*

³² Dado conferido com o Dr. António da Mata Antunes, um dos proprietários da ala Sul do *monte*

³³ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 115

³⁴ Dado conferido com o proprietário e Arquitecto Alfredo da Mata Antunes, um dos proprietários da ala Sudeste do *monte*

A amizade com a família anteriormente proprietária do *monte*, parte do facto de a esposa de Avelino, (que comprou a propriedade) ser espanhola e natural de Olivença, como a anterior família.

Durante o século XX, os trabalhos agrícolas executados no *monte*, foram mantidos à ordem do proprietário Avelino da Mata Antunes, que era agora o senhor e proprietário deste.

A esposa, Maria Ana Marçal de Macedo y Toro e o seu filho mais velho de nome igual ao pai, Avelino, também assumiram mais tarde a organização das tarefas e culturas agrícolas e pastoris no *monte*, devido ao falecimento do seu marido e pai, respectivamente.

Durante este século, as funcionalidades e tarefas comuns a este tipo de exploração agrícola mantiveram-se. Uma grande parte dos produtos da exploração destinavam-se, como era natural, ao consumo da família (a maior parte dos produtos hortícolas, batatas, uma parte do trigo, entre outros), ou da própria exploração agrícola (forragens, aveia, cevada, pastagem), tornando estas sedes de lavoura auto-suficientes, assim como, uma elevada percentagem se destina à venda, como cereais, azeite, produtos hortícolas e gado.

Tratava-se de uma exploração em evolução no sentido de se integrar cada vez mais na economia da região, criando ligações e dependências com outros sectores da actividade económica de forma a contribuir para elevar o processo de troca.

A grande área de propriedade era elevada para o número de braços de trabalho da família. Assim, era necessário contratar homens e mulheres (assalariados) que cumprissem as tarefas agrícolas, que promoviam o aumento da produtividade agrícola e de criação de gado. Existia o feitor, que ajudava o proprietário no desempenho e condução das tarefas.

No final do século XX, Avelino (filho) fica encarregue de dar continuação ao trabalho de sua mãe, que viera a falecer. Até cerca de seis a sete anos atrás, do presente século, desempenhou e cumpriu o seu trabalho no *monte*, vindo a falecer. Nunca deixara o *monte* e como filho mais velho dedicou a sua vida aos ensinamentos e cuidados do campo, transmitidos pelos pais.

Os restantes irmãos, continuaram os estudos e apesar de nunca se terem desligado do *monte*, a sua frequência e presença nesta sempre fora mais distante.

No presente século, dois dos irmãos, o Arquitecto Alfredo Marçal da Mata Antunes, que participou no *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*, e que em cerca de 1959/60 fez o levantamento deste *monte*, que viria a ser publicado nesta compilação de arquitectura popular, de Norte a Sul do País, nunca deixou de ter uma ligação a este lugar e às raízes da sua família. Assim como o médico, Dr. António Marçal da Mata Antunes, que continuou a criação de gado bovino e produção de azeite, muito conhecido e de renome em Moura.

Falamos destes irmãos em particular, por serem os actuais proprietários, que mantem uma presença continuada de ligação ao *monte*, um quer pela sua formação que partiu de uma participação valiosa no *Inquérito* e que do qual não se esquece da importância que este elemento teve na sua formação enquanto arquitecto; e o médico, enquanto outro proprietário, que mantem ainda hoje activas algumas das culturas agrícolas e pecuárias tradicionais do *monte*.

O *monte* encontra-se dividido entre ambos, a ala no ângulo Sudeste pertence ao Arquitecto Alfredo da Mata Antunes e ala Sul e Este ao médico e irmão Dr. António da Mata Antunes.

Originalmente, o *monte* mantem a maioria dos espaços, apesar de modificações e acrescentos, na antiga habitação do proprietário, na ala Sudeste do conjunto, que mudam a função de alguns espaços, tornando-os mais públicos ou privados, atribuindo-lhe outras funções. A maior modificação encontra-se na ala Sul do *monte*, atribuída ao médico.

SÉCULO XIX

FREGUESIA DO SOBRAL, CONCELHO DE MOURA
Mapa da actual Divisão Paroquial desta
Freguesia do Sobral

Orago	Povoação Montes Hortas de que se compõe esta Freguesia	Nº de Fogos indivíduos da povoação e arredores		Distância em que a povoação se distancia da Paróquia
		Fogos	Almas	
S. Pedro Da Adiça	Sobral	219	1264	
	Montes			
	Portelas	1	2	100 jardas
	Foncianes	1	4	300 jardas
	Palhaes	1	4	½ légua
	Toril	1	3	¼ légua
	Álamo outros	2	5	1 jarda
	Preguiça	1	5	½ légua
	Horta S. Pedro	1	2	¼ légua
	Monte Barroso	1	2	1 jarda
	Horta do Meio	1	3	½ légua
	Monte Mutum	1	3	¼ légua
	Monte Branco	1	3	1 légua
	Borrazeiros de			
	Baixo e de			
	Cima	1	2	¼ légua
	Monte Novo	1	4	1 jarda
	Gralheira de	1	4	
	baixo	1	4	¼ légua
	Gralheira de	1	4	
	cima	1	4	1 jarda
	Parreira	1	2	300 jardas
	Bogalhas	1	6	½ légua
	Vila Ruiva	1	3	¼ légua
	Monte da			
	Malhada Lobo	1	3	½ légua
	Horta Monte			
	Branco	1	2	1 légua
Freguesia do Sobral, oito de Setembro de 1863				
O Regedor Bento José Camacho				

Quadro síntese das povoações, montes e hortas de que se compõe a Freguesia de Sobral da Adiça, (1863), estudo presente in *Resenha Histórica de Sobral da Adiça*, Abril de 1986, Edição da Biblioteca Municipal de Moura, p.2

A abordagem e análise deste *monte*, apresenta-se segundo um esquema base de evolução, realizado através de conversas com os actuais proprietários, antigos trabalhadores e informação baseada em documentos (resenhas históricas e registos apontados pelos párocos de aldeias da sede de freguesia de Sobral da Adiça).

Um destes registos foi realizado pelo padre Carlos Augusto Botelo Palma, em 1863, num mapa da divisão paroquial da freguesia, que catalogava o número de fogos e almas, quer da povoação de S. Pedro da Adiça (denominação antiga da actual povoação de Sobral da Adiça) e de *montes* e hortas que compõem esta freguesia. Com este registo foi possível confirmar a existência do *monte* Branco da Serra no século XIX.³⁵

Neste registo e reportando-se aos *montes* da zona, o padre Carlos Palma, menciona “além da cordilheira deles” a que chama de “S. Bernardo”, ramal das de Portel, e do Sobral, “há as pequenas eminencias a que chamam Cabeça Gorda, Cabeça Magra, Casinha e Alvarinho, dando cada uma o seu nome a Atalaya, que domina.” Entende por *montes*, “elevações de terra com superioridade à superfície do globo terrestre, e ou são altíssimos, ou medianos, ou baixos a que comumente se chamam colinas ladeiras erminencias, e é na classe destas, que colocamos as que se encontram neste Concelho com referência às mais da província.”³⁶ O documento confirma a construção e existência do *monte* no século XIX.

No que respeita à análise arquitectónica do *monte* e através de conversas com o proprietário e Arquitecto Alfredo Marçal da Mata Antunes, que por uma feliz coincidência participou no *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* (cerca de 1959/1960, e que realizou o levantamento base da estrutura do *monte*, presente no *Inquérito*), afirma que a estrutura inicial deste não seria conformada pelo actual pátio que o configura. Na altura com 10 anos de idade, altura em que a família se mudou para o *monte*, este pátio já existia, mas a quando do levantamento executado para o *Inquérito* e numa observação mais atenta, percebeu que a materialidade dos espaços construídos que conformam o pátio actualmente era diferente, afirmando épocas diferentes de construção.

³⁵ AAVV., *Resenha Histórica de Sobral da Adiça*, Abril de 1986, Edição da Biblioteca Municipal de Moura, p.2

³⁶ Idem, *Ibidem*, p.43

Lembra-se de ouvir durante a sua infância ali passada, que “o *monte* nem sempre foi assim”, acreditando na grande possibilidade, de que a restante estrutura de conformação do pátio, tenha sido uma estrutura construída posteriormente, um acrescento, dado que a habitação do proprietário, casa da malta, casa do feitor e celeiro, no ângulo Sudeste do conjunto, é de construção em taipa e a restante construção é em alvenaria de pedra (facto que podemos confirmar pelas modificações que se executaram recentemente na parte Noroeste, pelo proprietário Dr. António).

O *monte* apresentava uma estrutura tradicional, segundo um volume horizontal e pelos materiais presentes na sua construção. Funcionou como centro de exploração de uma herdade, que tinha por base a habitação pelos proprietários e trabalhadores.

Sabe-se, que nesta altura, através de conversas com o proprietário, Dr. António Marçal da Mata Antunes, irmão do Arquitecto Alfredo, que a família que comprou a área de herdade e construiu o *monte*, eram de Olivença.

A família Mata Antunes mantinha já ligação com a família que construiu o *monte*, pois a mãe de ambos era de origem espanhola. Tendo pertencido anteriormente a Portugal, esta localidade agora em território espanhol, contem “um carácter nitidamente alentejano, que é claro, mas que, no entanto, é partilhado com traços da arquitetura popular e rural da Extremadura espanhola.”³⁷

Também aqui, como em Olivença “aparece desta forma, o latifúndio e o cortijo como estrutura de gestão e exploração de sistemas e operação simplificada e racionalizada” associada aos *montes*.³⁸

A edificação inicial do *monte*, terá sido aumentada ainda pela família Venceslau Villanueva, que construiu as restantes dependências (casa do pastor, casa do gado, celeiro e galinheiro), que conformam o pátio, já no século XX. “As diversas instalações desenvolvem-se em torno de um pátio, o que permite uma fácil vigilância das suas diferentes dependências.”³⁹

Esta família terá trazido consigo as características de origem espanhola, adaptando-as às características de construção da região.



Pátio do *monte* - já conformado no século XX. Fotografia da autoria do segundo proprietário Avelino da Mata Antunes.

³⁷ AA.VV. (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, p.39

³⁸ Idem, *Ibidem*, p.40

³⁹ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 115



Fachada Sudoeste do *monte*, com presença de grades salientes de protecção das janelas e vista do interior (2013) ©Sílvia Teles

A fundação do *monte*, de origem espanhola, assumiu um tipo de construção, que não se manteve distante da construção característica alentejana, dado que “as restrições (...) geográficas e históricas, bem como o próprio lugar, os materiais de construção utilizados nas aldeias de Olivença, como em qualquer área do sul, são materiais porosos: o solo é sobretudo argiloso. Para as paredes é utilizado o sistema de taipa, que consiste em terra batida num sistema de cofragem, intercalando com fiadas de pedra (...), não existindo uma regularidade certa no processo de intercalar da terra e pedra.”⁴⁰ Associa-se, assim, a taipa ao sistema construtivo do *monte*, comprovado pela espessura das paredes.

“O isolamento em que se encontravam, sem vizinhos em alguns quilómetros em redor, tornando mais possível qualquer roubo ou assalto e ainda a proximidade da fronteira, determinou nos seus habitantes um forte sentido de defesa que se deixa aperceber na sua arquitectura.” Assim, existe a particularidade neste caso, que não encontrámos em outro *monte* da freguesia (pelas viagens realizadas ao território em estudo), a “protecção das suas janelas, por meio de grades salientes” a que não era “alheia uma certa influência espanhola”, como é possível observar nas habitações em regime urbano ou rural de Olivença.⁴¹

A caiação em branco é outro factor associado à arquitectura do *monte*, que “assim, partilha na sua totalidade de características próprias das populações alentejanas, consistindo no predomínio do branco, devido à contínua pintura das paredes - “caiação” - também característica de todas as terras baixas do sul peninsular.”⁴² Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano relembram “a “caiação” não só como um papel funcional, mas também estético. (...) Além disso, de acordo com os mesmos autores, a acumulação das diferentes camadas de cal, vai suavizando as arestas e dissimulando os defeitos nas paredes.”⁴³

A cobertura de duas águas, une todos os espaços, de diferentes volumetrias que compõem o *monte*, juntando a habitação do feitor com a do proprietário, cuja presença se destaca em relação aos restantes volumes.

⁴⁰ AA.VV., (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, p.41

⁴¹ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 115

⁴² AA.VV. (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, p.42

⁴³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando, citado in AA.VV. (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, p.42

A cobertura tradicional utilizada, assenta a telha simples de canudo directamente no caniço que constitui o forro, onde um sistema de vigas em madeira funciona como suporte deste. No caso espanhol utilizava-se também a telha, mas esta assenta sobre pranchas de madeira de secção fina, apoiadas no mesmo sistema de travamento. No caso espanhol, já “raros são nesta região os telhados apoiados sobre caniço ou mesmo em abóbadas. Estas só existem em casas de maior comodidade ou em edifícios públicos como igrejas, sendo normalmente de arestas e geralmente caiadas.”⁴⁴

No caso em estudo, as abóbadas são elementos presentes, associados a um maior conforto dos espaços, como anteriormente foi referido. Encontramos este tipo de cobertura nos espaços associados à vivência do proprietário, dispondo de “abobadilha a maioria dos seus compartimentos”, particularmente na sala e quartos.⁴⁵

Uma outra característica de grande importância é a chaminé, sempre de grande dimensão “que arranca a partir do solo.” No estudo de Mello de Matos, a classificação aplicada às chaminés portuguesas encontra “tipos muito variados (...) que, nas suas linhas gerais, se podem classificar, quanto à base, em rectangulares, quadradas e circulares e, quanto à forma, em prismáticas, cilíndricas e piramidais.”⁴⁶

No *monte* “predominam as de tipo rectangular segundo a base.”⁴⁷ As únicas duas chaminés de forma cilíndrica, que comprovam a influência espanhola, estão associadas à cozinha e forno da habitação do proprietário e uma diferente destas, destaca-se, de forma rectangular, a da casa da malta. Estes elementos eram sempre caiados, assim como o *monte*.

Como a maior parte das construções congêneres (malhada e casa do guarda, casa da horta e casa da serra, referidas anteriormente), o arquitecto Alfredo, suspeita que estas terão sido construídas na mesma altura que o *monte*, subentendendo-se, todo conjunto que organizava a produção agrícola da herdade.



Sala - habitação do proprietário, que dispõem de abobadilha



Chaminés . Fachada Sudoeste de entrada do proprietário



Chaminé da casa da malta

(2013) © Sílvia Teles

⁴⁴ AA.VV. (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, p.43

⁴⁵ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 115

⁴⁶ MATTOS, Mello de, (1995), *As chaminés alentejanas*, Portugal, vol. II, p.33

⁴⁷ AA.VV. (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, p.44

SÉCULO XX



Actual lareira, no espaço de sala dos proprietários, que anteriormente fora a porta de acesso ao quarto dos mesmos. (2013) © Sílvia Teles

No final do século XX, suspeita-se que surgiram as dependências da casa do pastor, casa do gado, palheiro e galinheiro, que conformaram o pátio, que actualmente existe até aos dias de hoje e que organizava toda a estrutura agrícola do *monte*.

As modificações encontradas na estrutura do *monte*, não se podem entender como alterações estruturais que modificassem por completo a sua aparência original. Entendem-se pequenas alterações, que definem os espaços interiores ou a (re)criação de outros, com o intuito de estabelecer um carácter mais privado ou de cariz mais público.

Uma das alterações é a redução do espaço de entrada do proprietário, pela construção de paredes divisórias (mais finas que as originais do *monte*) que criaram dois novos espaços, estabelecendo uma tripartição desta área: num quarto, entrada para a casa do proprietário, com área mais reduzida e uma pequena sala de estar/leitura, atendendo que nesta altura os filhos do proprietário já tinham filhos (no caso do arquitecto Alfredo e do Dr. António e restantes irmãos), e que os levavam para o *monte*. Neste pequeno quarto, já ficavam um ou mais netos, como nos foi relatado por uma das sobrinhas dos proprietários, a arquitecta Carmen, que nos relatou que “muitas vezes fiquei neste quartinho” e a pequena sala, servia de espaço para estes permanecerem nas suas brincadeiras ou outras actividades.⁴⁸

No caso da sala do proprietário, uma das portas que dava acesso ao antigo quarto dos mesmos, foi fechada e no seu lugar construiu-se uma lareira. Com esta transformação os quartos passaram a ser espaços mais privados, que anteriormente não o eram, dado que as ligações entre cada quarto eram imediatas.

Com a preocupação de manter esta privacidade em todos os actuais quartos, a porta que antigamente dava ao primeiro quarto dos filhos também foi fechada, onde se nota actualmente um pequeno nicho que dá lugar ao encaixe de uma cómoda e o lugar da cama permanece igual ao que anteriormente existia. O terceiro quarto já não existe. Este espaço deu lugar a arrumos com armários e uma despensa.

⁴⁸ Conversa com a arquitecta Carmen, sobrinha de ambos os actuais proprietários, em Maio de 2013

Junto a estes, surge a área de instalação sanitária, que se mantém actualmente. Esta foi definida, quando o pai do arquitecto comprou o *monte* (só passam a existir portanto no século XX, sabendo-se que no século XIX existia uma estrumeira perto do *monte*).

Na cozinha do proprietário, a chaminé que a servia, assumia a sua importância, porque “nela se prepara a comida e servia de sistema de aquecimento. Para além disso, também era usada para secar os enchidos que eram feitos depois do abate do porco.” A base desta, assumia a largura total da cozinha, para permitir que o fogo acomodasse todos os membros da família.

“Em todas as chaminés em que o fogo arde à vista, para que o calor não deteriore as paredes, de materiais pouco resistentes, existe um laje de espessura média, de tijolo, ardósia, granito ou calcário, que faz o papel de isolador; a essa peça, que pela sua função se aproxima da “borralheira” nortenha, dão-se os nomes de “trafogueiro”, “boneca” e ainda, mais raramente, “sempre-noiva”.⁴⁹ O mesmo acontecia neste espaço, e era ainda de notar a um canto, os poiais e pilheiras com as quartas e potes de água e os troncos com que se ateavam o fogo. A cozinha tinha o pavimento em lajes de ardósia “nos locais de maior circulação.”⁵⁰

Este espaço foi perdendo a sua principal função. Numa altura em que muitos dos filhos partiram para estudar e outros para trabalhar nos centros urbanos, este espaço já não tinha a vida e alma de outros tempos. Quem permaneceu no *monte*, foi a mãe dos actuais proprietários e o irmão mais velho, Avelino. Com a casa mais vazia, a chaminé também deixou de ser usada, passando a ter apenas um valor estético e não utilitário.

Comprou-se um fogão a gás que foi colocado no canto onde costumavam estar os poiais e pilheiras. A alteração que se assinala, é de uma pequena janela, que foi feita pelo arquitecto Alfredo que nos contou que “era um canto cego e por isso não gostava que a minha mãe ficasse ali “fechada” a cozinhar, sem nenhuma abertura para poder ver quem chegava. Assim com esta janela, a minha mãe podia estar a cozinhar no fogão e ver quem chegava na sala antes, que fazia comunicação com a casa da malta. Era uma espaço de muita passagem entre a casa do meu pai (proprietário) e a casa da malta.”⁵¹



Cozinha do proprietário - com a grande chaminé e cobertura tradicional em telha simples de canudo



Pequena janela (alteração) que mantinha o contacto visual com a sala que comunicava com a casa da malta. (2013) ©Silvia Teles

⁴⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano, (1992), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, p.153

⁵⁰ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 115

⁵¹ Facto explicitado pelo Arq.º Alfredo da Matta Antunes, proprietário da ala Sudeste do *monte*



Um dos quartos, onde se pode ver o arranque da abobadilha que assinala a sua cobertura



Cobertura em abobadilha num dos quartos. Nota-se ainda o pequeno elemento de suporte dos candeeiros a óleo. (2013)
© Sílvia Teles

A relevância do que foi mantido e do pouco que foi alterado, demonstra a flexibilidade do *monte*, quanto à adaptabilidade dos seus espaços.

As divisões construídas, tiveram a intenção de criar espaços mais intimistas, de permanência para os netos; o fecho de portas, como a da sala para os quartos e restantes espaços, permitiam criar mais privacidade e a pequena fenestração, criada na cozinha, junto à grande chaminé, demonstra a preocupação em criar ligações visuais com outros espaços de importância.

Na transição do século XX para o século XXI, notam-se modificações mais preponderantes, que permitem perceber que o *monte* já não cumpre na sua totalidade as funções anteriormente existentes, como sede de uma grande lavoura.

A retoma de algumas delas, aconteceu quando o *monte*, foi dividido entre os irmãos Alfredo e António, que após acertos e cedências sobre este património, se tornaram proprietários, cada um com a sua parte.

Numa primeira abordagem ao conjunto do *monte*, há que ter em conta que este, passou de apenas um proprietário, Avelino da Mata Antunes (o pai de ambos os actuais proprietários, séc. XX), para depois ficar a cuidado da sua esposa, D. Maria Ana Marçal de Macedo y Toro e o seu filho mais velho, Avelino (de nome igual ao pai), o que permitiu que o *monte* cumprisse as práticas de uma sede de lavoura, com a produção de trigo, azeite e gado bovino e suíno, como principais actividades ali incumbidas aos trabalhadores e aos proprietários, que faziam desta forma de vida a sua normal rotina de trabalho e sustento.

O panorama agrícola começou a mudar depois do 25 de Abril. A Reforma Agrária atingiu fortemente os territórios alentejanos, onde muitas herdades foram tomadas dos proprietários, e as que não foram e onde estes permaneceram, viram o seu trabalho ficar limitado.

A mecanização também foi outro dos factores que substituiu a mão-de-obra muito necessária em tempos. A casa da malta passou a estar mais vazia e só um ou dois funcionários permaneceram. Deixou de haver o pastoreio e criação do gado suíno.

Apesar de muitas das suas tarefas como sede de lavoura terem chegado a um ponto de conclusão, algumas ainda permanecem como a apanha da azeitona, agora mecanizadamente, a criação de gado bovino (particularmente de raça Limousine) e a horta. Compreende-se no esquema de evolução do *monte* e das alterações sofridas, que se entendeu uma continuação das principais actividades agrícolas, como sede de lavoura, onde os espaços associados a estas, não sofreram alterações. Não se observou o abandono ou ruína do *monte*, pois os espaços foram adaptados a novas funções.

É dos poucos *montes* da área de freguesia de Sobral da Adiça, que podemos visitar e estudar, que cumpre a premissa de manter continuadas algumas das suas actividades, assim como a presença dos proprietários.



A proprietária na altura (Maria Ana Marçal de Macedo y Toro), ajuda na tarefa dos enchidos. Ainda se mantêm as tradições e tarefas do *monte* (fotografia de cerca de 1980/90).



Proprietários e amigos destes, no *Monte Branco da Serra*. Proprietários e um dos filhos (suspeita-se que o mais velho, Avelino) no *monte*. (Fotografias de cerca de 1960/70, gentilmente cedidas por Carmen Marçal da Mata Antunes, sobrinha dos actuais proprietários).

SÉCULO XXI

No início do século XXI, a estrutura do *monte* sofre algumas alterações mais preponderantes. Após o falecimento de D. Maria Ana Marçal de Macedo y Toro (mãe dos actuais proprietários), que por muitos anos se ocupou das tarefas do *monte* e manteve um regime agrícola fortemente tradicional, o qual o seu filho mais velho Avelino continuou, houve uma interrupção da continuação das actividades ali desempenhadas, pelo falecimento deste.

O *monte* ficou sem descendência activa nas actividades agrícolas por uns tempos. No entanto, o interesse dos restantes irmãos, passou mais por dois dos cinco. Os actuais proprietários são o arquitecto Alfredo e o Dr. António (médico de profissão), que nunca perderam as suas raízes com este lugar.

A divisão do *monte* em duas partes (que até hoje mantem edificação de origem), culminou em alterações, algumas a nível exterior e outras interiores, que diferenciam vivências e abordagem dos espaços.

Em referência à parte do monte do arquitecto, as alterações demonstram maior preocupação em manter o máximo respeito pelas antigas divisões, assim como a preservação do chão em ardósia, nos espaços onde já existia, as coberturas em telha simples de canudo sobre caniço, na cozinha e as abobadilhas nos espaços de entrada na casa do proprietário, da sala, e dos quartos. No século XX, já foram descritas as alterações principais que se notaram durante o levantamento realizado nesta parte do *monte*, que passaram por fecho e abertura de portas e redução da área de entrada na casa do proprietário, com a conformação de dois novos espaços. Denota-se um cuidado precioso de não “destruir” as vivência dos espaços.

A alteração mais significativa foi a construção de dois quartos, acrescentados num primeiro andar, que anteriormente não existia. Um lance de escadas adoça-se a uma das extremidades da cozinha, levando aos quartos, que foram construídos para os dois filhos do arquitecto. A modificação anteriormente realizada retirou um dos três quartos, que inicialmente existiam no piso térreo e deixou vagos apenas dois. Um dos actuais pertence aos proprietários (o arquitecto e esposa) e um de hóspedes, daí a necessidade de se construir os outros dois quartos.



Cozinha e acesso aos dois quartos no piso superior.
(2013) © Sílvia Teles

Nota-se a preocupação com a privacidade nestes espaços.

A área de instalação sanitária, junto aos quartos, mantém-se actualmente.

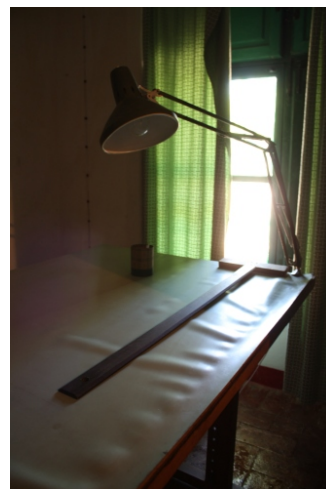
No espaço de entrada do proprietário, os dois espaços anteriormente criados, um mantém-se como sala de leitura (mais privada) e o outro que era um quarto, actualmente funciona como atelier do arquitecto. Levou muitos dos seus livros e documentos para lá e muitas vezes vai relembrando os seus tempos de arquitecto, revisitando os seus materiais e livros. É um espaço também muito utilizado pela filha, para leitura.

O antigo espaço que mantinha ligação de entrada e saída da casa do proprietário, junto à casa da malta, é agora denominado de sala de jogos, (onde existe uma mesa de ping-pong). Mantem a sua cobertura original, tipicamente espanhola (em que a telha simples de canudo assenta directamente sobre pranchas finas de madeira, apoiados num típico sistema de vigas). O chão continua a ser em lajes de ardósia, como já anteriormente era.

Junto a este espaço existia o único forno do *monte*, ao qual corresponde uma chaminé de base circular, forma cilíndrica e remate em cúpula.

“Antigamente fazia-se pão todos os dias”, afirma o arquitecto relembrando os seus tempos de infância no *monte*. A estrutura da chaminé ainda se mantém, mas no entanto o espaço em planta que correspondia ao forno do pão, foi demolido. Criou-se assim, um outro espaço, que serve de “sala de música”, porque o filho mais velho do arquitecto mantém instrumentos que costuma tocar. Este espaço adoça-se a outras divisões que surgiram na casa da malta. Esta também sofreu alterações.

Apresenta-se agora como um espaço mais compartimentado, com dois quartos, despensa e instalação sanitária. A antiga casa da malta, serve agora como “casa” de dois funcionários, a D. Francisca e o Sr. António, mais conhecido por “Sr. Rainha” que guardam e cuidam da parte do *monte* do arquitecto. É neste espaço que ainda se encontra a grande chaminé que à noite aquecia o espaço. De base rectangular e forma prismática⁵², assume a largura total da casa da malta, e ainda hoje se mantém, mas já sem o propósito de outros tempos.



Atelier do arquitecto e pavimento existente neste espaço (ainda é o original)



Actual sala de jogos (sala que mantinha ligação entre a casa do proprietário e a casa da malta). O saguão dá iluminação a este espaço, para além de uma janela que estabelece ligação visual com o antigo forno.



Antigo forno.
(2013) ©Silvia Teles

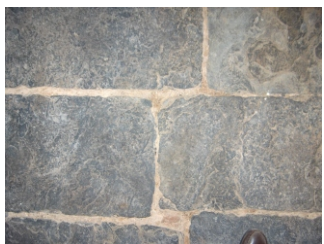
⁵² MATTOS, Mello de, (1995), *As chaminés alentejanas*, Portugal, vol. II, p. 79-81



Casa da malta e os seus trabalhadores em desgarrada, para passar o serão. (Fotografia de cerca de 1980).



Casa da Malta actualmente. Presença da chaminé e o actual trabalhador o Sr. António Rainha



O pavimento ainda se mantém original, em lajes de ardósia. (2013) ©Silvia Teles

Anteriormente era um espaço amplo, onde pernoitavam vários trabalhadores (até cerca de 20 a 23), num único espaço. O tempo que se dormia era muito pouco e divisões ou outras instalações neste espaço só serviriam de obstáculo, assim funcionava como espaço aberto, onde cada um dormia em colchões e cantos que por ali encontrava.⁵³ O chão é ainda o mesmo em lajes de ardósia, pois era um local de “maior circulação”. A cobertura continua a ser em telha sobre caniço.⁵⁴

A D. Francisca encarrega-se da limpeza e “bom ar” do *monte*, como diz sempre. O Sr. Rainha tem a seu encargo a antiga horta, tirando partido de muito do seu sustento a partir da mesma. Na horta tem de tudo um pouco, desde batatas, tomates, couves, alfaces, feijão, cebolas, alhos, salsa e melão. Esta última cultura assume maior preponderância, porque é cultivada nos cerca de quase 200ha de área de horta.

No antigo celeiro adossado à casa da malta, surge agora uma grande entrada, que dá acesso directo a este espaço, servindo actualmente de garagem. A abertura de uma porta, que na perspectiva do arquitecto “daria rápido acesso ao caminho de acesso ao *monte* e assim também ao tanque ou horta, é outra das alterações que se podem observar, assim como, um outro compartimento de pequenas dimensões, construído e adossado a uma das janelas de origem, cumpre a função de arquivo de documentos do arquitecto.

Na parte do *monte*, pertencente ao arquitecto, depreende-se uma constante preocupação em manter a identidade de cada um dos espaços, porque existiu “um cuidado em não desfigurar o *monte*”.⁵⁵

A outra parte do *monte*, do Dr. António, sofreu alterações mais consideráveis ao nível da estrutura e outras de menor ou significativa envergadura.

A antiga casa do pastor e dependências anexas na ala Sul do *monte*, foi acrescentada. Surge a actual sala, de cobertura abobadada, para sermos mais precisos, seis abóbadas fazem a cobertura deste espaço (executadas pelo Sr. Piruças, assim conhecido na zona), que tem mais do dobro da sala do lado do arquitecto.

⁵³ Facto explicitado em conversa com arquitecto, 22 de Maio 2013

⁵⁴ AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve), p. 115

⁵⁵ Conversa com Arquitecto em 18 de Agosto de 2012

Uma pequena chaminé marca o centro deste espaço, e a entrada neste espaço, que é protegida por um alpendre, que se assume exteriormente ao longo de todo o comprimento da sala, mantendo este espaço em sombra. Este espaço funciona como ligação entre as duas alas, que mantem ligação com a antiga casa do feitor e a antiga casa do gado e palheiro (a leitura dos espaços aqui descrita corresponde ao esquema da última planta que marca a evolução do *monte*).

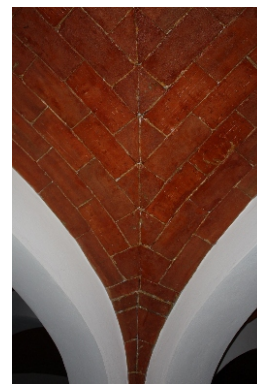
A antiga queijaria funciona actualmente, como um espaço de passagem interior, para a antiga casa do feitor. Surge junto a este espaço, surge uma instalação sanitária e uma porta, que anteriormente não existia, e que dá acesso a uma escadaria de passagem para os quartos no piso superior (sete quartos). Descendo três degraus, encontramos a antiga casa do feitor, agora funcionando como sala, com chaminé que cumpre a largura total do espaço (não de tão grande importância como a da casa da malta ou da cozinha da parte do arquitecto). O espaço anteriormente mantem-se, mas as paredes que criavam os espaços de oficina e espaço de arrumo de utensílios agrícolas, foram demolidas e criou-se um corredor que distribui para os novos e actuais espaços de: cozinha, instalação sanitária, despensa e quarto de hóspedes.

A cobertura e pavimento da antiga sala do feitor ainda hoje se mantém, em telha sobre caniço e lajes de ardósia, respectivamente. Nos restantes espaços optou-se por usar um pavimento cerâmico que cobriu o antigo, de tijoleira.

No braço do *monte* oposto a este, correspondendo aos antigos espaços de casa do gado e palheiro, existe a actual cozinha e espaços de apoio, que surge do acrescento da sala, assumindo a largura total destes espaços. Uma antiga janela, dá lugar a uma porta, que mantem acesso interior, ao que actualmente o Dr. António chama de “sala de jogos”, onde manteve a pequena chaminé de canto, que aquecia os homens que antigamente pernoitavam ali junto do gado. Adicionaram-se duas pequenas divisões de arrumos, uma de acesso à sala de jogos e outra de acesso a uma espaço semi-exterior, que serve de arrumos aos utensílios agrícolas e tem comunicação com os actuais armazéns agrícolas.



Fachada actual da parte do monte do Dr. António Mata Antunes



Cobertura da sala



Antiga casa do feitor. Mantem-se a chaminé, piso em lajes de ardósia e cobertura de telha sobre caniço. Pode notar-se agora o longo corredor que dá acesso aos novos espaços. (2013) ©Silvia Teles

O espaço contíguo a este, antigo palheiro divide-se em dois espaços. Um cumpre ainda a função de palheiro e arrumos de máquinas agrícolas e o outro e último espaço, é a actual “casa da caça”. Este espaço surgiu porque, o Dr. António é caçador. Construiu-se uma pequena chaminé, para os churrascos e petiscos que agora ali se fazem. Um antigo nicho, deu origem a uma porta que mantém contacto com o pátio e entrada no espaço e uma janela mais longa e estreita assumiu-se ao longo da parede oposta à abertura da porta, com a incorporação de um banco em pedra na estrutura de parede, em baixo da janela. Todos estes espaços, têm cobertura em telha sobre caniço, que já foi renovada, dado que em cerca de 1990, o telhado desta parte tinha ruído. No entanto, optou-se por usar o mesmo tipo de cobertura tradicional.

O antigo pavimento destes espaços era em terra batida, facto apurado através de conversas com ambos os proprietários, correspondendo agora a pavimento em cimento. A “casa da caça” tem pavimento cerâmico comum.



A parte da habitação do Dr. António (sala, cozinha - no piso térreo- e quartos - piso superior) organiza-se em torno do pátio, no entanto, não mantém contacto (comunicação directa) com este, voltando-se para o lado oposto, onde se construiu uma piscina.

As únicas dependências que mantêm comunicação com o pátio são a antiga casa do feitor, agora outra habitação e o palheiro e arrumos de máquinas e utensílios agrícolas e a casa da caça. No espaço que era ocupado pelo galinheiro (ainda em contacto com o pátio), existe agora um “terraço”, assim denominado pelo Dr. António, que serve como espaço de estar, com bancos em cimento, que propiciam a permanência.



Forno do proprietário Dr. António da Mata Antunes. Visita com a sua esposa. (2013) © Sílvia Teles

Adjacente à parte do *monte* que pertence ao arquitecto, mas não de sua propriedade, surge em contacto com o pátio a construção de um novo forno. Cumprindo a premissa de manter as antigas tradições, ainda hoje são feitos pães e bolos neste, quando vão passar grandes estadias ao *monte*. A chaminé é de base circular e cilíndrica quanto à forma. Como é de construção mais recente, a ornamentação cinge-se às aberturas de saída de fumo.

Junto a este forno, existe actualmente um muro de construção recente, que assume a total divisão entre o espaço pertencente ao arquitecto e ao médico. O pátio encontra-se limitado pelos espaços que anteriormente já o conformavam, mas perdeu a sua vitalidade de espaço de convívio que antigamente tinha. Existem ainda a velha amoreira e o tronco que resta de uma palmeira (que “adoeceu”), ambas plantadas pelo pai de ambos.

Apesar da divisão do *monte*, em duas partes, consegue-se perceber a preocupação com a imagem de origem do *monte*. Estas opções são mais flagrantes na parte do arquitecto, que apenas introduziu alterações na estrutura, pela adição de dois quartos. A nível volumétrico, não se evidenciam muito na fachada Sudeste, de acesso do proprietário, destacando-se os quartos do piso superior do médico, que assumem um pé direito maior.

Na fachada do pátio, apenas os quartos do arquitecto têm janelas que mantêm contacto com este, dado que o arquitecto acha que este espaço “tem de ser valorizado”⁵⁶

As alterações mais profundas acontecem na ala Sul, propriedade do médico. Há a construção e avanço da estrutura em relação ao perímetro que antes era ocupado, assim como os quartos que são colocados no piso superior.

O *monte* passou a ser um local de passagem de tempos livres e descanso, e não de trabalho, como antigamente. As alterações menos estruturantes, de abertura ou fecho de nichos, portas ou janelas, permite o entendimento de privacidade que certos espaços actualmente precisam de conter, para cumprir as premissas, que antigamente eram desnecessárias.

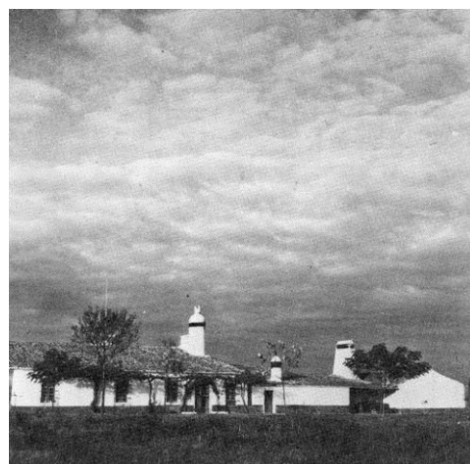
As alterações mais profundas, de acrescentos, revelam perfeitamente a atribuição do *monte*, a duas famílias, que com o tempo, também constituíram a sua família e querem “dar” espaço a esta na sua estrutura. Todos os espaços acrescentados e o maior número de divisões acentua o carácter mais privado dos espaços, assim como, por sua vez também provocam a consequente multiplicidade de espaços, com novas funções.

Cumprindo agora a função de espaço maioritariamente lúdico, neste *monte*, compreende-se uma forte ligação da família Mata Antunes à terra, ao local onde cresceu, que de uma forma ou

⁵⁶ Conversa com Arquitecto em 22 de Maio de 2013

outra, o mantiveram sempre em actividade continua, para além disso, o médico é ainda criador de gado bovino Limousine e um dos grandes produtores de azeite de Moura.

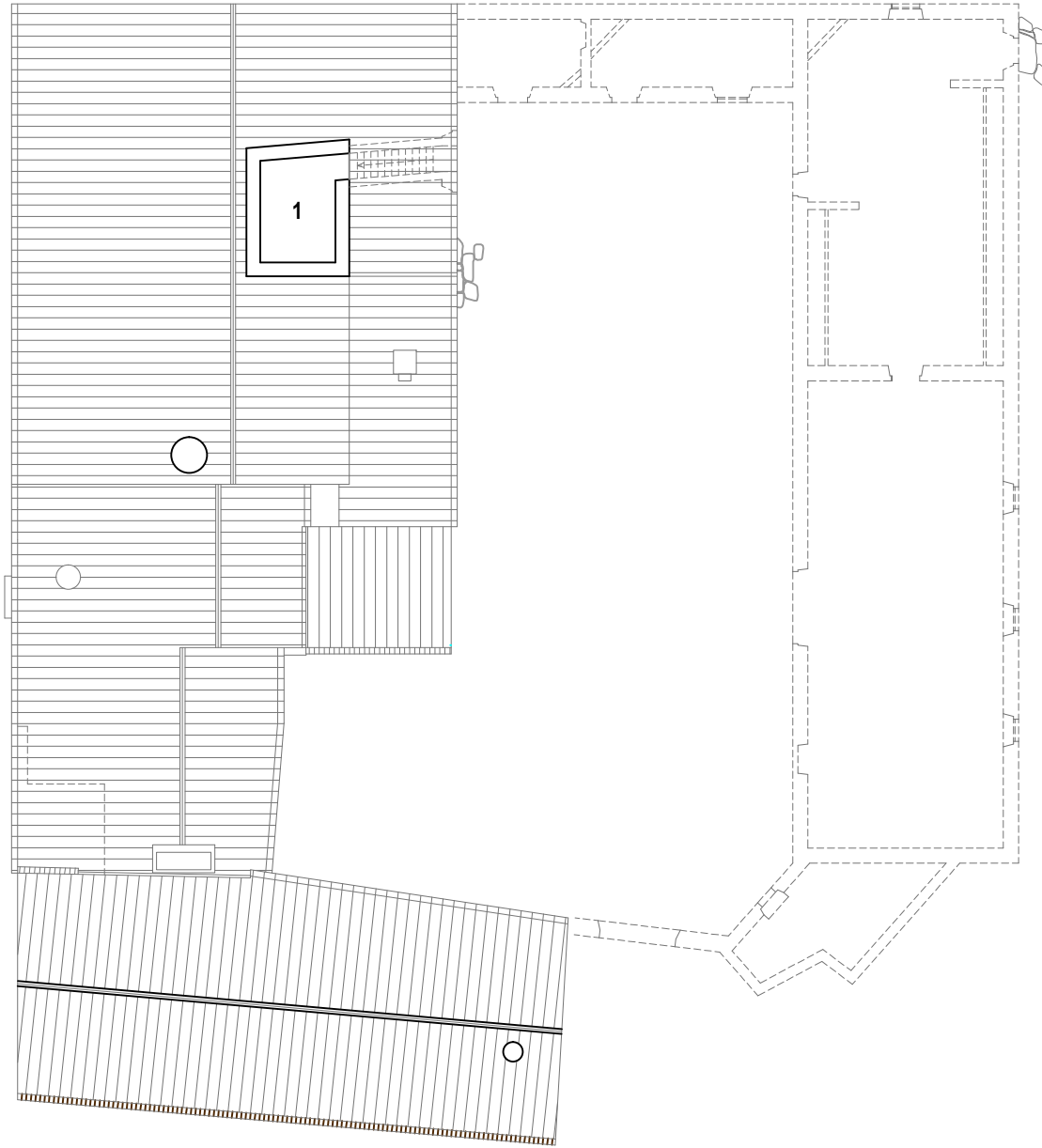
A maioria das funções agrícolas podem ter sido descontinuadas, mas algumas delas ainda permanecem, mantendo uma “conversa amigável” com as funções que agora o *monte* desempenha, adaptado às premissas que se estabelaceram nos dias de hoje e que permitiram que nos chegue esta valiosa estrutura agrária.



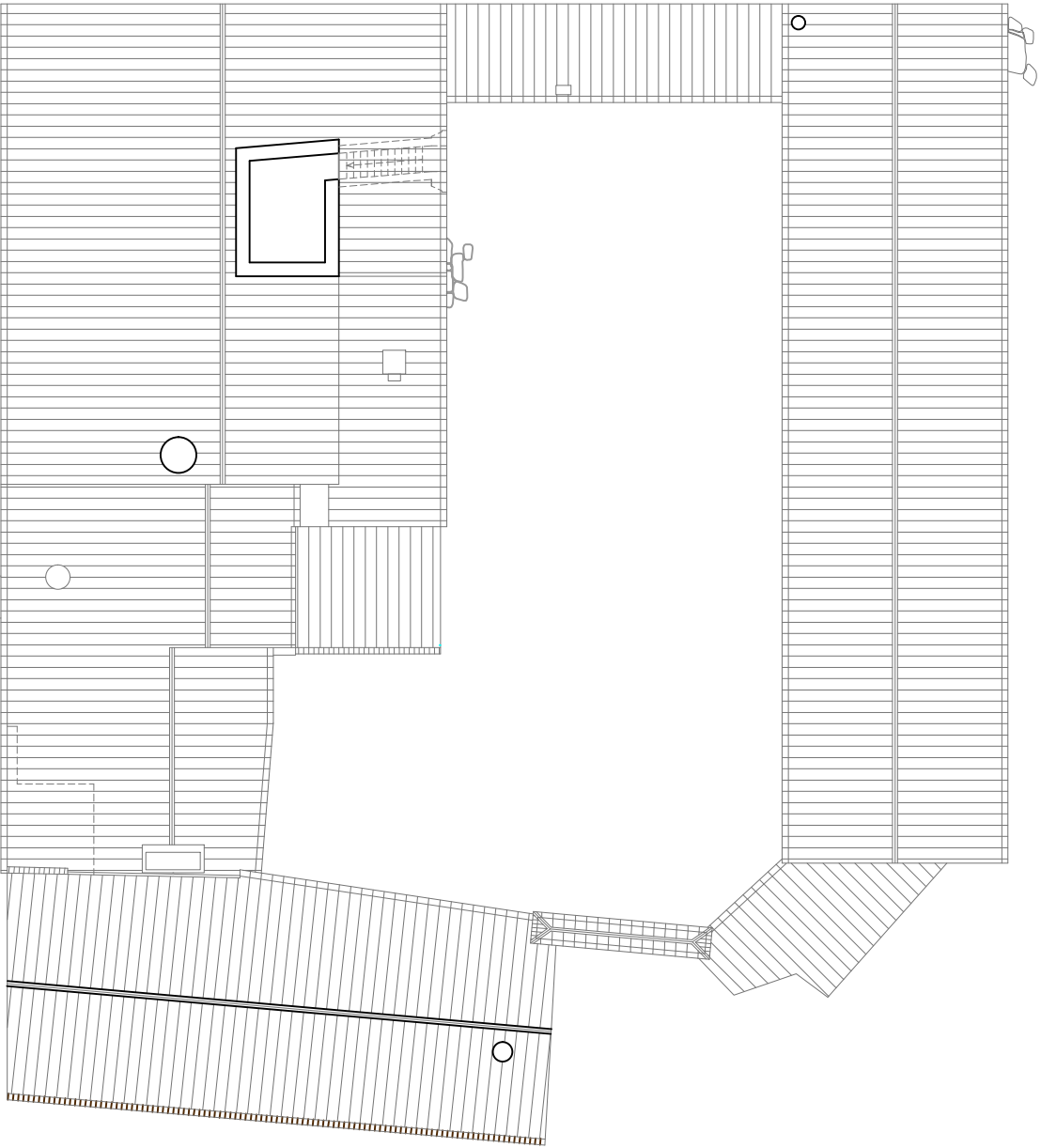
(Fotografias de cerca de 1960/70, presente no *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* e fotografias actuais. (2013) ©Silvia Teles Caminho para o *monte* e fachada sudeste do *monte*, casa do proprietário.



(Fotografias de cerca de 1960/70, presente no *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* e fotografias actuais. (2013) ©Sílvia Teles Pátio e fachada (ala com a habitação do pastor e queijaria, que viviam para o pátio | actualmente a fachada abre-se no sentido oposto ao de pátio e funciona como habitação do proprietário Dr. António da Mata Antunes).



1. Espaço para guardar os excedentes das colheitas



1. Hall de distribuição para os quartos (propriedade do médico)
2. Quartos (propriedade do arquitecto)
3. Quartos (propriedade do médico)
4. Arrumos



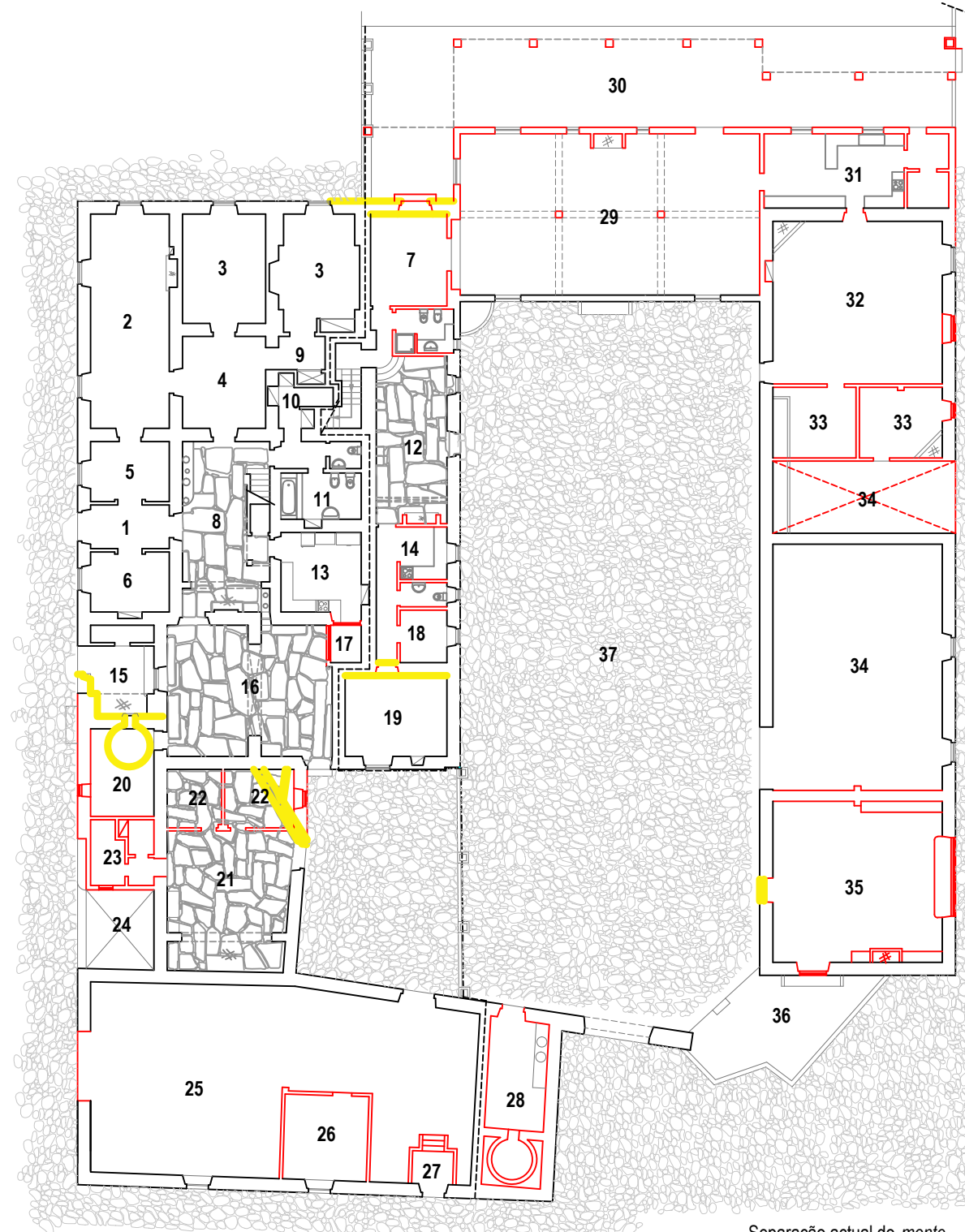
1. Entrada principal do monte - entrada do proprietário
2. Sala
3. Quartos
4. Espaço de distribuição
5. Cozinha
6. Forno
7. Queijaria
8. Casa do feitor
9. Arrumos
10. Quarto da empregada
11. Quarto do feitor
12. Entrada secundária da casa do proprietário
13. Saguão
14. Espaço para guardar utensílios agrícolas
15. Oficina
16. Casa da malta
17. Celeiros
18. Espaço para utensílios agrícolas
19. Tina de cal (sempre com cal fresca)
20. Escada de acesso a espaço para guardar os excedentes das colheitas



1. Casa de apoio à queijaria
2. Casa do pastor
3. Casa do gado
4. Palheiro
5. Galinheiro
6. Pátio
7. Entrada no pátio

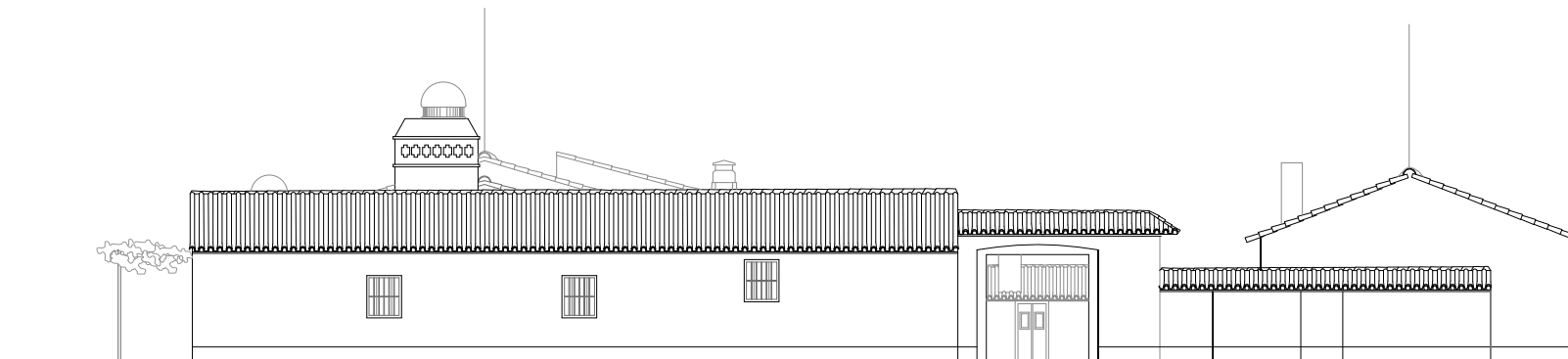
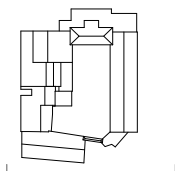
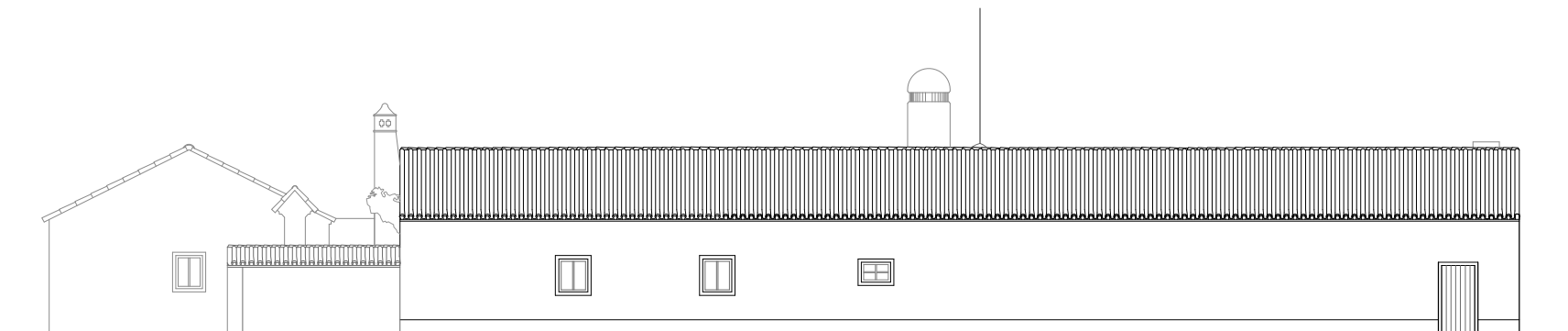
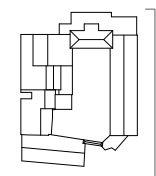
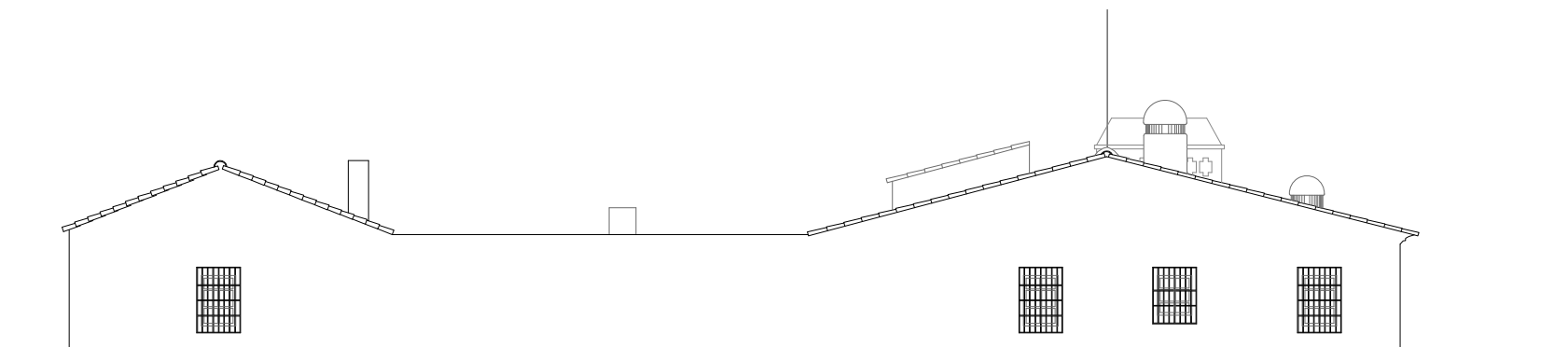
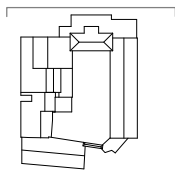
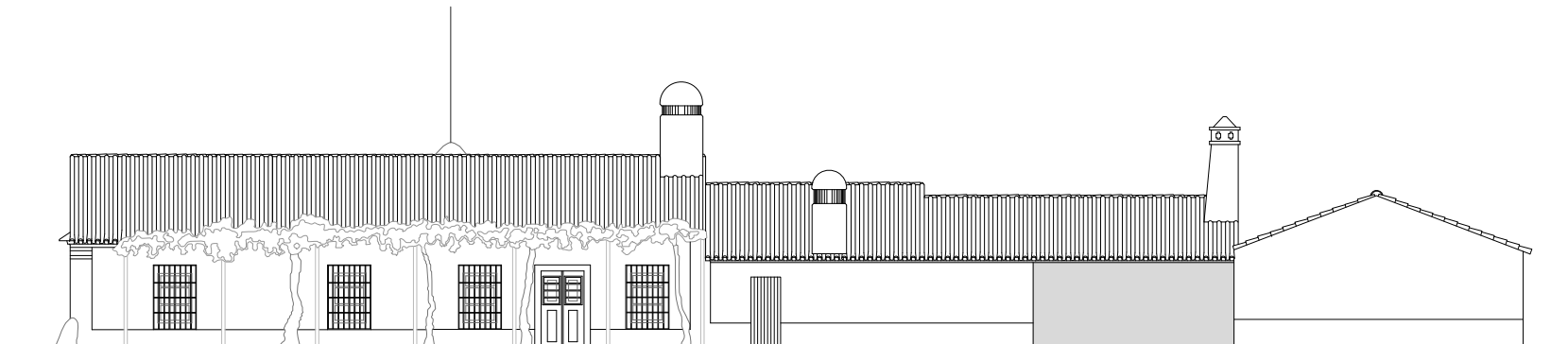
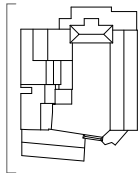


1. Entrada principal do monte - entrada do proprietário
2. Sala
3. Quartos
4. Espaço de distribuição
5. Quarto
6. Queijaria
7. Cozinha
8. Cozinha (da parte do monte pertencente ao arquitecto)
9. Corredor de distribuição para os quartos
10 e 11. Arrumos
12. Casa do feitor
13. Casa da empresa
14. Quarto do feitor
15. Entrada secundária para a casa do proprietário
16. Oficina
17. Saguão
18. Espaço para utensílios agrícolas
19. Casa da malta
20. Espaço para guardar tractor
21. Celeiros
22 e 23. Casa do pastor
24. Casa do gado
25. Palheiro
26. Galinheiro
27. Pátio
28. Tina de cal (sempre com cal fresca)



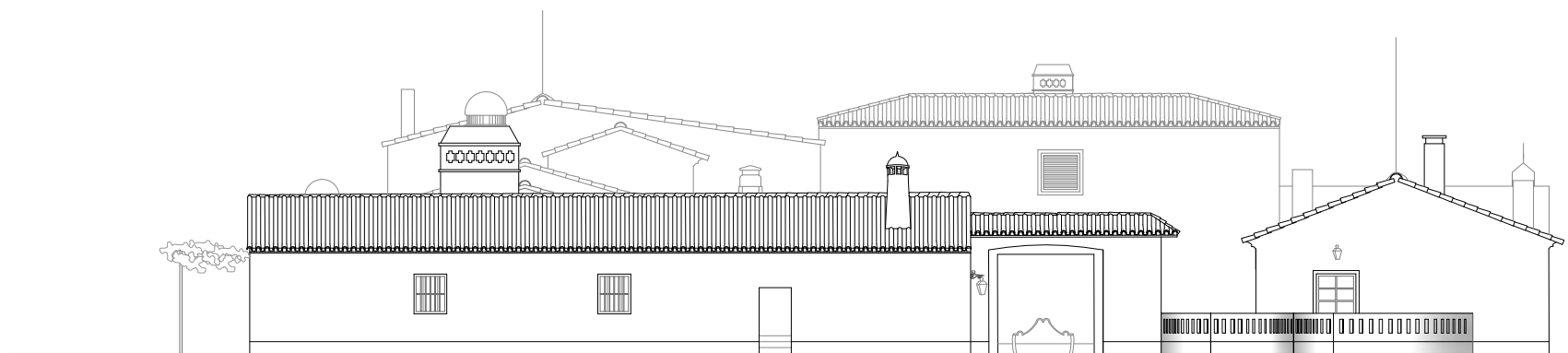
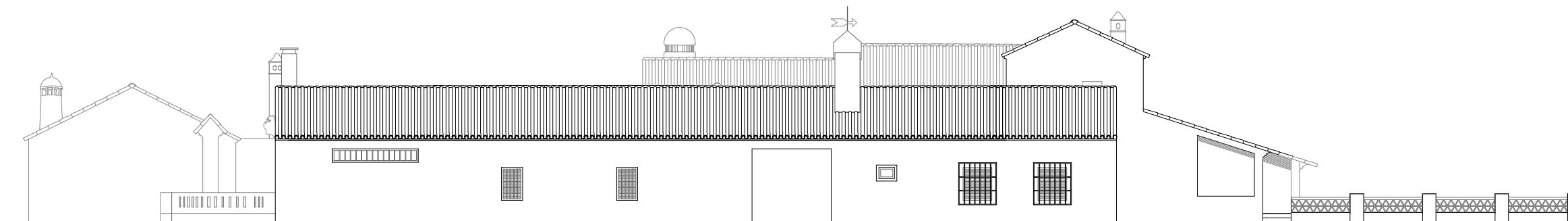
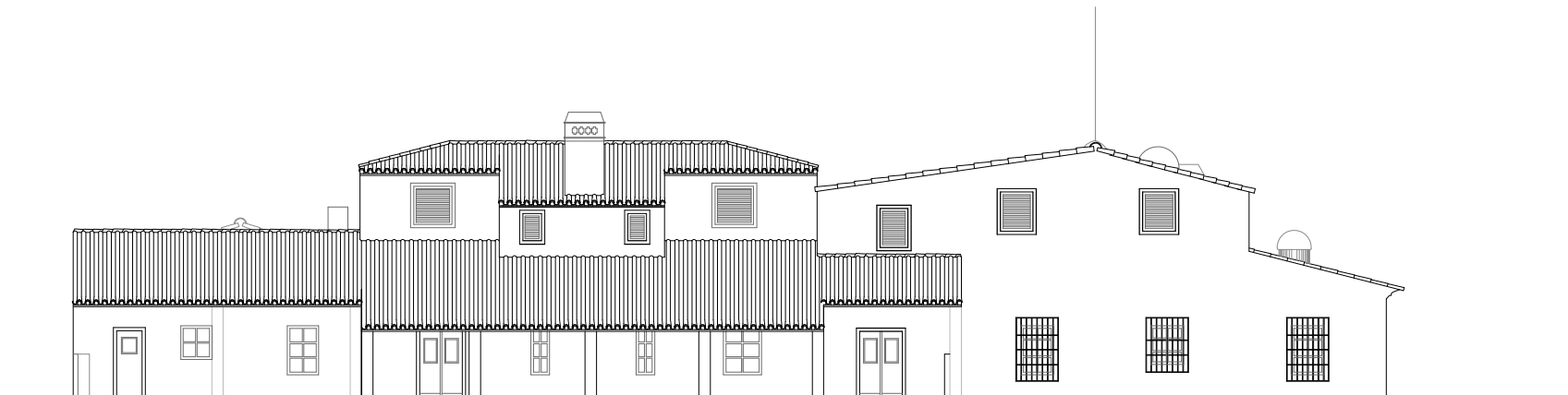
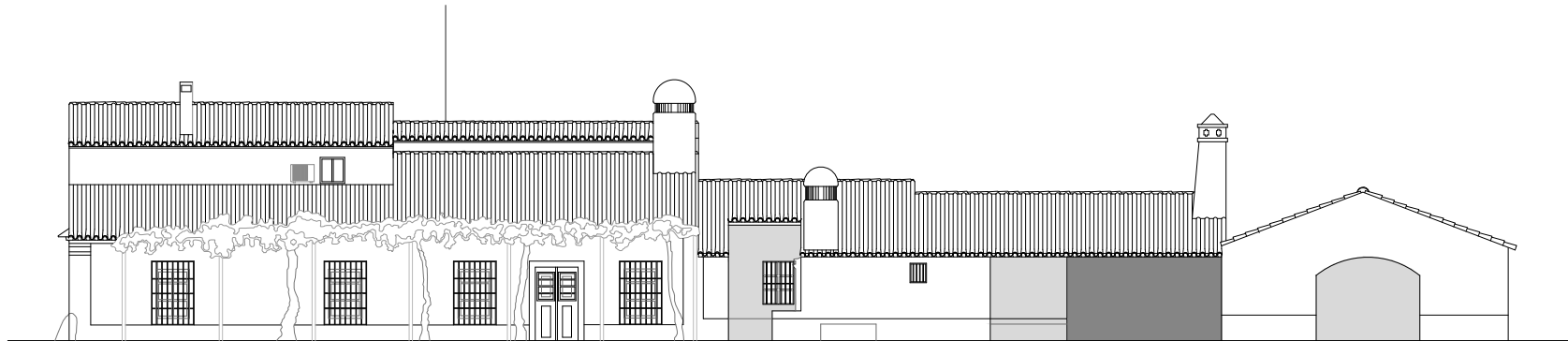
1. Entrada principal do monte - entrada do proprietário
2. Sala
3. Quartos
4. Espaço de distribuição
5. Sala pequena
6. Escritório do arquitecto
7. Espaço de passagem (e distribuição da sala para casa de hóspedes)
8. Cozinha (agora desactivada da sua função original)
9. Corredor de distribuição para os quartos
10. Arrumos
11. Instalações sanitárias
12. Sala de estar da casa de hóspedes
13. Cozinha (da parte do monte pertencente ao arquitecto)
14. Cozinha (da parte do monte pertencente ao médico)
15. Forno (agora desactivado)
16. Entrada secundária para a parte do monte do arquitecto e sala de jogos
17. Saguão
18. Despensa
19. Quarto de hóspedes
20. "Sala de música" (espaço onde se encontra instrumentos musicais do filho do arquitecto)
21. Casa do caseiro (Sr. Rainha e D. Francisca)
22. Quartos
23. Arrumos e instalação sanitária
24. Espaço exterior para arrumo de tractor
25. Garagem
26. Espaço de arquivo de documentos do arquitecto
27. Acesso à horta
28. Forno (propriedade do médico)
29. Sala abobada (propriedade do médico)
30. Alpendre
31. Cozinha (propriedade do médico)
32. Sala de estar (usado pelas 8 netas do médico)
33. Arrumos (ainda mantem o bebedouro usado pelo gado)
34. Espaço para utensílios agrícolas
35. Casa da caça
36. Espaço de estar/lúdico
37. Pátio

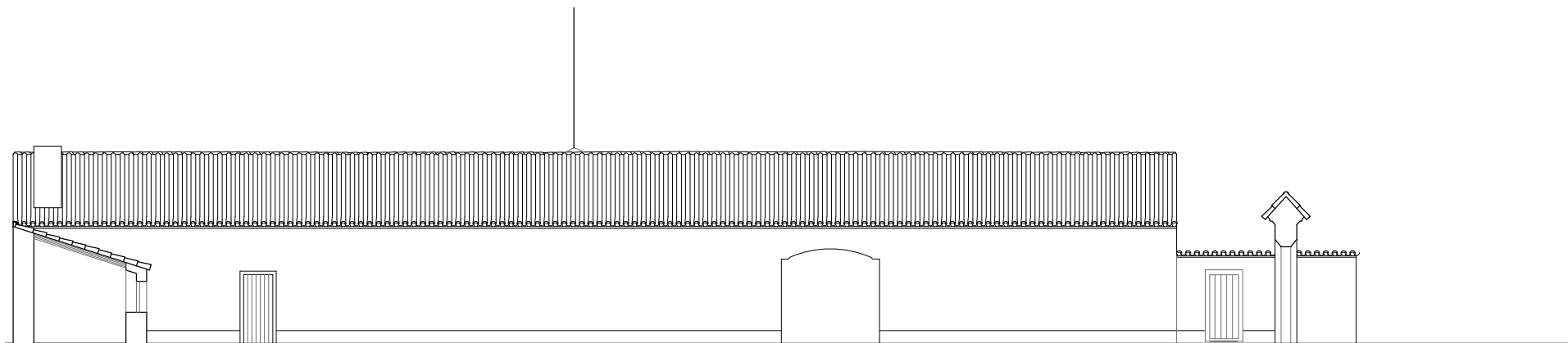
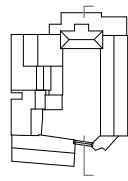
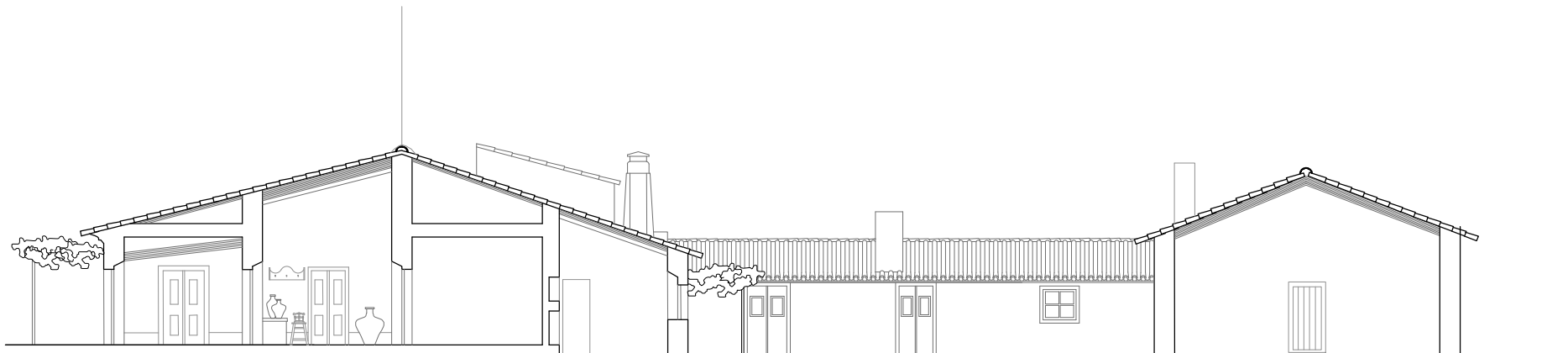
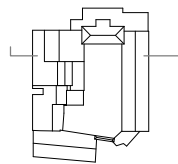
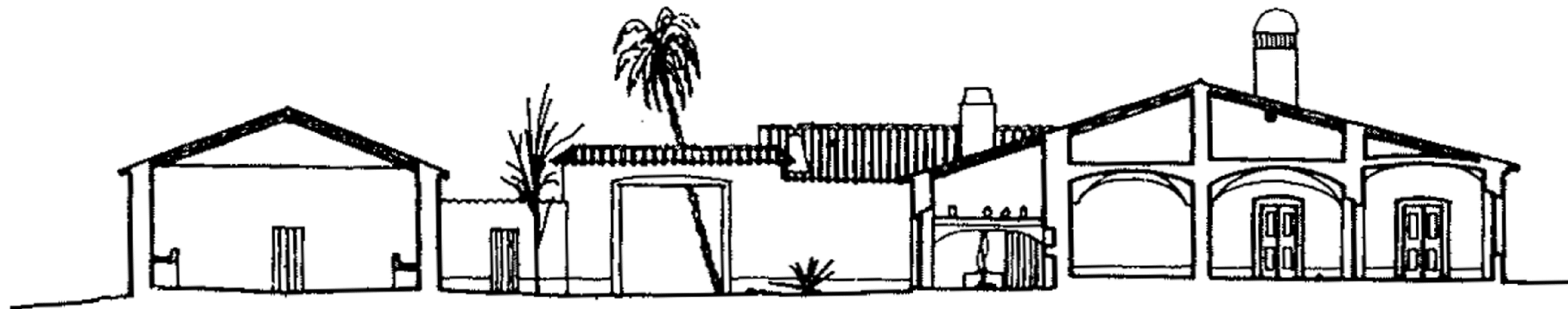
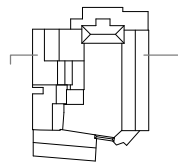
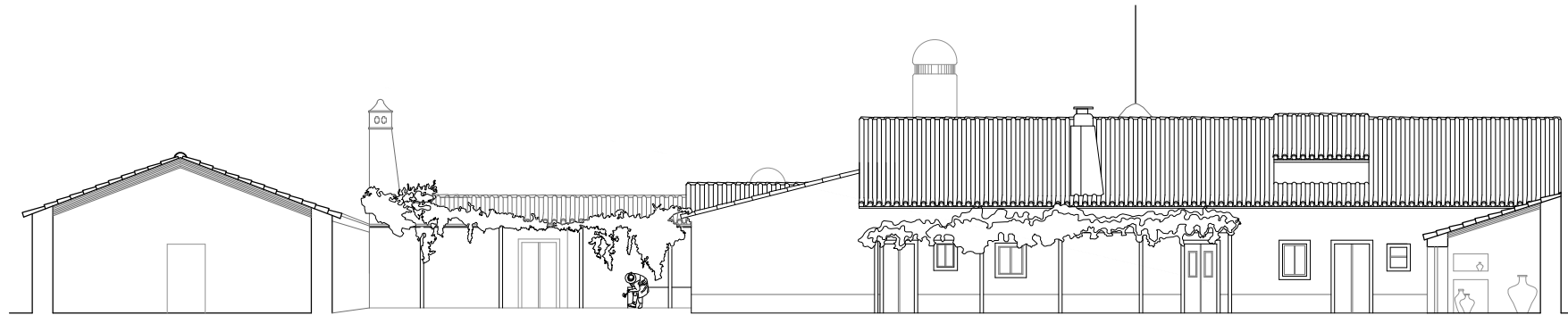
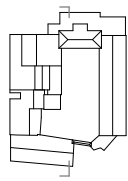
----- Separação actual do monte
DEMOLIDO OU ELIMINADO
MODIFICAÇÕES ESTABELECIDAS



Alçados . Século XIX

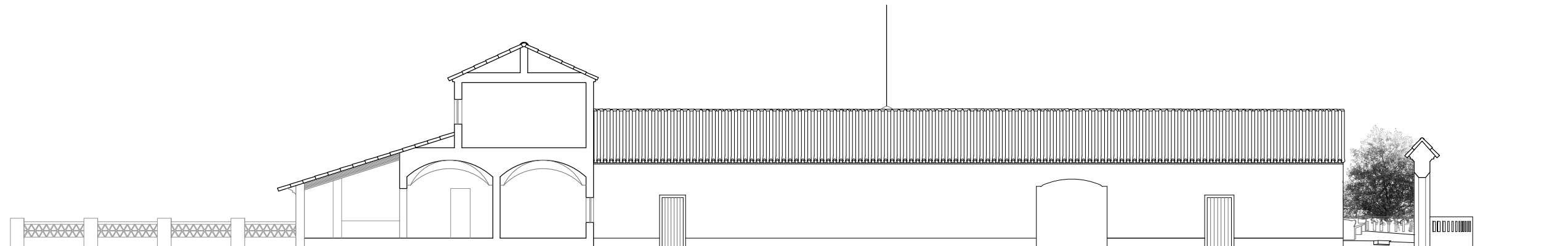
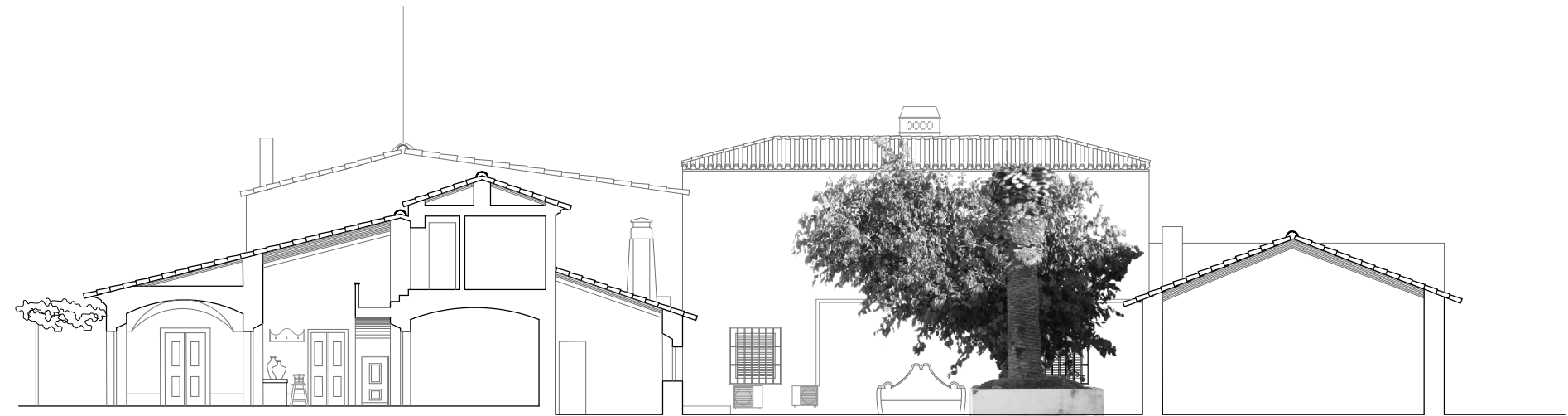
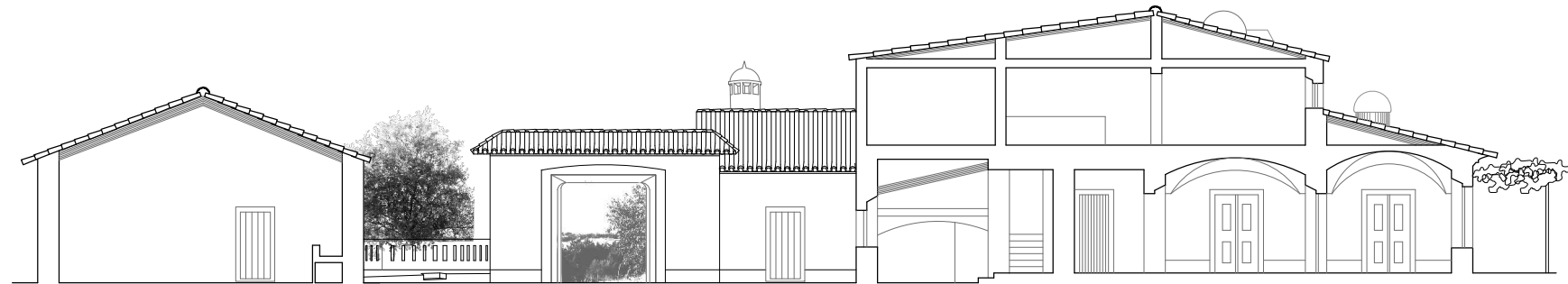
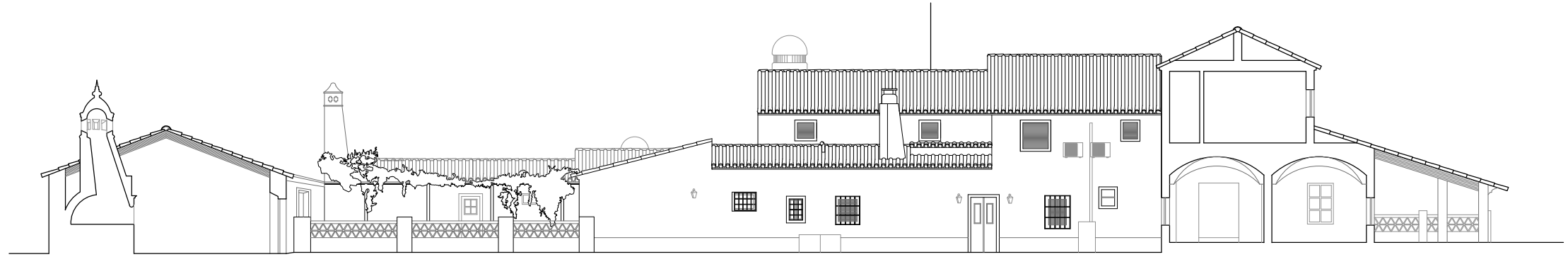
0 1m 2m





Alçado | Corte . Século XIX

0 1m 2m



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem do Alentejo, é na sua leitura, concebida em função de uma economia agrária, onde a acção continuada do Homem sobre solos predominante pobres, procurou adaptar, numa íntima relação entre a actividade humana e natureza, o espaço às necessidades agrícolas que este território suporta.

Os processos histórico-económicos e culturais que levaram à instituição das grandes propriedades latifundiárias no Alentejo, estabelecem uma relação directa, com o que reconhecemos como a paisagem característica desta região.

Muitos dos elementos morfológicos que compõem esta paisagem resultam do contacto e do cruzamento entre várias civilizações do mundo mediterrâneo, por vezes até de contactos mais distantes, que por via de um processo de selecção, adaptação e assimilação, ao longo dos séculos, culminaram na síntese, que melhor se adaptou às condições geográficas e necessidades humanas locais.

As acções de arroteamento e aforamentos de incultos concelhios e de particulares, contextualizou uma forte vocação agrícola. Mais tarde, 1929, criou-se a ideia de que o Alentejo poderia resolver o problema crónico da escassez de produção agrícola, sendo lançado o mote “Alentejo, celeiro da Nação”. Com esta campanha, à semelhança de outras que a antecederam⁵⁷ ou lhe sucederam, o Estado pretendia promover a adesão de agricultores ao cultivo do trigo, atribuindo-lhes um conjunto de regalias. Tendo-se verificado aumentos da produção e até excedentes. No ano de 1932, a Campanha do Trigo foi responsável pela acentuada alteração da paisagem no Alentejo. Verificou-se o abandono do sistema tradicional de rotação de culturas e deixaram-se de cumprir os prazos mínimos de pousio, o que provocou a exaustão das terras, originando a erosão dos solos e destruição das florestas.

A rarefacção demográfica, acelerou-se nos anos '60. Os primeiros anos do 25 de Abril trouxeram alguns emigrantes (internos) de volta, mas rapidamente o processo retomou a sua tendência, voltando o território e quase todas as suas parcelas a perder habitantes, tanto pela carência fisiológica, como ainda pela emigração.

⁵⁷ A protecção dada pelo Estado aos produtores de cereais é desde há muito um assunto de grande importância em Portugal, considerada a região “celeiro” de Portugal.

A oscilação por parte dos poderes governamentais entre políticas ora proteccionistas, ora nem tanto, à cerca das medidas necessárias a adoptar, chegaram na década final de Oitocentos, (1889). Foi assim, adoptado sem mais hesitação um regime firmemente proteccionista, que viria a ser a base de toda a legislação subsequente nesta matéria.

Num País onde a terra foi o investimento de maior relevância, a desenraização e descontextualização da concepção agrícola veio a ganhar terreno, pelo impacto da mecanização nos meios produtivos, que libertou demasiada mão-de-obra, provocando o declínio da agricultura familiar, e consequentemente, de muitos *montes*.

A situação política antes do 25 de Abril, levava muitos dos titulares dos grandes domínios fundiários a retrair-se, o que resulta no aumento do desemprego e os conflitos sociais. A emergência da Reforma Agrária, com a tomada de terras privadas, veio dar esperança de emprego às classes mais baixas, com a criação das UCP (Unidades Colectivas de Produção). A contra-Reforma Agrária iria por sua vez por fim às UCP, e a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986), aplicou a Política Agrícola Comum, que atribuiu subsídios desligados do acto de produzir, maximizando a renda fundiária e sem qualquer finalidade produtiva.

Esta paisagem que nos chegou até meados do século XX, e cujo valor é desde há muito reconhecido, encontra-se assim em mudança, assim como os seus valores intrínsecos. Muitos dos *montes*, que se constituíram como centro de uma unidade de exploração agro-pecuária, estão hoje sujeitos a um abandono e ruína, e poucos preservam e continuam a sua actividade, face aos recentes rumos socioeconómicos.

A análise do *monte* alentejano, é entendida neste estudo como a expressão significativa da evolução de um território estratificado, obra de gerações de agricultores, de pastores e sobretudo de homens, composta por uma série de elementos intrinsecamente ligados à produção agrícola, num esforço sucessivo para a humanização e adaptação destes territórios às suas necessidades e modos de vida. O resultado é um todo integrado e sinérgico - uma *unidade* facto para o qual em muito contribuem dois factores: em primeiro lugar, a multifuncionalidade dos elementos e dos próprios espaços que compõem esta paisagem; e em segundo, a simbiose da casa com as áreas de função produtiva agro-pecuária.

Olhar para o caso de estudo, permitiu ter uma leitura das dinâmicas que se reconhecem no âmbito regional. Em relação à multifuncionalidade (antes referida), do *Monte Branco da Serra*, destacamos os campos de culturas cerealíferas, o montado de azinho, a serra de plantação de oliveiras e a horta.

As culturas de sequeiro predominavam na vasta área de cerca de 568,4875ha de herdade, cujos limites eram estabelecidos pelo término e começo de culturas de outra herdade vizinha, Herdade dos Borrazeiros ou da Carrasca e os caminhos tradicionais de circulação. As áreas de montado de azinho, compõem a outra parte da herdade e funcionavam como espaço de actividade pecuária, com criação de ovelhas e gado bovino. A actividade pecuária é ainda hoje continuada, com a criação de gado bovino de raça Limousine. Na serra, concentra-se o extenso olival, com cerca de 3200 pés, actualmente, com um passo de 7m entre cada árvore, se bem que no século XIX, o número era bem mais reduzido, com um passo de 14m. Na parte da serra, construiu-se a *casa da serra*, como todos os trabalhadores a chamavam, que cumpria a função de dormida, para que os trabalhos de colheita da azeitona se iniciassem bem cedo encosta abaixo. Actualmente, a apanha da azeitona executa-se através de maquinaria e a *casa da serra*, já não tem a função que tinha.

Junto ao *monte*, no alinhamento do tanque, existia o silo, que se localizava estrategicamente junto aos caminhos de rede viária e distribuição da herdade e dos campos de cultura cerealífera, com forragem sempre fresca.

A horta, localiza-se num nível inferior ao do *monte*. Uma primeira construção, a *casa da horta*, mais antiga, era moradia do casal que ali habitava e cuja função era cuidar da horta. Também criavam alguns porcos, o que se deduz dos vestígios da estrutura de um curral. O *casão*, é mais recente e foi construído junto à horta, para poder albergar maquinaria e outras alfaias, que após a mecanização das culturas, passou a necessitar de espaço para as guardar. Nada comparado com uma enxada ou uma foice, que se arrumavam num pequeno espaço. Todos estes elementos constituem uma multifuncionalidade e associam-se aos espaços com que se relacionam e que compõem esta paisagem.

Já o *monte*, assume-se como pólo central da unidade agro-pecuária, agregando na sua propriedade um conjunto de funções ligadas à produção vegetal e animal, bem como a recolha e armazenamento de água (tanque, chafariz, poços), que trabalham em simbiose com os recursos disponíveis e os ciclos da natureza, garantindo deste modo o seu auto-sustento e uma relativa independência face a factores externos. Implantado sobre um suave cabeço, a estrutura principal do *monte* estabelece-se num só piso, num franco sentido de horizontalidade, em que as diversas instalações se desenvolvem em torno do pátio que conforma todos os espaços, permitindo uma melhor vigilância das diferentes dependências e cumprindo a premissa de elemento central de observação, considerando a necessidade de ser visto e avistar outros *montes*, assim como os elementos singulares e arquitecturas produtivas da herdade.

Dispersos um pouco por toda a paisagem, estes elementos revelam sobretudo uma implantação simples e prática no território, uma forma “naturalmente” inteligente de relação sobre a mesma.

Com este estudo sobre a paisagem do Alentejo e os elementos vernaculares que a pontuam, pretendeu-se criar bases para uma reflexão sobre a necessidade de salvaguarda como legado material e cultural numa perspectiva de entendimento da actualização destes lugares.

A partir do estudo da arquitectura vernácula (no sentido amplo da construção de um território) é possível ler-se um sentido de coerência, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza, tendo como referência o desenvolvimento integrado e sustentável que actualmente se repropõe. Não se tendo optado pela realização de um trabalho de projecto, pretendeu-se contudo levantar questões e criar um conjunto de registos escritos e desenhados sobre o *Monte Branco da Serra*, num estudo que considera e se confronta com o contributo de valorização destes elementos, dado pelo *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*, nos levantamentos desenhados e fotografados, na Zona 5 (Alentejo), pelos arquitectos: Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes.

Pretende-se fornecer uma base operativa e o reconhecimento da importância do *monte* em estudo, importando esclarecer a noção de património intrínseca na leitura e reconhecimento destes locais, que revelam a capacidade de preservar valores e vínculos entre o presente e o passado.

Para futuras investigações são deixados alguns pontos em consideração, tais como:

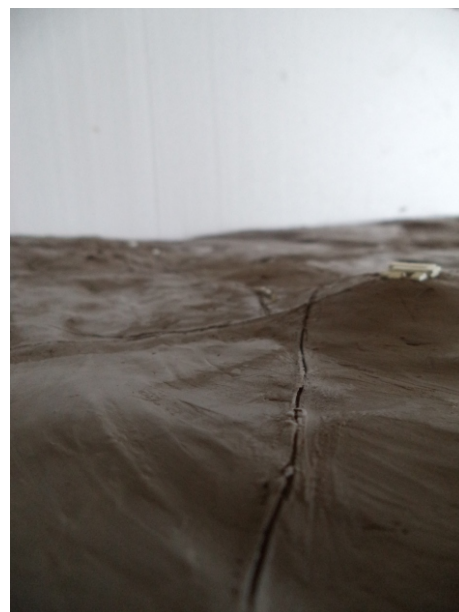
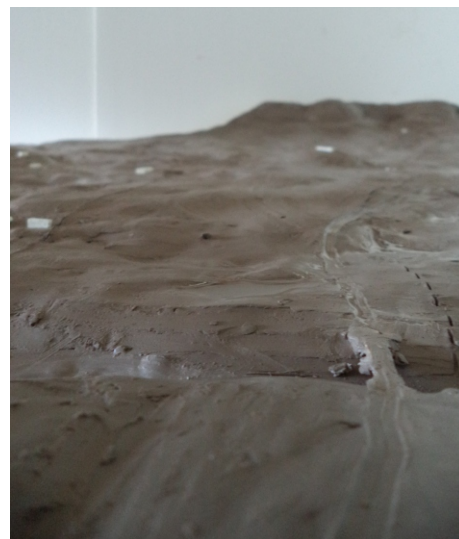
- a necessidade de um levantamento exaustivo e aprofundado das tipologias e sistemas de construção, o que poderá constituir uma preciosa ferramenta de valorização e divulgação deste património;

- O levantamento da rede de caminhos tradicionais, nas suas diferentes escalas, estudando-a em conjunto com os seus limites ao nível da implantação, perfil e cortes, procurando desta forma preservá-los;

- o inventário das construções das arquitecturas singulares e produtivas, destinadas às actividades de produção, de armazenamento e de conservação alimentar, devendo estas serem estudadas em conjunto com os métodos e técnicas ligadas à produção agrícola, pecuária e de gestão da água;

- o estudo e levantamento da casa vernácula rural, o *monte*, no seu conjunto com a propriedade agrícola particular sobre a terra, tendo em atenção a dimensão de ambas as partes e o número de indivíduos que sustenta, total ou parcialmente, na sua produção.

É necessário reconhecer a importância dos elementos arquitectónicos vernaculares, que se combinam sobre a paisagem e que perante o contexto actual podem parecer obsoletas, uma vez perdida a sua utilidade perante uma sociedade industrializada, mas que no entanto, podem revelar soluções e formas de leitura simples de abordagem ao planeamento e ao ordenamento territorial. Através da recuperação da sua matriz, garante-se que acções futuras, possam respeitar o equilíbrio do território e sobretudo reconhecer os elementos que dele fazem parte, influenciando os programas futuros e a forma de abordagem dos mesmos.



Fotografias da maquete realizada (a questão visiva do *monte* no território e relação com este).

Por fim, parece-nos possível constatar, para a unidade de paisagem do Baixo Alentejo, estarmos perante uma paisagem cultural, e que dadas as suas características poderia vir a ser estudada e promovida à semelhança de outras paisagens agrárias de reconhecido valor, tais como a *Paisagem Vinhateira do Alto Douro*⁵⁸ e a *Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico*⁵⁹, ambas, actualmente, património mundial da UNESCO na categoria das paisagens culturais.

Tornou-se cada vez mais clara a importância destas grandes propriedades fundiárias na evolução dos territórios rurais, constituindo eles próprios a génese da paisagem da região, o que permitiu ampliar a percepção deste território.

Com a pretensão de valorização, esta dissertação, procura sobretudo contribuir para o reconhecimento do património arquitectónico rural da região do Alentejo, que tem vindo a desaparecer de forma crescente, contribuindo para que no futuro perante as novas dinâmicas da paisagem este não seja ignorado, procurando novas estratégias de integração destes elementos rurais, no novo contexto socioeconómico em que vivemos.

⁵⁸ Com mais de 26 mil hectares, foi classificada pela UNESCO, em 14 de Dezembro de 2001, como Património da Humanidade. Um título, atribuído por unanimidade, que premiou a região vinícola demarcada como a mais antiga do mundo, decretada pelo Marquês de Pombal, em 1756. A paisagem cultural do Alto Douro combina a natureza monumental do vale do rio Douro, feito de encostas íngremes e solos pobres e acidentados, com a acção ancestral e contínua do Homem, adaptando o espaço às necessidades agrícolas de tipo mediterrâneo que a região suporta - UNESCO - Alto Douro Wine Region in <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/portugal/120/>

⁵⁹ Compreende uma área que ocupa 154,4 ha, envolvida por uma zona tampão de 2445,3 ha, composta por dois sítios - o lajido da Criação Velha e o lajido de Santa Luzia. Foi classificada pela UNESCO em 2004. Estes locais foram eleitos por constituírem excelentes representações da arquitectura tradicional, do desenho da paisagem e dos elementos naturais, partes integrantes da "Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico" (PPIRCVIP) - UNESCO - Landscape of the Pico Island Vineyard Culture, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/portugal/122/>

ANEXOS

Conversas/Entrevistas

05.07.2012

Conversa sobre os *montes* no Alentejo, com o Arquitecto Víctor Mestre

O encontro que pedi para marcar consigo, será talvez mais uma conversa do que uma entrevista.

Como já estudo no Alentejo, a algum tempo e como estudante de arquitectura, sempre me interessei pela questão do *monte* na região. Eu não tenho um conhecimento profundo sobre esta matéria, por isso me dirigi a si, para que me possa ajudar a perceber os caminhos de estudo mais preponderantes desta temática do *monte* no Alentejo...

Arq.to: A sua pesquisa poderá passar pela área de investigação...

Há duas coisas que eu lhe podia indicar como início de estudo: o *monte* tal e qual como elemento específico, que vai ao cerne dos *montes* tipo, de tipologia mais evidente, seja ela muito rica ou muito pobre ou remediada; seja ela tipologia pátio, seja ela tipologia longa e isolada. Isoladas são sempre, mas quer dizer, só o volume do corpo principal, incluído na complexidade da estrutura agrária, em função do que é a actividade produtiva, que depende muito da zona que se irá investigar, porque há cambiantes bastantes acentuadas, formula e define problemáticas importantes de estudo.

Portanto, apesar do estereótipo que todos nós temos do *monte* alentejano, configurar uma linha horizontal branca, na realidade é muito mais complexo do que isso e sendo um trabalho elaborado por uma arquitecta, naturalmente a exigência é muito maior, porque terá de estar atenta a outros valores associados a essa mesma complexidade.

Se partir para o *monte* alentejano, essa forma de habitar que estamos aqui a conversar, a zona de Reguengos é uma zona absolutamente extraordinária, mas também a zona de Mértola, mas também a zona de Barrancos, mas também a zona mais acima de Arronches, agora o que eu quero dizer é ao estudar a tipologia do *monte*, inevitavelmente vai estudar a tecnologia que lhe está associada.

Se for para uma determinada zona, por exemplo Monsaraz e até mesmo Moura, encontrará abobadilhas ou abóbadas, se for para uma zona bastante mais pobre, zona litoral, Serra de São Francisco, já pouco ou nada existe de abóbadas, existe o caniço.

Nas outras zonas também existe o caniço, mas como o processo de fazer abobadilhas não é só complicado, é também caro, o monte está também associado a uma estrutura social complexa, agrária, associada a herdades de muitos hectares (1000/2000ha), como é o caso de Moura, ou a zona de Elvas. Ou quando falamos de montes de pequena dimensão, relacionados com a zona mais para poente, mais para a costa, a dimensão dos montes reduz um bocadinho, assim como a dimensão da herdade, que se pode dizer que é quase de pequena propriedade.

Queria-lhe falar também da zona de transição entre o Ribatejo e o Alentejo. Você é natural do Ribatejo, mas pelo que vejo, está naturalmente apaixonada pelo monte no Alentejo.

Existe uma transição entre a Beira e o Alentejo fortíssima, que não é dada só pelo vale do Tejo, que de certa maneira é um elemento geográfico importante e delimitador de duas áreas culturalmente distintas, mas que têm zonas de contacto e zonas de penetração tanto para um lado como para o outro. Se nos encontramos na zona do Alto Alentejo, ainda nos apercebemos de uma certa continuidade da montanha, de todas aquelas cordilheiras que descem da Beira e passam para o outro lado do Tejo e que caracterizam toda a zona de Portalegre, com a presença da Serra de S. Mamede. Há ali todo um complexo de serras que vão descendo pela fronteira abaixo, e que vão delimitando de certa maneira, Espanha de Portugal. Estes elementos ajudam a conhecer o território, no plano do lógico, etnográfico e humano, e permitem compreender como é que as estruturas agrárias se foram fixando, que tipo de exploração agrária é que lhes estava associada, assim como, a condição de associar o aspecto físico, do aspecto de uso da terra, que são transversais.

O que é curioso na descrição do monte perto do Tejo, na separação do Ribatejo do Alentejo, onde encontramos o Alto Alentejo, depois o Baixo Alentejo, onde encontramos Castelo de Vide, que também tem montes, e montes muito ricos, com uma estrutura agrária de aproveitamento das plataformas agrícolas, de grande extensão de planície; ou no caso de Monsaraz, que nos indicam e formulam outras cambiantes.

À medida que você se afasta da zona de Portalegre, e vai-se colar não à zona da Beira a norte do Tejo, mas à zona do Ribatejo, do Gavião para cá, toda essa zona começa a ter ali umas cambiantes, desde a ligação do rio Sôr com o rio Sorraia, que fazem ali a transição do Ribatejo para o Alentejo e que estão na bacia hidrológica deste, vê que há o começo de uma mudança, de um território completamente diferente.

Estas transições são importantes, e é evidente que importa analisá-las.

O objectivo que você tem de estabelecer, face à disponibilidade que tem, por ser trabalhadora-estudante, é ser extremamente objectiva e pragmática naquilo que são os seus propósitos e perceber o que é que ganha em ir falar de *montes*, que de certa forma já muita gente falou, ou de que toda a gente falou pouco, ou do que já toda a gente falou, do que é que ainda não falou.

O motivo da conversa que estou a ter consigo, é para lhe dizer, que você pode querer fazer ali um *monte*, ou querer estudar os *montes*, por exemplo, um *monte* em Monsaraz. O que é que isso vai trazer de inédito?

Você pode-se apaixonar pelo *monte* mais fantástico no Alentejo, a única coisa que pode ter de inédito é que nunca ninguém falou particularmente daquele *monte*. Ele tem algo de suficientemente diferente dos outros? É alguma coisa de extraordinário? Contribui para um conhecimento inédito?

Esse é o objectivo do seu trabalho.

Há uma grande diferença entre divulgação e investigação científica inédita: divulgação é um acto jornalístico e a investigação científica, pretende contribuir para o conhecimento, ou seja, enceta algo de inédito, que considera, e vai justificar o porquê de ser interessante apresentar esse trabalho que vai contribuir para um novo conhecimento, mudar, acrescentar alguma coisa mais.

O *monte* alentejano é um assunto que muita gente trato desde o século XIX até à actualidade, por isso é que eu lhe digo, que tem de ter muito cuidado da forma como o vai abordar e o que é que vai escolher. Esse é o principal cerne da questão.

Antes de partir logo para, “este *monte* é muito interessante!” fazendo uma caricatura do *monte* que poderá estudar, e que a paixão que tem por estes elementos, a pode motivar e ajudar a fazer escolhas, não deve nunca perder o sentido de rigor, que é o seu trabalho. Você não é jornalista, é uma arquitecta que está a investigar e que vai fazer um trabalho de investigação.

Podemos pensar agora concretamente no caminho que terá de tomar.

A abordagem que pretenda fazer, tem uma vertente estritamente do plano físico, ou seja, das tipologias e no plano dos materiais, que tem a ver com o território.

São elementos da história do território alentejano e que de certa forma estão “apagados”. Neste momento os *montes* que existem fisicamente estão abandonados. Chegaram a ser funcionais no plano económico, e no plano da estrutura agrária que lhe era inerente. Não olhamos para uma paisagem produtiva, onde os ciclos das produções são evidentes. Olhamos para uma paisagem alterada e silenciada.

É difícil dissociar a vida social e produtiva do *monte*, e tem de ter consciência, que se se desligar do plano sociológico, a questão da construção do *monte*, fica restrito a um plano de leitura técnico-arquitectónica. O que não tem nenhum mal.

O plano sociológico, tem teias humanas, políticas e sociais complexas. Para abordar essa realidade, que lhe permitirá entender os montes, você tem de ir à procura dos velhotes, tem de ir aos arquivos locais, à câmara, às finanças, o que constituirá um trabalho profundo e de grande folgo, mas que lhe possibilitará traçar, conjugar e cruzar a informação, que lhe dará conclusões.

Poderá escolher o caminho de estudo arquitectónico ou tecnológico, dos materiais e das tecnologias, desde como é que o monte se formou, que “parentes” tem, e a possibilidade de comparação entre dois montes, como me falou.

Pegando nesses *montes*, estrutura-os, levanta-os, e analisa, “estes dois *montes* distam x quilómetros um do outro, estão associados a um território com um determinado tipo de produção agrícola, e tiveram provavelmente o seu início da data x,

tiveram uma evolução na data y, essa evolução deveu-se a um factor económico pela introdução de uma nova cultura ou de culturas residentes, serem mais bem pagas, ou porque houve um ciclo económico extraordinário no pós-guerra, e que mais tarde entraram em decadência provavelmente.” Ou poderá estabelecer a hipótese de estudo, de que esses *montes*, de estrutura produtiva, passaram agora a ser um *monte* lúdico, onde as pessoas vão passar fins de semana, férias, ou transformaram-se em turismo rural.

Se você for à procura de um *monte* que está completamente decadente e em ruína, não tem muito para dizer, a não ser, procurar a razão do seu estado.

Se tem um *monte* que sofreu uma inovação, uma transformação e consolidou-se num outro uso, pode ser bastante interessante, no meu ponto de vista. Pode ter até os dois, como base de comparação, aquele que não superou e aquele que superou. E faz uma avaliação. Um deles não caiu em ruína, transformou-se, porque há um interesse económico pelo *monte*, há um interesse de o manter, conseguiu a sua permanência e o que é que perdeu à conta disso? O outro perdeu tudo, porque agora é ruína, mas este perdeu o quê? Perdeu carácter, perdeu qualidade arquitectónica? Foi transformado numa coisa kitsch? Foi validado com uma boa intervenção? Introduziram mobiliário local ou recuperaram mobiliário antigo? As técnicas de reconstrução são as tradicionais? Ou são contemporâneas, mas há um bom “casamento”? Foi bem conseguida? Isto é um tipo de análise, de importância na sua área.

Ou pode seguir outra vertente. A análise de um *monte* mais contemporâneo. Há muitos *montes* feitos por arquitectos, onde se introduz uma linguagem contemporânea, numa estrutura linear e tradicional, em que a abstracção está lá do *monte*, mas quando você olha, é uma casa de arquitectura contemporânea. Você pode ter aquela vontade romântica e nostálgica do *monte* como era no passado, poderá é não ser suficiente para um trabalho notório. É o regresso ao passado ou ao futuro que você quer? Você quer contribuir para uma perspectiva de leitura do que pode ser o monte no futuro ou quer apenas o monte numa perspectiva museológica? É isso que você tem de perceber. Primeiro ponto, é você que tem de ser suficientemente acutilante, para saber dizer o que é que está a acrescentar de novo.

Segundo ponto, pode analisar, no passado o *monte* foi assim e no presente as coisas encontram-se assim, e houve ou existiram motivos para que se mantivessem, e num futuro próximo e longínquo ainda se poderão manter, porque encontrarão soluções. Poderão ser soluções no plano económico, porque se restabeleceu um sistema produtivo inerente à terra e que foi suficiente para manter o *monte*. Ou o *monte* passou a ter apenas um meio de protecção paisagística e a economia veio do exterior e os herdeiros ou a nova família comprou a casa, com dinheiro suficiente para reabilitar e transformar o monte, que preservou a paisagem e os sistemas ecológicos, mas já não usa ou se faz valer da terra e dos meios produtivos.

Num sistema comparativo que ajude a que as ideias se organizem, e que você possa de certa maneira, encontrar capacidades para evoluir, pode estudar o modelo de comparação do *monte* em ruína e do *monte* que superou esse estado de condição física e económica e evolui-o favoravelmente, como já anteriormente falámos, onde existiu uma articulação cultural e houve a capacidade de reinterpretar o monte e evoluir para esse estágio.

Depois há aqueles que conservaram, reabilitaram integralmente o *monte*, na perspectiva da imagem histórica, e como há muitos no turismo rural, alguns excelentes e muito interessantes, como o exemplo do *monte* de São Brás, em Serpa, que é lindíssimo, agora uma casa quase apalaçada, mas que é uma peça notável de arquitectura, muito bem conseguido.

Há realmente formas de você olhar as intervenções, ou numa perspectiva de conservação como esta, em que praticamente não dá pela intervenção moderna, ou a construção de um novo corpo ou a construção de um *monte* novo, como o exemplo do *monte* construído pelo Carrilho da Graça ou do Pedro Mendes. Agora o processo comparativo é que você tem de ver como é que o quer fazer, e onde é que deve de encaixar essa sua investigação.

Outra perspectiva, é o abandono da ruína sem futuro e você como arquitecta, propõe uma proposta de reabilitação. Você procuraria um *monte*, em ruínas e de qualidade, e faria uma proposta e teria como comparação um outro *monte* com intervenção contemporânea. Analisaria o *monte*, que estaria ao abandono, comparativamente a outros exemplos,

que se transformaram em turismo rural ou *monte* como casa particular. Teria de justificar o porquê da escolha, desde os materiais e tecnologias construtivas a aplicar, e qual é que era a objectividade da validação daquele *monte* na contemporaneidade, na perspectiva de transformação de um *monte*.

Imagine que tem o conhecimento de um dos donos do *monte*. Explicar-lhe-ia, que gostaria muito de fazer esse trabalho no contexto de estudo final do curso universitário de arquitectura, com o objectivo de propor a reabilitação do *monte*. Pode beneficiar do estudo para a sua dissertação e compensá-la do seu projecto inclusivamente. Sendo que o seu trabalho já está a ser operativo para aquela família, e a contribuir para evitar que mais um monte caia, o seu esforço académico, simultaneamente é um esforço na preservação do património. De uma forma generosa, demonstra que você se preocupa, para além da investigação do conhecimento destas estruturas agrícolas, de pegar no seu trabalho e torna-lo operativo. Mostra que é possível recuperar de uma forma correcta as memórias arquitectónicas do passado.

A realidade é que muitos *montes* não são reabilitados, porque não há dinheiro, porque se houvesse, acontecia o que aconteceu nas Beiras, em que há muitos bons exemplos recuperados e outros que não.

Se você tiver contacto com alguém que conheça de câmaras, já conseguirá ter um campo de acção, e aí poder-lhe-ão dar informação acerca dos montes da uma determinada região, que poderão estar fechados e ou abandonados, mas que poderão ter interesse e ser motivo de estudo. O Santiago Macias, em Moura, conhecedor profundo do território alentejano, de Moura, Mértola e Reguengos, poderá ser uma pessoa que a ajude neste âmbito. E no Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, há já alguns exemplos de levantamento de montes que poderia usar como elementos base de estudo.

Depois da nossa conversa, já poderá fazer uma espécie de memorando e estrutura de uma ideia do caminho que poderia ser interessante abordar e se haverá algum monte que poderá beneficiar do meu trabalho.

Os trabalhos universitários pecam muitas vezes por serem muito abstractos. Há um conjunto de tarefas e hipóteses de análise, que conclui que este seu caminho permitirá no futuro, que as abordagens aos montes, possam contribuir para a sua manutenção.

Assim, primeiro passo, escolher um *monte*.

Segundo passo, experiências comparativas. Pedir autorização para entrar no *monte*, fotografar, verificar, perceber, entrevistas as pessoas, para entendimento da origem da estrutura do *monte*.

Têm é de impor o seu ponto de vista, e em concordância com o seu orientador, para que seja um trabalho relevante e com um contributo inédito.

Aquilo que me comprometi, foi falar consigo, e no falar e no escutar, encontramos às vezes, as possibilidades de interpretar até as nossas próprias dúvidas, os nossos caminhos. E o resultado final do seu trabalho tem de ser valioso, pelo ineditismo e pela operacionalidade que possa daí tirar, pelo monte que irá estudar e na sua leitura enquanto architecta. Porque se definir o seu caminho, começa logo a ganhar só com a ideia, porque só o facto de ter tido a iniciativa de estudar um monte, já estabelece o campo analítico e objectivo, uma saída.

23.07.2012

Conversa com a Arq.ta Carmen Brito (sobrinha dos dois proprietários do *monte* e arquitecta na Câmara de Moura) e o Dr. Narra Pisa (actual funcionário da Câmara de Moura e antigo morador do *Monte da Carrasca*)

O trabalho passou por uma fase de consulta na Câmara Municipal de Moura e onde pudemos ter a oportunidade de entrar em contacto com a Arq.ta Carmen, que por uma feliz coincidência, é sobrinha dos actuais proprietários do *monte*.

Iniciámos uma sequência de visitas ao *monte*, para um acerto da informação sobre este mesmo e o contributo da arquitecta permitiu o entendimento mais profundo. A conversa/entrevista que apresentamos é uma composição de vários momentos tidos com a mesma.

.Pelo seu grau de parentesco com os actuais proprietários, é possível que ainda se lembre da história do *monte*...

Inicialmente, este *monte* pertencia a um proprietário e família espanhola.

A família Venceslau Villanueva, comprou aquela área e ali o edificou. A sua influência espanhola, observa-se pela proteção das suas janelas, por meio de grades salientes. O isolamento em que se encontrava, sem vizinhos próximos, tornava possível qualquer roubo ou assalto e ainda a proximidade da fronteira, determinou na sua estrutura um forte sentido de defesa que se deixa aperceber na sua arquitetura.

No Alentejo, até havia aquelas grades nas janelas, que tinham um avanço em redondo para que as pessoas pudessem espreitar. Aqui neste caso, não acontece.

.A passagem do monte à família Mata Antunes...

Lembro-me de o meu avô, ou mesmo de os meus tios contarem, que o *monte* passou para a família, quando o meu avô o comprou à tal família espanhola.

O meu avô era topógrafo, fazia muitos trabalhos nessa área, mas a sua atividade principal passava pela agricultura, que passou a ser o grande meio de subsistência da família, aquando da compra deste *monte*.

Para comprar este *monte*, o meu avô, endividou-se ainda um pouco. Mas, a pouco e pouco, foi resolvendo a sua situação económica e a vida dos meus avós e dos meus tios e mãe, começou-se a compor.

Este *monte*, foi centro de exploração de uma grande herdade, no concelho de Moura. Empregou muitos trabalhadores e era das herdades que produzia mais quantidade de azeite.

Lembro-me muito bem da apanha da azeitona, que ocupava ainda uns bons meses, e como não havia lagar no *monte*, a azeitona era levada para a cooperativa de Moura, para ser esmagada e dar origem ao azeite.

O monte subsistia, a partir das culturas que ali se desenvolviam. Era um local muito vivo.

Eu gostava principalmente de lá ir em pequena, na altura do final das culturas, em que se festejava, aquando de uma boa colheita. Na casa da malta, juntavam-se todos os empregados (os permanentes e os que vinham apenas quando necessário), o proprietário (o meu avô e família, com seis filhos) e no grande pátio central, que organizava toda a construção do *monte*, tornava-se sempre palco de uma enorme festa e convívio.

De todas as vezes que ia ao *monte*, ficava sempre num quarto que se encontrava logo na entrada da casa do proprietário, o meu avô, que era o quarto de hóspedes. Gostava muito de lá estar com a minha avó.

Dr. Narra Pisa: O *monte* onde fui criado ficava logo do outro lado oposto ao do *Monte Branco da Serra*, era o *Monte da Carrasca*, e muitas vezes passava os caminhos todos e ia lá ter ao monte Branco. Gostava muito de lá dormir, na cocheira das mulas, havia uma lareira ao canto, que durante a noite nos aquecia. Eu ia para lá, mas não dormia bem, mas gostava tanto de ouvir as mulas e os bois a baterem com os pés no chão durante a noite toda, e apesar do cheiro muito intenso daquele espaço, adorava lá ficar e por lá brincava com as crianças do *monte*, neste caso, na altura, aqui com a arquiteta Carmen.

Arq.ta Carmen: ...Era verdade, era um dos sítios onde mais tempo às vezes passávamos a brincar, era perto das mulas. E sim lembro-me que tinha uma pequena lareira de canto, junto à entrada que se fazia pelo pátio, e aí aquecíamo-nos no Inverno, junto com os animais que ali permaneciam durante a noite. Neste local, também muitas vezes ficavam os pastores e empregados que eram responsáveis pelo gado. Dormiam apenas umas horas, porque estavam constantemente a tomar conta deste e levantavam-se muito cedo, para voltarem a por o gado em pastagem.

No espaço ao lado, o palheiro, ia muitas vezes brincar para lá com os meus primos, metíamos-nos na palha e brincávamos. A minha avó, que tomava conta de nós, estava sempre a chamar-nos “venham daí, que isso não é sítio para se brincar...”, mas nós fazíamos ouvidos moucos e continuávamos lá. Passei uma grande parte da minha infância ali e lembro-me que aquela vida não era nada fácil.

.Pelo que percebi em conversas anteriores, a sua avó ficou viúva muito cedo e houve assim uma “mudança” de proprietário...

A minha avó ficou viúva muito cedo, com cerca de 40 anos. A situação ficou muito tremida na altura, porque apesar de a minha avó, ter muita experiência na propriedade que explorava, e ser o ombro direito do meu avô, naquela época, o papel da mulher era tomar conta da casa e ocupar-se dos trabalhos menores, como horta e filhos e casa, e o marido, proprietário, orientar toda a herdade da qual era sede este *monte*.

Mas, com a morte prematura do meu avô, a minha avó, ficou sozinha, e pede concelhos aos seus irmãos na altura, que lhe dão o conselho de ficar ela a tomar para a frente o negócio de família. “Pegas em ti e continuas o trabalho que o teu marido já tinha feito...tens uma boa herdade, produtiva e muito influente, basta continuares a fazer o teu bom trabalho...” e nessa altura, a minha avó pegou no negócio da herdade, e continuou o trabalho. O meu tio mais velho, Avelino da Mata Antunes, juntou-se a minha avó e ajudou-a, formavam um bom conjunto de novos proprietários, e como esse meu tio nunca acabou por ir estudar, dedicando-se apenas à terra, então ficou a ajudar a minha avó.

A minha avó, era uma mulher de fibra, não era qualquer coisa que a mandava abaixo. Se tinha de fazer alguma coisa, fazia.

Realmente foi das piores alturas da vida da família, porque pelo que me contavam, a minha avó passou de ter o papel de apenas a mulher do proprietário, que cumpria as tarefas da mulher tradicional da época, para passar a ser a responsável por todo o trabalho da herdade, sede do monte e também como ficou com os seis filhos praticamente para criar sozinha. O meu tio Avelino, que era o mais velho é que a ficou a ajudar nesta tarefa.

Foi todo o trabalho neste *monte* e a vida dura que lá se fazia sentir, de responsabilidade e pouco descanso, que deu o sustento necessário para os seus filhos (os meus tios) estudarem e tirarem cursos superiores e terem uma boa educação. Todo o trabalho que a minha avó lá tinha, era sempre na esperança de os seus filhos virem a ter uma vida melhor do que aquela.

O único filho que se mostrou sempre interessado na continuidade da transição do negócio de pais para filhos, foi o meu tio mais velho, o Avelino, que não chegou a casar, nem ter família, e até há pouco tempo era quem fazia pelo *monte*. Depois que faleceu, há pouco tempo, o *monte* foi partilhado pelos meus dois tios, o Arq.to Alfredo da Mata Antunes e o médico cardiologista António da Mata Antunes. O *monte* está em bom estado graças a eles, apesar de que as partilhas e divisão do monte, originaram transformações neste.

A parte do meu tio Alfredo continua com muito poucas alterações. As únicas alterações que fez, e até falou comigo, foram apenas fechar portas, fechando alguns espaços e criando outros, e no alçado que corresponde à entrada do proprietário antigamente, agora pode observar-se mais um piso, dos quartos para os filhos.

A parte do meu tio António, sofreu alterações consideráveis e a nível de autorização das obras, tudo teve de cumprir premissas e normas de construção, que preservassem minimamente a imagem do *monte*.

.E como arquitecta, como é que vê esta situação dos montes no Alentejo? E que medidas é que existem quanto a este património que se encontra em abandono?

Medidas...de momento não existem e apoios específicos nesta matéria também não, independentemente dos projectos para investimentos agrícolas e respectivas dependências de apoio à agricultura.

É certo que existem muitos *montes* em estado de degradação, como consequência da despovoação do espaço rural, devido à mecanização do campo, como às novas directrizes das políticas agrícolas que deram lugar ao abandono da actividade agro-pecuária por se tornar economicamente inviável, e também pela actual mentalidade urbana que é inconciliável com a vida de campo...

Da experiência que tenho na gestão urbanística, a única forma do proprietário poder recuperar um *monte* tem sido através de um empreendimento turístico, o que por outro lado é um grande erro, porque nem todos estão vocacionados para esta actividade...

A Câmara de Moura não dispõe de levantamentos dos *montes* existentes. Trata-se de edifícios particulares sem interesse concelhio. E o Estado não tem capacidade para classificar a arquitectura popular.

Se me permite uma opinião pessoal, posso dizer-lhe, que vejo esta questão da preservação do *monte* alentejano de um ponto de vista muito pessimista: os rendimentos dos agricultores não lhes permitem investir num património construtivo caríssimo de manter (uma casa de habitação particular no campo não produz receitas, só despesas...) e o Estado nem sequer dispõe de verbas para outras questões muito mais importantes do que esta...

Os *montes* unicamente podem ser mantidos por duas vias (estou-me a referir a *montes* de determinada dimensão, aqueles que noutros tempos foram autênticos assentos de lavoura): ou com os rendimentos extraídos da própria exploração agrícola, ou com rendimentos duma outra actividade económica completamente alheia à agrícola que possa suportar estas grandes despesas. Porque não se trata unicamente de arranjar uma verba pontual para recuperar um monte, trata-se de poder garantir posteriormente a manutenção deste, o que ainda se torna mais difícil... E além do dinheiro é necessária uma autêntica dedicação e aptidão...uma verdadeira paixão pelo campo...que poucas pessoas hoje em dia possuem.

Vi essa paixão nos meus avós e no meu tio Avelino.

Como pode ver Sílvia, isto não é nada fácil...

E aqui deixo a minha admiração pelas pessoas que se preocupam por este tema e tentam arranjar soluções por um belo património que está em vias de extinção.

22.05.2012

Entrevista com o Arq.to Alfredo da Mata Antunes (1.º proprietário do *monte*)

O meu contacto com o arquiteto, aconteceu de uma forma muito particular. Após uma conversa com o Arquiteto Victor Mestre, e discussão do futuro do meu trabalho e que perspectiva de estudo tomar, quanto ao caso do *monte* alentejano, de uma forma diferente das abordagens até hoje realizadas, entendeu-se que seria interessante, ter contacto com algum funcionário de câmara, que tivesse um conhecimento profundo da sua região e a partir daí, esse contacto pudesse levar a estudar um caso em particular.

Conseguiu-se o contacto com o arquitecto Alfredo, que é proprietário do *Monte* Branco da Serra.

O Arquiteto ficou surpreendido pelo meu interesse em estudar o *monte* em questão, e concordou com a escolha, pelo valor e qualidade arquitetónica, enquanto caso de estudo.

Através do Arquiteto Victor Mestre e realizado o contacto, com o Vereador da Câmara de Moura, e meu antigo Professor Santiago Macias, conhecedor da região de Moura e da sua história, indicou um possível caso de estudo, que é referenciado no *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, e que também já tinha sido visto por mim, como um *monte* com valor e qualidade arquitetónica.

Por um feliz acaso, este *monte* é atualmente propriedade do arquitecto Alfredo da Mata Antunes (um dos autores do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, na região do Alentejo) e do seu irmão, médico em Moura, Dr. António da Mata Antunes.

Nesta primeira conversa com o arquiteto, este falou da sua infância, das suas influências familiares, a sua experiência na área da arquitectura e como começou e se integrou.

Faz agora 50 anos que foi publicado o *Inquérito*. Deu-nos um extraordinário retrato do País rural da segunda metade dos anos cinquenta, e como o viam os jovens arquitectos da geração do pós guerra.

Realizado a partir de uma ideia de Keil do Amaral, lançada na revista *Arquitectura* em 1947, retomada dois anos depois, durante a breve direcção do Sindicato dos Arquitectos (Keil do Amaral é eleito Presidente em 1948 sendo impedido em 1949 de tomar posse por imposição do Governo),

o *Inquérito à Arquitectura Regional* vem a efectuar-se entre 1955 e 1960, com o apoio do Ministério das Obras Públicas, que no Dec. Lei nº 40 349 de 19/10/55, pretendia: “a valorização da arquitectura portuguesa, estimulando-a na afirmação do seu vigor e da sua personalidade e apoiando-se no propósito de encontrar um rumo próprio para o seu engrandecimento.”

. Como é que se interessou pela arquitetura?

Bem, o facto de o meu pai ter muito interesse na área da topografia, e muitas das vezes ter realizado levantamentos, como por exemplo, em Olivenza, (onde chegamos a residir e onde conheci a minha esposa), ajudou-me a criar este carinho e este gosto pela área.

As coisas eram muito diferentes nesses tempos, desde a forma de vida, o regime político, entre outros fatores...as coisas mudaram muito, agora já estou cansado, já não tenho a paciência que tinha antes. No outro dia fui à Câmara Municipal de Extremoz, por causa de um trabalho que nem sequer meu era, mas fui com um amigo meu, o Manuel Lapão, e a burocracia, os problemas que nos impõe, as coisas mudaram e muito. Não quer dizer que mudaram para pior...mas mudaram.

. Como é que na altura entrou para a equipa de levantamentos para o inquérito, na região do Alentejo?

Bem, eu tinha estudado no Porto, e na altura, eu e uns camaradas, colegas de estudo, um deles decidiu vir para Lisboa, e veio um, vieram todos. Por Lisboa fui ficando e na altura conheci o Arquitecto Frederico George e entre conversa, puxa conversa, e por eu ser natural do Alentejo (Elvas), ele gostou de mim...não sei bem se foi da minha simplicidade, se de outra coisa, e no contacto com o Arquitecto Francisco Keil Amaral, mentor da iniciativa, entrei para a equipa de arquitectos que fariam o levantamento no Alentejo. Mas ouça, não foi nada fácil...eram tempos de grande hostilidade, tempos do Salazar, as pessoas eram desconfiadas, e muito. Tivemos muitos problemas em ter acesso a casas, capelas ou outros elementos, que apresentavam valor arquitectónico e que

gostaríamos de ver, fazer os levantamentos e ter neste inquérito e no fim muitas das pessoas não nos deixavam ver, nem ter acesso. Era muito complicado, as pessoas não compreendiam o que nós estávamos ali a fazer.

Por vezes, nós explicávamos e concordavam connosco em que poderíamos ver as suas casas, com os restantes conjuntos agrícolas e acabavam por se fechar em casa, ou não estavam mesmo, de propósito para não podermos ver, nem termos acesso a nada. Era uma vida difícil e as pessoas desconfiavam.

. E o encontro com Salazar...

O encontro com Salazar...lembro-me que teve um grande destaque em vários jornais da altura. Lembro-me bem que nesse encontro, o serialismo dos ministros, a forma como viam aquele nosso trabalho, era com seriedade, isso estava nas suas caras, na cara de Salazar. E ali Keil Amaral falou, e falou com Salazar exactamente como falava para nós, colegas de equipa. Lembro-me também de Salazar dirigir uma pergunta ao Keil Amaral: “Ouça lá, o betão armado é um material menos nobre que o granito?” e o Keil respondeu-lhe: “Cada material tem o seu campo de aplicação. Em certas obras, o betão armado é indiscutível e o granito continua a ser aplicado.” Salazar constatou: “o sr. Arquitecto é capaz de ter razão.” Mas realmente nesse dia, até que o sr. Presidente do concelho de ministros estava bem disposto e a conversa correu bem.

Isto foi apenas o início da longa conversa desse dia e ver todos os casos de estudo demorou e muito nesse dia. Salazar ficou fascinado a ver a maquete do trabalho do Inquérito, que tinha as fotografias e pequenas manchas de texto. E das 6 zonas de estudo, acabou apenas por ver 4, porque tinha começado pelo norte do país. A zona do Alentejo, que foi a zona que eu tratei, acabou por não ver, nem a zona do Algarve, e por isso marcou-se outro dia de encontro.

Nesse encontro seguinte, foi já na presença do concelho. Com o Professor Frederico George, e com os responsáveis da zona do Algarve também, partimos para Belém (São Bento).

Entretanto, deram-se as perturbações de Humberto Delgado, e essa reunião/encontro não se chegou a realizar, este encontro aconteceu outro dia e os arquitetos souberam marcar a sua posição.

Salazar achava que o *Inquérito* era só com a autoridade ou baseado nas propostas de Raúl Lino, e só depois é que percebeu que não era nada disso. Havia uma certa apetência dos arquitetos na idade do Keil e do Távora. E ocorreu ali, que aquele pessoal fazia parte de um conjunto de pessoas, neste caso, arquitectos, dedicados à educação, o que afectou muito a aprovação de certas obras. Depois, acabou por tudo correr bem e a última reunião/encontro, teve um aspeto simpático. Esse encontro foi tão importante, que se foi repetindo nos jornais.

E depois do *Inquérito* propriamente dito, nós nunca deixámos de fazer o nosso próprio inquérito.

De todos os elementos apresentados no *Inquérito*, o espólio era muito maior em termos de arquitetura. Só aparece uma terça ou quarta parte.

. E a análise do *Inquérito* na zona do Alentejo...

Passámos por muitos locais que nos despertavam sempre a atenção e como arquitectos e interesse pela área, a sede de ver mais e procurar mais, na qualidade do que é feito pela mão do homem, para responder a uma necessidade agrícola, tornou-se o motivo de estudo.

Uma das referências que tinha para mim, na altura, era Le Corbusier. Lembro-me dos levantamentos que realizámos no moinhos no Guadiana, com pé direito duplo, me fazer lembrar o famoso bloco de Marselha.

As grandes chaminés alentejanas dos *montes*, arrancavam do chão e marcavam-se como os elementos verticais deste.

Sobre as famosas abobadilhas do Alentejo, o arquiteto Frederico George já tinha um espólio de fotografias de várias abobadilhas. Para quem não está bem lúcido do que eram, é um elemento de uma engenhosidade muito grande.

A questão da abóbada, também foi um dos elementos que pudemos observar melhor no Baixo Alentejo.

Havia abóbadas com pés direitos diferentes, mas nunca por cima dessas, havia a adição de um piso. O pé direito da sala do *monte* do meu pai era de 3.30m.

.E o seu caso particular...o *Monte Branco da Serra*...

No meu caso particular, não por ter pertencido à equipa que fez o levantamento nesta região (Alentejo), toda a minha infância e juventude foi no Alentejo e ainda sem saber se viria a ser arquiteto, eu sentia particularmente o impacto destas coisas, e vibrava com toda a febre agrícola e com todas as construções do Alentejo.

A minha infância foi passada em Elvas e com 10 anos é que fui para Moura, quando o meu pai comprou o monte a família Venceslau Villanueva.

As origens espanholas, já vinham da parte da minha mãe e o conhecimento com esta família, natural de Olivença, sempre existiu. Presume-se que estes foram os construtores do *monte*.

Lembro-me da vida atarefada no *monte*. Os homens e mulheres na ceifa, a altura da apanha da azeitona, em que a casa da serra funcionava como espaço de dormidas, para os trabalhos não saírem da rotina estabelecida.

Era uma vida dura sabe. Vi sempre uma grande luta da parte do meu pai para manter o *monte*. Umas vezes as colheitas eram boas, outras nem por isso. Guardavam-se os excedentes de outras colheitas e tentava-se que chegassem para alimentar todas as bocas. Tinha de haver uma rotina programada e presente ou este *monte* não se iria manter, com o propósito para o qual era construído, ser uma sede de lavoura.

Mas não era apenas o *monte* que continha na sua estrutura todas as dependências necessárias ao trabalho neste. As estruturas produtivas, associadas, como o tanque, a casa da serra, o silo, a casa da horta e a casa do guarda e malhada, cumpriam outras funções e posicionavam-se estrategicamente na herdade, para se organizarem com as culturas.

A herdade chegou a ter mais de 700ha. Funcionou, assim, como um sistema e conjunto agrícola e o monte era a sede principal.

11.07.2013

Conversa com Arq.to Alfredo da Mata Antunes (1.º proprietário do *monte*)

Depois das várias conversas anteriores, em que nos aproximá-mos da história do *monte*, realizando uma apreciação do estado actual e depois de várias visitas de campo, as modificações que se verificam na sua parte do *monte* do arquitecto, foram mínimas...

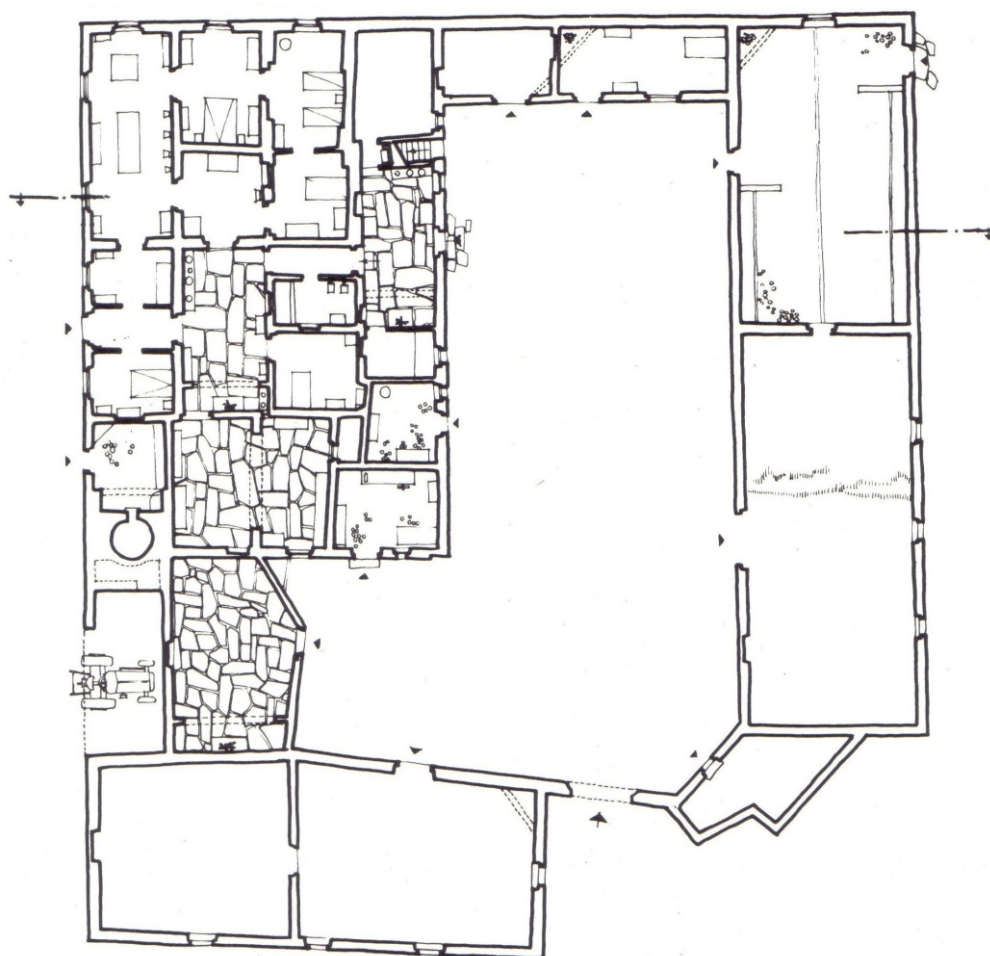
.As alterações que realizou, na sua parte do *monte*, depois da partilha deste entre você e o seu irmão, foram quais?

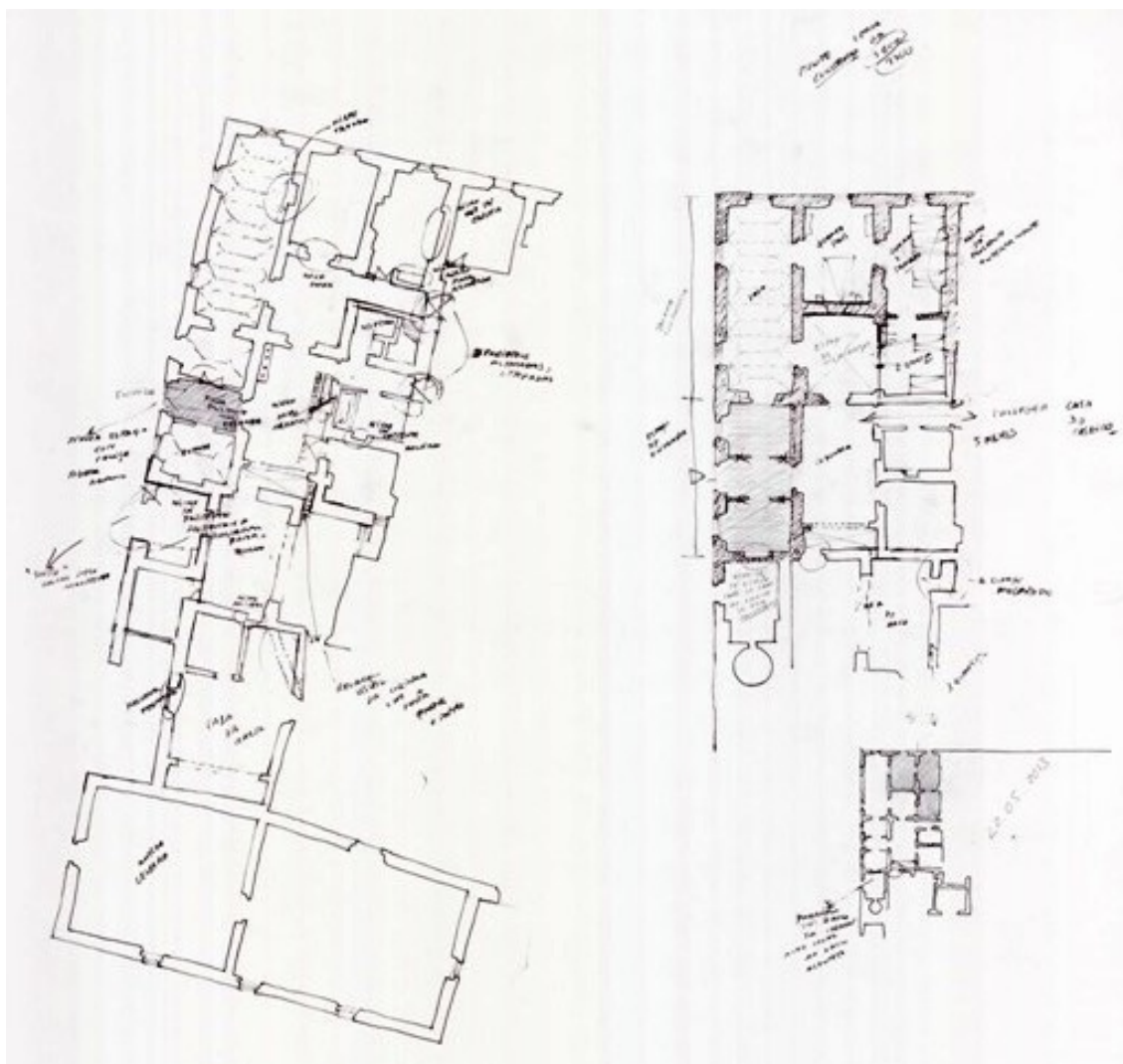
As alterações que fiz, foi implantar dois quartos num piso superior, que não existia. Os restantes compartimentos e divisões, sofreram apenas o fecho de algumas portas e abertura de outras, assim como de nichos, que possibilitariam passagens, mas no entanto e no meu entender como arquitecto e preservando a memória de meu pai, que me ensinou tudo o que sei, não modifiquei mais nada da estrutura.

A parte mais modificada do *monte*, corresponde a ala sudeste, que correspondia à casa do pastor, e que o meu irmão aumentou até a umas grandes e antigas estruturas de água para o gado, assim como acrescentou mais um piso em cima desta nova construção, para ter quartos para todas as netas.

Segundo a planta já levantada, durante o *Inquérito* e o meu estudo como aluno de arquitectura, entendi as modificações que esta estrutura, sede de uma grande lavoura sofreu, no interior e exterior, como uma adaptação deste a novas funções para além das agrícolas.

As principais alterações no interior que aconteceram foi mesmo o fecho de umas portas e abertura de outras. Na sala, existia a passagem (porta da estrutura original) para o quarto dos meus pais, e do quarto dos meus pais existia outro quarto, que era o meu e de mais dois irmãos. Existia ainda um quarto interior, esse não tinha janela, onde ficavam os meus outros dois irmãos.





Antigamente e não sei conhece o Palácio de Vila Viçosa, existiam grandes corredores de distribuição das várias dependências. Uma pessoa olhava e via as portas todas de enfiada, todas a seguir umas às outras, tudo no mesmo sentido e havia a passagem de quartos para quartos.

Neste caso e segundo a estrutura antiga que existia, antes de eu lhe fazer estas alterações, os quartos eram todos juntos, passava-se de quarto para quarto. Existia um certo equilíbrio em tudo, dado que eram espaços que cumpriam a mesma função. Desta forma, passava-se da zona de dormir para a zona de estar.

Para além destes três quartos, que eram originais na estrutura do *monte*, eu introduzi mais dois, onde coloquei uma escada que se insere no espaço da antiga cozinha, tentando que esta não lhe roubasse muito espaço, permitindo que esses quartos estejam num piso superior. Como o pé-direito da cozinha era duplo, os quartos ficaram nesse piso superior e não modificaram muito a fachada exterior.

Anteriormente só existia um piso térreo e só havia uma escada que levava ao sobrado, o único espaço num piso superior, na zona da casa do feitor, que dava acesso ao pátio.

Pretendi que as alterações feitas, não comprometessem a leitura antiga da fachada, porque o *monte* foi e é uma estrutura com um grande potencial, desde o propósito da sua função até aos materiais tradicionais, que deverão ser valorizados como um todo.

Entende-se também em planta, que existem outros espaços que surgiram e outros que se mantêm.

A cozinha sempre foi um espaço utilizado com a função de ser espaço de refeições e estar da família. No entanto, com o passar dos anos e também como a minha mãe já estava um pouco idosa, a chaminé, elemento que dava vida ao espaço, deixou de ter a utilidade que tinha anteriormente. Colocámos um fogão a gás no canto, onde resolvi abrir um vão, porque me pareceu mal a minha mãe estar a cozinhar virada para as paredes e então este vão permitiu que ela tivesse uma ligação visual com a entrada para a sala do arco, chamo-lhe eu agora assim, antigo armazém e ligação com a casa da malta.

.Quanto á entrada principal da casa do proprietário, ainda hoje essa entrada é usada?

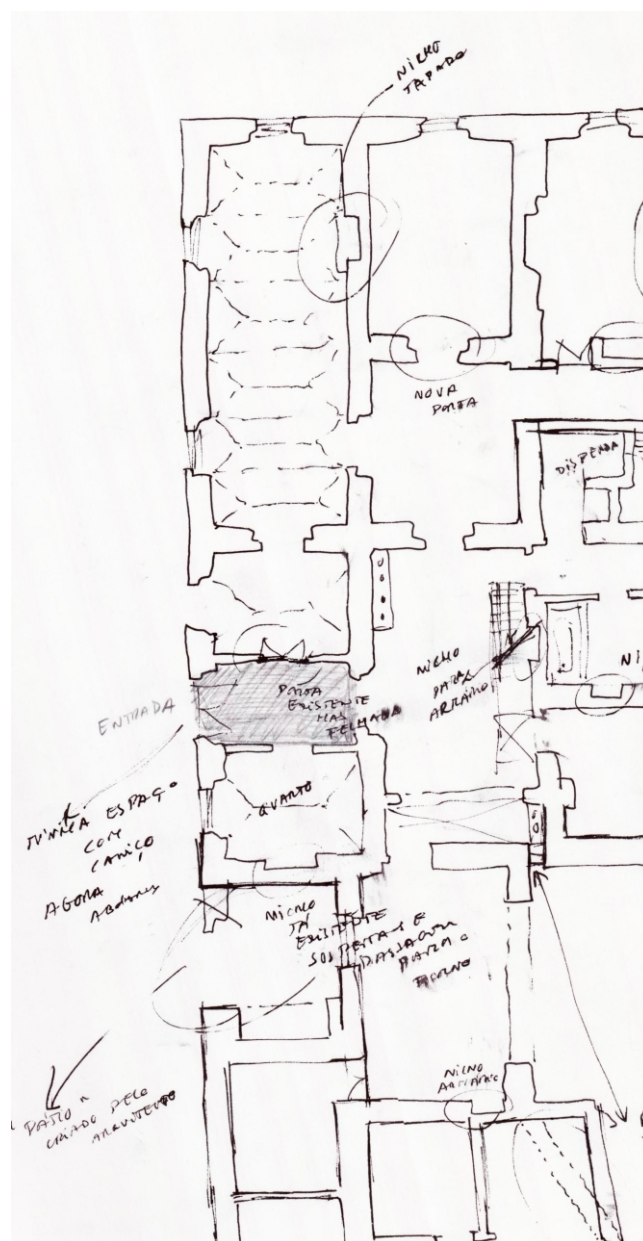
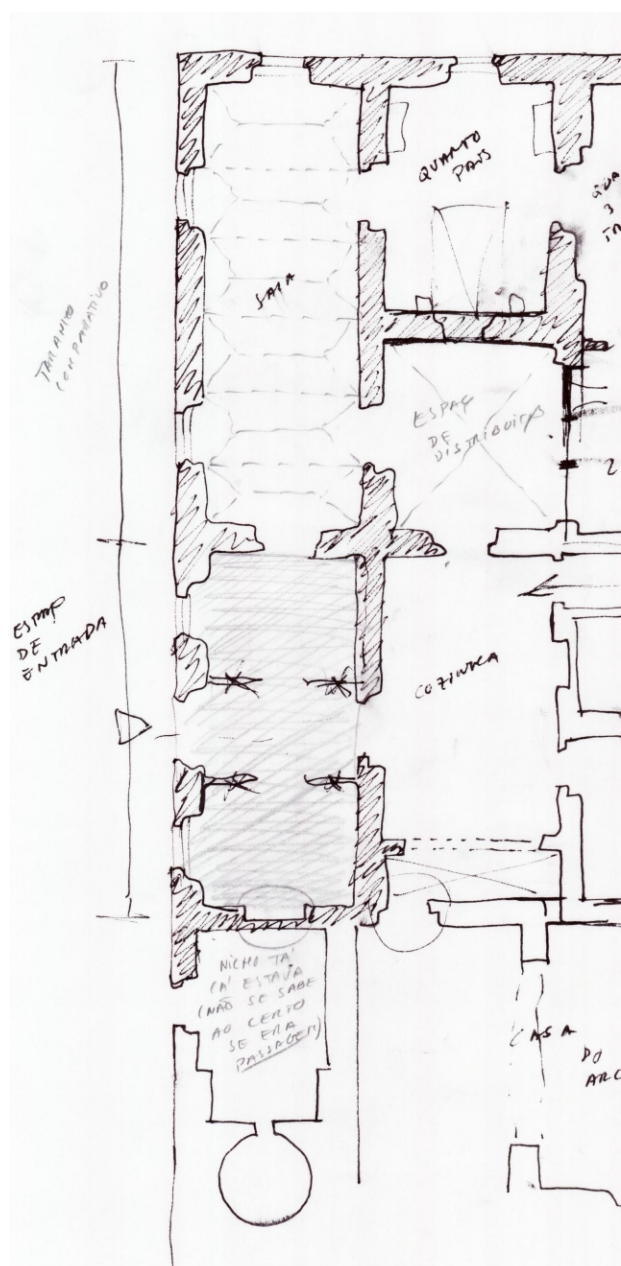
A entrada principal, pelo menos utilizada nesta parte do *monte*, continua a ser a entrada principal, como já o era anteriormente. Entramos num espaço mais contido que depois vai dar á cozinha. No entanto esse espaço, quando eu fiz o levantamento da estrutura em planta para o *Inquérito*, apercebi-me pela espessura das paredes, de que antes estas não existiram. No entanto, quando o meu pai comprou o monte, estas paredes já estavam construídas, criando esta antecâmara de entrada. O proprietário anterior possivelmente terá construído estas e tapou a passagem que existia possivelmente de contacto com o forno, para ter mais dois quartos no monte. E mesmo o meu pai, usava estes dois espaços, como quartos para os netos, que já pequenos frequentavam o *monte*, ou seja, os meus sobrinhos.

Se excluirmos as paredes, este espaço de entrada tinha aproximadamente a área da sala, ou pouco menos sim, mas por aqui entende-se o valor que esta entrada tinha, por ser a entrada da antiga casa do senhor.

Actualmente, estas duas salas, correspondem ao meu atelier, onde ainda pego às vezes em desenhos e projectos meus, que gosto de ver e perceber se poderia fazer melhor, entende...e a outra sala, é uma pequena sala de leitura que a minha filha usa para por a leitura em dia, porque ela é tradutora e aqui no *monte* com este sossego, trabalha-se muito bem. Na sala grande é onde nos encontramos todos juntos, família, amigos e visitas.

.E a cobertura deste espaço de entrada já era em abóboda como actualmente é?

Eu penso que inicialmente e pelo que me lembro em pequeno, este espaço tinha cobertura em abóboda, mas os outros dois tinham cobertura em caniço e cobertura em telha de canudo. No entanto, o meu pai mandou construir as outras duas abóbodas, e eu como já era um interessado em arquitectura, acompanhei sempre o pedreiro, para perceber a técnica de execução das mesmas.



.Percebe-se em planta que existiram mais umas modificações...

Sim, houve mais umas alterações. No caso do antigo forno comunitário e único no *monte*, eu mandei retirar o forno e construir uma sala, mas mantendo a chaminé, porque não queria desfigurar a imagem do *monte*. Nesta sala de música, o meu filho, toca vários instrumentos e como aqui teria mais espaço para os ter e sendo um dos hobbies que costuma praticar, em tempos de férias e como o monte é usado agora como espaço de férias, teria então este espaço com esse propósito. Assim, esta sala tem acesso à sala do arco, como lhe chamo, que por sua vez, mantém contacto com a casa da malta.

Esta última, anteriormente funcionava como espaço para todos os trabalhadores que andavam na ceifa. Era ali que todos pernoitavam em torno da grande chaminé. Aliás, a chaminé da casa da malta é das maiores do monte, a sua largura, ocupa totalmente a largura da casa.

Era um espaço amplo, onde todos dormiam, em tarimbadas que eram encostadas à parede durante o dia e estendidas no chão à noite.

Com as alterações que existiram na agricultura e a mecanização desta, cada vez mais precisámos de menos braços. O número de trabalhadores diminuiu e agora o *monte* é só usado por mim e pela minha família, como espaço de férias, por isso as alterações que fiz na casa da malta, foi construir dois quartos, uma instalação sanitária e uma dispensa. Quem agora usa a casa da malta são a D. Francisca e o Sr. António Rainha. A D. Francisca toma conta do *monte* e o Sr. Rainha é responsável pela agricultura da antiga horta, junto à casa da horta e de mais 200ha de terra, onde semeia melão.

Apesar da mudança e reorganização de funções no monte, o respeito pela integridade deste, pelo menos da parte a si atribuída, mantém-se...

O meu interesse como arquitecto foi sempre o de respeitar a imagem do *monte*.

O meu pai comprou-o e fez com que este fica-se na história da família. É parte do legado que nos deixou, quando digo nós, falo de todos os irmãos. Antes de mim e as funções agrícolas do monte, só foram cumpridas, porque o meu irmão Avelino, se manteve sempre no *monte* e ajudou a minha mãe a cumprir as tarefas. Nunca foi estudar, não saiu daqui. Os outros irmãos saíram, fomos todos estudar para a cidade, conhecemos outras realidades, mas se eu tenho o conhecimento das tarefas e rotinas do monte ou de como geri-lo, não tenho, o meu irmão Avelino, sim tinha.

O meu contributo, foi o de dar a conhecê-lo no *Inquérito*, segundo o meu interesse como arquitecto e reconhecer o valor que este tipo de estruturas tem no Alentejo.

02.08.2012

Conversa com o Dr. António da Mata Antunes (2.º Proprietário)

No âmbito do estudo sobre o *monte* alentejano e cumprindo a premissa de ter o contacto com os proprietários, foi importante o contacto e testemunho da história do *Monte Branco da Serra*, pelo outro proprietário, o Dr. António.

.Através de conversas anteriores, sei que este *monte* nem sempre foi a sua residência e que a sua família vivia antes em Elvas. Lembra-se da mudança da sua família para este *monte*, momento em que se tornaram proprietários do mesmo?

Eu vim para cá, quando tinha 6 anos, foi nessa altura que o meu pai comprou este *monte*. Já conheço isto há 69 anos.

.O *monte* nem sempre foi vosso, mas passou a ser quando adquirido em compra...

Originalmente este *monte* foi construído pela família de origem espanhola, a família Venceslau Villanueva e foi através de conhecimentos de uma outra família e em que a minha família ainda tinha alguns parentes em comum com essa família espanhola, ali da zona de Olivença, que o meu pai acabou por comprar este *monte*.

A minha família é toda originária de Elvas, e a minha mãe era de Olivença, aquela terra em que se discutia muito o limite entre se pertencia a Espanha ou Portugal, e no entanto hoje pertence mesmo a Espanha.

O *monte* reflecte as origens espanholas. Este *monte* era caracterizado pelas dependências do proprietário, a casa dos senhores e as restantes dependências eram dos trabalhadores.

.Recorda-se de como era a vida do *monte*?

Eu vim morar para este *monte*, com a minha família, ainda era muito novo. Como lhe disse quando tinha cerca de 6 anos e o meu irmão e actual proprietário da parte sudeste deste conjunto, tinha na altura 10 anos.

Lembro-me da azáfama do dia-a-dia; na época das colheitas do trigo e de outros cereais; o *monte* chegava a ter na casa da malta cerca de mais de 30 trabalhadores. Na época da apanha da azeitona, a casa da serra, lá em cima na Serra Alta, acolhia mais ou menos o mesmo número de trabalhadores, que era necessário para cumprir a tarefa. Mas eu era muito pequeno e no início quando vim para cá, só queria brincadeira, não ligava muito a tudo o que se passava aqui, até porque a mudança de Elvas para o monte, na altura provocava-me algumas agitações. Muito novo, eu não compreendia o porquê do meu pai ter comprado um *monte*.

Mais tarde, e já com os meus 14/15 anos, já era tudo natural para mim, já estava habituado a ajudar e não estranhava a vida do *monte*.

Eram tempos muito difíceis. O meu pai organizava os trabalhos no *monte* e também não tinha problema em ir para o campo com os trabalhadores e a minha mãe ficava com outras mulheres na lida da casa. Faziam o pão todos os dias, iam buscar água ao tanque mais abaixo do monte para casa e para as tarefas e caíavam todos os dias o *monte*. Aliás, ao pé da casa da malta, havia uma tina na parede com cal fresca para esse propósito.

Aos meus 18 anos fui estudar para Lisboa medicina. A partir daí vinha ao *monte* alguns fins-de-semana e estava com a minha família. O *monte* era muito longe e os transportes até lá eram ainda em carroça, demoravam muito tempo.

.Voltou para o *monte* há uns anos, segundo o que pude perceber. Voltou com que propósito?

Vivi cá a minha infância. Incentivado pela minha mãe para ir estudar, fui para Lisboa, o *monte* ficou à ordem de minha mãe e o meu irmão mais velho. Na altura as condições eram outras e esse meu irmão teve de ficar a ajudar a minha mãe no *monte*, porque o meu pai falecera muito cedo. Mas como o meu pai sempre fez o esforço, por nos dar o melhor, e um dos seus objectivos era que os filhos pudessem estudar e não se submetessem à vida dura do campo, a minha mãe, quando eu e os meus restantes irmãos tínhamos já idade para ir estudar, fez o esforço de nos dar essa oportunidade.

Infelizmente com o falecimento do meu irmão Avelino, o mais velho dos irmãos, o *monte* ficou sem proprietário. Depois de ter a minha vida estabilizada, eu tornei-me produtor reconhecido pelas entidades deste tipo de produção de gado Limousine. Mantive e mantenho essa actividade até hoje e por isso voltei ao *monte*.

O meu outro irmão, o Alfredo, nunca perdeu também o interesse no *monte*, porque fez o levantamento deste para um estudo muito importante dos anos 60, no âmbito da arquitectura, área na qual se formou e em que o Salazar até teve reuniões com ele e a restante equipa de arquitectos (o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*).

Com o *monte* sem proprietário e com o interesse manifestado por nós os dois, voltámos ao *monte*.

O *monte* encontra-se agora dividido entre dois proprietários: eu e o meu irmão Alfredo. As partilhas foram feitas e o meu irmão ficou com a parte do *monte* que corresponde à antiga casa do proprietário e eu fiquei com a outra parte, que era composta pelas dependências do pastor, gado e palheiro.

.Das memórias que tem do *monte*, o que modificou e o que se mantêm?

A horta localizava-se e localiza-se ainda no mesmo local, perto do tanque. Este tanque de rega localizado mais abaixo da estrutura unitária do *monte* (composto por habitação e estruturas agrícolas), servia para regar e abastecer água.

Do lado da entrada principal, a antiga casa dos meus pais, senhores do *monte*, existia um pequeno forno, onde se fazia o pão todos os dias para a casa, um dos bens essenciais da comunidade de trabalhadores que cumpria as suas tarefas e horas de trabalho. O que existe agora é apenas a chaminé, porque o meu irmão (Arq.to Alfredo) construiu uma sala, no espaço ocupado anteriormente por este. Na parte do *monte* do meu irmão, já não há forno. Eu é que mandei construir um novo, junto ao pátio.

No pátio, existe agora um muro que divide o *monte* em duas partes, uma parte é minha e outra do meu irmão.

Existiam três palmeiras que foram ainda plantadas pelo meu pai, quando viemos morar para o *monte*. Este até era conhecido, por uma delas, que cresceu imenso e que a pouco tempo partiu-se num dia de muito vento. A palmeira do pátio, já secou, devido à doença do escaravelho.

Voltando à questão do pátio, este era o local onde havia uma dedicação maior à parte agrícola. À entrada do pátio, do lado esquerdo existia um grande celeiro, embora esta parte já se encontre modificada, pela construção de um novo forno, que já falei.

Do lado direito, encontrava-se o palheiro, que fazia ligação com a cavalariça, mas já lá vamos.

Neste espaço, os meus sobrinhos gostavam muito de vir para aqui brincar. Este espaço ainda conserva a cobertura típica aqui de Moura, telha sobre caniço, no entanto já foi recuperada segundo o mesmo tipo de cobertura tradicional que tinha anteriormente.

À volta do pátio eram tudo estruturas agrícolas. O pátio servia para secagem das sementes, do trigo, da aveia e a única parte do monte, com mais um piso, era um sobrado. Guardava-mos nesse espaço cereais e outros excedentes.

Essencialmente, o pátio fazia a divisão entre o espaço de habitação e de dormida, propriamente dito e os espaços agrícolas adjacentes às funções desempenhadas no monte.

A actual casa onde o sr. António e a dona Francisca habitam durante o dia, cumprindo as suas tarefas, (o sr. António no cultivo da horta e da D. Francisca pelo cuidado e limpeza da casa do meu irmão), antigamente correspondia à casa da malta. Esta casa funcionava como espaço de dormidas dos trabalhadores que vinham para as tarefas da ceifa. Numa altura em que havia grandes colheitas, chegava a haver muita gente a vir para aqui, até porque este *monte* para além de ser a sede principal das culturas que aqui se praticavam, com dependências para os trabalhadores ficarem, tinha ainda uma casa, na serra, que funcionava como habitação para os trabalhadores que ficavam a trabalhar na herdade, na apanha da azeitona.

Não tínhamos lagar no *monte*. Toda a azeitona era levada e transportada em carroça até Moura e lá era feito o azeite.

Nas alturas em que havia menos trabalhadores, as tarefas do monte eram mantidas, pelos trabalhadores da casa, que já eram aqui residentes.

Actualmente todas as tarefas características do *monte*, já não se mantêm, excepto a produção de gado Limousine e a produção de azeite, que são mantidas por mim. O meu irmão mantém ainda a cultura da antiga horta.

Uma parte das funções produtivas do *monte* ainda é mantida, mas no entanto, eu uso o *monte* como casa de férias e fins-de-semana. Fiz algumas modificações, após a divisão do *monte* entre mim e o meu irmão. A parte do *monte* com que fiquei não tinha espaço suficiente para mim e para a minha família.

Na antiga ala do *monte*, composta pela queijaria e casa do pastor, a Sul, existe agora a sala, com seis abóbadas, construídas pelo senhor Piruças, mestre na arte de fazer abóbadas aqui em Moura. Esta sala dá acesso aos restantes espaços, agora de casa de hóspedes de um lado (antiga casa do feitor) e do outro, cozinha e sala para os netos, palheiro e casa das máquinas agrícolas e casa da caça, onde temos a associação de caçadores da zona. O antigo galinheiro é agora um espaço de “terraço”, espaço de leitura/estar.

A entrada para o pátio, nunca teve portão, só mais recentemente, há uns 10 anos, é que foi colocado. A entrada era assinalada pelo pórtico.

Eu tenho a entrada para o *monte* do lado oposto à do meu irmão.

Construiu-se também um piso superior, só com quartos, porque tenho sete netas, que gostam de vir para o *monte*. Mandeí também fazer a piscina em frente à sala de entrada.

Tenho compromissos de trabalho com o *monte*, da produção de gado e azeite, mas uso agora o *monte* como local de férias, espaço lúdico.

17.07.2012

Conversa com a D. Francisca, do Monte Branco da Serra (funcionária na parte do monte do Arq.to Alfredo)

A D. Francisca começou por nos descrever o percurso desde que entrámos no *monte*, até onde tínhamos chegado, a sala. Entre estes espaços, passámos, primeiro pelo espaço do antigo celeiro, actualmente espaço de garagem, até que passámos a um pequeno espaço exterior, actualmente murado, que faz a divisão de propriedade do *monte*, entre os dois actuais proprietários (Arq.º Alfredo da Mata Antunes e o médico Dr. António da Mata Antunes).

Este espaço dá acesso á antiga casa da malta, que dava guarida aos trabalhadores que no *monte* executavam tarefas agrícolas em épocas específicas, mas para a D. Francisca e o Sr. António (marido e mais conhecido como Sr. Rainha), e serve actualmente, como habitação onde residem durante apenas o dia, para que esta cuide da “casa do senhor” e o Sr. António cuide da horta.

Depois deste espaço, de pequena entrada para a antiga casa da malta, temos a entrada e acesso á “casa do senhor”, no entanto esta não era a entrada principal neste local. A este primeiro espaço a D. Francisca denominou de “casa do arco”, antigo armazem.

Pedimos que nos fala-se das suas tarefas e obrigações no monte e o que já conhecia deste.

.Conhece bem esta zona, ou pelo menos teve um grande contacto com ela...

Sim, isso é verdade. Não havia dia nenhum que não andasse a trabalhar no campo. Era o pão nosso de cada dia. Não havia descanso e tínhamos de trabalhar para garantir o suficiente para alimentar a família.

Esta zona, mais afastada de Moura, era de muitos *montes*. Não havia um pelo qual passássemos que não tivesse gente a trabalhar. A herdade dos Machados, com mais de 1000ha, empregava muita gente, aliás era das maiores herdades da altura. O enorme figueiral e a produção do figo, era a cultura que mais empregava trabalhadores. Era nisso que eu trabalhava.

Eram tempo difíceis, de uma outra maneira diferente desta actual, mas difíceis. Mas não havia abandono dos *montes*, como vejo agora. O trabalho aparecia e nós agarrávamo-nos ao que havia. Agora é uma pena estes *montes*, estarem todos caídos e não se vê ninguém. Este ainda tem quem faça por ele, mas os outros, não têm ninguém, ou porque emigraram ou porque não conseguiram manter os meios agrícolas dos mesmos.

.Lembra-se de ouvir falar do *Monte Branco da Serra*?

Eu sou natural de Safara, que é aqui perto e lembro-me bem de falarem deste *monte*.

Não cheguei aqui a trabalhar antes, nem em ceifas, nem na apanha da azeitona, que me lembro que eram as culturas que contratavam mais trabalhadores, mas eu trabalhei na herdade do Machados e passávamos por estes caminhos para ir de uns *montes* para os outros e percebia na altura que era um *monte* que tinha muitos trabalhadores.

.Ainda conheceu outro(s) proprietário(s) do monte?

Conheci o Avelino, irmão mais velho do Dr. Alfredo e do Dr. António. Ele é que ficou a tomar conta do *monte* com a mãe. O pai deles faleceu muito novo e a mãe é que assumiu o controlo dos trabalhos, com a ajuda do filho. Esse nunca foi estudar para a universidade, teve lá os estudos dele, mas a vida dele era aqui.

Os únicos que foram estudar foram estes dois irmãos e que são agora os proprietários do *monte*, mas era uma lonjura de caminho, e eles estudaram longe. O Dr. António é médico cardiologista e o Dr. Alfredo é arquitecto.

.E este *monte*, veio para cá por conhecimento da necessidade de empregar pessoas para cuidar dele ou por outro motivo?

Já há 9 anos que aqui estou. Já conhecíamos o Dr. Mata Antunes há muito tempo, (refere-se a ela e ao marido), mas não tínhamos muita convivência, mas entretanto, ficámos por cá, a guardar o *monte*, a pedido dele. Somos empregados aqui.

.Quais são as suas tarefas no *monte*?

Faço as limpezas e zelo pela casa, porque como os senhores só cá veem às vezes, para ficar uns dias, assim o *monte* não fica ao abandono. Isto é campo, se a gente não andar sempre de volta das coisas e a limpar, isto não tinha jeito nenhum.

A entrada do arquitecto é sempre limpa de ervas que vão crescendo e ainda caio o *monte*. Nada fica por fazer. Posso não fazer hoje, mas no dia seguinte retomo o que falta fazer, mas há sempre muito a fazer.

.Então já está cá a algum tempo. Acompanhou algumas das modificações no *monte*?

A “casa do arco”, por onde entrámos, tem agora uma mesa de ping-pong e costumam usar como sala de jogos.

Junto á “casa do arco”, surgiu uma sala, um novo espaço, que funciona actualmente como estúdio e sala de instrumentos do filho mais velho. A chaminé ainda se mantém.

Na cozinha, debaixo da chaminé, chaminé esta, que assume a largura total do espaço, ainda se vê os limites do “fogo”, e agora um outro tipo de pavimento à volta. Noutros tempos, a chaminé era muito utilizada para aquecimento e confecção das refeições. Todas as panelas e objectos tradicionais, tudo aqui ficou e eram os que eram utilizados na altura.

No hall, depois da cozinha, há uma dispensa, espaço que foi aproveitado para isso, devido á divisão que teve de existir do *monte* entre os irmãos.

Existem ainda os quartos. No primeiro quarto do Dr. Alfredo, no interior, vê-se o nicho que ficou saliente, pelo fecho da porta e agora a transformação em chaminé na sala.

Os tectos e janelas ainda são os mesmos, as modificações dos espaços dos quartos foi, fechar portas, para na sala, ter uma lareira, que queriam que existisse para as suas visitas de Inverno. Junto a esta existe ainda um espaço de uma sala mais pequena, que eu chamo de “salita”, por cumprir esta função e ser um espaço mais pequeno, que anteriormente foi um quarto.

A casa de banho que actualmente existe, correspondia à que foi construída na altura pelo pai do Dr. Alfredo.

A casa é muito salitra, (nas palavras da D. Francisca, as paredes largam muito a cal e tem de frequentemente estar a reparar e a pintar as paredes).

O chão também já é outro. Acho que antes era uma espécie de tijoleira e na cozinha e outros espaços continuam as lajes de ardósia.

As árvores foram plantadas ainda no tempo do pai do Dr. Alfredo e foram plantadas pelos dois. Plantaram um limoeiro, uma laranjeira, uma amendoeira, que ficam de frente para a casa do senhor e as palmeiras, no pátio e em torno do monte, que eram tão viçosas e que agora morreram.

Agora os meus patrões têm este espaço para férias e só cá veem de vez em quando. O Dr. Alfredo também já está muito velhinho e o caminho de Lisboa até aqui é muito longo. Costumam vir no Natal, passagem de ano ou nas férias.

E nós, eu e o meu marido, cá continuamos a fazer por isto, para que este *monte* continue com algum trabalho e não cai no esquecimento, mas as coisas mudaram muito. A agricultura já não é p que era e os nossos jovens não querem trabalhar a terra.

O meu marido é que faz ainda pela horta e dali tiramos muito do nosso sustento ainda hoje. No entanto, as coisas já não são o que eram.

Glossário

abegão - administrador ou feitor de quinta ou herdade; o que trata da abegoaria e tem inspecção sobre os criados, ganhões.

aceifa/ceifa - acto ou efeito de ceifar

afolhamento - acto ou efeito de afolhar; divisão em lotes para alternar as culturas

alqueive/alqueve - o primeiro ferro ou a primeira lavoura na terra que se destina a cereais

arado - instrumento agrícola para lavrar a terra: nome que a charrua recebe em algumas regiões

azinho - o mesmo que azinheira

baldio - sem cultivo

casa da malta - casa onde habitam ou dormem vários trabalhadores itinerantes; grupo de trabalhadores que se deslocam temporariamente para trabalhar fora da sua terra, cumprindo serviços agrícolas e correlativos nas herdades alentejanas

Chã - Terreno plano ou extensão plana de terra, planície

concertado - que ou o que foi tratado por ajuste; combinado

courela - terreno longo e estreito, geralmente destinado a cultivo

Criação - conjunto de animais domésticos, como galinhas, cabras e ovelhas

feitor - administrador de bens alheios; gestor; capataz; supervisor de trabalhadores

ganhão - homem que trabalha com uma junta de bois; jornaleiro; trabalhador; criado de lavoura

ganharia(s) - os trabalhadores rurais que trabalham nas herdades

hortejo - pequena horta

lavrador - proprietário de herdades

malhada - local onde se recolhe o gado; redil

meridional - relativo às regiões ou aos habitantes do Sul; natural ou habitante de País ou região do Sul

montado - o arvoredado de azinho e sobreiro; a bolota do montado; os produtos do montado: bolota, cortiça, lenha e ramas para a gadeza manadia. O montado é constituído por mato de azinho e sobreiro, que nem lhe chamam sobreirais nem azinhais. Daí montado, que parece envolver a ideia de sobressair, montar, dada a sua característica dominante ou de expressão primária alentejana

parelha - conjunto de dois animais, especialmente de carga; junta

pousio - período, geralmente de um ano, em que as terras são deixadas sem sementeiras, para repousarem

ratinhos - homens e mulheres vindos das Beiras, contratados pelos seareiros e pelos rendeiros, para ceifar as terras alentejanas

seareiro - aquele que cultiva searas; pequeno lavrador que paga pelo uso da terra com parte da colheita

sequeiro - diz-se do lugar ou terreno não regado, seco

sobreiro - o mesmo que sobreiro; extenso aglomerado de sobreiros em determinada área

tarefeiro - que se encarrega de tarefas; o que é remunerado por cada tarefa que executa e não por ordenado regular

trilho - caminho rudimentar, geralmente estreito e tortuoso, entre a vegetação; vestígio deixado por pessoa no caminho que percorreu

* Este glossário foi elaborado a partir do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, ed, Temas e Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2002 e *A Linguagem Rústica no Concelho de Elvas*, de J.A. Capela e Silva, ed. da Revista de Portugal, Lisboa, 1947

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Parte I

- AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve); Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa
- AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto de Alqueva*, EDIA/Museu da Luz, Beja
- ABREU, Cancela (2002), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Colecção Estudos 10, Lisboa.
- ALVES, João Emílio (2005). *Sobre o património rural: contributos para a clarificação de um conceito*, Cidades, Comunidades e Territórios, n.º8
- AMARAL, Monteiro do, (1941), *O Alentejo na sua vida e na sua História*
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, (2010), *Alentejo - a questão da terra*, Edição 100 Luz, Loulé
- BARATA, F T. e MASCARANHAS, J. M. de (2002), *Preservando a Memória do Território - O Parque Cultural de Tourega / Valverde*, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrâneos, Universidade de Évora, Évora
- BARREIROS, M.^a Helena e CRAVEIRO, M.^a Teresa, (1995), *Património e planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa in Sociedade & Território*, nº 22
- BARRETO, António, (1975), *Anatomia de uma revolução: A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, 7.º Volume, 1.ª Edição, Publicações Europa-América, Mem Martins
- BARROS, Afonso de, (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária - O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- CABRAL, Francisco Caldeira (1993), *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.
- CARAPINHA, Aurora (2005), in *Escrita na Paisagem - Festival de Performance e Artes da Terra*
- Cartas e Convenções Internacionais*, (1996), MC-IPPAR, Lisboa
- CARVALHO, M. A. Cruz de (1994), *Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação - o caso do vale da Ribeira de Seda - Raia*, Universidade de Évora, Évora
- CASTELLS, Manuel, (2003) *O Poder da Identidade*, Vol.2, 2.ª Edição, Gulbenkian Editora
- Conselho da Europa (1977). *Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território*
- Concelho da Europa, (2000), *Convention Européenne du Paysage et Rapport*, Florença 20.x2000. T-Land, Estrasburgo
- Convenção Europeia da Paisagem, Decreto n.º4/2005, Florença, 20 de Outubro de 2000, Capítulo I, Artigo 1.º
- CUTILEIRO, José; 1977; *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Colecção Descobrir Portugal, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa
- CHAMPETIER, Yves, (1998), *O Recurso-património*, fonte: LEADER Magazine No.17 - Desenvolvimento das zonas rurais desfavorecidas da União Europeia
- CHOAY, Françoise (2006), *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa
- DAVEAU, Suzanne, (2005), *Portugal Geográfico*, 4.ª Edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa
- HENRIQUES, Magda (2005), in *Escrita na Paisagem - Festival de Performance e Artes da Terra*
- HOUAISS, António, (2005), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, TOMO XVI, Temas & Debates, Lisboa
- ICOMOS (1982), *Declaração de Tlaxcala* sobre a revitalização das pequenas aglomerações, 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Património Monumental
- ICOMOS (1985), *Declaração do México*, Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, México
- ICOMOS (1999), *Carta sobre o Património Construído Vernáculo*, ICOMOS 12th, General Assembly, Mexico
- LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata, (1960), *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural* - Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Coimbra
- LOPES, Flávio, & CORREIA, Miguel Brito de, (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico*. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais, Livros Horizonte, Lisboa
- MENDONÇA, N. (1989), *Para uma poética da paisagem*, Dissertação de Doutoramento no ramo das Artes e Técnicas da Paisagem (policiado), Universidade de Évora, Évora

PEIXOTO, Paulo (2002), *Os meios rurais e a descoberta do património*, in Oficina do Centro de Estudos Sociais

PERY, Gerardo Augusto (1984), *Estatística agrícola do distrito de Beja. Parte II*, Concelho de Cuba, Imprensa Nacional, Lisboa

PICÃO, José da Silva; 1983, *Através dos Campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, Coleção: Portugal de Perto, n.º 2, Lisboa

REIS, Manuela (1999), *Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica* in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº29

RIBEIRO, Orlando, (1968), *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coleção Nova Universidade, Edições João Sá da Costa, Lisboa

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAUVEAUS, S. (1988), *Geografia de Portugal IV - A Vida Económica e Social*, Sá da Costa, Lisboa

RUDOLFSKY, Bernard, (1981). *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. 5th edition. London: Academy Editions

SANTOS, Rui Miguel Terremoto (2008), *Estoi - Paisagem e Património no meio rural*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora

SARAMAGO, José, (2008) in *A Viagem do Elefante*, Editorial Caminho

SERRÃO, Joel, (2006) *Dicionário de História de Portugal*, VI Volume, Iniciativas Editoriais Figueirinhas, Lisboa

SILVANO, F. (2003), *Patrimonialização do Espaço e Afirmação Identitária - construção cultural de paisagens na Área Metropolitana de Lisboa*, in Al-Madan, Centro de Arqueologia de Almada, 11 Série, n.º. 12

TELLES, Gonçalo Ribeiro, (1994), *Paisagem Global. Um Conceito para o Futuro*. Iniciativa para o Desenvolvimento, a Energia e o Ambiente. Número especial (revista)

TELLES, Gonçalo Ribeiro, (2003), *As Autarquias e a Ordenamento da Paisagem - A "Morte" da Paisagem*, in Al-Ulnã, Arquivo Histórico de Loulé, n.º9, Loulé

UNESCO (2003), *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Conferência Geral, 32.ª Sessão, Paris

VASCONCELLOS, J. Leite de (1936), *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, Volume II, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa

Parte II

AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve); Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa

AA.VV. (2007), *Olhar o Monte Alentejano a pretexto de Alqueva*, EDIA/Museu da Luz, Beja

CORREIA, João Alberto, (1996), *Montes e Povoados no Sudeste Alentejano: Monsaraz*, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa

CORREIA, Mariana, (2007), *Taipa no Alentejo*, 1.ª Edição, Argumentum, Lisboa

COSTA, Miguel Reimão Lopes da, (2009), *Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

CUTILEIRO, José; 1977; *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Coleção Descobrir Portugal, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa

Federação Nacional dos Produtores de Trigo, (1972), *Revisão do Plano de Silos*, Lisboa

FERNANDES, José Manuel, (1991), *A Arquitectura - Sínteses da Cultura Portuguesa*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, (1992), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Coleção Portugal de Perto, 1.ª Edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa

PINTO, Jorge Cruz, (2007), *Arquitectura da Planície, cinco situações de montes no Alentejo*, Edições ACD+FAUTL, Lisboa

REIS, Maria da Conceição, (2000), *O Monte Alentejano - a transformação no século XX*, Associação de Estudos Rurais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

RIBEIRO, Orlando, (1977), *Introduções geográficas à História de Portugal*, Coleção Estudos Portugueses, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa

RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coleção Nova Universidade, Edições João Sá da Costa, Lisboa

RIBEIRO, Vitor (coord. Geral), (2008), *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg) e Edições Afrontamento, Algarve

VASCONCELLOS, J. Leite de (1936), *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, Volume II, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa

Parte III

AA.VV., (1988), *Arquitectura Popular em Portugal*, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve); Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa

AA.VV. (1999), *Arquitectura Popular de la Comarca de Olivenza*, Asociación para el Desarrollo Rural de la Comarca de Olivenza (ADERCO), Badajoz

BARROS, Afonso de, (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária - O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro, (1999), *A Árvore em Portugal*, Assírio & Alvim, (1.ª Ed. 1960), Lisboa

CANCELA d'Abreu, A. et al. (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Volume V (Alentejo Central e Algarve), Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Coleção Estudos 10, Lisboa

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, (2001), Academia das Ciências de Lisboa, Verbo Editora, Lisboa

J.A. Capela e Silva, (1947), *A Linguagem Rústica no Concelho de Elvas*, ed. da Revista de Portugal, Lisboa

HEIDEGGER, Martin, (1951), *Construir, Habitar, Pensar*. In: *Ensaio e Conferências*. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, 2ª edição. 2002

LIMA, José Fragoso de, (2003), *Elementos históricos e arqueológicos do Concelho de Moura*, Câmara Municipal de Moura, Moura

MACEDO, Mário Botelho de, (1945), *A casa rural: o silo*, volume 35 de Campanha da Produção Agrícola - Série B, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Astoria Editora

MATTOS, Mello de, (1995), *As chaminés alentejanas*, Portugalia, vol. II - Monumentos Artísticos de Extremadura, Mérida, Junta de Extremadura

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, (1992), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Coleção Portugal de Perto, 1.ª Edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa

PICÃO, José da Silva; 1983, *Através dos Campos - usos e costumes agrícola-alentejanos*, Coleção: Portugal de Perto, n.º 2, Lisboa

RIBEIRO, Orlando, (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coleção Nova Universidade, Edições João Sá da Costa, Lisboa